

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. II

Outubro, 1944

N.º 4

S U M Á R I O

	Pags.
<i>Editorial</i>	3
<i>Idéias e debates:</i>	
RAUL BRIQUET — Instrução pública na Colônia e no Império (1500-1889)	5
DONALD PIERSON — Estudo e ensino da sociologia	21
CARLETON WASHBURNE — A pesquisa na educação	65
JACYR MAIA — Provas para seleção de calculistas	70
CELSO KELLY e LOURENÇO FILHO — A "Arte Moderna" educa?	79
<i>Documentação:</i>	
Movimento geral do ensino no período de 1932 a 1942	83
X Congresso Brasileiro de Geografia	101
Bibliografia Pedagógica Brasileira (1941 e 1942)	108
<i>Vida educacional:</i>	
A educação brasileira no mês de julho	154
Informação do país	145
Informação do estrangeiro	148
BIBLIOGRAFIA :	
The education of the adolescent; <i>Raul Briquet</i> , Palestras e conferências; <i>Isaias Alves</i> , Dados de psicologia da criança	150
ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAIS :	
Ensino e democracia; <i>Costa Rêgo</i> , O aperfeiçoamento do ensino industrial ; Congressos de diretores de ensino; <i>Sylvio Rabello</i> , A propósito de escolas; Recenseamento universitário em Porto Alegre; <i>Renato Vieira de Melo</i> , Um mestre; Os novos Territórios e a tarefa de educar; Ensino primário	154

Atos oficiais:

LEGISLAÇÃO FEDERAL :

Decreto-Lei n. 6.785, de 11-8-944; Decreto n. 16.448, de 24-8-944;
Portaria Ministerial n. 384, de 16-8-944; Portaria Ministerial nú
mero 385, de 16-8-944; Portaria Ministerial n. 386, de 16-8-944;
Portaria Ministerial n. 387, de 17-8-944; Portaria Ministerial nú
mero 388, de 18-8-944

LEGISLAÇÃO ESTADUAL:

Decreto-Lei n. 14.135, de 17-8-944, do Estado de São Paulo

ESTATÍSTICA E EDUCAÇÃO

Quando os problemas sociais chegam à perfeita maturação, exigem apresentação sob forma numérica rigorosa. Porque, desde aí, passam do plano vago de suposições e hipóteses para o terreno de realidades tangíveis. Sem dúvida alguma, a preocupação do estudo estatístico, em relação a cada problema, indica-nos a própria atmosfera de idéias em que ele se desenvolve e o nível de progresso social atingido a seu respeito. Sem a verificação periódica dos resultados e o confronto desses dados com os das necessidades da vida coletiva, nenhuma obra de governo pode ter cabal direção. Sem ela, os objetivos se diluem e, à falta de certeza nos objetivos, não há plano nem método. Trabalha-se, então, sob o impulso da rotina, à inspiração do acaso ou do arbítrio. Se a obra é de grande amplitude como a da educação, perde todo o caráter de unidade ou sistema, fragmentada em iniciativas dispersas, senão às vezes contraditórias. O que se passava em relação ao ensino brasileiro, em outros tempos, parece muito ilustrativo a este respeito. Em 1907, houve, pela primeira vez, na república, a preocupação de levantar-se, de modo menos lacunoso, a estatística geral do ensino no país. Mas só dez anos depois os resultados desse trabalho viriam a ser publicados e, ainda assim, graças aos esforços de um devotado servidor do país, o saudoso estatístico Oziel Bordeaux Rego. Entregue o ensino aos Estados, publicavam eles números anuais, baseados em levantamentos nem sempre perfeitos, sem atenção também a uma sistemática definida, que viesse tornar os dados comparáveis entre si. Desde 1932, essa situação mudou de modo completo. Criado o Ministério da Educação, em fins de 1930, estabeleceu-se nele uma Diretoria Geral de Estatística. Procedidos os trabalhos preliminares necessários, instituiu-se, em dezembro do ano seguinte, o Convênio Interestadual de Estatísticas Educacionais, firmado entre a União e as unidades federadas. Passamos a ter, assim, desde 1932, levantamentos anuais absolutamente regulares e fidedignos, baseados em rigorosa sistemática. E não, apenas, levantamentos re-

gulares e fidedignos. Também resultados conhecidos com a devida oportunidade, para que possam servir de subsídio a uma política educacional eficiente. Essa documentação não atesta somente o progresso obtido, mas fundamenta, por igual, maior progresso futuro. Cada resposta que a estatística dá a uma indagação de ordem social, ou novos informes que lhe acrescente, influem poderosamente como elemento de renovação e retificação dos planos e métodos em curso. Na estatística. está. com efeito, implícita a noção de investigação e pesquisa, "isto" decorrendo "daquilo", "tais condições", "-tais resultados"... O método estatístico não se limita à contagem. Envida esforços para descobrir relações, apontando, de modo objetivo, antecedentes e conseqüentes. O Ministério da Educação não se tem limitado, por isso, a Realizar o trabalho de levantamento estatístico anual, coordenando e confrontando os resultados dos sistemas estaduais do ensino. Tem, por vários de seus órgãos, procedido a trabalho de análise e interpretação, baseado nos trabalhos regulares do Serviço de Estatística da Educação e Saúde. No presente número, a REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS insere as tabelas gerais do movimento do ensino, no período de 1932 a 1942, e, seguidamente, publicará outros dados, sempre do maior interesse para o estudo objetivo da educação brasileira.

INSTRUÇÃO PÚBLICA NA COLÔNIA E NO IMPÉRIO (1500-1889) (*)

**RAUL BRIQUET Da
Universidade de São Paulo**

Neste esboço, esforçar-nos-emos em expor o que nos pareceu essencial para a apreciação sumária da evolução do ensino oficial, primário e secundário, no Brasil, de 1500 a 1889.

A) BRASIL-COLÔNIA

Compungitivo quadro o que Moreira de Azevedo traçou em 1892, da civilização brasileira, nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa. "Portugal só queria que o Brasil produzisse ouro, prata, brilhantes e produtos naturais. Embaraçava o comércio, não atendia à indústria, mandava destruir os teares da capitania de Minas Gerais, e proibia os ofícios de ourives, lapidários, gravadores e fundidores nas capitanias de Minas, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Se matava a indústria não procurava tampouco despertar a atividade intelectual. Não atendia à cultura literária da colônia. Não consentia que circulassem livros nem quaisquer impressos, não tolerava que se estabelecesse tipografia alguma, nem uma escola mandava criar onde se ensinassem os elementos rudimentares da instrução. E assim correram duzentos anos sem que pensasse o governo no cultivo literário de seus povos da América. Sepultado na ignorância, era governado o povo pelo despotismo, pelo temor, era pobre e o Estado rico, vivia abismado no embrutecimento e na miséria. (2.141)

Ressalta, portanto, a benemerência dos Jesuítas. Estes, nos séculos XVI e XVII, não obstante interessados especialmente no ensino

(*) Colaboração destinada ao *Handbook of Brazilian Studies*.

secundário e superior, ocuparam-se da instrução elementar da infância e da mocidade brasileira.

Século XVI — Das expedições jesuíticas enviadas de Portugal ao Brasil, no século XVI, salientam-se as três primeiras: de 1549, de 1550 e de 1553.

Com Tomé de Sousa, desembarcam, em S. Salvador, no ano de 1549, seis jesuítas portugueses, dos quais quatro sacerdotes — Padres Manuel da Nóbrega, Aspiciueta Navarro, Leonardo Nunes e Antônio Pires, e dois escolásticos — Irmãos Vicente Rijo ou Rodrigues e Diogo Jácome. Mal chegados, fundam o Colégio (*) da Bahia. Em 1551. Vicente Rodrigues já ensinava a ler, escrever e cantar a vinte meninos. Por isso, foi cognominado o primeiro mestre-escola do Brasil; morreu no Rio, em 1600, havendo-se dedicado durante meio século à evangelização dos selvícolas.

Opinam alguns que o mérito da criação da primeira escola no Brasil se deva a Leonardo Nunes, que, em fins de 1549, estabeleceu, em São Vicente, o Abarebebê, onde se ensinavam a leitura, escrita, cantos religiosos, e noções de vernáculo e latim. Não está provado que, no colégio da Baía, se houvesse ensinado a ler e escrever antes dessa época, de sorte que a Leonardo Nunes caberia as honras de pioneiro do ensino primário no Brasil. (1, 9)

Na segunda expedição, aportam, no ano de 1550, em São Vicente, quatro jesuítas: Manuel Paiva, Afonso Braz, Francisco Pires e Salvador Rodrigues, acompanhados de sete "meninos órfãos", para ajudarem a catequese.

Vem com Duarte da Costa, em 1553, a terceira expedição. Trazia sete missionários, dos quais três padres portugueses: Luís da Grã, Braz Lourenço e Ambrósio Pires, e quatro irmãos: José de Anchieta, de Tenerife, e espanhol Antônio Blasques, que abriu a primeira aula de latim, em 1553, no Rio, e os portugueses: João Gonçalves e Gregório Serrão.

Em 1552, existiam três escolas de instrução elementar: a de S. Salvador, a do Espírito Santo e a de São Vicente, sendo que, nesta e na primeira, se aprendiam rudimentos de latim e português. Com a visita de Nóbrega a S. Vicente, a escola é mudada, em 1554, sob o

(*) *Colégio* é aqui tomado na acepção restrita de residência ou casa dos Jesuítas.

nome de Colégio de S. Paulo, para Piratininga, "de melhor clima e por amor dos índios".

Dos jesuítas o mais culto, parece, foi Aspicuelta Navarro, o primeiro que estudou o tupi; à noite, vertia, para essa língua, hinos religiosos que distribuía aos alunos. (12, n.º 4, 8)

A alma da catequese em S. Paulo foi Anchieta, inextinguível no zelo de apóstolo e de mestre-escola. Sabia latim, espanhol, português e tupi. Na falta de livros, copiava as lições em cadernos. Redigiu a primeira gramática de língua tupi-guarani. publicada em Coimbra, em 1595, sob o título *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*. Essa obra foi melhor ordenada e simplificada pelo Pe. Luís Figueira; dela se tiraram sete edições a contar da primeira. de 1621, até à última, fac-similada. em 1878.

Anchieta redigiu o *Dicionário* ou *Vocabulário da Língua Tupi* tal qual era falada em S. Paulo no século XVI; a epístola — *Quam plurimarum Rerum Naturalium* (1560) sobre as principais coisas que observou na capitania de São Vicente (clima, animais, plantas, doenças, costumes, etc). Redigiu em latim, um Poema à Virgem Santíssima — *De Beata Virgine dei Matre Maria* traduzido, em 1940, pelo jesuíta Armando Cardoso, de S. Paulo. Teria sido escrito nas praias de Ipiroig. Anchieta narra em 5.784 versos os episódios da vida de Nossa Senhora, da Conceção à Assunção. (8, 379)

Os aborígenes foram sempre emocionáveis pela melodia. Os padres pediam remetessem de Portugal meninos que tocassem flauta, gaita, néspas (campainhas com badalo que se entrechocavam), ferri-nhos com argonhas dentro, e pandeiros com soalhas. (13, 624)

Socorriam-se da música sob a forma de canções, melodias religiosas, para tornar a alma infantil mais sensível à doutrina cristã. "Com a mus ca e a harmonia, afirmava Nóbrega, atrevo-me a atrair para mim os índios da América". Introduziram representações teatrais que se faziam, em geral, no adro das igrejas. Anchieta compôs vários autos, dos quais merecem menção o intitulado — a *Pregação Uni-versal*, em versos portugueses e tupis, representado em Piratininga, no ano de 1575, e o *Rico Avarento e o Lázaro Pobre*, levado à cena em Recife, nesse mesmo ano. (2, 143)

Funda-se em 1575, o Colégio de Olinda. Luís da Grã dá lições de latim e de "casos" ou seja de teologia moral, em que se discutem atos, virtudes e vícios. Daí a pouco, lia-se o segundo livro da *Eneida*, e já o Bispo D. Pedro Leitão vinha argumentar com os estudantes

brasis, iniciando, desse modo, o cerimonial dos "atos públicos", que tão mirificamente se desenvolveu nas formalidades de exames, oficiais e particulares.

No Colégio da Bahia e no de Olinda conferia-se, ao termo do curso, o grau de *mestre em artes*.

Ao fim do século XVI, contavam-se vinte núcleos de população (cidades, vilas, povoações e aldeamentos), com 100.000 mestiços e índios catequizados, e 25 a 30.000 europeus. Como se vê, os esforços didáticos são exclusivamente dos inicianos, que se adaptam admiravelmente às condições materiais do meio e psicológicas dos alunos.

Século XVII — Os fatos predominantes são a invasão holandesa, com Maurício de Nassau, e a reação nativista correspondente.

Carlos Silveira lembra que, assim como o século XVI poderia ser chamado de *Anchieta*, quanto à obra educativa no Brasil, também poderia o XVII denominar-se *século de Nassau*. Com efeito, esse grande estadista trouxe consigo uma "expedição" mais científica do que militar. Dela participou o naturalista Macgrave (J.), que formou riquíssima coleção de exemplares da fauna do norte do Brasil, sendo prodigiosa a soma de dados reunidos na *História Rerum Naturalium Brasiliae*. Deve-se a Piso, G. a obra *De Medicina Brasiliensi*, em que compendiou observações preciosas sobre doenças e enfermidades da terra. Figurava na comitiva o grande paisagista Francisco Post.

Logo que desceu em Pernambuco, Nassau fundou a cidade, do-tando-a, sem demora, de uma escola, do jardim público e de um observatório astronômico.

A primeira criação oficial de Portugal, de caráter instrutivo, é a de uma aula de artilharia e arquitetura militar na Bahia, em 11 de janeiro de 1699, e outra, em S. Luís do Maranhão, a 15 do mesmo mês e ano. Com isso, o governo central objetivava tão só instruir a milícia na defesa das costas. Note-se que a primeira escola de artilharia, em França, se fundou em 1690.

Século XVIII — A terceira aula decretada pela metrópole, em 1738, ainda é de artilharia, no Rio.

Nessa cidade, criam-se, em 1739, dois Seminários para Órfãos, o de S. José e o de S. Pedro. Naquele, os alunos aprendiam latim, filosofia, teologia moral e dogmática, liturgia e cantochão; neste, as primeiras letras, doutrina cristã, latim e música. Muda-se, em 1756, o Seminário de S. José, para um prédio junto à igreja de S. Joa-

quim e, daí, o nome que teve até a reforma de Bernardo de Vasconcelos, de 1837, quando passou a chamar-se Colégio Pedro II.

Antônio Isidoro da Fonseca, cognominado por José Veríssimo (14), o patriarca da imprensa no Brasil, organiza em 1747, no Rio, com autorização de Gomes Freire, uma tipografia que chegou a publicar alguns opúsculos. Sabedor do fato, o governo central manda destruí-la e remeter para Portugal, "por conta e risco dos donos", os tipos de imprensa, vedando toda e qualquer publicação, e cominando a pena de prisão para o reino. (2, 144)

Fundam-se o Seminário do Pará, em 1749, o de Mariana, em 1750, e o do Maranhão, em 1751.

Em 3 de maio de 1759, os Jesuítas são expulsos de Portugal e Brasil, surgindo então escolas de Beneditinos, Carmelitas e Francisca-nos que, na opinião de Moreira Azevedo, não chegaram ao grau de adiantamento quanto ao método, ensino e regularidade dos padres de Jesus.

Para cobrir as despesas do ensino público, estabelece a lei de 10 de novembro de 1772, o *subsídio literário*, imposto sobre carne verde, vinho, vinagre e aguardente, que, no Rio, é cobrado em 1773. Era exígua a receita dele, pois não alcançava, na Bahia, p. ex., o suficiente para pagar o professorado público. (11,465)

Escolas ou Aulas Regias — Criam-se, em 1774, no Rio a aula regia de filosofia, e, em São João dei Rei, a de latim.

O Vice-Rei D.Luís de Vasconcelos funda, em 1782, no Rio, a Escola de Retórica e Poética, cuja direção confia ao poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga; nela se prepararam oradores sacros, salientando-se dentre eles Monte Alverne.

Abre o mesmo Vice-Rei, em 1782, o Gabinete de História Natural, que possuía cerca de mil exemplares empalhados. Chamado pelo povo Casa dos Pássaros, dele se originou o atual Museu Nacional, instituído por D. João VI, em 6 de junho de 1818.

() Conde de Resende, novo Vice-rei, pede ao Dr. Manuel Joaquim de Sousa Ferraz, cultivador de plantas medicinais, "em uma horta contígua ao hospital militar, no morro do Castelo", que apresente projeto para a criação de um jardim de plantas medicinais. O plano é remetido para o reino em 1795. O governo português nega licença, alegando que viria prejudicar o comércio com o Oriente, e "ordenando que se arrancassem todas as plantas indiáticas que houvesse no Brasil, sob pena capital para aqueles que as cultivassem". (2.150)

E' fundado, em 1789, o Seminário de Olinda, que se inaugura era

Em 1792. havia uma única livraria no Rio de Janeiro, que só dispunha de obras de teologia; fora disso, um vendedor de obras de medicina portuguesa. (5.93). Em contraste, surgiam, no Rio, as Academias dos Esquecidos (1724), dos Felizes (1736), dos Selectos (1762) e, na Bahia, a dos Renascidos (1759), todas de vida efêmera, e que não contribuíram para a educação do povo.

No ano de 1799, criam-se, em Pernambuco, as cadeiras de aritmética, geometria e trigonometria. (9, I, 31)

O ensino, no Rio, em fins do século XVIII, compreendia oito aulas: uma de filosofia, outra de retórica, uma de grego, três de latim e duas de instrução primária.

Conclusões. O ensino público, no período da Colônia, caracteriza-se: a) pela indiferença completa da metrópole no tocante à vida espiritual do Brasil, indiferença talvez excusável se se atender ao fato de que o ensino público em Portugal só foi objeto de cogitação séria do governo, por parte do Marquês de Pombal, no fim do século XVIII. Toda a diligência instrutiva, até então, limitava-se a algumas aulas de fortificações; b) pela ação supletiva dos jesuítas que difundiam o ensino primário e o secundário; c) pela criação de escolas ou aulas regias, que não obedeciam a nenhum plano preestabelecido; esparsas e avulsas, nelas se ensinavam matérias (filosofia, retórica, etc) que mais constituem o remate do que as bases da instrução pública; d) pelo desenvolvimento do ensino religioso com a fundação de seminários.

B) BRASIL-REINO

Por carta regia, Manuel Dias de Oliveira é nomeado, em 1808, professor de desenho e figura; deve-se-lhe o início do ensino do desenho do *nú*, no Rio de Janeiro.

No começo do século passado era impressionante o estado de ignorância do povo, porquanto as poucas escolas que existiam miravam antes de tudo à formação religiosa. Southey, na *História do Brasil*, declara que não é raro um sertanejo abastado solicitar que lhe tragam, de algum porto de mar, um português de bons costumes, que saiba ler e escrever, para se casar com a filha. (2, 152)

A chegada de D. João VI foi benéfica para o surto cultural do Brasil. Em 1808, recomenda ao cirurgião-mor --- José Correia Picanço a instalação, em S. Salvador, de um curso de Cirurgia, que se inaugura em maio de 1816.

Ainda em 1808, o General Francisco Borja Garçon Stockler apresenta um projeto de reforma, segundo o qual o ensino seria dividido em quatro graus, projeto que lembra o plano de *Condorcet primeiro grau*, ministrado em *pedagogia*, por *pedagogos*, onde se ensinariam os conhecimentos necessários a todos os cidadãos, seja qual for a profissão e estado social; *segundo grau* — em *institutos*, por *instituidores*, no qual se desenvolveria o estudo da matéria anterior, além dos conhecimentos necessários a agricultores, artistas e comerciantes; *terceiro grau* — *liceus*, regidos por *professores*, onde se aprenderiam conhecimentos introdutórios para o estudo aprofundado das ciências e que abrange todo gênero de erudição; *quarto grau*, *academia*, onde os *lentes* lecionariam ciências puras e aplicadas nas suas relações com a ordem social.

Também em 1808 cria-se a Academia de Guardas-Marinhas; é instalada a Imprensa Regia, e o Governo inicia a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico impresso no Brasil.

No ano seguinte, o intendente de polícia do Rio proíbe que se anuncie ou ponha à venda toda e qualquer obra sem prévia licença, sob pena de multa e prisão. (2, 154)

Franqueia-se ao público, em 1810, a Biblioteca Nacional, formada com as obras e manuscritos da Biblioteca da Ajuda dos reis de Portugal, e trazida para o Brasil por D. João VI. (5, 142). É fundado o Jardim Botânico, cujo plano é do botânico inglês Kancke, sob o nome de Real Jardim da Lagoa de Freitas. (9, I, 68).

Em 4 de dezembro de 1810, estabelece-se a Academia Militar. Compreendia o ensino de doze cadeiras, com sete anos de curso; em 1858 passou a chamar-se Escola Central; em 1874, Escola Politécnica, e, hoje, é a Escola Nacional de Engenharia.

No ano de 1811, o Pe. Felisberto Antônio Figueiredo Moura abre, no Rio, um colégio em cujo programa figuravam o português, o latim, o francês, o inglês, a retórica, a aritmética, o desenho e a pintura. Pelo aviso de 8 de julho de 1821, ficavam os seus alunos isentos de prisão e recrutamento. Tais favores, ainda nesse ano, foram estendidos a todos os alunos matriculados em escolas públicas, uma vez que provassem freqüência, aproveitamento e aplicação.

A química merece atenção do Governo que institui, na Bahia, em 1815, a cadeira de química, confiada a Sebastião Navarro de Andrade, já havendo estabelecido, no Rio, em 1812, o Laboratório Químico-Prático. (9, I, 62-63)

Chega em 1816 a Missão Artística Francesa, núcleo com que se inaugura, no ano de 1826, a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil.

Criam-se duas aulas regias, uma de desenho e retórica, em Vila-Rica, aos 7 de maio de 1817, e outra de música, na Bahia, em 30 de março.

O Príncipe Regente, em 19 de maio de 1821, restabeleceu o Seminário de S. Joaquim, extinto por D. João VI, em 1818, restituindo-lhe os bens tomados nessa época. Em dezembro de 1821, são dispensados de ponto os funcionários do Tesouro Nacional que, durante as horas de aula, freqüentem as escolas de comércio. Suprimiu-se igualmente a censura prévia de originais a serem publicados, cabendo ao editor a responsabilidade, em caso de abuso de liberdade de imprensa, e permitiu-se o despacho livre de direitos aduaneiros para livros. (2. 158).

Em 17 de maio de 1821, é criada, na cidade de Paracatu, em Minas, a cadeira de retórica e filosofia.

Conclusão. No reinado de D. João VI não melhorou o ensino popular. Criaram-se, não há dúvida, escolas de grau superior, sem, todavia, cimentá-las sobre o sólido ensino primário e secundário. Desse vício de estrutura educacional ressentiam-se, também, muitas nações cultas da época.

C) BRASIL-IMPÉRIO

Proclamada a independência, a educação nacional foi matéria, na Constituinte de 1823, de debates que visavam especialmente a organização de universidades no país. Discutia-se não só o número delas, se uma, duas ou três, mas também a localização respectiva. Dessas tentativas de ensino universitário, o Parlamento contentou-se com a fundação, no ano de 1827, dos Cursos Jurídicos de Olinda e São Paulo.

O Pe. Belchior Pinheiro de Oliveira, representante de Minas Gerais, propõe que se confira o título de Benemérito da Pátria e a Condecoração da Ordem do Cruzeiro a quem apresentar, até o fim da-

quele ano de 1823, o melhor trabalho sobre educação física, moral e intelectual para a mocidade brasileira. (9, I, 75)

A Comissão de Instrução Pública pede, sem resultado, que se mande publicar, por conta do Governo, a memória do Deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado, acerca da "Necessidade de uma Instrução Geral e mais Conforme com os Deveres do Homem na Sociedade; Insuficiência da Atual". Nessa monografia, o ilustre paulista faz considerações sobre os três primeiros graus da instrução comum, métodos pedagógicos, compêndios, mestres e importância de um diretor de estudos. (9, I, 119 e 147)

Merece referência o projeto de Januário Cunha Barbosa (1826), para a reforma do ensino nacional. Sugeriu a inspeção escolar, a fundação do Instituto Imperial do Brasil, nos moldes do Instituto de França, com quatro classes: ciências matemáticas, naturais, sociais, literatura e belas-artes. Vedava toda e qualquer alteração no sistema de instrução pública, durante seis anos, a fim de se evitarem "modificações que não fôsem ditadas pela experiência e madura reflexão". (9, I. 166-67, 17')

A primeira lei sobre a instrução pública é de 15 de outubro de 1827; estabelece o ensino mútuo; o programa incluía a leitura, escrita, as quatro operações, frações, sistema decimal, proporções, geometria prática, língua nacional, religião, e leituras sobre a constituição e história do Brasil. (9 I, 189)

O Ato Adicional de 1834 transfere às Províncias o privilegio de legislar a respeito da instrução pública, reservando-se o Governo Central o ensino em seus vários graus na capital do país, e o superior no Império. Esse ato é a fonte do malefício em que tem vivido o ensino primário em grande parte do território nacional.

Funda-se, em 1835, a primeira Escola Normal do país, na cidade de Niterói, sendo o exemplo seguido pela Bahia, em 1842, e por S. Paulo e Rio de Janeiro, no ano de 1880.

Em janeiro de 1838, o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos regulamenta o Colégio Pedro II, organizado, em 2 de dezembro de 1837, pela conversão do Seminário S. Joaquim. O curso era de oito anos, com classes de 30-35 alunos, e, pela primeira vez, as matérias do ensino secundário obedeciam a uma seriação lógica. Nesse ano, Bernardo de Vasconcelos mostra que o ensino mútuo, ou de Lencaster, que se havia ensaiado desde 1823, não dera resultado "por se limitar a

uma grosseira instrução". E' vibrante o discurso proferido na Câmara. em 1847, por Torres Homem, contra tal prática didática.

A aula oficial de língua alemã é criada em 1840, sendo, em 1841. o curso secundário reduzido a sete anos,

Justiniano José da Rocha, em relatório (1851) sobre o ensino secundário na Corte, aponta como uma das causas do acanhamento nos estudos a facilidade com que se permitem transferências de alunos de uma escola para outra, por fúteis pretextos, e quebrando assim a continuidade de esforços, a sinergia de vontades e a simpatia mútua entre professores e discípulos. Além disso, os pais só se preocupam com a habilitação dos filhos para a matrícula nos cursos superiores. Impressiona-se igualmente com a "fome de emprego público no Brasil que, na verdade, desanima e atribui tal fato a não estarem devidamente preparados para nutras profissões que consultem a economia social". (9, I. 309-311, 319)

Das reformas do ensino secundário do Governo Imperial, a mais interessante é, sem dúvida, a de Luís Pedreira Couto Ferraz, mais tarde Visconde do Bom Retiro, decretada em 1851 e regulamentada em 1854. No ensino primário instituía as escolas do primeiro grau e as do segundo grau ou primárias superiores. O curso secundário continuava a ser de sete anos. O aluno reprovado tinha de repetir o ano. Não havia transferência, sendo o aluno obrigado a aguardar o prazo de um ano, a fim de revalidar a matrícula. Deveria ter doze anos na admissão e não mais de dezoito ao cursar o sétimo e último ano do Colégio Pedro II. (9, II, 29)

Projeto Paulino de Sousa. Embora não convertido em lei, o projeto de Paulino de Sousa, filho do Visconde de Uruguai. Ministro do Império em 1869 e 1870, deve ser mencionado. Paulino de Sousa lembra que não bastam leis; é mister que sejam cumpridas e para tanto é indispensável a constante vigilância do Governo Central. Lamenta a falta de continuidade administrativa, e a interferência de políticos na obra educacional da nação. O reformador tem de se aprofundar no conhecimento da índole do país e esclarecer-se, por longa experiência, de sorte que o sistema educacional que preconiza seja aquele que melhor se ajuste às circunstâncias peculiares. (9, II, 98)

O ensino primário deve representar o escopo supremo do educador, não só por ser a base do secundário e do superior como também por constituir a educação da maior parte da população. Deseja o funciona-

mento das escolas primárias superiores criadas por Couto Ferraz, mas que não foram instaladas. O Brasil, assinala ele, é o país do mundo que menos gasta com o ensino público, agravando-se a situação com a falta de iniciativa individual por não termos o hábito das associações, para fins de utilidade pública. Embora o Ato Adicional atribua às Províncias a tarefa de promover o ensino secundário, nada impede que o Governo Central venha em socorro das Províncias impossibilitadas de custearem escolas públicas, pois a ignorância ou insuficiência da instrução elementar é uma calamidade pública a que o poder imperial deve acudir, (9, II, 113)

Recorda, ainda, que o fim do ensino secundário não é habilitar para à admissão aos cursos superiores senão o de enriquecer o espírito da aluno com conhecimentos de utilidade variável, mas indispensáveis à formação do verdadeiro cidadão.

Projeto João Alfredo. Paulino de Sousa foi substituído por João Alfredo, que logo, em 1871, entrou com um projeto, também inaproveitado, de obrigatoriedade do ensino primário, instalação de escolas primárias do segundo grau e criação de uma escola profissional primária em cada município. No ano de 1873 têm início as Conferências Pedagógicas que, em 1883, já subiam ao número de cinquenta. *Exames preparatórios.* O número de alunos matriculados nas escolas superiores, com curso regular do Colégio Pedro II, era diminuto relativamente ao daqueles que se matriculavam com certificados dos chamados exames preparatórios. Esses asseguravam o funcionamento regular das escolas superiores. Em 1850, foi expedido um decreto que regulava o processo desses exames, a título provisório, mas que vigorou perto de oitenta anos.

Até o ano de 1873, tais preparatórios, também denominados *parcelados*, por não obedecerem a seriação alguma de matérias, só se faziam nas capitais, onde existiam Cursos Superiores, isto é, no Rio, Bahia, S. Paulo e Olinda, Nessa data, porém, o Governo autoriza que sejam realizados nas capitais das Províncias, e fácil é avaliar os malefícios decorrentes.

Só em 1869 é que se tornou obrigatório o exame de português para matrícula nos cursos superiores, sendo que tal exigência começou a vigorar de 1871 em diante. (9, III, 95).

O princípio saneador dos exames parcelados, que é o *exame de madureza*, só foi observado na República, de 1898 a 1900, continuando depois o regime de preparatórios.

Reforma Leôncio de Carvalho. Em 1878 é decretada essa reforma, a última do Império e que vigorou até à de Benjamin Constant, de 1890. Caracteriza-se pela liberdade do ensino secundário e superior, critério esse que culminou na reforma de Rivadávia Correia, de 1911. Exigia, porém, a obrigatoriedade do ensino primário para as crianças de ambos os sexos, de 7 a 14 anos, salvo se os pais provassem que davam aos filhos conveniente educação. (9, II, 184)

O ensino elementar, alega o Ministro, é uma defesa do indivíduo e da sociedade. Estabeleceu jardins de infância, escolas primárias mistas, bibliotecas, museus escolares, conferências pedagógicas, e o auxílio federal às escolas normais das províncias, que teriam anexadas uma e mais escolas primárias.

Se a liberdade aplicada ao ensino secundário e superior é doutrina louvável do ponto de vista teórico, comenta Pires de Almeida, o aproveitamento prático dele depende direta e estritamente do critério da oportunidade da sua aplicação, das condições de cultura e desenvolvimento intelectual do povo, capaz de compreender o alcance dessa medida. O mal da reforma Leôncio de Carvalho, da liberdade do ensino superior, é que não basta inscrever a doutrina nas leis, sendo mister que a inovação se harmonize com o temperamento e costumes da população. E a tradição salutar, no Brasil, tem sido a orientação oficial, segura, prudente, discreta e desinteressada. (1, 658-659)

Projeto Rui Barbosa. Dos planos apresentados depois da reforma de Leôncio de Carvalho até a proclamação da República, o de Rui Barbosa é o que deve reter a atenção.

Consta de dois pareceres e projetos, o de 1882, sobre o ensino secundário e superior, e o de 1883 acerca do primário. Neles, mormente no último, o autor desenvolve circunstancialmente a matéria, demonstrando ter-se ocupado com carinho do assunto.

Lembra ele que o problema da Educação Nacional deve exigir sacrifícios financeiros iguais aos de tempo de guerra. Se neste se combate o adversário temporário, naquele combatem-se dois adversários perenes — a ignorância e a superstição. (3, 4)

"Bem orientada, a educação constitui uma alta fonte reprodutiva dos sacrifícios financeiros que impõe. A produção está na razão direta

da inteligência humana que dinamiza a matéria prima; portanto, tanto mais aperfeiçoados os instrumentos da conquista da ciência e da arte, que são o saber e a técnica, e tanto mais belos os frutos colhidos na educação dos povos. Pequenas transfusões, pequeníssimas, não levantam as forças do doente, não aumentam a resistência do organismo combatido por mais de um século de contemporizações". (4, 40 e 43)

Rui discorre a respeito da metodologia do ensino primário e do secundário. Reprova a bifurcação entre o ensino humanístico e o científico. (3, 9)

No tocante ao ensino primário, vota Rui pela obrigatoriedade dele, uma vez que este só pode ser dispensado para os povos que atingiram certo grau de evolução e tenham consciência dos deveres sociais. Naturalmente, demanda isso trabalho persuasivo, pois que "a força é impotente para fundar qualquer coisa", e a lei, tão só, é inoperante. (4. 105). Quanto ao ensino secundário e superior, a liberdade deve ser ampla, devendo a fiscalização oficial limitar-se à verificação do cumprimento real dos requisitos morais e das instalações do estabelecimento.

Em 1883. inauguraram-se, no Rio de Janeiro, a Exposição Pedagógica e o Congresso de Instrução com duas seções: uma destinada ao estudo dos problemas do ensino primário, secundário e profissional, e a outra aos do ensino superior.

Dos colégios brasileiros sobreelevaram-se, além do Pedro II, no Rio, o *Caraça*, em Minas, e o *S. Luis*, de Itú.

Localizado em S. Francisco de Paula, a 40 km. de Ouro Preto, o *Caraça* foi fundado em 1821, sendo o primeiro reitor dele o lazarista D. Antônio Ferreira Viçoso, mais tarde Bispo de Mariana. O primeiro período do colégio encerra-se com a revolução de 1842. Em 1856, os lazaristas franceses assumem a direção, culminando a fama do estabelecimento de 1867 a 1885, sob a reitoria do Pe. Júlio Clavelin, considerado, por alguns, como o maior educador do Brasil. Em 1900, estava em declínio a instituição que tanta honra e glória derramou por sobre Minas Gerais. (6, 151 e 161)

O *São Luis*, de início, era um internato fundado, em 1867, na cidade de Itú, pelo Pe. José de Campos Lara, e que lá prosperou até 1917, data em que foi transformado em externato e transferido para a capital de S. Paulo. Teve e tem grande renome, podendo-se considerar o São Luís e o *Caraça* os mais reputados colégios do Brasil no período imperial.

Conclusões. Esquemáticamente, o ensino público no Império, define-se: a) pela falta de um plano nacional de educação, de sorte que os vários graus de instrução não se desenvolviam como um todo orgânico; b) pela descontinuidade administrativa, não prestigiando os Ministros do Império, por via de regra, a obra dos antecessores; c) pela verba insignificante destinada ao ensino primário e secundário; d) pela assinergia de ação entre o Poder Legislativo e o Executivo, donde valiosos projetos de representantes da Nação que não foram objeto de debate no Parlamento; e) pela insuficiência do ensino primário; f) pela liberdade do ensino secundário, decretada em 1878, e prematura para um país que ainda não tinha consagrado, como ponto pacífico, o caráter fundamental do ensino secundário, até então, destinado quase só, a encaminhar alunos para os cursos superiores.

BIBLIOGRAFIA SELETIVA

1. ALMEIDA PIRES DE, J. R. : *L'INSTRUCTION PUBLIQUE AU BRÉSIL.* Histoire et Législation. Rio. Leuzinger. 1889. 1.102 págs.
Redigida por um médico, em lingua francesa, é obra meritória pela variedade de dados e probidade expositiva. Tem, por vezes, preferencias que se não justificam. A falta de índice e as raras divisões do texto dificultam a leitura.
2. AZEVEDO, MOREIRA DE, M. D. : *A INSTRUÇÃO PÚBLICA NOS TEMPOS COLONIAIS DO BRASIL.* Rev. Inst. Geogr. Bras. Rio, Vol. S5, 2." parte, 1892. págs. 141-158. Talvez a fonte mais consultada sobre esse período. Põe em evidência o descaso da metrópole pela vida espiritual do Brasil. Satisfaz plenamente para uma idéia de conjunto do ensino público na época colonial.
3. BARBOSA, RUI: *REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR.* Parecer e Projeto. Impr. Nac. Rio. 1882 — 74 págs.
4. BARBOSA, RUI: *REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO.* Parecer e Projeto. Impr. Nac. Rio. 1883. 378 págs. Embora não tratem de história da educação brasileira, esses trabalhos do eminente jurisconsulto, político e escritor brasileiro devem ser, aqui, citados. O autor estuda os motivos de se incrementar o ensino primário e secundário, mostra as principais falhas administrativas no tocante a tão vitais problemas e aprecia os modernos métodos pedagógicos; em suma, um repositório preciso de crítica construtiva.
5. CAMPOS, SOUSA: *EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.* Ministério da Educação. Rio. 1940. págs. 3-255.

A despeito de ter por escopo a educação superior, é de leitura proveitosa para o caso do ensino em geral. Análise minudenciada das trinta tentativas de organização universitária já iniciadas no período colonial.

CARVALHO, A. GONTIJO DE: *ESTADISTAS DA REPÚBLICA*. S. Paulo. Rev. Tribunais. 1940.

Estudioso de problemas nacionais, o A. inclui, nesse volume, um capítulo sobre o Caraça, célebre colégio mineiro.

LEITE, SERAFIM: *HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL*. 2 vols. Lisboa 1939, especialmente L. I. A Empresa no Brasil — págs. 1-104.

Modelo de erudição. Estilo atraente. Corrige noções errôneas, consolida opiniões vagas e c indispensável para se conhecer a obra dos Jesuítas no Brasil. S. Leite e Madureira (n.º 8) realizaram a condição preliminar de Capistrano de Abreu, para quem pretenda escrever a história do Brasil, qual a de começar-se redigindo a história da Companhia de Jesus em nosso país. (I. XIV).

MADUREIRA, J.: *A LIBERDADE DOS ÍNDIOS — A COMPANHIA DE JESUS. SUA PEDAGOGIA E SEUS RESULTADOS*. Rio. Impr. Nac. 1939. 2.º vol. 6.ª parte: *RESULTADOS DA PEDAGOGIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL COLONIAL (1549-1759)* capítulos I-III. págs. 351-389-465.

Recomendável para um juízo acerca da pedagogia dos Jesuítas e seus resultados, principalmente no Brasil. Convém, talvez, lê-lo antes da obra de Serafim Leite, pois este estuda exclusivamente a ação inaciana no país.

MOACIR, PRIMITIVO: *INSTRUÇÃO E IMPÉRIO*. 3 vols. S. Paulo. Ed. Nac. 1.º v. 1936, 614 págs. 2.º vol. 1937, 614 págs.; 3.º v. 1938, 688 págs.

O mais louvável esforço que se tem feito para historiar a educação no Brasil. O autor tem prestígio para tal cometimento não só pela energia e paciência em consultar arquivos e documentos, como também por haver publicado, em 1916, um ótimo volume sobre o Ensino Público no Congresso Nacional. No caso de se indicar uma única obra a respeito da história da educação brasileira, certamente será esta a aconselhável. A bibliografia, todavia, não é circunstanciada nem filia o vulto daquele que o autor leu e cotejou; por outro lado, a distribuição da matéria pelos vários graus de educação é algo embaraçosa, parecendo-nos que a ordem cronológica geral seria mais prática.

OLIVEIRA, M. SANTOS DE: *HISTÓRIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA*, em o *DICIONÁRIO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO*. Inst. Hist. e Geogr. Bras. Rio. 1922, tomo I, cap. XV. págs. 373-382.

Tem o singular préstimo de apresentar, em dupla coluna, pela ordem cronológica, as efemérides dos decretos e atos oficiais que se referem ao ensino público no Brasil.

11. PEIXOTO, AFRÂNIO: *CEM ANOS DE ENSINO PRIMÁRIO*, em o Livro do Centenário do Poder Legislativo. Empresa Brasil Limitada. Rio. 1926, vol. 1. págs. 461-527.

Brilhante professor universitário e polígrafo brasileiro, o autor versa, com acuidade e elegância, os mais variados temas, sejam de medicina, literatura ou cultura geral. O trabalho referido é documentado com cópia de dados estatísticos. Eqüidistante do pessimismo e do entusiasmo, alega os males educacionais que afligem a nação. Estilo incisivo que leva à meditação. Apelo para a pronta nacionalização do Brasil, máxime nos estados sulinos. Defende a escola única.

12. SILVEIRA, CARLOS DE: *HISTÓRIA DA INSTRUÇÃO NO BRASIL*. " Rev. Esc. Normal de S. Carlos", n.º 4. Ano II, junho 1918; págs. 3-11, n.º 5. Ano III, dez. 1918. págs. 5-30.

Apanhado sucinto de um estudioso dos problemas de educação brasileira. Nele se resumem algumas lições do autor na Escola Normal de S. Carlos, em S. Paulo, onde foi professor de história da educação.

13. TAUNAY, AFONSO DE: *PRIMEIRAS ESCOLAS DO BRASIL*, págs. 619-623; *OS JESUÍTAS E O PROGRESSO CULTURAL*, 673-677; *OS JESUITAS E O ENSINO COLONIAL*, págs. 731-135. Mensário do Jornal do Comércio. Rio, set. 1941. T. CXV, v. III.

O historiador que tão magistralmente reviveu o ciclo dos bandeirantes, pronunciou três conferências na comemoração quatricentenária da fundação da ordem. Encerra informações que se não acham em trabalhos da mesma extensão.

14. VERÍSSIMO DE MATOS, J.: *A INSTRUÇÃO E A IMPRENSA NO BRASIL*, em o Livro do Centenário, vol. 1. Rio. Impr. Nac. 1909, cap. IV. págs. 5-12.

O ilustre beletrista e crítico literário já havia apreciado, com muita argúcia, os problemas de *Educação Nacional*, em obra que, sob esse título, publicou em 1890, e reeditou em 1906. Na *Instrução no Brasil*, faz uma síntese rápida da história do ensino no Brasil, até o advento do século XX. A crítica é objetiva, serena e precisa; realça assim o saldo como o déficit da nossa evolução educacional.

ESTUDO E ENSINO DA SOCIOLOGIA

DONALD PIERSON, PH. D.

Da Escola Livre de Sociologia e Política
de São Paulo

AS ORIGENS DA SOCIOLOGIA

O Pensamento Social data das primeiras reflexões feitas pelo homem a respeito de si mesmo e de suas relações com os outros seres humanos. Quase tão velho quanto a própria capacidade humana de pensar. o Pensamento Social estava, a princípio, limitado às generalizações mais simples, que se baseavam na observação limitada de apenas poucos casos. Era fragmentário e, segundo todas as probabilidades, bastante inexato. Mas, com o desenvolvimento das civilizações, veio a ter caráter mais sistemático e metódico, a ser mais elaborado, mais complexo, e, afinal, a transmitir-se às gerações posteriores nos livros deixados por grandes pensadores, ou escritos a respeito deles, como Confúcio e Lau Tsé, na China; Gatama, o Buda, e Maavira, o Jina, na Índia; Ori-genes. Filo e Sto. Agostinho, no "Mundo Alexandrino"; Moisés, Jeremias e Jesus, na Palestina; Sócrates, Platão e Aristóteles, na Grécia; Tácito, Lucrécio, Zenon, Epicuro, Sêneca e Paulo, no Império Romano; Zoroastro, Mani e Maomé, nos desertos asiáticos; Tomás de Aquino e Dante Alighieri, na Europa medieval; Descartes, Leibniz. Calvino, Hume, Kant, Voltaire e Spinoza, na Europa dos séculos XVII e XVIII; e Bergson, Croce, Santayana, Hobhouse, Whitehead. Hocking, Dewey e Lm Yutang, de tempos mais recentes.

Nas observações do homem a respeito de si mesmo e de seus semelhantes, começou, afinal, a aparecer, especialmente nas correntes européias de pensamento, uma objetividade e um realismo que marcaram uma separação nítida do pensamento do passado — modificação tão claramente definida que se poderia dizer que um novo estágio se tinha então iniciado na consideração dos problemas humanos. No domínio da

Física, este novo modo de observação e reflexão, embora talvez já tivesse aparecido no trabalho de homens como Euclides, Arquimedes e Eratóstenes, pode ser claramente verificado em Copérnico (1473-1543), Brahe (1546-1601), Galileu (1564-1642), Kepler (1571-1630) e Newton (1642-1727). No domínio do social, esta nova era da observação humana definiu-se claramente no trabalho de homens como Machiavelli (1469-1527), o conselheiro italiano dos governadores medievais, que com: *O Príncipe* deu, pela primeira vez, uma descrição realista das instituições políticas; Bodin (1530-1596) que encarou os processos da sociedade como "naturais" em vez de sobrenaturais, como sendo da própria *natureza* humana; Vico (1668-1744), cujas concepções da natureza orgânica da sociedade e da continuidade histórica da vida humana muito contribuíram para o pensamento subsequente; Montesquieu (1688-1755).. que reafirmou a insistência de Bodin sobre a ocorrência não acidental dos acontecimentos humanos, estimulou procedimentos empíricos, comparou e classificou tipos de grupos políticos e reconheceu o sério problema do "bias" (1) (sugerindo para fazer face a esse problema, diga-se de passagem, a experiência cosmopolita e o método comparativo).

Esta nova era da observação humana continuou a desenvolver-se no trabalho dos teóricos do "contrato social", Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704) e Rousseau (1712-1778); dos historiadores críticos. Eichorn (1781-1854); Ranke (1795-1886), Niebuhr (1776-1831) e Guizot (1787-1874), com seu interesse mais pela História *cultural* que pela História *militar e política*, sua maneira realista de estudar os acontecimentos humanos, sua insistência sobre a recuperação de fontes adequadas e suas concepções de causa múltipla e de interdependência; dos "economistas clássicos", Adam Smith (1723-1790), Malthus (1766-1834). Ricardo (1772-1823) e dos Fisiocratas, com seu interesse pela população, pela divisão do trabalho, e pela taxa mais como relacionada ao bem estar do povo que simplesmente relacionada ao bem estar do Estado; sua insistência sobre a necessidade de levar em conta, na consideração dos problemas econômicos, muitos outros elementos, além dos econômicos, como, por exemplo, as variações do comportamento costumeiro; e sua concepção de que *todos* os fenômenos estão sujeitos a leis; dos "filósofos da história", especialmente Hegel.

(1) A tendência de considerar os fenômenos sociais por meio dos "óculos coloridos" (por assim dizer) da nossa cultura, da nossa época, do nosso grupo e da nossa própria experiência.

(1770-1831), Comte (1798-1857), Marx (1818-1883), Spencer (1820-1903), Ward (1840-1913) e Spengler (1880-1936) ; dos biólogos Darwin (1809-1882), Wallace (1823-1913) e Huxley (1825-1895), cujas pesquisas cuidadosas e lógica brilhante ajudaram a colocar entre as coisas "naturais" o homem e sua vida; e da "escola organicista", inspirada nos trabalhos desses biólogos e incluindo Lilienfeld, Espinas, Fouillée, Schäffle, Paul Barth e René Worms. Podem contar-se muitos outros que contribuíram para o atual conhecimento a respeito da natureza humana e do desenvolvimento dos processos sociais, sendo especialmente importantes: Berkeley (1685-1753), Condillac (1743-1794), Bentham (1748-1832), Saint-Simon (1760-1825), Humboldt (1767-1835), Grote (1794-1871). Le Play (1806-1882), Mame (1822-1888), Lazarus (1814-1903), Bagehot (1826-1877), Dicey (1835-1922), Fiske (1842-1901), Kidd (1858-1916) e Giddings (1855-1931).

Como disciplina *especial*, porém, distinta das outras disciplinas sociais como a História, a Antropogeografia, a Arqueologia, a Lingüística, a Etnologia, a Economia, a Ciência Política e as disciplinas aplicadas da Pedagogia, Ação Política, etc, a Sociologia começou a surgir dos trabalhos do brilhante pensador francês Emile Durkheim (1858-1917) e das profundas e penetrantes análises do pensador alemão Georg Simmet (1858-1918). A partir de seus trabalhos, já não se confunde a Sociologia com as outras disciplinas sociais, como adiante indicarei mais minuciosamente. E hoje em dia não se concebe a Sociologia qual "genera-líssimo das ciências sociais", como Small (acompanhando Spencer) a tinha definido. Assiste-se agora à deflação de pretensiosas reivindicações outrora feitas, apesar de certos vestígios de épocas anteriores ainda persistirem no espírito popular e mesmo nos espíritos de certos "sociólogos leigos".

Em épocas relativamente recentes, além das contribuições importantíssimas de Simmel e de Durkheim, a Sociologia tem recebido contri-buições apreciáveis de homens como Gumplovicz, Ratzenhofer, Tön-nies, Sombart, Mannheim, Max Weber, Rickert, Oppenheimer e von Wiese, na Alemanha; Tarde, Le Bon, Simiand. Mauss, Lévy-Bruhl, Halbwachs, Janet, na França; Sumner, Cooley, Thomas, Park, Burgess e uma legião de sociólogos pesquisadores por eles estimulados, nos Estados Unidos; e os italianos Gini e Pareto.

MOVIMENTOS DE PENSAMENTO

Traçar, entretanto, as origens da Sociologia simplesmente em função de nomes, é falsear a realidade, dando importância indébita a homens e negligenciando os movimentos que esses homens representaram e dos quais foram *símbolos*. Se, portanto, procurarmos as origens da nossa disciplina, será conveniente traçar o desenvolvimento, por exemplo, da Filosofia, da História, Geografia, Etnologia e Lingüística (começando especialmente com o trabalho dos irmãos Grimm e passando ao desenvolvimento do estudo do folclore e principalmente da Psicologia de "Folk"); dos motivos filantrópicos que dominam todo o pensamento utópico e resultaram nas organizações de caridade e no "Survey Movement"; da Biologia e, especialmente, da influência da teoria da evolução sobre as analogias organicistas em Sociologia; do socialismo; de trabalhos pseudo-científicos como os de Lombroso, os quais surgiram de uma disciplina hoje completamente desacreditada, a Frenologia; do interesse pelo comportamento coletivo e, especialmente, da controvérsia sobre "Nominalismo" e "Realismo", em que Durkheim tão eficientemente se empenhou; e da popularização do estudo do comportamento da multidão por Le Bon (2). O que é necessário, para compreender as origens da Sociologia, é conhecer os vários estágios do desenvolvimento do corpo de conhecimentos que agora constitui a Sociologia.

FOLKWAYS

Um dos primeiros trabalhos a representar o moderno estágio de pesquisa é o livro de William Graham Sumner, *Folkways*, publicado em 1906. Este trabalho altamente estimulante de pensamento pertence definitivamente ao campo da Sociologia *como disciplina distinta*, apresentando, como apresenta, uma descrição e uma explicação de dados so-ciológicos *em termos da própria vida grupal*. Não há, nele, importação de explicações provenientes de campos estranhos como a Biologia, a Geografia, a Economia ou outras disciplinas. Ainda mais, a análise de Sumner baseia-se num enorme acúmulo de dados etnográficos, não sim-

(2) Vide, por exemplo, Windelband; W., *Geschichte der Philosophie* (Frei-Lurg, 1892); Randal, J. H., *The Making of the Modern Mind* (Boston, 1926) — elementar, popular; Durant, Will, *Philosophy and the Social Question* — elementar, mas claro e recomendável.

plesmente para ilustrar teorias já estabelecidas (como se verifica, infelizmente, em esforço semelhante por parte de Herbert Spencer) mas para servirem de fonte empírica para formulações teóricas.

COMUNICAÇÃO

O primeiro problema com o qual lida a Sociologia é: como podem os seres humanos, separados como estão do ponto de vista físico, agir conjugadamente? Por outras palavras, como os animais humanos se tornam "humanos" e levam uma vida comum (3) ?

O processo básico por meio do qual os indivíduos humanos se tornam capazes de combinar-se em unidades mais vastas é o da *comunicação*. As sociedades são criadas e transmitidas por meio dela; de fato, como observa Dewey, sociedade *existe na comunicação* (4). Sem comunicação, nenhum de nós se tornaria "humano", dotado de linguagem, pensamento, atitudes ou sentimentos. Admitindo que tivéssemos sobrevivido. seríamos meros animais, capazes apenas de sede, fome, atividade sexual e medo. Felizmente para a ciência, mas infelizmente para os indivíduos em questão, conhecemos alguns desses animais não humanos.

Referimo-nos a eles, na literatura sociológica, como sendo "homens feras" (5).

Além do processo de comunicação, tratamos em Sociologia do processo de *socialização*, assim como dos processos de *competição*, *conflito*, *acomodação*, *assimilação*, etc. Todos esses processos são formas específicas que o *processo geral de interação* (6), comum a todas as ciências, x>de assumir.

(3) Vide meu artigo, "O que torna humano o indivíduo", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. LXXXIII (maio-junho, 1942), págs., 39-57.

(4) John Devey, "Democracy and Education", (New York, 1926), págs. 5-6.

(5) August Rauber, *Homo Sapiens Perus* (Leipzig, 1885). Vide também itura N.º 28, "Isolamento e Retardação: Homens Feras", da série de "Leiras de Sociologia e Antropologia Social", organizadas por Donald Pierson mimeografiadas pela Escola Livre de Sociologia e Política de São aulo.

(6) Vide meu artigo, "O processo de interação: conceito básico nas ciências sociais", *Sociologia*, vol. III, N.º 2 (maio de 1941), págs. 106-120.

QUE É SOCIEDADE ?

Do ponto de vista do senso comum, a sociedade tem sido concebida: 1) como a soma total de todas as instituições, tais como o casamento, a religião, o Estado, a propriedade, a indústria; etc; 2) como mero conglomerado de pessoas.

A primeira destas definições identifica a sociedade simplesmente como estrutura social e, conseqüentemente, a faz estática, externa aos indivíduos e, até certo ponto, irreal. O termo, tal como é ordinariamente empregado neste sentido, é vago, sem clareza e de difícil compreensão.

A segunda concepção, a que encara a sociedade como simples conglomerado de pessoas, é superficial. *E' uma definição física e não social.* A sociedade é mais que mero agregado físico. As pessoas sentadas juntas num bonde não constituem uma sociedade. Nas sociedades, as pessoas não estão relacionadas umas às outras simplesmente como os tijolos numa pilha estão relacionados entre si. Relacionam-se mediante uma teia de atitudes e sentimentos comuns, um emaranhado de fins e propósitos comuns.

DAS "SOCIEDADES" À "SOCIEDADE"

Para compreender a "sociedade", devemos estudar as "sociedades", como, três décadas atrás, sociólogos pesquisadores como W. I. Thomas fizeram ver. Antes, os filósofos sociais haviam falado sobre sociedade no singular; isto é, discutiram somente o conceito sem analisar sociedades reais, pelo menos de maneira não superficial; em outras palavras, sem analisar a sociedade no plural. Quando, portanto, pensámos no conceito de "sociedade", é de grande utilidade ter em mente uma sociedade particular que nos seja familiar, como, por exemplo, uma determinada família (7).

FINS E PROPÓSITOS COMUNS

Que é uma família? Duas ou mais pessoas unidas pelo sangue ou pelo casamento, e vivendo juntas na mesma casa? Talvez; mas estes ca-

(7) Que não se confunde com instituição da família, como veremos adiante.

racterísticos, apenas, não fazem desse grupo uma "família". Para isso é necessário muito mais que a mera coexistência física. As pessoas podem, por exemplo, viver por longo tempo lado a lado, sem compartilharem as mesmas atitudes e sentimentos e, por vezes, sem mesmo se falarem. Mais ainda, pessoas relacionadas pelo sangue podem ser de tal modo estranhas umas às outras que, praticamente, não existam laços sociológicos, isto é, laços pessoais. Em Sociologia, devemos ter sempre em mente, de maneira clara, as distinções entre as relações meramente físicas ou biológicas e *as sociológicas*. Tratamos somente das últimas.

Que é, pois, que faz de um grupo de pessoas uma "família"? São *os propósitos comuns, os fins que compartilham*; as atitudes e sentimentos comuns; as tradições e segredos que possuem em comum. Uma família é unida não somente por laços físicos e biológicos, mas também, o que é ainda mais importante do nosso ponto de vista, *por laços sociológicos*. Os membros individuais são articulados de modo a formar uma unidade *capas de ação conjugada*, porque compartilham de um corpo de *fins comuns*; ou, em linguagem técnica sociológica, participam de um *consenso*.

Deste ponto de vista, é claro que uma família pode desintegrar-se sociologicamente, sem que os indivíduos que a compõem percam suas relações físicas ou biológicas; por outras palavras, sem sair do teto comum, nem desistirem (admitindo que isto fosse possível) de sua hereditariedade comum. Sempre que enfraquecerem as atitudes e sentimentos que unem um indivíduo a determinada família, e se tornarem dominantes sentimentos que o liguem a outros indivíduos fora da família e a ela antagonísticos, o indivíduo se desligará daquela, do ponto de vista sociológico, mesmo se continuar a viver sob o mesmo teto.

Assim, o grupo físico deixa de ser grupo social, ou como dizemos, uma "família", à medida em que os indivíduos que a compõem deixam de compartilhar das mesmas idéias, dos mesmos sentimentos, das mesmas atitudes, dos mesmos pontos de vista. Um homem, sua mulher e seus filhos podem continuar a ocupar conjuntamente a mesma casa sem que se observe qualquer mudança nas suas relações físicas — por outras palavras, sem qualquer mudança no grupo físico — enquanto atitudes e sentimentos antagonísticos carcomem a família, destruindo-a parcial ou inteiramente. O divórcio e o abandono do lar são "evidências físicas" da desintegração da família, no sentido sociológico. Uma vez mais as relações *físicas* vieram, pela migração, a corresponder mais estreitamente às relações *sociológicas*.

E' fácil, deste ponto de vista, compreender a organização de um "grupo primário" (8) cujos membros estão grandemente separados. espacialmente. O grupo primário forma-se quando, comunicando-se por meio de conversa, de cartas, jornais, revistas, livros, telégrafo, telefone, rádio, etc, os homens vêm a desenvolver ou continuam a compartilhar das mesmas atitudes, idéias, sentimentos e pontos de vista. Podemos mesmo perceber a organização de "grupos primários" cujos membros estão separados não somente no espaço como no tempo, mesmo por séculos. Quando, pois, falamos em "grupo primário" não pensamos em relações *espaciais*, mas em relações *sociológicas*. Falamos de grupos em que a teia de interconexões que ligam os indivíduos são *relações primárias*. Acentuamos não o grupo como *grupo em si*, mas as suas relações.

Este ponto de vista é básico para uma compreensão de todos os problemas sociais, como, por exemplo a delinqüência juvenil.

INSTITUIÇÕES (9)

De maneira geral, pode dizer-se que a Sociologia se interessa principalmente pelas *instituições*, sua origem, natureza, função e modos de transformação. Isto é verdade, porque as instituições, no sentido realista do conceito, constituem *os fins comuns* que permitem que as pessoas em questão ajam conjugadamente.

Que é uma "instituição"? Seja-nos permitido considerar antes alguns casos concretos. O casamento, a propriedade, a religião são talvez as instituições mais universais. Todas começaram nos *folkways* (10). Desenvolveram-se em *mores* pelo acréscimo de alguma ideologia,

(8) Vide Charles H. Cooley, *Social Organisation* (New York, 1929), págs. 23-31; Ellsworth Faris, "The Primary Group"; Essence or Accident", *American Journal of Sociology*, Vol. XXXVIII (1922-23), págs. 41-50; e o meu artigo "Um sistema de referência para o estudo dos contatos raciais e culturais", *Sociologia*, Vol. III, N.º 1 (março, 1941), págs. 9-11.

(9) Vide Everett Hughes, "Institutions", Parte Cinco, Robert E. Park, e outros, *An Outline of the Principles of Sociology* (New York, 1939), págs. 283-347.

(10) Vide William G. Sumner, *Folkways* (Boston, 1906); e a Leitura N.º 1, "Folkways and Mores" da série de "Leituras de Sociologia e Antropologia Social", organizadas por Donald Pierson e mimeografadas pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

alguma filosofia, referente à sua necessidade para o bem da sociedade.. Quando, mais tarde, produziram, como diz Sumner (11) uma "estrutura", tornaram-se instituições; por outras palavras, quando se tornaram mais definidos e específicos, com referência às regras, aos atos prescritos e ao aparelhamento a ser empregado; ou, talvez, quando certo número de funcionários foi encarregado de agir segundo maneiras estabelecidas.

Assim, uma instituição envolve: 1) um conceito (uma idéia, noção, doutrina ou interesse) ; 2) uma estrutura, que, por assim dizer, "apoia" o conceito e fornece meios de realizá-lo, de modo a servir aos interesses dos seres humanos.

As instituições são ou 1) espontâneas, ou 2) criadas. As espontâneas desenvolveram-se sem plano, sem propósito, resultando da vida comum de determinado povo. As instituições criadas são produtos de invenção racional embora sejam, por sua vez, quando bem sucedidas, sempre baseadas nos "mores". Os bancos, por exemplo, são instituições de crédito "criadas" mas sempre fundadas sobre costumes cuja presença em nossa cultura pode ser observada através de muitos séculos. Houve tempo em que, guiados pela reflexão racional sobre a sua experiência, os homens sistematizaram e regularam certos costumes correntes e deste modo criaram instituições de crédito, definidas em lei e sancionadas pelo poder do Estado. Do mesmo modo a realza, a ditadura, a democracia, o voto, o tribunal, o júri, o imposto, a associação comercial, a "sociedade" anônima, o mercado, etc, vieram a existir, embora o elemento racional neles seja tão grande e a sua base nos "mores" tão obscura (por causa da nossa análise imperfeita dos "mores" em questão) que tal origem só pode ser averiguada por investigações cuidadosas e prolongadas.

Pode dizer-se, a este respeito, que raramente uma instituição "criada" é vigorosa e inteiramente bem sucedida. Inventar uma instituição bem sucedida é coisa extremamente difícil. Ordinariamente, os "mores" se apoderam dela e dela fazem alguma coisa muito diferente do que planejaram os inventores, como, por exemplo, o que os "mores" norte-americanos fizeram do colégio eleitoral instituído pela Constituição dos Estados Unidos.

(11) *Ibid.*, pág. 53.

Perguntou-me uma vez um de meus estudantes: Considerando-se a igreja uma instituição com fins e objetivos comuns, não será portanto uma sociedade?

E' uma boa pergunta, porque chama a atenção para a falta de precisão com que se empregam as palavras na fala comum, fato lamentável devido, ordinariamente, à inadequada análise de conceitos.

Quando pensamos em instituições, lembramo-nos, usualmente, antes de mais nada, de três das mais importantes: a família, a igreja e o Estado. Mas um modo de perceber claramente o que é uma instituição e distingui-la das outras coisas sociais é projetar o nosso pensamento para além destas instituições comumente lembradas, considerando outras, como por exemplo: a troca, a economia monetária, o se-pultamento, a monogamia, a educação, a propriedade, a etiqueta, a pirataria, a pena de talião, o duelo, o ordálio, a litania, o credo, a lei, a casta, o *birth control*, o contrato, a regulamentação do comércio pelo governo, o atletismo, a democracia, o imperialismo, o horário de trem, etc.

Repito, então, resumindo: com o fim de satisfazer as necessidades e os desejos dos seres humanos, certos modos de comportamento surgiram em cada povo e, com a repetição contínua, tornaram-se costumeiros; quando estes "folkways" assumem 1) o que Sumner chama um conceito (isto é, uma noção ou idéia de sua utilidade) e 2) uma estrutura, isto é, um meio de realizar esta noção ou idéia na vida real, temos, como já indiquei, uma instituição.

A *instituição* da igreja, ou da família, ou do Estado, etc, não é uma sociedade. E' antes de mais nada uma idéia da função de uma igreja, ou de uma família, ou de um Estado; e, em segundo lugar, um meio de realizar essa idéia (atos prescritos, e funcionários) numa igreja concreta, numa família concreta, num Estado concreto.

O grupo de membros de uma determinada igreja, de uma determinada família, de um determinado Estado, possuidores, em cada caso, de um consenso (isto é, objetivos comuns, fins comuns), por outras palavras, capazes de agir conjugadamente, e ativamente empenhados em agir assim, como uma unidade, constitui, em cada caso, uma sociedade.

Por outras palavras, a *idéia* e a *estrutura* da igreja, da família, constituem a instituição. As pessoas que compartilham das idéias, atitudes e dos sentimentos comuns e que participam dos atos comuns de (*determinada* igreja, de *determinada* família, de *determinado* Estado,

constituem, em cada caso, junto com estas atitudes, sentimentos e atos comuns, uma sociedade.

A ECOLOGIA HUMANA (12)

De valor fundamental para o estudo da Sociologia é o estudo da Ecologia Humana. E' um novo campo de especialização que surgiu em época relativamente recente.

A Ecologia Humana não trata da "influência do ambiente físico sobre o homem, sua formação e seu desenvolvimento", como pensa muita gente. Esse é o campo da *Antropogeografia*. A Ecologia Geral trata do processo de competição tal como atua entre as plantas (Ecologia Vegetal), entre animais sub-humanos (Ecologia Animal) e entre humanos e suas instituições (Ecologia Humana), selecionando-os de acordo com a capacidade em competir e distribuindo-os no espaço.

A Ecologia Humana surgiu do estudo da Ecologia Vegetal feito por cientistas como Eugenius Warming (13), do estudo da Ecologia Animal feito por cientistas como Charles Elton, Richard Hesse, W. C. Allee, Karl Schmidt (14), e tornou-se definida através do trabalho, especialmente, de C. J. Galpin, Robert E. Park, Ernest Burgess, Roderick McKenzie, Clifford Shaw e seus associados (15).

(12) Vide A. B. Hollingshead, "Human Ecology", Parte II, *An Outline of the Principles of Sociology*, "edited" por Robert E. Park (New York, 1939), págs. 65-168.

(13) Eugenius Warming, *O ecology of Plants* (Oxford, England, 1909).

(14) Vide, por exemplo, Richard Hesse, *Tiergeographie auf oekologischer Grundlage*, revisado e publicado, *Ecological Animal Geography*, por W. C. Allee e Karl P. Schmidt (New York e London, 1937).

(15) C. J. Galpin, *The Social Anatomy of an Agricultural Community*, University of Wisconsin Agricultural Experiment Station Bulletin N.º 34, May, 1915; *Rural Life* (New York, 1918); Robert E. Park, "Human Ecology", *American Journal of Sociology*, XLII, 1-15; "The Urban Community as a Spatial Pattern and a Moral Order", em Ernest W. Burgess, *The Urban Community* (Chicago, 1926), págs. 3-18; E. W. Burgess "The Growth of the City: An Introduction to a Research Project" em Park e Burgess, *The City* (Chicago, 1927), págs. 47-62; Roderick McKenzie, "The Ecological Approach to the Study of the Human Community" em Park e Burgess, *The City*, págs. 63-79; "The Scope of Human Ecology", *Publications of the American Sociological Society*, Vol. XX (1926, págs. 141-154; "Ecology, Human", *Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol. V, págs. 314-15; *The Metropolitan Community* (New York, 1933); Clifford Shaw e outros, *Delinquency Arcas* (Chicago, 1929); etc.

O fato básico da Ecologia Vegetal é que existe entre as plantas uma competição constante por um lugar no solo. Dessa competição se origina certa organização grupal que não pode ser explicada pelo simples estudo de uma planta ou de todas as plantas *como meros indivíduos*.

Do mesmo modo, nasce entre os seres humanos, como resultado do processo natural de competição, certa organização que não é sociológica. No decorrer desse processo, indivíduos e grupos tornam-se dependentes, especializados nas suas funções e localizados no espaço. Sua localização, uns em relação aos outros, pode então ser tomada como indicio de suas relações sociológicas.

E' preciso, pois, distinguir a Ecologia Humana de: a) *Antropo-geografia*, que nos trabalhos de Frederick Ratzel (16), na Alemanha, de Ellsworth Huntington (17) e Ellen Semple (18) nos Estados Unidos, trata da influência do meio físico sobre a cultura humana (por exemplo, esses estudiosos procuram pôr em evidência a influência dos mares, rios, montanhas, desertos, do frio e do calor, sobre o desenvolvimento histórico e as instituições humanas) ; e b) da *Geografia Humana* que trata, como é talvez mais claramente definido por Jean Brunhes (19), das modificações do meio físico causadas pelo trabalho do homem (por exemplo, mudanças na topografia causadas pela construção de estradas, pontes, cidades, pelo cultivo dos campos, destruição das florestas, etc.) (20). A Ecologia Humana estuda *as relações entre os homens*, na medida em que estas relações estão por sua vez relacionadas

(16) Friedrich Ratzel, *Anthropogeographie oder Grundzüge der Anwendung der auf die Geschichte* (Stuttgart, 1882).

(17) Ellsworth Huntington, *Civilization and Climate* (New Have, 1915).

(18) Ellen Semple, *Influences of Geographical Environment, on the Basis of Ratzel's System of Anthropogeography* (New York. 1911).

(19) Jean Brunhes, *La géographie humaine*, Paris, 1920.

(20) E' verdade que existem divergências consideráveis entre os próprios-especialistas acerca do que seja exatamente a Geografia Humana. Jean Brunhes restringe esse campo ao estudo dos efeitos da ocupação da superfície da terra pelo homem. Assim, para Brunhes, a Geografia Humana se ocupa com as modificações do mundo físico que possam ser claramente verificadas por alguém que passe em aeroplano por cima do terreno estudado; por exemplo: estradas, pontes, campos cultivados, casas, celeiros, cocheiras, cidades, etc. Barrows, por outro lado, identifica a Geografia Humana com o que ele chama de "Ecologia Humana". Por "Ecologia Humana", entretanto, Barrows entende um campo estudado pelos antropogeógrafos.

com o *habitat*. A Geografia Humana trata da localização no espaço; a Ecologia Humana, do *processo*.

Assim, a Ecologia Humana estuda as relações de homem para homem, tal como se revelam pelos indícios físicos, principalmente pelo espaço. A Ecologia Humana não se interessa pelas relações diretas entre o homem e o habitat, mas sim pelas *relações pessoais*, pelas relações entre os seres humanos, na medida em que estas se refletem por sua vez nas relações espaciais. Por exemplo, Ernest Burgess e Clifford Shaw descobriram que se alguém, vindo do centro de Chicago, se encaminhar para a periferia da cidade, verifica que o coeficiente de delinqüência Juvenil decresce progressivamente. Isso representa o que chamamos de "gradient" (21). Posteriormente, Clifford Shaw e seus colaboradores fizeram experiências em irais ou menos outras trinta cidades dos Estados Unidos e verificaram que essa teoria sempre se confirmava nas grandes cidades norte-americanas. Mais tarde, outros "gradients" foram descobertos. Assim também, no ano de 1930, o coeficiente da esquizofrenia era em Chicago 102,3 por 100.000 habitantes, na Zona I: 47,8 na II; 32,6 na Zona III; 25,0 na Zona IV; 17,9 na Zona V e 15,8 na Zona VI, numerando-se as zonas do centro para a periferia da cidade, indo-se para o norte (22).

Do mesmo modo, Roderick McKenzie estudou a concentração da população em grandes áreas urbanas, a descentralização das indústrias, as "áreas naturais" (23) da cidade (definidas por vários tipos de vida social), etc.

A noção básica de McKenzie, como também de Park, Burgess e outros estudiosos que trabalham neste campo, é que no nível ecológico (24) da vida humana existe um processo espontâneo, não intencional (chamado competição), que leva os seres humanos a desenvolver inconscientemente uma organização interdependente e certa distribuição no espaço..

(21) Vide Clifford R. Shaw, et al., *Delinquency Areas* (Chicago, 1929).

(22) Vide Robert E. L. Faris e Howard Dunham, *Mental Disorders in Urban Areas* (Chicago, 1939), pág. 53.

(23) Vide meu artigo, "Estudo da cidade", *Sociologia*, vol. V, N.º 4 (out. de 1943), págs. 305-15.

(24) Vide meu artigo, "O processo de interação: Conceito básico nas ciências sociais", *loc. cit.*

Assim, a Ecologia Humana se interessa pelo processo de competição entre os indivíduos, raças e instituições humanas e pelas conseqüências desta competição, tais como: 1.) *dispersão* (isto é, *migração* mais *o estabelecimento em um novo habitat*); 2) *mobilidade* (o movimento de pessoas, mercadorias e idéias dentro do mesmo sistema ecológico ou cultural); 3) a formação de *comunidades* biótica e a organização funcional da vida humana, característica dessas comunidades (a chamada "teia da vida", na qual todos os organismos vivos se articulam num vasto sistema de interdependências intrincadas e continuamente mutáveis); 4) o desenvolvimento de uma *divisão de trabalho* que este fato implica; 5) o estabelecimento do equilíbrio biótico ou "*balanço da natureza*", isto é a tendência dos grupos de população para se ajustarem uns aos outros nos termos das possibilidades de subsistência de seus *habitais*; 6) *agregação* (formação de grupos de população por imigração e por aumento natural); 7) *concentração* (aglomeração de seres e instituições humanos em áreas favoráveis); 8) *centralização* (focalização das atividades humanas em volta de pontos centrais); 9) *descentralização* (contra-tendência das atividades humanas de se afastarem, finalmente, dos centros de concentração para a periferia, onde os valores da terra são mais baixos e o espaço mais facilmente obtido); 10) *segregação* (peneiramento de grupos de população e de cultura semelhantes, bem como de organizações industriais e comerciais semelhantes, por exemplo: colônias de imigrantes, "slums", áreas residenciais de alta classe, distritos de fábricas, de vendas por atacado, de vendas a varejo, distritos de lojas de artigos usados); 11) *invasão* (penetração de uma área ocupada, por um grupo de população ou instituição diferente daqueles que ocupavam a zona, com as respectivas mudanças no tipo de população ou na utilização do terreno); 12) *sucessão* (deslocamento completo dos moradores anteriores por um grupo invasor de população, ou por um tipo de utilização do terreno); 13) *rotinização* (movimento diário de ida e vinda do lugar de residência para o de trabalho e para os distritos de varejistas, de atacadistas ou de divertimentos, movimento que ocorre em grau acentuado nos grandes centros metropolitanos); 14) *predominância*.

Assim, o processo de competição atua no mundo vegetal, no animal e no humano: 1) para distribuir espacialmente os indivíduos e (no que se refere aos seres humanos) suas instituições, de maneira que venham a ocupar os nichos onde estarão mais aptos a sobreviver; 2) para forçar as plantas, os animais, os seres humanos e suas instituições, a especia-

lizar suas atividades vitais de maneira a competir mais eficientemente com seus semelhantes. No decorrer desta distribuição espacial e especialização de funções, *um arranjo ordenado* das plantas, dos animais ou seres humanos e suas instituições, conforme o caso, se desenvolve; ou, por outras palavras, *comunidades* emergem.

DISTINÇÃO ENTRE "COMUNIDADE" E "SOCIEDADE" (25)

As "comunidades" devem ser diferenciadas das "sociedades", porque as comunidades são o resultado de relações *simbióticas*, enquanto que as sociedades são produtos de relações *morais* (isto é, dos "mores"). Assim, as comunidades emergem do simples fato de viverem juntos, no mesmo habitat, indivíduos semelhantes ou diferentes (simbiose) e da "competição cooperativa" em que eles se empenham; ao passo que as sociedades emergem da *comunicação* e da coparticipação de experiências, atitudes, sentimentos, idéias e pontos de vista Comuns.

As plantas e animais estabelecem "comunidades", mas desde que não possuem cultura ("folkways", "mores", instituições, leis), nunca estabelecem "sociedades", no sentido estrito da palavra. A organização vegetal e animal é baseada na simbiose e em certas diferenças fisiológicas (especialmente no caso dos chamados "insetos sociais"). A organização humana é baseada não só em *simbiose* mas também em *consenso* (isto é, cultura). As abelhas não têm rituais religiosos, troca de mercadorias, igrejas, atitudes para com o Japão, a democracia, o incesto e o controle da natalidade. A Ecologia Humana estuda aquela porção da experiência humana que é comparável à experiência das plantas e animais. A Sociologia trata daquela porção da experiência humana que está, por assim dizer, acima do nível vegetal e animal, ou, na expressão de A. L. Kroeber, do superorgânico. (26)

A este respeito, é necessário indicar que no mundo concreto dos se-res humanos, 1) as relações simbióticas e 2) as relações baseadas em consenso, isto é, 1) *comunidade* e 2) *sociedade*, são inextricavelmente interrelacionadas. Nenhuma delas existe, em qualquer tempo ou lugar,

(25) Vide meu artigo, "Comunidade e sociedade", *Sociologia*, vol. V, N.º 1 (março de 1943), págs. 29-34.

(26) Vide A. L. Kroeber, "The Super-organic", *American Anthropologist*, (K. S.), págs 163-213 (abril-junho, 1917).

separada da outra. E' apenas para fins de análise, e, conseqüentemente, de melhor entendimento de todos os processos em questão, que os estudiosos e pesquisadores tratam separadamente destes dois aspectos da organização humana.

A Ecologia Humana interessa-se. pois. pela *formação de comunidades*. ou por outras palavras, pela atuação do processo de competição e pelas relações simbióticas que esta competição desenvolve e modifica; ao passo que a Sociologia se interessa, principalmente, pela formação e desintegração de *sociedades*, ou, em outras palavras, pelo processo de comunicação e pelas relações "morais" que esta comunicação desenvolve e modifica.

A Ecologia Humana pode ser de utilidade incalculável para a Sociologia, na localização de problemas para a análise sociológica. Por exemplo, a Ecologia Humana pode chamar a atenção para a segregação involuntária, na mesma comunidade, de certos grupos raciais, nacionais ou culturais, de distritos de prostituição, áreas de "slums", distritos de atacadistas e de fábricas; para a diminuição progressiva da delinqüência juvenil à medida que se afasta do centro, numa cidade metropolitana como, por exemplo, Chicago; para a concentração de diferentes tipos de moléstias mentais em certas áreas de cidades metropolitanas — sendo que tudo isto pode ser localizado e delineado em mapas. A Sociologia, tendo, assim, obtido a localização dos pontos de concentração ou diminuição de um dado fenômeno, pode concentrar sua investigação nesses pontos para tratá-los por meio de métodos e técnicas mais penetrantes.

OS DADOS DA SOCIOLOGIA SÃO GERAIS

Peguntou-me, uma vez, um de meus estudantes: Sendo a Sociologia uma ciência com objetivo universal, não deveriam os resultados de pesquisas sociológicas, feitas em países diferentes, chegar a resultados muitas vezes contraditórios? Variando o comportamento social de conformidade com o país, não deveria haver uma sociologia especializada para cada nação?

Esta é uma boa pergunta, porque põe em foco dois problemas fundamentais: 1) E' possível à Sociologia tornar-se uma ciência, isto é, uma disciplina cujo corpo de fatos sejam verdades universais e não somente locais? 2) De que é que trata a Sociologia?

A melhor maneira de responder à primeira destas perguntas é, talvez, continuar a considerar, por enquanto, a segunda, isto é: De que é que trata a Sociologia?

Trata dos processos sociais universais entre os seres humanos. Trata, antes de mais nada, do processo geral da *interação social* (27), por meio do qual (entre outras coisas) as crianças se tornam "humanas"; pelo qual, por outras palavras, acrescentam "natureza humana" à sua "natureza original". Essa "socialização", como frisou Cooley (28) se processa, essencialmente, da mesma maneira em toda parte; nos seus pontos essenciais, não difere, por exemplo, entre os beduínos, os chineses, os bantus e os europeus. Seu resultado (isto é, a "natureza humana") é o mesmo em todos os povos. A natureza humana consiste, particularmente, em amor, em ódio, em temor ao desprezo e ao ridículo, em desejo de aprovação, exigindo todos esses fenômenos a capacidade de assumir o papel de outrem e ver o mundo do ponto de vista deste (29). E' essencialmente idêntica em todas as terras, porque as relações entre pais e filhos, de onde ela se desenvolve, *são essencialmente as mesmas em toda parte*. Se, em determinado caso, o conjunto de relações não fôr o mesmo (se, por outras palavras, as relações entre a criança e outras pessoas, por uma razão qualquer, forem seriamente modificadas) a criança não virá a constituir um ser humano, mas permanecerá um animal, o chamado "homem fera".

E' verdade que o processo geral de interação social produz, tam-bém, os costumes dos vários povos, dá origem aos seus "folkways" e "mores". E' verdade que estes costumes diferem de povo para povo, de lugar para lugar, de época para época, o que é devido, principalmente, 1) às diferenças nas necessidades humanas sob circunstâncias diferentes de ambiente, tanto social quanto físico; 2) à inércia inerente aos costumes já estabelecidos; e 3) aos diferentes graus de isolamento e contato. Mas os processos segundo os quais estes diferentes costumes se desen-volvem, mantêm, modificam ou desaparecem, são, com toda a probabilidade, *os mesmos em todas as culturas*. Destes processos *universais* traíam os sociólogos e os antropólogos sociais. E' o etnólogo quem trata especialmente das *variações* de traços e padrões culturais.

(27) Vide meu artigo. "Interação, etc.", *loc. cit.*

(28) Charles H. Cooley. *op. cit.*, págs. 24,28-29.

(29) Vide meu artigo, "O que torna humano o indivíduo", *loc. cit.*

O processo de interação social toma outras formas específicas, como por exemplo: comunicação, competição, conflito, acomodação, assimilação, etc, todas elas agindo, de acordo com o nosso conhecimento atual, da mesma maneira entre todos os povos, embora o conteúdo preciso de cada forma varie, naturalmente, de lugar para lugar e de época para época. Assim, entre todos os povos atualmente existentes, encontramos os mesmos fenômenos sociais tais como, por exemplo, contatos "primários" e "secundários"; isolamento; contatos "simpáticos" e "categóricos" (30); luta pela existência, divisão do trabalho, rivalidade, "status", consciência de grupo, relações de subordinação ou de superordinação, naturalização, aculturação, cerimônia, tabu, opinião pública, prestígio, instituições, etc.

O processo geral de interação social produz, também, integração e desintegração de sociedades como famílias, clãs, clubes, vilas, nações, etc. Embora o povo em questão se diferencie por certos caracteres físicos, e pelo costume e tradição — conforme o lugar e as circunstâncias determinadas — os processos fundamentais pelos quais todas estas sociedades se formam e mantêm, ou pelos quais se desintegram e desaparecem, *são universais*; isto é, todos estes processos, provavelmente atuam da mesma maneira em toda parte.

Por exemplo, a generalização sociológica formulada por Sumner (31) — de que "as atitudes hostis estanhas tendem a unir o "nosso-grupo", intensificando a sua organização interna" — é, na medida em que até agora tem sido possível verificá-la, verdadeira em *todas* as sociedades, em *todos* os lugares, em *todos* os tempos.

O processo geral de interação social produz, também, o desenvolvimento e desaparecimento de fenômenos sociais como inquietação social, tensão, reação circular, "milling" (32), excitação coletiva, contágio social, epidemia psíquica, imitação, sugestão, multidões casuais, convencionais e expressivas, "mobs" (33), etc, operando todos por processos específicos que são *universais* entre os seres humanos, seja qual for a variação do conteúdo preciso que esses fenômenos assumam nos diferentes lugares e em diferentes épocas.

(30) Vide N. S. Shaler, *The Neighbor* (New York, 1904). págs. 207-27.

(31) *Op. cit.*, págs. 12-13.

(32) Vide meu artigo, "Comportamento coletivo", *Sociologia*, vol. IV, N.º 3, (agosto de 1942), págs. 251-67.

(33) *Idem*.

A SOCIOLOGIA É ALTAMENTE ABSTRATA

Segue-se, do que ficou dito, que a Sociologia é uma disciplina altamente *abstrata*. Que significa a palavra "abstrata"? Por "abstrato" queremos dizer "geral", em contraposição ao "particular"; referímo-nos à abstração de elementos comuns a vários casos concretos da mesma espécie.

Todo conhecimento é abstrato. Por exemplo, nosso conhecimento de sapatos, cavalos, mulheres, homens, gatos, é uma abstração da experiência que tivemos com determinados sapatos, cavalos, mulheres, homens, gatos. Representa o que acreditamos ser comum a todos os sapatos, cavalos, mulheres, homens, gatos que conhecemos.

Do mesmo modo, todas as ciências (que são, na realidade, sistemas de conhecimentos gerais interrelacionados) são abstratas. Cada uma delas estuda casos particulares, é verdade; mas estuda esses casos particulares com o fim de conhecer o que é geral em todos os casos do mesmo tipo. Assim, o biólogo, estudando um determinado inseto, um porco da Guiné, um embrião, tem interesse por esse inseto, esse porco, esse embrião, mas somente na medida em que o funcionamento biológico, em cada caso, projeta luz sobre o modo porque funcionam os processos biológicos característicos de *todos* os insetos, *todos* os porcos da Guiné, *to-dos* os embriões (e, finalmente, *todos os organismos*).

Mais ou menos da mesma maneira, o sociólogo pode estudar certas cidades particulares, a fim de conhecer a maneira pela qual todas as cidades do mesmo tipo se comportam; a fim de saber, por exemplo, como o processo de competição em todos os casos distribui no espaço as pessoas, os grupos e as instituições e dá certa configuração (inconsciente, mas nem por isso menos precisa e, talvez, previsível) ao desenvolvimento de todas as cidades do mesmo tipo. O sociólogo estuda certas instituições, a fim de descobrir qual a função de todas as instituições, como surgem, mudam e desaparecem; estuda determinados casos de crime, vício, pânico financeiro, migração, violência coletiva, guerra, etc, a fim de descobrir o que é geral a todos os casos destes tipos de fenômenos sociais, quais são e como funcionam os processos sociais em questão; estuda famílias particulares, clubes, nações e outras sociedades, a fim de abstrair delas o que é geral à organização, função e desorganização de todas as sociedades, descobrindo, em outras palavras, os processos de aparecimento, manutenção e desaparecimento das sociedades. Assim, em ledos os seus estudos de fenômenos concretos, o sociólogo procura cons-

trair, por um contato íntimo com o comportamento das coisas sociais, um corpo de conhecimentos que seja geral, universal, sistemático, abstrato; <em outras palavras, *uma ciência*.

AS ESCOLAS EM SOCIOLOGIA

Segue-se, também, do que ficou dito, que: 1) as chamadas "escolas" de Sociologia e 2) a tendência para falar de Sociologia sob rótulos nacionais, são, umas e outras, anacronismos.

Na juventude de cada ciência, quando os que trabalham nesse campo ainda não estão seguros de seus pontos de vista, de seus objetivos, ou de seus métodos, surgem "escolas", sustentando cada uma, explícita ou implicitamente, que certos pontos de vista, certos objetivos ou certos métodos são os únicos métodos, dessa ciência.

Mas, à medida em que os sociólogos se dedicam cada vez mais à pesquisa, em que cada vez mais *se preocupam com a verificação, no inundo real das teorias* de sua ciência, ou, por outras palavras, à medida que a ciência da Sociologia *amadurece*, as chamadas "escolas" tendem a fundir-se e a desaparecer.

A SOCIOLOGIA COM O RÓTULO DE NACIONAL

E' verdade, também, que durante o primeiro período do desenvolvimento sociológico, quando as bases filosóficas desta ciência vinham sendo preparadas, o pensamento social se desenvolveu, até certo ponto, independentemente, nos diferentes países. Assim, há tempos, era mais ou menos correto falar-se de uma "Sociologia Francesa", uma "Sociologia Alemã", uma "Sociologia Inglesa", uma "Sociologia Italiana", etc. Aliás, ainda hoje persiste alguma justificação para esta divisão, se nos referirmos à *Filosofia Social* (34) e não ao estágio mais recente do desenvolvimento de nossa disciplina, isto é, ao de pesquisa.

Felizmente, os sociólogos que não estão isolados pelas barreiras psíquicas ou lingüísticas, foram herdeiros de *todos* os diferentes sistemas de Filosofia Social. Estiveram, por muitos anos, em contato íntimo com todas estas influências, e, agora, tratam de fazer a inevitável

(34) Vide meu artigo, "Disciplinas com as quais se confunde a Sociologia", *Sociologia*, vol. II, N.º 2 (maio de 1940), págs. 151-158.

síntese, adicionando, também, suas próprias descobertas. Por exemplo, na Universidade de Chicago, onde eu era "Fellow" em Sociologia, são dados cursos em que Simmel, Durkheim, Tönnies, Dilthey, Max Weber, Mannheim, Comte, Spencer, Tarde, Le Bon, Lévy Bruhl, Simiand, Blondel, Maillat, Halbwegs, Maunier, Piaget, Bouglé, Mauss, Gini, Pareto e outros pensadores são estudados, (cada um por sua vez, e cuidadosamente analisados), antes, e durante o tempo em que os sociólogos em embrião começam a familiarizar-se com os filósofos sociais norte-americanos como Ward, Cooley, Giddings, Dewey, Mead, e também com a enorme quantidade de dados de pesquisa obtidos durante os últimos anos pelo *sociólogos* norte-americanos como Thomas, Park, Burgess, Shaw, McKenzie. Finalmente, quando o isolamento desaparecer completamente em todos os países e for possível uma comunicação livre e desembaraçada entre todos os sociólogos do mundo, o desenvolvimento de um corpo comum de conhecimentos sociológicos será questão de tempo relativamente curto.

Assim, à medida que os sociólogos se voltam para os problemas e concentram sua atenção mais sobre "coisas" que sobre "idéias", torna-se cada vez mais evidente a impossibilidade de existir uma "Sociologia Alemã", uma "Sociologia Francesa", uma "Sociologia Italiana", ou uma "Sociologia Norte-Americana". O mundo dos fatos sociais é uma unidade tão real quanto o mundo dos fatos físicos, e a divisão do conhecimento sociológico em sistemas isolados e independentes, sob rótulos nacionais, só era possível enquanto a Sociologia estava na fase de Filosofia Social, ou os pesquisadores permaneciam isolados uns dos outros. A medida que nossa ciência se desenvolve, torna-se cada vez mais evidente que a divisão pelos rótulos de nacionalidade, refletindo, como reflete, uma situação em que *idéias* e não *coisas* são as considerações primárias, é uma divisão artificial. Tal divisão não existe no mundo real; *existe somente no mundo das idéias*. Evidencia o fato de ainda estar a Sociologia, em grande parte, numa fase preliminar, em que estudiosos profundos e capazes, embora tratando dos mesmos problemas, trabalham, até certo ponto, isoladamente uns dos outros, e ainda não se dedicam intensivamente aos trabalhos de pesquisa em um mundo real.

Assim, é mais exato falar da "Sociologia nos Estados Unidos", que falar de uma "Sociologia norte-americana". "Sociologia nos Estados Unidos" significa que existem, nesse país, especialistas que estudam os mesmos processos sociológicos que estão sendo estudados em outras regiões e que estes estudiosos estão conscientes das contribuições impor-

tantes para o nosso conhecimento, feitas por sociólogos de outras partes do mundo; enquanto que a frase "Sociologia norte-americana" dá a impressão errônea de existir lá certa espécie, tipo ou "raça" de sociologia que é peculiar àquela área. E' verdade que os interesses, as orientações teóricas, e os métodos existentes entre os sociólogos norte-americanos variam grandemente. Se existir uma Sociologia peculiar aos Estados Unidos, será talvez devida não tanto a um corpo de conhecimentos *diferente*, como a um corpo *mais extenso*; será, principalmente, devido ao fato de estarem os sociólogos norte-americanos menos isolados que os europeus, e, assim, serem herdeiros de *todas* as importantes contribuições européias, assim como das apresentadas pelos pesquisadores norte-americanos que trabalham nos Estados Unidos, Hawaii, Japão. Índia, Marrocos, África do Norte e Meridional, México, Guatemala, Brasil e outros lugares.

A CONTRIBUIÇÃO DOS PSIQUIATRAS À DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOCIOLÓGICO

E' interessante, a respeito de nossa eficiência como sociólogos, bem como de nosso ensino, o fato de que o público esteja sendo posto a par de grande parte dos dados *fundamentais* da Sociologia por intermédio de estudiosos de fora do nosso campo, por exemplo, pelos psiquiatras, especialmente por homens como Harry Stack Sullivan. a quem um espírito penetrante, rica experiência pesquisadora e trabalhos extra-ordinariamente lúcidos, tornam figura cada vez mais importante neste campo relativamente novo das ciências sociais. Da Psiquiatria, disse recentemente Sullivan (35): "Interessa-se (a Psiquiatria) pelas relações interpessoais, pelos processos que ocorrem na integração de mais de uma pessoa — em grupos de duas, de três, e mais; grupos de que todos os "membros" menos um podem ser imaginário — isto é, antes personificações que pessoas reais. A Psiquiatria, diferentemente da Psicologia Social, aborda a compreensão da vida, da existência humana, por meio do estudo dos processos aberrantes. Estuda os cursos de vida pelos quais algumas pessoas vêm a manifestar, em relações interpessoais, os padrões que são chamados de desordens mentais. Este é o seu "approach", mas seu campo revela-se limítrofe do campo

(35) Harry Stack Sullivan. "Psychiatric Aspects of Morales". *American Journal of Sociology*, XLVII (novembro. 1941), págs. 277-79.

▪

da Psicologia Social — na realidade, é um tanto mais largo que o campo de alguns psicólogos sociais.

"Para tornar-se Psiquiatra, completa-se primeiro um treinamento médico, por uma prática geral de interno. Vai-se ao hospital de doentes mentais e familiariza-se com os mais impressionantes padrões de comportamento aberrante. Procura-se compreender os passos pelos quais estes padrões surgiram. Torna-se evidente que as particularidades reveladas pelos doentes mentais são, principalmente, exemplos superacentuados ou indevidamente prolongados de comportamento relativamente universal. A explicação muitas vezes surge quando se obtém uma história adequada da vida do paciente entre outras pessoas.

"O Psiquiatra chega finalmente a compreender que o homem, o *ani-mal*, nasce com espantosas variações individuais de potencialidade para viver. Sabe que o homem, *a pessoa que está em sua frente*, nunca é adequadamente explicado só pela Biologia. O homem, o animal, exparte-se ou desenvolve-se numa pessoa, vivendo durante seus anos de plasticidade num ambiente formado por outras pessoas — ambiente do qual obteve, ou vem a adquirir, muito daquilo a que geralmente nos referimos como "cultura".

"E' esta socialização continua do organismo biológico em desenvolvimento que produz o ser humano, em vez de o conservar apenas como um espécime de *homo sapiens*.

"O desenvolvimento biológico e social faz evolver-se a personalidade. A medida que a personalidade se expande, torna-se cada vez menos acessível ao instrumental das ciências naturais. Progride para uma complexidade que desafia um "approach" estatístico significativo. Deixa de ser um objeto adequado ao método das "ciências naturais". Como eu disse em outro ponto, a personalidade é melhor tratada como entidade hipotética, útil para explicar os dados de um campo importantíssimo da ciência — isto é, o das relações interpessoais.

A dificuldade neste assunto é que cada um de nós sabe imediata ou indutivamente que existe, ao passo que realmente poucos conseguem, pela experiência, descobrir como nós nos desconhecemos quase completamente, exceto se nos observarmos a nós mesmos ou ouvirmos comentários a nosso respeito, ao sermos observados em relações interpessoais. Como o mundo ocidental, pelo menos, veio a dar muito valor à responsabilidade. é-nos difícil aprender a avaliar os fenômenos pessoais, mais à base de observação que à base de opiniões e crenças tradicionais.

Isto torna a aventura da auto-observação tão rara quanto é comum a preocupação com nossa própria pessoa."

E' este interesse pela natureza humana, pela sua origem, natureza e função, e pelas relações "interpessoais" que a produzem e amoldam, que constitui, como já indicamos, um dos nossos principais campos de indagação como sociólogos e psicólogos sociais. Provavelmente, uma das grandes descobertas das ciências sociais é que o chamado comportamento "aberrante" ou "anormal" representa, "principalmente, casos su-peracentuados ou indevidamente prolongados de comportamento relativamente universal". O que descobrimos, portanto, a respeito do comportamento "anormal" contribui de maneira básica para nossa compreensão do chamado comportamento "normal".

O ESTUDO DA SOCIOLOGIA

A corrente atual no ensino da Sociologia orienta-se no sentido de apresentar o corpo de conhecimentos sociológicos sob a forma de *problemas de pesquisa* e deixar a consideração dos sociólogos, propriamente ditos, para cursos sobre a *história da Sociologia*, destinados, principalmente, aos estudantes post-graduados ou outros especialistas. Assim, os nomes de Simmel, Max Weber, Durkheim, Le Bon, Sumner e Park não deveriam constituir o centro de atenção dos cursos, mas aparecer somente quando uma análise penetrante, formulação teórica ou "descoberta de pesquisa" devidos a um desses homens contribuisse para esclarecer um problema que está sendo considerado. Esta mudança de ênfase, passando dos *sociólogos* para os *problemas sociológicos*, da *história* da Sociologia para o *próprio conhecimento sociológico*, evocará, afinal, no espírito do público, a meu ver, um sentido mais vivido do valor da Sociologia e, conseqüentemente, maior respeito pela nossa disciplina.

Não considero o seguinte esboço do estudo da sociedade completo nem definitivo, mas talvez possa ser de interesse e de utilidade:

- I. Sobre a vida humana, três espécies de problemas podem ser propostos:
 - A. Que se *tem* de fazer? (A lei, e não a Sociologia, o define)
 - B. Que se *deve* fazer? (A Ética ou a "Política Social", e não a Sociologia, tentam responder)
 - C. Que se *pode* fazer? (Só a *ciência* pode determinar).
- II. Concepções fundamentais comuns a todas as ciências:
 - A. Distinção entre "coisas" e "idéias"
 - B. Elementos (de que as "coisas" se compõem)

- C. Interação desses elementos, para produzir:
 - D. Mudança (processo)
 - E. Conhecimento científico: organização coerente de "idéias" a respeito das "coisas" e das circunstâncias e condições em que as coisas se modificam
 - F. Pesquisa: uma constante verificação de "idéias" a respeito das "coisas" e uma contínua busca de idéias mais adequadas a seu respeito.
- III. Que é Sociologia?
- A. Conjunto de conhecimentos relativos aos processos pelos quais organismos humanos, *biologicamente separados*, se tornam capazes de executar *ações conjugadas* ("concerted").
 - B. Conjunto de conhecimentos permanentemente sujeitos à revisão por meio de pesquisas intencionais sobre três problemas fundamentais:
 - 1. A natureza da "Natureza Humana"
 - 2. Os mecanismos dos Movimentos Sociais
 - 3. Estrutura e função das Instituições.
- IV. Distinção entre Sociologia e:
- A. Pensamento Social (tão antigo quanto a reflexão humana)
 - B. Filosofia Social (pensamento social sistematizado)
 - C. Ética Social (disciplina "normativa" e não "descritiva")
 - D. "Política Social" (reforma)
 - E. Trabalho Social (alívio propiciado às moléstias sociais)
 - F. História (A História propriamente dita trata dos *acontecimentos*, a ciência trata das *coisas*; a História interessa-se especialmente pelo que é *único*, a ciência pelo que é *comum*; a "História natural", entretanto, trata das instituições, a sua origem e seu desenvolvimento, emprega a comparação e a classificação e, afinal, formula generalizações universais, sendo portanto um ramo da ciência)
 - G. Antropologia (Antropologia Física. Arqueologia, Lingüística, Etnologia, Antropologia Social)
 - H. Antropogeografia (mudanças na cultura devidas às forças geográficas)
 - I. Geografia Humana (mudanças operadas na superfície da terra e de outros elementos geográficos pelo homem e sua cultura)
 - J. Economia (interessa-se principalmente pelos processos de subsistência)
 - K. Ciência Política (controle social formal).
- V. Estágios do desenvolvimento da Sociologia:
- A. Filosofia social
 - B. Período das "Escolas" (Infelizmente, em toda parte onde por motivo de diferenças de língua, ou quaisquer outras barreiras, os ho-

mens se viram parcial ou totalmente isolados do contato com as principais correntes do desenvolvimento sociológico recente, ainda existem remanescentes deste período) C. Pesquisa (isto é, investigação de caráter *fundamental*; não simples "fact-finding", ou seja mera acumulação de fatos isolados).

VI. Pesquisa social :

- A. Experiências *espontâneas* sempre em realização, por toda parte (indústria, política, religião, etc.)
1. Cada experiência é orientada por alguma teoria, explícita ou implícita
 2. Mas esta teoria não é expressa em forma de hipótese
 3. Nem é submetida a provas em relação à sua validade (especialmente no que se refere a "casos negativos")
- B. Que é a Pesquisa Social *formal*? (A resposta é expressa sob a forma de problemas) :
1. Os problemas sociais podem ser classificados como problemas de:
 - a. Organização e administração (problemas práticos, técnicos)
Assim, podem empreender-se "Surveys" Sociais com o propósito de melhorar a maquinaria e o pessoal administrativo
 - b. "Plano de ação social" (*policy*)
Podem empreender-se investigações no interesse de algum programa legislativo (por ex., modificar o *caráter* e o *plano de ação* de alguma instituição social, de preferência a simplesmente melhorar sua *eficiência*)
 - c. A "natureza humana"
No tratamento dos problemas sociais, o "elemento humano" é comumente negligenciado de maneira notória. (Muitas pessoas bem intencionadas procuram reformar a sociedade, mas, ao mesmo tempo, se descuidam não só de estudar a natureza e função da "natureza humana", como até de reconhecer sua existência.)
 2. Todos os problemas sociais se revelam finalmente problemas de vida *grupai*
 - a. Cada grupo social tem problemas de :
 1. Organização e administração
 - 2) Planos de ação (*policies*)
 - 3) Natureza humana

- b. Todos os grupos incidem numa ou noutra das seguintes classes:
- 1) Grupos "fundamentais"
 - a) Família
 - b) Grupos de língua e de raça
 - c) Organizações territoriais e locais
 - (1) vizinhanças
 - (2) sociedades rurais e "de folk"
 - (3) sociedades urbanas
 - 2) Grupos que surgiram historicamente pela imposição de um grupo "fundamental" sobre outro, tais como:
 - a) Grupos de conflito
 - (1) nacionalidades
 - (2) partidos
 - (3) seitas
 - (4) organizações trabalhistas
 - (5) "gangs"
 - b) Grupos de acomodação
 - (1) classes
 - (2) castas
 - (3) grupos profissionais
 - (4) igrejas ("denominations")
 3. E' essencial, pois, estudar:
 - a. A organização dos grupos sociais, para o estudo dos quais os fatos geralmente reconhecidos como importantes são:
 - 1) Estatísticas sociais:
 - a) números
 - b) distribuição local
 - c) mobilidade
 - d) taxa de nascimentos, mortos, moléstias, crimes, etc.
 - 2) Instituições
 - a) sua distribuição
 - b) sua classificação
 - (1) ecológica
 - (2) econômica
 - (3) política
 - (4) moral (isto é, dos "mores")
 - (a) familiar
 - (b) religiosa
 - (c) educacional, etc.

- 3) Patrimônio cultural :
 - a) "folkways"
 - b) " mores "
 - c) leis
 - d) instituições
 - 4) Opinião pública, organizada por meio de :
 - a) partidos
 - b) seitas
 - c) "cliques"
 - d) imprensa
- b. Mudança social
- 1) Equilíbrio
 - 2) Desorganização social
 - a) mobilidade acelerada
 - b) inquietação social
 - c) crime
 - d) delinqüência juvenil
 - e) divórcio e deserção
 - f) penúria
 - 3) Reorganização social (movimentos sociais)
 - a) multidões
 - (1) casuais
 - (2) convencionais
 - (3) " mobs "
 - (4) expressivas
 - b) ressurgimentos (revivais)
 - (1) lingüístico
 - (2) religioso, etc.
 - c) moda
 - (1) no vestuário
 - (2) nas convenções
 - (3) nas idéias
 - d) reforma (modificação do plano de ação social e da administração)
 - e) revolução (mudança nas instituições e nos "mores")
- c. O "Indivíduo" e a "Pessoa"
- 1) A criança vem ao mundo como indivíduo (mero organismo biológico)
 - 2) Adquire "status" em um ou em vários grupos sociais e, conseqüentemente,
 - 3) Toma-se " pessoa "

- 4) Desenvolve concomitantemente auto-consciência
 - a) o "self"
 - b) a "concepção de si mesmo"
 - c) variações na concepção que alguém tem de si mesmo e nas concepções dos outros a respeito desse alguém (o insano, o profeta)
 - d) vários " selves" (isto é, o exercício simultâneo de diversos "papéis").

UM CURSO DE SOCIOLOGIA

O seguinte esboço de uma *Introdução à Ciência* da Sociologia, que dou na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, é aqui apresentado na esperança de que a tentativa para ordenar *sistematicamente* nosso conhecimento sociológico atual possa ser útil a pessoas interessadas na Sociologia.

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA SOCIOLOGIA

I. *Introdução.*

- A. Natureza da Sociologia. Suas relações com as outras ciências sociais. Distinção entre Pensamento Social, Filosofia Social. Ética Social, Trabalho Social e Sociologia (como disciplina de pesquisa).
- B. Problemas sociais como ponto de partida da Sociologia. A atual falta de conhecimentos adequados ao seu tratamento e a consequente necessidade de pesquisas. Distinção entre Pesquisa Social e "Política Social".
- C. Estudo científico das sociedades. Desenvolvimento da Sociologia através das suas várias etapas até o presente estado de investigação da realidade social num mundo real.

II. *Base ecológica das sociedades.*

Semelhanças e diferenças entre as comunidades vegetais, animais e humanas. Distinção entre "comunidade" e "sociedade". Simbiose e consenso. O novo campo de estudo: Ecologia Humana. A "teia da vida". A "comunidade Biótica". Problemas de população. Demografia: agregação, o recenseamento, estatísticas vitais, e a pirâmide de população. Mobilidade, migração, colonização, adaptação e seleção natural, origem de novas sociedades. Os cinco tipos de organização econômica: de colheita natural, nômade, de aldeia, de cidade, de metropolitana. Crescimento da cidade e "gradients" dos fenômenos sociais. Áreas naturais. Concentração, centralização, segregação, invasão, sucessão, descentralização, rotinização. Dominância. "Climax".

III. *"Natureza humana."*

- A. "Natureza original" do homem e suas necessidades biológicas fundamentais. Diferenças individuais e entre os sexos.
- B. Isolamento e retardamento, cultural e mental. "Homens feras". So lidão e desintegração da personalidade. Diferenças raciais e nacionais como resultantes do isolamento. Cultura "de folk" em contraste à "civilização".
- C. Contato. Relação entre contato e desenvolvimento da civilização e da inteligência. Contatos " primários" e contatos " secundários ". Contatos "simpáticos" e contatos "categóricos".
- D. Cultura. Os "folkways" e os "mores". O papel do ritual na formação dos "mores". Os "mores" dos subgrupos. "Mores", instituições e leis. Etnocentrismo. O "nosso — grupo" e o "grupo de fora". Preconceito. " Convencionalização". A personalidade como " aspecto subjetivo" da cultura.

IV. *Interação social.*

- A. Interação como conceito fundamental de todas as ciências. A sociedade como interação. Comunicação lingüística e sublingüística. O papel da imitação, consciente e inconsciente e da sugestão, como mecanismo de interação.
- B. "Forças" sociais. Interesses. Atitudes. Sentimentos. Os "quatro desejos fundamentais". Opinião pública. Pressão social.
- C. Tipos de interação.
 - 1. *Competição*. Luta pela existência e luta pelo emprego. O equilíbrio " biótico" e econômico. A " divisão do trabalho" e o desenvolvimento dos tipos ocupacionais. Os " inimigos interiores" : crime, alcoolismo e vício de entorpecentes, os defeituosos, os miseráveis, os estrangeiros.
 - 2. *Conflito*: competição consciente. Controle consciente e ordem política. Rivalidade. Litígio. " Cliques". Seitas. Partidos. Organizações sindicais. Nacionalidades. Conflitos culturais e raciais. Guerra. A relação do conflito com a autoconsciência individual e de grupo.
 - 3. *Acomodação*: a resolução do conflito e meio de estabelecer um novo *modus vivendi*. Distinção entre " adaptação" e "acomodação". Naturalização. Solução conciliatória. "Status". Nações. Classes. Castas. Escravidão. Subordinação e supremacia, sua reciprocidade. "Distância social".
 - 4. *Assimilação*: a transformação gradual da personalidade sob a influência dos contatos mais íntimos e pessoais, até se identificar com uma nova configuração de atitudes e sentimentos. Distinção entre "acomodação", "assimilação" e "aculturação". Imigração e abasileiramento. Fusão cultural. O papel da intercomunicação e da língua comum. Solidariedade social e ação "conjugada".

V. *Controle social.*
Proble

ma básico: a relação do indivíduo com a sociedade. " Objetivos comuns". Consenso, e o papel do "esprit de corps ", do moral, e das representações coletivas. O papel do ritual, etiqueta, cerimônia, dogma, tabu, lenda e prestígio. Identificação íntima. Notícias. Propaganda. Lei consuetudinária em contraste com a positiva. Auto-consciência e "concepção de papel". O " self de espelho". Distinção entre "comportamento" e "conduta".

VI. *Comportamento coletivo.*

Inquietação social. O agitador, mais como função que como causa. " Milling". Reação circular. Excitação coletiva. Contágio social. Epidemia psíquica. Movimentos em " massa" : migrações, cruzadas, " rushes". Orgias, danças guerreiras e "manias dançantes". " Booms" e crises econômicas. Renascimentos lingüísticos. Moda, reforma e revolução. A multidão (casual, convencional, " expressiva", "mob") e o público. Mudança social: origem e função das instituições.

VII. *Métodos de pesquisa.*

- A. Proposições fundamentais. A sociedade encarada como comunicação pela qual é possível ação conjugada. Distinção entre ciência "descritiva" e "normativa"; entre conhecimento físico (mensurável) e conhecimento social (dramático) ; entre " explicação" e " compreensão", entre "familiaridade com" e "conhecimento de". O problema do " bias". Os conceitos encarados como instrumentos de pesquisa. Os "quadros de referência". Diferenciação entre "coisa", "acontecimento" e "idéia". Natureza do fato, da opinião, da hipótese. Distinção entre "teoria" e "doutrina". As interrelações entre a teoria e a pesquisa. Categorias. Possibilidade de previsão nas ciências sociais.
- B. O papel da observação. O valor e as falhas dos métodos quantitativo e experimental na Sociologia. " Survey" social. As técnicas da entrevista, do formulário, do questionário e da " história de vida". O " observador participante ". O " estranho sociólogo ".

LIVROS RECOMENDADOS : — (indispensáveis) : Park, Robert E. e Burgess, Ernest W., *Introduction to the Science of Sociology*. 2. ed., Chicago, 1924; Durkheim, E. *De la division du travail social*. Paris, 1904; Durkheim, E. " Représentations individuelles et représentations collectives", *Revue Métaphysique*, VI (1898), pág. 295; Durkheim, E. *Les Règles de la méthode sociologique*. Paris, 1893; Simmel, Georg. *Sociologie*. Leipzig, 1908; Tonnies, Ferdinand, *Gemeinschaft und Gessellschaft*, 8 Auflage. Leipzig, 1935; Summer, W. G. *Folkways* Boston, 1906; Cooley, Charles Horton. "The Roots of Social Knowledge", *Sociological Theory and Social Research*, New York, 1930, págs. 289-309; Cooley,

C. H. "Society and the Individual", ch. I, págs. 35-50, e "The Social Self", ch. V-VI, págs. 168-263, *Human Nature and the Social Order* L. ed. rev., New York, 1922; Cooley, C. H. "The Organic View of the Process, of Human Uife", Part I, págs. 3-51, *Social Process*. New York, 1927; Cooley, C. H. "Primary Aspects of Organization", e "Communication", Partes I e II, págs. 3-103, *Social Organization*. New York, 1929; Mead, George H. "The Genesis of the Self and Social Control", *International Journal of Ethics*, XXXV (1925), págs. 251-77; Dewey, John, *Human Nature and Conduct*; New York, 1922; Thomas, W. I., e Znaniecki, F. *The Polish Peasant in Europe and American*, 5 vol., Boston, 1918-20; Mannheim, Karl. *Ideologia und Utopie*, 2d ed. Bonn, 1930; Weber, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tubingen 1922.

Supplementares: Comte, Auguste. *Cours de philosophie positive*, 5th ed. 6 vols., Paris, 1892; Spencer, Herbert. *Principies of Sociology*, 3 ed. vols., New York, 1906; Park, Robert E. (ed.) *An Outline of the Principles of Sociology*. New York, 1939; Pareto, Vilfredo. *The Mina and Society*. Traduzido por Andrew Bongiorno e Arthur Livingston, 4 vols. New York, 1935; Mead, George H. *Mind, Self and Society*. Chicago, 1934; Dewey, John. *Democracia e Educação*, tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo, 1936; Teggart, Frederick J. *The Processes of History*. New Haven, 1918; von Schelling, Ak-xander. *Max Weber's Wissenschaftslehre*. Tubingen, 1934; Blumer, Herbert. "Science Without Concepts", *American Journal of Sociology*, XXXVI, págs. 515-533; Darwin, Charles. *The Expression of the Emotions in Man and Animais*. Loridon and New York, 1873; Smith, Adam. *The Theery of the Moral Scnliments*. London, 1892; Hocking, \V. E. *Human Nature and lis Rcma-l-ing*, New Haven, 1918; Shalcr, N. S. *The Individual*. New York, 1900; *The Ncighbor* (New York, 1904) ; *Domcsticalcd Animais* (New York, 1895) : Allport G. W *Personality*. New York, 1937; Burges, Ernest \V. (ed.), *Pcr-sonality and the Social Group*. Chicago, 1929; Faris, Ellsworth. *The Nature of Jliinan Nature*, New York and London, 1937; Adler, A. *Understandmg Hit-t man Nature*. New York, 1927; Adler, A. *The Neurotic Constitution*. New York, 1917; Jennings, H. S. *The Biological Basis of Human Nature*. New York, 1930; Young, Kimball (ed.) *Social Altitudes*. New York, 1931; Wallas. Graham. *The Great Society*. New York, 1914; Wissler, Clark. *Man and Cul-ture*, New York, 1923; Sapir, E. "Culture, Genuine and Spurious", *AJS*, XXIX (1924), págs. 401-29; Benedite, Ruth. *Pattcms of Culture*. Boston and New York, 1934; W. I. *Primitive Behavior: An Introdui-tion to the Social Sciences*. New York, 1937; Lowic, Robert H. *Primitive Society*. New York, 1920; Tylor, E. B. *Primitive Culture*. 4th ed. 2 vols. London, 1903; Vierkandi. A. *Naturvolker und KuUurvoll-cr*. Leipzig, 1896; Boas, Franz. *The Mind of Primitive Man*. New York, 1911; Thomas, W. I. *Source Book for Social Ori-gins*. Chicago, 1909; Morgan, Lewis H. *Ancient Society*. New York, 1877; Maine, Henry S. *Ancient Lati'*. 14 th ed. London, ,1891; Maine, H. S. *Village-CommuniHcs in the East and West*. London, 1871; Levy-Bruhl L. *Lcs fon-ctions mentales dans les sociétes inferieures*. Paris 1910; Him, Yrjo. *The Ori-gins of Art*. London and New York, 1900; Le Bon, Gustave. *The Croivd*. New York, 1903; Sighele, Scipio. *Psychologjie des sectes*. Paris, 1898; Dollard, John,

Caste and Class in a Southern Town. New Haven. 1937, Rauber, **August**, *Homo Çapiens Ferus*. Leipzig, 1885; Sidis, B. *The Psychology of Suggestion*. New York. 1898; Pflugk-Harttung, Julius von. *The Great Hfigrations*. Traduzido do alemão por John Henry Wright. Philadelphia, 1905; Down, T. C. "The Rusb to the Klondike". *Cornhill Magazine*, IV (1898), págs, 33-43; Archer, T. A. and Kingsford, C. L. *The Crusades*, New York, 1894; Cleveland, C. C. *The Great Reviva! in lthe West*. 1797-1805. Chicago, 1916; Hecker, J. F. C. *The Blaek Death and tlie Dancing Mania*. Traduzido do alemão ipor B. G. Babingt<n. **ÍStew** York, 1888; Mackay, Charles, *Memoirs of E.vtraordinary Popular Deht-sions and the Madness of Crowds*. London, 1859; Zimand, Savel. *Modem So-cia! Movemcnts*. New York, 1921; Bristol, L. M. *Social Adaptaíion*. Cambridge. Ma,.. 1915; Carr-Saunders, A. M. *The Popnlation Prohlem*. Oxford, 1922; Sorokin. Pitirim. *Social Mobility*. New York, 1927; Gumpłowicz, L. *Der Ras-senkanipf*. Innsbruck, 1883; Simmel, Georg. "The Sociology of Conflict". Traduzido do alemão por Albion W Small. *AJS*, IX (1903-4), págs. 490-525, 672-89, 798-811 ; Dominian, Leon. *Frontiers of Language and Nationality in Europe*. New York, 1917; Park, Robert E., and Miller, H. A. *Old World Traits Transplanted*. New York, 1921; Ogburn, Win, F. *Social Change*. New York, 1923; Ross, Edward A. *Social Control*. New York, 1901; Sapir, E. *Language*. New York, 1921; Leopold, Lewis. *Prestige*. London, 1913; Lippmann, Walter. *Public Opinion*. New York, 1922; Bagehot, Walter. *Physics and Politics*. New York, 1873; Veblen, T. *The Theory of the Leisure Class*. New York, 1899; Mosca, Gaetano. *The Ruling Class*, edição especial de *Elementi di Scienza Política*, traduzida por Hannah D. Kahn. New York and London, 1939; White, Leonard D. *The Nem Social Science*. Chicago, 1930; Cohen, Morris R. *Reason and Naturc; An Essay on the Meaning of Scientific Method*. New York, 1931; Palmer, Vivian M. *Field Studies in Sociology*. Chicago, 1928; Dollard, John. *Crítério for the Life History*. New Haven, 1935; Ricc, Stuart, A. *Methods in Social Science*. Chicago, 1931 ; Ogburn, William F., and Goldiiv weiser, Alexander, *The Social Sciences and thcir Inlerrelations*, Boston, 1927; Thomas. Dorothy Swain, et ai. *Observational Studic of Social Behavior*. New Haven. 1933; Park, R. E., et ai. *The City*. Chicago, 1925; Burgess, Ernest W. (ed.). *The Vrban Community* Chicago, 1926; McKenzie, R. D. "*The Metropolitan Community*. New York, 1933; McKe,nzie. R. D. "The Fcological Ap-proach to the Study of the Human Community". *AJS*, XXIX (November, 192-t) ; Burgess. Ernest W. "The Determination of Gradients in the Growth of the City". *Puhlications of the American Sociológica! Sociely*, XXI (1926)), págs. 178-S4; Cressy, Paul F. " Population Sucession in Chicago", *AJS*, XLIV, § 1, (July, 1938), págs. 59-60; Anderson, Nels and Lindeman, E. *Vrban Sociology*. New York. 1928; Wirth, Loute. " Urbanism as a Way of Life", *AJS*, XLIV, § 1 (July. 1938), págs. 1-24; Boeth, Charles, *Life and Labour of lthe People of London*. 9 vols. London and New York, 1892-97. 8 volumes suplementares, 1902; Hughes, Everett C. *The Growth of an Institution*. Chicago, 1931; Lynd, Robert e Helen. *Middletown*. New York, 1929; Lynd, Robert e Helen. *Middletown in Transition*. New York, 1937; Queen, Stuart A., et al. *Social Organization and Social Disorganisation*. New York, 1935; Elliott, Mabel A., and Merrill, Fran-

cis E. *Social Disorganization*. New York, 1934; Blumer, Herbert. "Social Disorganization and Individual Disorganization", *AJS*, XLII, § 6 (May, 1937), págs. 871-77; Sutherland, Edwin H. *Principles of Criminology*. Philadelphia, 1934; Thomas, W. I. *The Unadjusted Girl*. Boston, 1924; Healey, William. *The Individual Delinquent*. Boston, 1915; Healey, William e Bronner, A. F. *Delinquents and Criminals: Their Making and Unmaking*. Boston, 1926; Burgess, E., W. "The Study of the Delinquent as a Person", *AJS*, XXVIII (1922-23), págs. 657-80; Shaw, Clifford. *The Natural History of a Delinquent Career*. Chicago, 1931; Shaw, Clifford, et. al. *Delinquency Areas: A Study of the Geographic Distribution of School Truants, Juvenile Delinquents, and Adult Offenders*. Chicago, 1929; Burgess, Ernest W. "The Family as a Unity of Interacting Personalities". *The Family*, VII (1926), pág. 9; Mowrer, Ernest R. *The Family: Its Organization and Disorganization*. Chicago, 1932; Thrasher, F. M. *The Gang*. Chicago, 1937; Faris, Robert E. L. and Dunham, H. Warren, *Mental Disorders in Urban Areas*. Chicago, 1939; Cavan, Ruth, Shonlc, *Suicide*. Chicago, 1928; Anderson, Nels. *The Hobo*. Chicago, 1923; Zorbaugh, Harvey, *The Gold coast and the Slum*. Chicago, 1929; Wirth, Louis. *The Ghetto*. Chicago, 1931; Blumer, Herbert. *Mimes and Conduct*. New York, 1933; Prince Maurice T. *Christian Missions and Oriental Civilizations*. Shanghai, 1924; Blumenthal, Albert. *Smalltown Stuff*. Chicago, 1932; Lasswell, H. D. *Technique of Propaganda in the World War*. New York, 1927; Simmel. G. *Philosophie der Mode*. Berlin, 1905; Kroeber, A. L. "On the Principle of Order in Civilization as Exemplified by Changes of Fashion", *American Anthropologist*, N. S., XXI (1919), págs. 235-63; Burgess, Ernest W. "Social Planning and the Mores", *Pub. Am. S. S.*, XXII, § 3. (Agosto, 1935), págs. 1-18; "The Value of Sociological Community Studies to the Work of Social Agencies", *Social Forces*, VIII (junho, 1930), págs. 481-91; Park, Robert E. "Behind Our Masks", *Survey Graphic*. (maio, 1926), págs. 135-39; "Social Planning and Human Nature", *Pub. Am. S. S.*, XXIX, § 3, (agosto, 1935), págs. 19-28; "The Relation of Social Research to Social Service", *Journal of Applied Sociology*, VIII, págs. 263-7; "Human Nature and Collective Behavior", *AJS*, XXXII, § 5, (março, 1927); "Personality and Cultural Conflict", *AJS*, XXV, § 2, (maio, 1931), págs. 95-110; "Reflections on Communication and Culture". *AJS*, XLIV, § 2, (setembro, 1938), págs. 187-205; "The Concept of Social Distance". *J. App. Soc.*, VIII (1924), págs. 339-44; "Human Ecology". *AJS*, XLII, § 1, (junho, 1936), págs. 1-15; Sapir, Edward. "The Contribution of Psychiatry to an Understanding of Behavior in Society", *AJS*, XLII, § 6 (maio, 1937), págs. 862-70; Sullivan, Harry Stack. "A Note on the Implications of Psychiatry, the Study of Interpersonal Relations, for Investigations in the Social Sciences", *AJS*, XLII, § 6, (maio, 1937), págs. 848-61; Lowrie, Samuel H. *Aulas de Sociologia* (mimeografadas); *Encyclopedia of the Social Sciences*, 1930 e seg.; Accommodation. E. W. Burgess, I, págs. 369-72; Assimilation, Robert E. Park, II, págs. 281-3; Caste, A. L. Kroeber. II], págs. 254-7; Communication. Edward Sapir. IV, págs. 78-80; Culture, Bronnislava Malinowski, IV, págs. 621-46; Customs, Edward Sapir, IV, págs. 659-62; Ethnocentrism, George P. Murdock, V, págs. 613-4; Isolation, Max H. Boehm, VIII, págs. 350-2; Race Conflict, Hans Kohn, XIII, págs. 36-41; Se-

gregation, Louis Wirth, XIII, págs. 643-7; Wirth, Louis (ed.). *Contemporary Social Problems*. Chicago, 1940; Burgess, Ernest W e Cottrell, Jr., Leonard S. *Predicting Success or Failure in Marriage*, New York, 1939; Smith, T. Lynn. *The Sociology of Rural Life*. New York, 1940; Frazier, E. Franklin. *The Negro Family in the United States*. Chicago, 1939; Horney, Karen. *The Neurotic Personality of Our Time*. New York, 1937; White, Wm. A. *Twentieth Century Psychiatry, Its Contribution to Man's Knowledge of Himself*. New York: W.W. Norton & Co.; Shaw, Clifford R. *The Jack-Roller, A Delinquent Boy's Own Story*, Chicago, 1930; Sutherland, Edwin H. *The Professional Thief*- Chicago, 1937; Shaw, Clifford R. *Brothers in Crime*. Chicago, 1938; Alice, W. C. *The Social Life of Animals*, New York; W. W. Norton & Co.; Oliveira Viana, *Evolução do povo brasileiro*. 2.ª ed. São Paulo, 1933; *Populações Meridionais do Brasil*, São Paulo, 1933; Ralph Linton; *O Homem*. São Paulo, 1943; Azevedo, Fernando de. *Princípios de Sociologia*. 3.ª ed., São Paulo, 1939; *Sociologia educacional*. São Paulo, 1940, Delgado de Carvalho. *Sociologia*, 2 vols., Rio, 1931; Carneiro Leão. *Fundamentos de Sociologia*, Rio, 1940; *Sociedade rural*, Rio s. d. : Giberto Freire, *Casa grande e senzala*, 2.ª ed., Rio, 1936; *Sobrados e mucanibos*. São Paulo, 1936 Willems, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo, 1940; Barreto, Romano e Willems, Emílio. *Leituras Sociológicas*. São Paulo; Pierson, Donald. "Teoria e Pesquisa em Sociologia". *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, N.º LXIX (1940), págs. 117-128; "A Sociologia, os Costumes e o Direito", *Ibid.*, N.º LXVI (1940), págs. 107-116; "Disciplinas com as Quais se Confunde a Sociologia", *Sociologia*, Vol. II, n.º 2 (2.º Trimestre, 1940), págs. 151-158; "O Processo de Interação: Conceito Básico nas Ciências Sociais", *Ibid.*, Vol. UI, n.º 2 (Maio, 1941), págs. 107-120; "Um "Sistema de Referência" para o Estudo (In-, Contatos Raciais e Culturais", *Ibid.*, Vol. -UI, n.º 1 (Março, 1941); "A Composição Étnica das Classes na Sociedade Baiana", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, n.º LXXVI (Maio, 1941), págs. 143-164; "O que torna Humano o Indivíduo", *Ibid.*, Vol. LXXXIII (maio-junho, 1942), págs. 39-57; *Negrões in Brasil: a Study of Race Contact at Bahia*. Chicago, 1942; Bastide. Roger, *Elements de sociologie religieuse*. Paris, 1935. Ogburn, William F. e Nimkoff, Mcyer F. *Sociology*. Boston, 1941 ; Theodor Geiger, *Tipologia do líder*. São Paulo, 1942.

CURSO SOBRE MÉTODOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Associada ao ensino de Sociologia deveria figurar, a meu ver, pesquisa a respeito de processos sociológicos, sua natureza e função. Para tornar essas pesquisas proveitosas, necessário seria realizá-las: 1) em estreita relação com o atual corpo de conhecimentos sociológicos e 2) metódica e sistematicamente. Salientei em outro ponto (36) a inevi-

- (36) *Teoria e Pesquisa em Sociologia*, cap. III, Ed. Melhoramentos, S. Paulo.

tável *interdependência* da teoria e da pesquisa, a primeira como guia necessário para a última, e esta como meio de melhorar continuamente a exatidão daquela. Nenhuma pesquisa deveria empreender-se, por assim dizer, no vácuo, desligada do atual corpo de conhecimentos sociológicos, isto é, do trabalho de pesquisadores anteriores. Quanto aos métodos nas ciências sociais, talvez o seguinte esboço de um curso sobre métodos, que estou dando este ano na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, seja de interesse.

MÉTODOS E TÉCNICAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

I. A *Ciência*.

A. A *atitude científica*.

A ciência: sua natureza, função e limites de suas possibilidades. A possibilidade de as disciplinas sociais se tornarem ciências. A "nova ciência social". A necessidade de pesquisas em cooperação: 1) entre cientistas treinados nas várias disciplinas sociais e 2) entre cientistas dos vários países. Contraste entre os métodos: 1) da "tenacidade"; 2) da "autoridade"; 3) da intuição; 4) da ciência (investigação refletida). A natureza autocorretiva do método científico. Distinção entre trabalhos "descritivos" e trabalhos "normativos"; entre "conhecimento físico" (mensurável) e "conhecimento sociológico" ("dramático). Observação "de campo", controlada e não controlada Coleta e registro de dado; sociológicos: notas, fotografias, mapas, meios mecânicos de registro, etc. Classificação, em séries e seqüências, de dados registrados. Generalização. Indução, dedução, relações lógicas. O valor inestimável das provas. O papel da inteligência, da paciência, do trabalho árduo. Natureza, cultivo e valor inestimável do "insight" (inferência que abrange o que não é diretamente evidente à experiência dos sentidos). A natureza de; "fato", "opinião", "hipótese". Os conceitos científicos encarados como "instrumentos de pesquisa". O problema principal das ciências sociais: o do "bias". A infeliz tendência para presumir que os "approaches" dos outros têm um "bias" particular, enquanto que os nossos não o têm. A objetividade: o que é, e o "que não é "objetividade".

B. As interrelações da *teoria* e da *pesquisa*.

Função da pesquisa: melhorar a teoria. Função da teoria: guiar a pesquisa. Diferença entre "teoria" e "doutrina"; entre "idéia" e "coisa". O "fact-finding" em contraste com a "pesquisa". A natureza *concreta* da realidade e a natureza *abstrata* das teorias científicas. O valor respectivo de duas espécies diversas de conhecimento :

- 1) "familiaridade com" e 2) "conhecimento de".

C. Papel das hipóteses.

Necessidade indeclinável do uso de hipóteses (teorias provisórias) em todos os estágios de uma investigação. Papel do conhecimento prévio. Exploração de várias explicações possíveis (hipóteses), para cada problema. "Inferência provável" em vez de "verdade absoluta".

Os "approaches" à pesquisa social.

A. Ecológico.

Estatísticas vitais, o recenseamento e a "pirâmide de população". Áreas naturais, zonas concêntricas, "gradients", "tracts" censi-tários, áreas metropolitanas, cidades satélites. Agregação, concentração, centralização e descentralização, segregação, dominância, migração e mobilidade, rotinização, invasão, sucessão, estratificação profissional. B. Histórico.

Fontes, tratamento crítico, e valor para fins científicos, do conhecimento a respeito dos aspectos genéticos, dinâmicos, em transformação, dos fenômenos sociais.

C. "Estrutural".

Interesse pelas formas culturais (ou aquelas que na realidade constituem os *produtos* da interação humana) : sistema de parentesco, costumes matrimoniais, estrutura econômica e política, ritual e cerimonial, crença e cosmologia, etc. Interesse: 1) pela história destas formas; 2) pelas questões teóricas concernentes: a) à sua distribuição espacial e b) às relações funcionais entre estas formas organizadas em padrões. Um "approach" particularmente útil na análise dos povos chamados "primitivos", cujas culturas se tornaram relativamente cristalizadas e estáticas. D. Psicológico-social.

Análise dos processos dinâmicos pelos quais as sociedades, instituições, pessoas e culturas (e seus elementos componentes) surgem, modificam-se, desaparecem. Interesse central: as orientações dos indivíduos (isto é, suas "atitudes" ou tendências para agir — suas acomodações incipientes — em relação à vida total e em relação aos outros indivíduos). Esforços para compreender como os indivíduos vêm a orientar-se de várias maneiras uns para com os outros; como ocorrem mudanças de prestígio entre os grupos concomitantemente com mudanças na lealdade dos indivíduos para com eles; como as personalidades dos indivíduos, ao serem "libertados" de um dado grupo, tendem a se tornar desorganizadas e como subseqüentemente se reorganizam. O interesse é mais pelos *processos reais da vida* que pelos produtos finais dessa vida (cultura). Interesse principal pelas *modificações* das formas culturais: sua desintegração e reconstituição em relação à vida dos indivíduos humanos. Um "approach" particularmente útil no estudo dos cen-

tros de *civilização* (em contraste com as "*culturas de folk*"), onde a modificação e não a estabilidade constitui característica principal e onde 1) o caráter, e 2) a função, de todas as instituições, estão em fluxo constante. Necessidade de dados da experiência anterior.

III. O "Survey" Social.

Necessidade de fatos em que se baseie a opinião pública e para elaboração de programas de administração. Precusores do "survey" social. O trabalho de John Howard, Frédéric Le Play, Charles Booth (*Life and Labour of the People of London*, 17 vols.), os "Muckrakers", Sidney e Beatrice Webb. Os "Surveys" de Pittsburg, Springfield, Cleveland. "The Regional Survey of New York and its Environs" (8 vols.). O "Missouri Crime Survey". O "Pacific Race Relations Survey". O "Unemployment Survey of California". Publicação dos objetivos, técnicas, fatos encontrados ("findings").

IV. Os Métodos (propriamente ditos).

A. Estatístico.

Aplicável às massas. Unidades estatísticas, distribuição de freqüências, quadros estatísticos. Variabilidade. Valor e limite de suas possibilidades, das tendências centrais (médias), correlações (parciais e múltiplas), do próprio método estatístico. Tomada de amostras, fidedignidade, "séries cronológicas", escalas sociométricas. Apresentação gráfica.

B. Estudo de caso.

Usualmente empregado no estudo de personalidades, e instituições. Sua história, objetivos, técnicas, valores, limites de suas possibilidades. Caráter interdependente dos métodos de estudo de caso e estatístico.

C. Observação participante (participação consciente e sistemática nas atividades da vida, atitudes, idéias e sentimentos de um dado grupo).

O assumir papéis (gerais e específicos). Valor e limite das possibilidades da observação participante, do ponto de vista: 1) das oportunidades proporcionadas para obter informação, 2) objetividade, 3) amplitude, relevância e fidedignidade dos dados obtidos.

D. Comparativo.

O "estudo de caso" de unidades grandes (sociedades e culturas diversas) cada uma metódicamente analisada em minúcias — para obter: 1) afirmações gerais, comuns a todas as sociedades e culturas, sob dadas circunstâncias e condições, 2) uma explicação das variações.

E. Experimental.

Seu emprego *intencional* na ciência social, provavelmente muito limitado, se é que pode ser aplicado.

V. *As técnicas.*

A. Entrevista.

Valor, limites de suas possibilidades. Traços pessoais e sociais necessários para ter êxito como entrevistador. Necessidade de plano prévio e cuidadoso de entrevista. O papel importante do "rapport". Registro da entrevista.

B. Formulário e questionário.

Sua construção, "testing", emprego, fidedignidade, limites de suas possibilidades. Seleção e treinamento dos enumeradores.

C. "História de vida" (diferenciada de "biografia" e "auto-biografia").

Tentativas para obter dados sobre a "experiência íntima", que, embora constituindo parte considerável da atividade do indivíduo, raramente, talvez nunca, é revelada a outrem. A "história de vida" procura preencher lacunas que não têm recebido a devida atenção, existentes entre: 1) dados revelados pela conduta exterior, e 2) a experiência *total* do indivíduo. Necessidade, no atual estágio embrionário da pesquisa social, de "explorar em torno de", de flexibilidade de técnica e de método, a fim de descobrir quais os dados mais importantes para o tratamento científico. Emprego da técnica de

história de vida", com este objetivo, de maneira a permitir verificação, comparação, generalização exata. Limite das possibilidades das categorias fixas.

VI. *Considerações práticas.*

Fontes científicas de informação (primária e secundária) : contato direto com a realidade, estatísticas e documentos (formais e informais), bibliotecas, etc. Desenvolvimento de uma bibliografia. A arte da anotação sistemática e do registro das anotações. Fichários para as informações obtidas. Utilização de auxiliares mecânicos (máquinas de escrever, de calcular, aparelhamento de registro, etc). Preparação de trabalhos científicos e técnicos. Modo de fazer um "out-line". Citações, referências, notas em rodapé.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA — (*indispensáveis*) : Young, Pauline, *Scientific Social Surveys and Research* (New York, 1939) ; *Interviewing in Social Work* (New York, 1935); Palmer, Vivien M., *Field Studies in Sociology: A Student's Manual* (University of Chicago Press, 1928); Coheu, Morris R., *Reason and Nature: An Essay on the Meaning of Scientific Method* (Harcourt, Brace and Co., 1931) ; Morris R. Cohem e Ernest Nagel, *An Introduction to Logic and Scientific Method* (Harcourt, Brace and Co., 1934) ; Poincaré, Henri, *Science and Hypothesis* (Paris, 1918); Ritchie, A. D., *Scientific Method: An Inquiry into the Character and Validity of Natural Laws* (Harcourt, Brace and Co., 1923) ; Jevons, Wm., *The Principles of Science*, (2 vols. 1874) ; Hobson, E. W., *The Domain of Natural Science*; Rueff, Jacques, *From the Physical to the*

Social Sciences; Malinowski, B., *The Argonauts of the Western Pacific*: Si-miand. François, *Le salaire. l'évolution sociale et la monnaie* (3 vols., Paris, 1932), vol. I; Rickert, Hefeiridh, *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft*: Cramer. Frank, *The Method of Darwin*; Mead, George H. "Scientific Method and the Individual Thinker", cap. de *Creative Intelligence*. "ed." por John Dewey; Bridgman, P. W., *The Logic of Modern Physics*; Meitzen, August, *The History, Theory and Technique of Statistics*; Keynes, J. M., *Treatise on Probability* (1.^a ed., London, 1921); Kice, Stuart A. (ed.), *Methods in Social Science: A Case Book* (University of Chicago Press, 1931); Thomas, VV. I., and Znaniecki, Florian, *The Polish Peasant in Europe and America*. 2 vols. (A. A. Knopf, 1927), especialmente o "Methodological Note", págs. 1-86; Thomas, W. I., *The Unadjusted Girl: With Cases and Standpoints for Behavioral Analysis* (Little, Brown and Co., 1924); Thomas, W. I. e Thomas, Dorothy S., *The Child in America: Behavior Problems and Programs* (A. A. Knopf, 1928); Sumner, W. G., *Folkways* (Ginn and Co., 1906); Coolidge, Charles H., "The Roots of Social Knowledge", cap. de *Sociological Theory and Social Research*, págs. 289-309 (Henry Holt and Co., 1930); Durkheim, Emile, *Les règles de la méthode sociologique* (Paris, 1904); Burgess, E. W., "What Social Case Records Should Contain to be Useful for Sociological Interpretation", *Social Forces*, VI (Junho, 1928), págs. 526-628; Dollard, John, *Criteria for the Life History: With Analysis of Six Notable Documents* (Yale University Press, 1935); Gee, Wilson (ed.), *Research in the Social Sciences* (The Macmillan Co., 1929); Langlois, Charles V., e Seignobos, C., *Introduction aux études historiques* (Paris, s. d.).

(Suplementares) : Booth, Charles, *Life and Labour of the People of London* I 17 vols. (Londres, 1892-1897); Cleveland Foundation, *The Recreation Survey* (7 vols., 1917); Eaton, Allen, e Harrison, Shelby M. . I *Bibliography of Social Surveys* (Russell Sage Foundation, 1930) ; *Full Mouse Maps and Papers*, pelos "Residents" do Hull House (Thomas Y. Crowell Co., 1895); Hunter, Robert, *Tenement Conditions in Chicago: Report of the Investigating Committee of the City Home Association*. 1901; Kellogg, Paul U. (ed.), *The Pittsburg Survey* (Russell Sage Foundation, 1909-1914); Le Play, Frédéric, *Les ouvriers européens*, 6 vols. (Imprimeries Impériales, 1855); Le Play, Frédéric, *La réforme sociale en France*, 2 vols. (Imprimeries Impériales, 1866); The London School of Economics and Political Science, *The New Survey of London Life and Labour* (P. S. King and Son, 1930-1935); McKenzie, R. D., *The Neighborhood: A Study of Local Life in Columbus, Ohio* (The University of Chicago Press, 1928); *The Missouri Crime Survey* (Raymond Moley, editor; Macmillan, 1926); Park, Robert E., "A Race Relations Survey: Suggestions for a Study of the Oriental Population of the Pacific Coast", *Journal of Applied Sociology*, VIII (março-abril, 1924), págs. 195-205; Park, Robert E. "Methods of a Race Survey", *Journal of Applied Sociology*, X (maio-junho, 1926), págs. 410-415; *Regional Survey of New York and Its Environs*, 8 vols. (1927-1929); Rife, Jacob, *How the Other Half Lives: Studies Among the Tenements of New York* (New York, 1890); Rowntree, B. S., *Poverty: A Study of Town Life* (Londres, 1908); Williams, James M., *An American Town* (Columbia Univer-

sity Press, 1922); Woods; Robert A.. *The City Wilderness: A Settlement Study of South End* (Houghton Mifflin, 1898); Aronovici, Carol, *Knowing One's Own Community*, American Unitarian Association Bulletin, N.º 20, 1912; Elmer, Manuel C, *Technique of Social Surveys* (Los Angeles, 1927) ; *Social Research* (Prentice-Hall, 1939); Harrisnn, Shelby M., " Forerunners of Regional Research". *Publications of the American Sociological Society* (1935), págs. 81-84; Sfiebb, SitLney and Beatrice, *Methods of Social Study* (Longnians, Green, 1932) ; *Americanization Studies of the Carnegie Corporation of New York*, "edited" por Allen T. Burns. 10 vols. (Harper and Bros., 1920-1921); Anderson, Nels, *The Hobo: The Sociology of the Homeless Man* (University of Chicago Press., 1923); Blmmential, Albert, *Small-Town Stuff* (University of Chicago Press, 1932); Cavan, Ruth Shonle, *Suicide* (University of Chicago Press, 1928); Lind, Andrew W., *An Island Community: Ecológica! Succession in Hawaii* (University of Chicago Press, 1938); Lynd, Robert S. and Helen M., *Middletown: ...! Study in Contemporary Culture* (Harcourt, Brace, 1929); *Middletown in Transition* (Harcourt, Brace, 1938); Mead, Margaret, *Growing Up in New Guinca* (William Morrow and Co., 1930); Reckless, Walter C., *Vice in Chi-cago* (University of Chicago Press, 1938); Thrasher, Frederic M., *The Gang* (University of Chicago Press, 1927 e 1936); Wirth, Louis. *The Ghetto*. The University of Chicago Press, 1928) ; Young, Pauline V., *Pilgrims of Russian-Town* (University of Chicago Press, 1932); Zorbaugh, Harvey W., *The Gold Coast and the Slum* (University of Chicago Press, 1929); Ezekiel, Mordecai, *Mclluns of Correlation Analysis* (John Wiley and Sons, 1930); White. R. Elyde, *Social StaUstics* (Harper and Bros., 1933); Lumdberg, George A., *Social Research* (Longmans, Green and Co., 1929); Bogardus, E. S., *Introduction Io Social Research* (Los Angeles, 1936); Chapin, Stuart F., " Progress in Methods of Inquiry and Research in the Social and Economic Sciences", *Sciçntific Monlhly*. XIX (outubro, 1924), págs. 390-399; Fry. C. Luther, *The Te clinique oi Social Investigation* (Harper and Bros., 1934); Kelley, Truman I... *Sciçntific Method: lis Eunction in Research and in Education* (Macmillan Co., 1932); fiayer, Joseph, *The Scren Seals of Science* (Appleton-Century, 1927) ; Odum, Howard W., e Jocher, Katherine, *An Introduction Io Sócia! Research* (Henry Holt, 1929); Pearson, Karl, *The Grammar of Science* (Londres, 1900); Spahr, Walter E. e Swcnson, Rinehart .I., *Methods and Status of Sciçntific Research* (Harper and Bros., 1930); Thonias, Williiain I., "The RcAation of Research to the Social Process", *Essays on Research in Social Studies* (The Brookings Institution, 1931) ; Whitney, Frederick L., *Elements of Research* (Prentice Hall, 1937); B<ernárd, L. L. (editor), *The Fields and Methods of Sociology* (Farrar and Rinehart, 1934); White, Leonard D., *The Nexo Social Science* (University of Chicago Press, 1930); Dewey, John, *Quçst for Certainty: A Study of the Rclation of Knowlçdgc to Action* (Milton. Balch and Co., 1929) ; Bagley, W. C, *Facts and How to Find Them*. 2." rev. ed. (Pitman Publishing Corporation, 1938; Mayo, Elton, *The Human Problems of an Industrial Civili-zation* (Macmillan, 1933); Slesinger, Donald, "Standards for Evaluating Research Programs", *Journal of Home Economics*, XXVI (abril, 1934 págs. 206-211; Stouffer, Samuel A., e outros, " Training, Methods, and Standards for

Social Research", *Sociology and Social Research*, XVII (janeiro-fevereiro, 1934), pags. 203-218; Smith, T. V. e White, Leonard D. ("editors"), *Chicago; An Experiment in Social Science Research* (University of Chicago Press, 1929) ; Headley, Leal A., *Making the Most of Books* (American Library Association, 1932) ; Hutchins, Margaret, Johnson, Alice S., e Williams, Margaret S., *A Guide to the Use of Libraries*. 4.* ed. (H. W. Wilson Co., 1929); Lewis, Ervin E., *Adventures with Books and Libraries; How to Use Dictionaries, Encyclopaedias, and Other Reference Materials* (American Book Co., 1934) ; Social Science Research Council, *Rural Sociological Research in the United States* (1928) ; Ridgway, John L., *Scientific Illustration* (Stanford University Press, 1938) ; Thomas, Dorothy S., et al., *Observational Studies of Social Behavior*. Yale University Press, 1933; *Some New Techniques for Studying Social Behavior* (Columbia University Press, 1929) ; Chapin, F, Stuart, *The Social Status Scale* (University of Minnesota Press, 1936); *The Social Participation Scale* (University of Minnesota Press, 1937) ; Downey, June E., *Manual of the Group Will-Temperament Test* (The World Book Co., 1922) ; Fisk, Helen I., *Statistical Recording and Reporting in family Welfare Agencies* (Family Welfare Association of America, 1934); Laird, D. A., "How to Make an Inventory of Your Personality", cap. IV de E. A. Wiggins, *Exploring Your Mind* (Bobbs-Merrill Co., 1928); Symonds, Percival M., *Diagnosing Personality and Conduct* (Appleton-Century, 1931); Cavan, Ruth S., "The Question-naire in a Sociological Research Project", *American Journal of Sociology*, XXXVIII (marco, 1933), pags. 721-727; Chaddock, Robert E., *Principles and Methods of Statistics* (Houghton Mifflin, 1925) ; International Labor Office. *An International Enquiry into Costs of Living, Studies and Reports, Series N, n.º 17*, (Londres, 1931); Neprash, J. A., "The Reliability of Responses to Questionnaires on Social Attitudes", *Papers of American Sociological Society*, XXVIII (1933), pags. 69-73; Smith, Mapheus, "A Note on Stability in Questionnaire Response", *American Journal of Sociology*, XXXVIII (marco, 1933), pags. 713-720; Toops, Herbert A., "The Returns from Follow-up Letters to Questionnaires", *Journal of Applied Psychology*, X (maroo, 1926), pags. 92-101; U. S. Bureau of the Census, *The Story of the Census* (1915); Hamilton, E. T., *The Art of Interrogation* (Harcourt, Brace, 1929); Queen, Stuart, A.. "Social Interaction in the Interview — An Experiment", *Social forces*, VI (junho, 1928), pags. 545-558; Sheffield, Ada E., *Social Insight in Case Situations* (Appleton-Ce:itury, 1937) ; Taft, Jessie, *The Dynamics of Therapy in a Controlled Relationship* (Macmillan, 1933); Bingham, Walter Van Dyke, and Moore, Bruce Victor, *How to Interview*, ed. rev. (Harper and Bros., 1934) ; Cavan, Ruth S., "Interviewing for Life-History Material", *The American Journal of Sociology*, XXXV (julho, 1929), pags. 100-115; Rice, Stuart A., "Contagius Bias in the Interview: A Methodological Note", *American Journal of Sociology*, XXXV (novembro, 1929), pags. 420-423; Russell Sage Foundation, Library, "Interviewing and Case Recording", *Bulletin* n.º 127 (outubro, 1934); Bristol, Margaret C, *Handbook on Social Case Recording* ^University of Chicago Press, 1936); Queen, Stuart A., "Can Interviews be Described Objectively?" *Social Forces*, VII (junho. 1929), pags. 529-530; Sheffield, Ada E., *The Social Case*

History: Its Construction and Content (Russell Sage Foundation, 1920) ; .Adams, J. T., "My Methods as a Historian". *The Saturday Review of Literature*, X (junho 30, 1934), págs. 777-778; Teggart, Frederick J., *The Theory of His-tory* (Yale University Press, 1925); Healy, William, e Bronner, Augusta F. *Judge Baker Foundation Case-Studies*, N.ºs 1-20 (The Judge Baker-Foundation, 1922); Shaw, Clifford R., *The Jack Roiler: The Delinquent Boy's Own Story* (University of Chicago Press); Steffens, Lincoln, *An Autobiography* (Har-court, Brace, 1931); Burgess, E. W., " Statistics and Case-Studies as Methods of Social Research", *Sociology and Social Research*, XII (novembro-dezembro, 1927). págs. 103-120; Cavan, Ruth S., e outros, "Note on the Statistical TreatmenC of Ltfé-History Material", *Social Forccs*, IX (dezembro 1930), págs. 200-203; Cooley, Charles H. "The Case-Study of Small Instituiions as a jffethod of Research", em *Sociológica! Theory and Social Research*, págs. 313-322; Kruegr, K. T. " Tecnique of Securing Life History Documents", *Jourmd of Applied Sociology*, IX (março-abril, 1925), págs. 290-298; Mitchell, Wesley C, "Quantitativo Analysis in Economic Theory", *American Economic Kcview*. XV (março, 1925), págs. 1-12; Shaw, Clifford R., "Case-Study Me-thod", *Proceedings of American Sociológica! Socicy*. XXI (1927), págs. 149-157; Lundberg, George A.. " Quantitativo Methods in Social Psychology", *American Sociológica! Review*, I (fevereiro, 1936); págs. 38-54; Rice Stuart A., *Quantitalive Methods in, Politics*. Alfred A. Knopf, 1928; *Statistics in Social Studies* (University of Pennsylvania Press, 1930); Thomas, Dorothy S., " Sta-tistxs in Social Research", *American Journal of Sffciology* XXXV (julho, 1929). págs. 1-17; Walker, Helen M., e Durost, Walter N., *Statistical Tables: Their Structure and Use* (Columbia University Press, 1936); Yule, G. Udny, *An Introduction Io the Theory of Statistics* (Londres, 1924); Brinton, W. C. *Graphic Mqthod for Presenting Facts* (The Engineering Magazine Compalny, 1914); Modley, Rudolf, *How to Use Pictorial Statistics* (Harper and Bros, 1937); Hoyt, Homer, *One Hundred Years of Lana l'values in Chicago* (University of Chicago Press, 1933) ; Park, R. E., e ai., *The City* (University of Chicago Press, 1925); Shaw, Clifford R., e ai., *Dclinquency Áreas* (University of Chicago Press, 1929); Calhoum, A. W., *A Social History of the American Family from Colonial Times Io Present* (Clark Publishing Co., 1917) ; Flügél, J. C. *The Psychoanalytie Study of the Family* (International Psychoanalytic Press. Viena, 1921); Chapin, F. Stuart, *Conlemporary American Insllutions: A Sociológica! Analysis* (Harper and Bros., 1935); Davis, E. C, *Methods and Techniaues Used in Surveying Health and Physical Education in City Schools* (Columbia University Press, 1932) ; Douglas H. Paul, *How to Study the City Church* (Doubleday, Doran, 1928); Park, Robert E., e Miller, H. A., *Old World Traits Transplanted* (New York, 1921); Malinowski, Bronislaw, "Methods of a Race Survey", *Journal of Applied Sociology*, X (maio-junho, 1926), págs. 410-415; Galpin, Charles J., *Social Anatomy of an Agricultural Com-tinnily*. Wisconsin Agricultural Experiment Station Research Bulletin n.º 34 (maio, 1915); Burgess, E. W., "The Natural Área as the Unit for Social Work in a Large City", *Procedings of the National Confercnce of Social Work* (1928), págs. 504-509; Fact-Finding Surveys for Housing, *Architectural Fórum*,

LX (fevereiro, 1934), págs. 109-110; McMillan, A. W., *Measurement in Social Work* (University of Chicago Press, 1930); Blumer, Herbert, "Science Without Concepts". *American Journal of Sociology*. XXXVI (janeiro, 1931), págs. 515-533; Parsons, Talcott, "The Role of Theory in Social Research", *American Sociológica! Review*, III (fevereiro, 1938), págs. 13-20; Ross, Frank A., "On Generalization from Limited Social Data", *Social Forces*, X (outubro, 1931), págs. 32-37; Stouffer, Samuel A., "A Technique for Analysing Sociolo-g!cal Data Classified in Non-quantitative Groups", *American Journal of Sociology*. XXXIX (setembro, 1933), págs. 150-193; Pierson, Donald. "Teoria e Pesquisa em Sociologia", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, LXIX (agosto, 1940), págs. 117-128; Pierson, Donald, "Un Sistema de Referência para o Estudo dos Contatos Raciais e Culturais", *Sociologia*, III, n.º 1 (março, 1941), págs. 1-17; Pierson, Donald, "Racial and Cultural Contada in Brazil: Present State of Research in This Field". *Handbook of Latiu American Studies* (Harvard University, Press, 1941), págs. 463-70.

A PESQUISA NA EDUCAÇÃO

CARLETON WASHBUBNE

Do Departamento de Educação de
Winnetka, Illinois, Estados Unidos

Os estudos científicos começaram todos no terreno da especulação e da teoria filosófica. Cada ciência chegou a ser realmente "ciência" quando pôde contar com observações objetivas, cuidadosamente anotadas, e experiências realizadas sob rigoroso controle. Deste modo, a "filosofia natural" se tornou a física; a "alquimia", evoluiu para a química; a "astrologia" se transformou em astronomia. Só por esse caminho também a educação chegará a ser uma ciência.

Até ao presente, grande parte da educação é tradição, adivinhação, doutrina tradicional, ou fé menos esclarecida. Para que dela façamos **uma** ciência exata e uma arte prática, teremos que observar e registrar os fatos, de modo sistemático e sem preconceitos; teremos também que realizar experiências sob controle objetivo, seguramente estabelecido.

No entanto, ainda que a educação possa vir a ser ciência aplicada, ou por isso mesmo, devemos ter presentes os objetivos, ou fins, que com ela pretendamos obter. As investigações no campo educacional hão de orientar-se para horizontes claramente definidos, sendo, assim, a primeira etapa, a de uma definição de valores, estudo que deriva da filosofia.

Muitos educadores dos Estados Unidos, entre os quais me inscrevo, crêem que a educação deverá orientar-se para os seguintes fins:

- a) sadio desenvolvimento dos indivíduos humanos, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista emocional;
- b) desenvolvimento da capacidade criadora e do contingente de personalidade;
- c) aquisição de conhecimentos e técnicas mais úteis à vida prática;
- d) formação de consciência e responsabilidade para a vida social.

Admitindo que esses sejam os fins gerais da educação, podemos passar a ver alguns dos problemas para a sua investigação científica.

OS ELEMENTOS DA EDUCAÇÃO

Os elementos da educação — sua *matéria prima*, digamos assim — são a criança e a sociedade.

A criança deverá ser estudada quanto ao seu desenvolvimento, desde o nascimento; deve ser estudado o jovem, na adolescência, até que se torne adulto; e esse estudo deverá compreender suas necessidades, capacidades físicas, mentais e emocionais.

A sociedade, ambiente natural onde cada indivíduo irá viver e exercer sua influência, deverá ser também estudada em seus aspectos econômico, sociológico e cívico" — tudo ainda em relação com as necessidades e as capacidades de cada nova geração.

A CRIANÇA

Penso que, entre as perguntas que nos devemos propor, em relação à criança, estão as seguintes:

a) Que alimentos são necessários a cada idade? quantas horas de sono, de atividade e repouso?

b) Que oportunidades e estímulos, e que direção necessita a criança para que o seu desenvolvimento físico se dê em boas condições?

c) Que conhecimentos, atitudes e hábitos deverá adquirir, em cada idade, para que se evitem enfermidades e acidentes?

A propósito do desenvolvimento mental, devemos perguntar:

a) Quais são os interesses mais característicos de cada idade, e quais os que mais estreitamente se relacionam com o ambiente específico de cada criança e de cada sexo?

b) Quais são as tendências de curiosidade mais características em cada idade?

c) A que estímulos mentais responde a criança, em cada nível de desenvolvimento, para que se estimule o desejo de saber e compreender?

d) Como se pode medir o nível de maturidade das várias funções mentais, e que, afinal, poderá a criança aprender mais eficazmente em cada nível?

Para conhecimento das necessidades afetivas, devemos indagar:

a) Quais são as satisfações emocionais básicas que as crianças procuram, em média, em cada idade?

b) A que tipo de ambiente, material e social, responderá a criança, do ponto de vista de seu desenvolvimento emocional?

c) Que estímulos e materiais desenvolverão, de modo mais eficiente as capacidades criadoras, em cada idade?

d) Quando o comportamento da criança não se ajuste aos próprios fins naturais da existência social, que deveremos fazer para guiá-la e orientá-la para caminhos mais satisfatórios?

A SOCIEDADE

A economia de cada região, de cada país, e, afinal, a do mundo exercem influência sobre a vida dos indivíduos. Cada um depende, para satisfação de suas necessidades, da vida econômica em geral. Certo é, porém, que a economia geral também depende da capacidade de trabalho produtivo de cada indivíduo. As influências são, assim, recíprocas, e por isso será preciso que o programa educativo tenha relação com a vida Econômica.

Por este aspecto, julgo que devemos estudar:

a) Que espécies de trabalhadores diferenciados necessita a economia atual do país? (quantos operários agrícolas, quantos mecânicos, quantos trabalhadores das profissões liberais, etc). Qual a preparação mais adequada para cada um desses ramos de trabalho? Quais as aptidões e capacidades necessárias para o bom êxito de cada ocupação, e como poderemos medi-las ?

b) Quais são as deficiências existentes e as potencialidades ainda não aproveitadas na economia da região e do país? Que espécie de educação poderia ajudar à nova geração a corrigir as deficiências existentes e a aproveitar, de melhor modo, as riquezas potenciais?

Do mesmo modo, devemos investigar as exigências e necessidades da vida social, da família, da comunidade, da região, do país. Devemos examinar detidamente as condições típicas da vida familiar, verificando o que nela possa haver que deva ser corrigido pela educação. Útil será o estudo da vida de recreação e das oportunidades culturais de cada núcleo de população. Só assim, será possível aproveitar o que existia e planejar o que falte.

Por isso que cada aluno será mais tarde um cidadão, e que, na vida democrática, é de suma importância a inteligência, os sentimentos e a consciência social de cada indivíduo, devemos estudar a vida política, para que se considerem as suas deficiências e seus males; e, assim, devemos preparar nossos alunos para que, mais tarde, possam consagrar-se ao bem estar do país e de seus semelhantes.

One formas ou processos de educação prepararão de modo mais eficaz essa mentalidade tão necessária?

Claro está que não será o ensino verbal, a memorização de fatos, nem tão pouco princípios e regras. Só por meio de um regime democrático, inteligentemente *estabelecido na própria escola*, e com atividades e "projetos socializados", poderemos ensinar o que seja a vida social com sentido democrático. Estas são idéias que reputo essenciais. Não dissimulo porém, que ainda neste aspecto haverá muito que pesquisar e experimentar".

Para que preencha a sua vida econômica, social e cívica, cada indivíduo necessita de meios de comunicação, de cálculo, e de uma base de conhecimentos de ciência, geografia e história — sem os quais não poderá entender o que leia, ou ouça, nem resolver os mais simples problemas práticos de sua vida.

A escola tradicional, é certo, tratava de dar esses conhecimentos, mas não o fazia de modo conveniente. Devemos investigar, ainda neste ponto, para sabermos que partes de cada programa são realmente úteis, quais os conhecimentos que usarão, certamente; quais os que possam ser aprendidos depois, pelas exigências do próprio trabalho. Devemos ver em que idade, e em que nível de desenvolvimento cada coisa pode ser mais fácil e eficazmente aprendida. Devemos conhecer, de modo objetivo, quais os processos mais eficientes de aprendizagem em cada disciplina, e, ainda, em cada um de seus elementos.

APLICAÇÃO PEDAGÓGICA

Chegamos a ver, assim, que as investigações devem chegar a encarar o trabalho da própria escola. Não é bastante saber o que devamos ensinar: temos que estudar cientificamente o modo de alcançar os fins que tenhamos em vista.

Para isso devemos estabelecer *escolas experimentais*, escolas de investigação, com autonomia para que pesquisem, e tenham à mão o material necessário. Essas escolas devem ser "laboratórios" em relação a todas as demais escolas, e para a orientação geral dos planos pedagógicos. O que descubram deve ser logo publicado, e utilizado no ensino das escolas normais e institutos pedagógicos, onde novos professores estejam sendo preparados.

Medidas objetivas e científicas devem ser aplicadas em cada fase do trabalho. Dão os novos processos, materiais, livros, ou formas de en-

sino resultados mais seguros e mais próximos dos ideais que devemos ter em mente? . . . Nem o preconceito, nem o entusiasmo devem cegar-nos na apreciação dos resultados reais de nossas experiências e investigações.

Devemos, pois, examinar nosso trabalho com espírito estritamente científico, e, por isso, usando de medidas objetivas.

O que aqui escrevo não é sonho ou utopia. Desde um quarto de século, psicólogos, investigadores e associações, em vários países, vêm realizando esse trabalho de pesquisa científica da educação.

É certo que sabemos muito mais do que aquilo que já pomos em prática. Certo é também que devemos saber muitas vezes mais, e que, afinal, devemos *praticar o que sabemos*.

PROVAS PARA SELEÇÃO DE CALCULISTAS

JACYR MAIA
Do Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos

A FUNÇÃO DE CALCULISTA

A função de "Calculista" do Serviço Público, ao contrário do que poderá fazer supor à primeira vista, essa denominação, não é uma função cujas atividades dependam de cálculos da matemática superior, para sua execução. É, até, função de nível relativamente baixo, equiparável ao de "auxiliar de escritório", como o confirma o próprio fato de se iniciarem essas duas "séries funcionais" na mesma referência VII. O extranumerário "calculista" é como que um "auxiliar de escritório", ao qual são atribuídos serviços que se caracterizam pelo emprego de operações com números, organização de tabelas, feitura de gráficos. Terá, ainda, provavelmente, de aplicar em certos trabalhos — conforme o serviço em que esteja lotado — alguns conhecimentos elementares de estatística.

Pode-se dizer, portanto, que "calculista" é uma função de escritório, de nível relativamente baixo, cujos serviços dependem da execução de cálculos numéricos que não vão além da matemática, que se pode aprender nas duas ou três primeiras séries do curso ginasial.

REQUISITOS ACONSELHÁVEIS

Como já tivemos ocasião de observar, (1) as provas de nível mental, nos concursos ou provas de habilitação, procuram revelar a capacidade geral de inteligência, bem como certos atributos considerados úteis ao exercício da carreira, ou função, a que se destinem os candidatos.

(1) " Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos", vol. I, n.º 1.

Para o calculista, portanto, a prova mental terá que ser organizada de modo a conter algumas questões de inteligência geral e outras que procurem investigar, nos candidatos, a capacidade de atenção, a maior ou menor habilidade para lidar com números, um pouco de raciocínio matemático, requisitos indiscutivelmente úteis a um calculista.

Uma vez conhecidos, por meio das provas mentais, quais os indivíduos possuidores desses requisitos, pode-se supor que os mesmos se desincumbirão satisfatoriamente dos trabalhos que lhes forem atribuídos.

Como se vê, não pretendem as provas indicar com rigor absoluto os candidatos que possuem aptidão especificamente definida para esse tipo de trabalho. Pode-se, contudo, supor a existência de indivíduos portadores de certas capacidades — às vezes mais, outras vezes menos definidas — que se possam ajustar, de modo mais ou menos perfeito a esse tipo de serviço. E presume-se que esse ajustamento possa depender, no caso, dos atributos acima referidos.

Já será muito, e o bastante, pois as experiências vêm demonstrando que os elementos escolhidos por meio de provas assim organizadas costumam guardar, nas demais provas do concurso a sua posição relativa; a observação revela também que guardam sensivelmente a mesma posição quanto à produção no trabalho.

A PROVA APLICADA

A prova preparada pelo I. N. E. P. para a seleção de "calculistas" consta de 5 partes, ou diferentes grupos de questões e abrange 10 questões de execução de ordens; 10 de analogias; 10 pequenas expressões numéricas; 10 séries numéricas a completar e uma página de cancelamento de números.

As questões de execução de ordens, apresentadas com as frases em desordem, podem ser assim exemplificadas:

— *linha abaixo metade na de Escreva a oito*

— *Faça frase tuna cruz adiante desta*

As análogas empregadas foram do tipo dos seguintes exemplos:

— *RELÓGIO está para HORA assim como BARÔMETRO está para: tem pestade tempo chuva pressão ar*

— *BARRIL está para VINHO assim como CELEIRO está para: cavalo seda grão sobra cinza*

Como exemplo das expressões numéricas, apresentamos as seguintes:

$$\begin{array}{r} 9 \ 4 = 4 \ 1 \\ 6 \ 4 \ 6 = 6 \ 3 \\ 9 \ 4 \ 2 \ 1 = 0 \ 2 \end{array}$$

O candidato deveria colocar sinais de modo a estabelecer a igualdade entre os termos de cada expressão:

Exemplo das séries numéricas:

$$\begin{array}{cccccccc} 18 & 16 & 14 & \dots & 10 & \dots & 6 & 4 & 2 \\ 0,4 & 0,9 & 1,4 & \dots & 2,4 & 2,9 & 3,4 & \dots & 4,4 \\ 3 & 9 & 8 & & 24 & 23 & \dots & 68 & 204 & \dots \end{array}$$

Da parte de cancelamento de números reproduzimos as primeiras linhas, como exemplo:

Cancele todos os números precedidos do sinal + que forem pares e todos os números que vierem antes do sinal X e que forem ímpares:

$$\begin{array}{r} 5 \times 7 = 3 + 4 \times 8 - 5 \div 2 \times 8 - 1 + 3 - 7 \\ \times 3 \times 8 \div 1 + 6 \div 2 \div 4 \times 6 \times 4 - 5 + 5 + 3 \\ - 2 \times 9 \div 3 + 5 \times 4 + 9 - 8 - 4 \times 2 - 4 - 2 \\ \times 1 - 8 + 2 - 2 \times 5 - 2 \times 8 - 4 \times 3 + 7 \div 6 \end{array}$$

APLICAÇÃO DA PROVA E TEMPO DE DURAÇÃO

A prova, compareceram 131 candidatos de ambos os sexos. De acordo com resultados de provas anteriores, usadas em concursos cujo nível se poderia supor aproximado ao dos candidatos, o tempo de duração foi fixado em 30 minutos.

Depois de aplicada a prova, foi levada a efeito a correção, anotando-se os erros e atribuindo-se 1 ponto a cada resposta certa. Feita a soma destes pontos, em relação a cada uma das 5 partes da prova e em relação ao conjunto, obtiveram-se a distribuição de freqüências do total e a de cada parte da prova.

A distribuição de freqüências da soma total dos pontos não apresentou, desde logo, as suas constantes de concentração e dispersão de modo a permitir supor a prova satisfatório instrumento de medida. Analisada cada uma das 5 distribuições parciais ainda não se pôde conseguir razoável distribuição, mesmo atribuindo-se pesos diversos a cada uma. Foi feita, então, diretamente, a análise de cada item da prova, determinando-se, além da dificuldade de cada um pelas percentagens de

respostas certas, o valor médio para o número de respostas certas em cada parte da prova.

Foi possível assim organizar tabelas para transformar o número de questões certas numa graduação numérica.

Damos, abaixo, as tabelas usadas para transformação de pontos em notas para cada parte da prova.

TABELA I

1.ª PARTE
EXECUÇÃO DE ORDENS

Respostas certas	Nota
0	0
1	0,5
2	1
3	1,5
4	2
5	2,5
6	3
7	4
8	5
9	7

TABELA II

2.ª PARTE
ANALOGIAS

Respostas certas	Nota
0	0
1	0,5
2	1
3	1,5
4	2
5	3
6	3,5
7	5,5
8	7,5
9	9
10	10

TABELA III

3.ª PARTE
EXPRESSÕES NUMÉRICAS

Respostas certas	Nota
0	0
1	1
2	1
3	1,5
4	1,5
5	2
6	3
7	5
8	7
9	9
10	10

TABELA IV

4.ª PARTE
SÉRIES NUMÉRICAS

Respostas certas	Nota
0	0
1	1
2	1,5
3	2,5
4	4
5	5
6	6
7	7,5
8	9
9	10

TABELA V

5.» PARTE - CANCELAMENTO

ERROS (Trocacis ou omissões)	NOTA	ERROS	NOTA
0	10,0	21 24	4,5
1 - 2.....	9,5	25 28	4,0
3 - 4.....	9,0	29 - 32	3,5
5 - 6.....	8,5	33 - 36	3,0
7 - 8.....	8,0	37 - 40	2,5
9 - 10.....	7,5	41 - 44	2,0
11 - 12.....	7,0	45 - 48	1,5
13 - 14.....	6,5	49 - 52	1,0
15 - 16.....	6,0	53 - 56	0,5
17 - 18.....	5,5	57 - 60	0,0
19 - 20.....	5,0		

Aplicadas as tabelas acima, a distribuição obtida foi a que se segue, satisfatória para os fins de seleção:

TABELA VI

x PONTOS NA PROVA	f FREQUÊNCIA
0 - 4	1
5 - 9	8
10 - 14	10
15 - 19	26
20 - 24	29
25 - 29	26
30 - 34	21
35 - 39	8
40 - 44	2
45 - 49	—
	N = 131

Veamos os valores obtidos:

Concentração:

Média aritmética, M	= 23.49
Mediano, Mi	= 23.52
Modo (Pearson), Mo	= 23.62

Dispersão:

Primeiro quartil, Q_1	= 17.64
Terceiro quartil, Q_2	= 29.66
Amp. inter-quartil, $Q_3 - Q_1$	= 12.02
Amp. semi-inter-quartil, Q	= 6.06
Desvio Padrão, D. P. ou σ	= 8.32
Assimetria (Pearson), S	= -0.02
Percentil 15,87, $P_{15,87}$	= 15.34
Coefficiente de variação (Pearson) C. V	= 35.42

Como já esclarecemos em trabalho anterior, o índice mínimo para habilitação nessas provas de nível mental vem a corresponder ao valor da expressão $M - D. P.$

Para a prova aqui considerada, obtivemos:

$$M - D. P. = 23.49 - 8.32 = 15.17 \text{ ou } 15, \text{ em inteiro.}$$

Antes, porém, de ser definitivamente fixado esse mínimo, foi feita a comparação desse valor com o do $P_{15,87}$, seu equivalente numa distribuição teórica cuja média e cujo desvio padrão fossem os da experiência presente.

$$\text{Vejamos: } RI - D.P. = 15.17; \quad P_{15,87} = 15.34$$

Como se vê, pela extrema aproximação entre esses dois resultados, o mínimo de 15 pontos satisfaz às condições do critério seguido.

Terminada essa primeira fase, cujo objetivo imediato é o da determinação desse mínimo para pronta identificação dos candidatos *habilitados* e dos *inabilitados*, prosseguem os estudos sobre a prova, já agora com a intenção de aprimorá-la e torná-la mais segura, para uso futuro.

Para bom aproveitamento dos resultados de uma experiência em ulteriores aplicações, a comparação da distribuição com a da curva normal que melhor se lhe ajuste e o estudo individual de cada questão da prova, são recursos de ótimos resultados. (2)

(2) A distribuição normal não é tida, por alguns estudiosos, como a que se deva exigir nas aplicações dos testes. Contudo, a prática que temos de mais de um decênio em trabalhos dessa natureza, vem sempre confirmando as inúmeras vantagens desse tipo de distribuição. Acreditamos assim, que, na medida pelos testes a obtenção de uma distribuição do tipo normal representa sempre uma garantia para conhecimento mais seguro do atributo investigado e do modo pelo qual ele se apresenta nos indivíduos que compõem o grupo. Tratando-se de fenômenos resultantes de uma grande multiplicidade de fatores em grande parte desconhecidos, como os que se costumam investigar por meio de testes, será lícito esperar uma distribuição análoga à dos fenômenos regulados puramente pelo acaso, resultantes do emaranhado inexplorável de numerosos fatores desconhecidos. Será ainda razoável, portanto, estudar aqueles fenômenos fazendo uso, para a sua análise, dos processos estatísticos decorrentes do estudo da curva normal de probabilidades.

A comparação com a distribuição normal informará sobre a adequabilidade da prova e sobre a sua capacidade seletiva. A análise dos itens dará noção mais fina sobre o poder seletivo, bem como irá permitir uma dosagem segura do valor relativo de cada um, além de fornecer elementos para a exclusão de alguns deles nas aplicações posteriores.

COMPARAÇÃO COM A CURVA NORMAL

Ao polígono obtido foi possível ajustar-se uma curva normal de frequências, não havendo, em qualquer caso, diferença significativa entre frequência observada e frequência teórica (Tabela VII e gráfico 1).

Isso mostra que a prova, uma vez corrigida e valorizada pelo processo já exposto, se mostrou *adequada, compatível* com o nível daqueles 131 candidatos a calculista, e o seu nível mental pôde assim ser conhecido. Ela não se mostrou exageradamente fraca; também não foi demasiadamente difícil para eles.

Essa propriedade já transparecia, aliás, alvês dos primeiros cálculos. Com efeito, havíamos encontrado para a média, o valor 23.49 e para o desvio padrão, 8.32.

Quando uma prova se mostra adequada a um grupo de indivíduos, a sua distribuição de frequência contém cerca de 3 *desvios padrões* antes do valor da média, e outros tantos acima dele.

Temos:

$$\frac{M}{\sigma} = \frac{23.49}{8.32} = 2.82$$

$$\frac{47 - M}{\sigma} = \frac{47 - 23.49}{8.32} = \frac{23.51}{8.32} = 2.83$$

Como se vê, tanto abaixo como acima da média os valores se distribuíram, praticamente, dentro de uma amplitude de três desvios padrões. Esse é um dado favorável, tanto mais que essas duas amplitudes — acima e abaixo da média — se mostraram quase idênticas.

Bastaria essa verificação para que se pudesse concluir que a prova usada para a verificação do nível mental de calculistas foi instrumento adequado para a verificação que se pretendia.

Julgamos, porém, interessante, apresentar as frequências obtidas experimentalmente em cotejo com as de uma distribuição teórica, simétrica, cujos parâmetros fossem os da distribuição em questão.

Frequências observadas e teóricas :

TABELA VII

x	FREQÜÊNCIAS OBSERVADAS f	FREQÜÊNCIAS TEÓRICAS f'
0	4	1,8
5	9	6,2
10	14	15,3
15	19	26,2
20	24	29
25	29	26,2
30	34	15,3
35	39	8
40	44	2
45	41	0,0
N = 131		

O cálculo de *significância* das diferenças entre os valores de f e f' não acusou, em qualquer caso, senão diferença que pudesse ser atribuída a simples acaso.

Para o caso da presente aplicação sempre encontramos grandes aproximações entre valores obtidos e calculados. Ora, uma vez aceita como vantajosa uma distribuição normal nas experiências com lestes, essas aproximações constituirão, sempre, dados favoráveis ao instrumento utilizado.

Vejamos alguns exemplos:

$Q_3 - M_i = M_i - Q_1$ nas distribuições ideais. Foram encontrados esses valores:

$$Q_3 - M_i = 29.66 - 23.52 = 6.14$$

$$M_i - Q_1 = 23.52 - 17.64 = 5.88 \text{ isto é, diferentes apenas em } 0.26.$$

O valor da amplitude semi-interquartil equivale a 0.6745 D. P. Confrontemo-lo na distribuição em estudo: Amplitude semi-interquartil = 6.01; 0.6745 D. P. = 5.61. Como vê, esses resultados são muito próximos.

A amplitude compreendida entre $M + D. P.$ e $M - D. P.$ deverá corresponder à amplitude delimitada pelos percentis 84,13 e 15,87.

Foram obtidos:

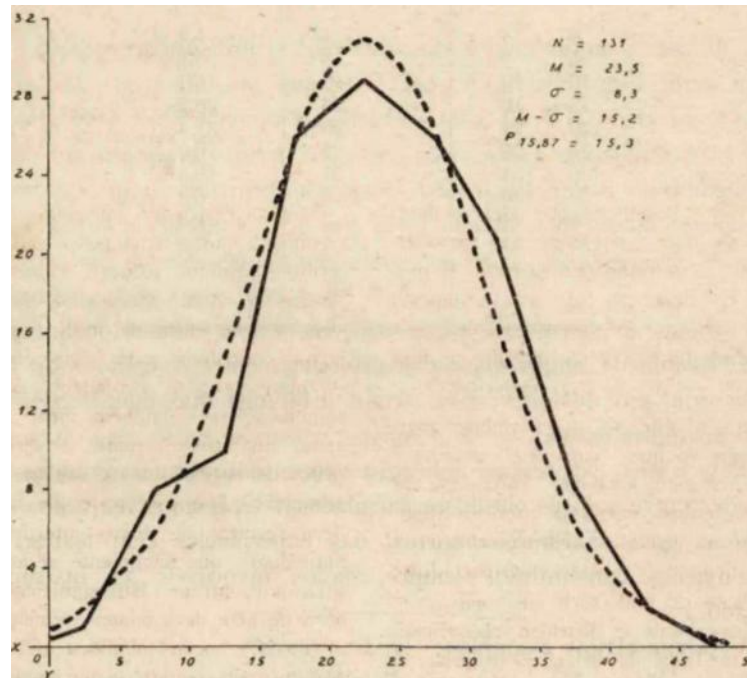
$$(M + D. P.) - (M - D. P.) = 31.81 - 15.17 = 16.64$$

$$P_{84,13} - P_{15,87} = 32.43 - 15.34 = 17.09$$

Diferença, apenas, de 0.45 entre as duas expressões.

Os cálculos expostos permitem, assim, confiar-se no *modo pelo qual a prova avaliou o atributo*.

As medidas empregadas não poderiam apresentar precisão maior num grupo constituído apenas de 131 candidatos.



Os erros padrões encontrados para a média e para o desvio padrão foram, respectivamente, iguais a ± 0.72 e ± 0.51 .

Além desses estudos são pesquisadas outras qualidades da prova como o seu grau de confiança dos resultados e a sua validade em relação ao atributo investigado.

Quanto à *confiança* que pode inspirar a prova, os cálculos de *auto-correlações* e os de *auto-comparação* das constantes estatísticas levarão a uma conclusão segura.

Quanto à *validade* da prova é pesquisa que exige mais tempo, dependendo da observação do rendimento dos candidatos habilitados no próprio exercício da função. Em relação a estes problemas, pretendemos oferecer, em breve, algumas observações realizadas pelo I. N. E. P.

A "ARTE MODERNA" EDUCA ? (*)

SIM

CELSO KELLY
Do Instituto de Educação,
Distrito Federal

Prefiro responder que *sim*, embora conheça bem as razões que conduziriam a uma resposta negativa. É preciso justificar. A justificação importa na apreciação de várias questões, e a primeira delas é evidentemente a mais difícil: — que é arte moderna?

Não há adjetivo que envelheça mais depressa do que " *moderno*". *Moderno*, hoje; *passado*, amanhã; *velhíssimo*, daqui a séculos. Perde de interesse atualmente a oposição *moderno-acadêmico*, equivalente de *modernista-passadista*, contraste de uma série de *ismos*, com que os críticos se distraem, classificando, em falta de criações próprias, a inteligência alheia... O que verificamos presentemente no domínio das artes é a existência de duas correntes: a dos *comodistas*, inclinados a continuar os processos consagrados, res-tringindo seus esforços ao aperfeiçoamento desses processos, e a dos *pesquisadores*, insatisfeitos com o que existe, buscando alguma coisa de novo, mesmo que não passe de tentativas, em

NÃO !

LOUKENÇO FILHO
Do Instituto Nacional de Estudos
Pedagógicos

Prefiro responder que *não*, embora reconheça que o tema possa ser largamente discutido. Educar é socializar. Antiga ou atual, clássica ou anti-clássica, a arte educa na medida em que possa contribuir para esse objetivo. A obra de arte verdadeira serve à comunicação; e também uma linguagem. Sua força reside, é certo, em poder de sugestão mais que no de informação. Mas esse poder de sugestão deve resultar de novas interpretações individuais, que facilmente sejam sentidas por outrem. Isto significa que a obra de arte deve conter elementos individuais e sociais a que o gênio criador in-funda sentido e harmonia.

Não há negar que as verdadeiras expressões de arte guardam sempre uma franja de espontaneidade individual, que as envolve em poesia e mistério. A exata compreensão deste caráter mostra-nos, desde logo, que a arte, na sua imperturbável evolução, estará sempre fora de qualquer tentativa de rígida padronização, de aca-

(*) REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS publicará seguidamente trabalhos de colaboração deste gênero, com exposição de pontos de vista contraditórios. Esses trabalhos não têm por fim convencer o leitor por um ou outro dos pontos de vista expostos, mas, sim, levar a pensar sobre os complexos temas que abordem, concorrendo, desse modo, para que se estabeleça uma elevada atmosfera de debate, em torno de grandes problemas da cultura ou da técnica pedagógica.

SIM !

prejuízo da própria personalidade. (A "personalidade" foi e é ainda para muitos artistas uma preocupação tal que a capacidade de livre criação sofre sérias conseqüências). Para os teóricos da arte, a primeira corrente é a única que cultiva a beleza, porque, re-sultando esta do consenso de muitas gerações, são aberrações alarmantes todas as tentativas de criar uma ordem nova ou de produzir fora das ordens existentes. Os gregos decretaram a beleza; daí em diante, só cabe à humanidade uma atitude — conservar os valores estéticos do mundo belênico. A conclusão a que chegam esses teóricos é a de que só existe arte na arte acadêmica.

Diante dessa conclusão, a arte moderna não poderia educar. Seria um fator de perturbação mental, quebraria a tão propalada harmonia, inutilizaria a unidade de que tanto falam os apologistas do clássico.

Aquela conclusão, entretanto, não merece minha simpatia. Os próprios gregos consideravam grotescas as suas figuras. Não descobriram, a seu tempo, a beleza que a posteridade lhes outorgou. Beleza não é objetivo em arte, porquanto se perde entre as mais diversas conceituações. Para mim, o objetivo da arte é a criação, seja do belo, seja do horrível. Quando o homem pode criar alguma coisa de estável, que se sobreponha à precariedade das suas invenções, que se apresente capaz de emocionar os seus semelhantes, que tenha a força de uma linguagem e a nobreza e desprendimento dos grandes atos morais, está a dar ao mundo sua contribuição artística. A criança se sente feliz, desenhando e cantando. Não anda em

NÃO !

demicismos ou escolas. (Tipificar é acentuar, exagerar para ver claro: é um método essencialmente heurístico, não, por certo, da essência do estético). O artista tem a "sua própria mensagem*" a revelar, ou já não será artista. Não obstante, mostra-nos também que a arte não existe fora do social; que não pode ser uma *livre pesquisa* que despreze toda e qualquer disciplina da vida coletiva. O artista não é apenas *inventor*. é também *interprete*. E, se o inventor pode ser um homem "marginal", "marginal" não pode ser o artista, ao menos nos períodos de normal evolução da arte.

Ora, o que tem caracterizado a chamada "arte moderna", a julgar pelos seus explicadores e críticos, é justamente a sua "marginalidade", a capacidade que têm tido os seus representantes de se porem à margem do plano real da vida. (1). Daí, o seu "autismo", o seu "egocentrismo", as suas expressões de "regressão infantil", de livre associação, ou já a busca deliberada de fórmulas e símbolos oníricos, ou de geometrismo mórbido. Arte de iniciados, de grupos restritos, arte que reflete uma concepção do mundo, que não é, nem poderá ser a de todos.

Pois bem. Se por arte "moderna" entendermos essa proclamada "marginalidade". claro está que suas manifestações, longe de serem educativas, são perturbadoras da formação das crianças e jovens. Porque à educação cumpre, antes de tudo, integrar os jovens no espírito e nos sentimentos de sua época e de seu ambiente, justamente para

(1) Cf. SÍRCIO MILLIET, *Marginalidade da pintura moderna*. Got Depart. de Cultura, S. Paulo, 1942.

SIM !

busca de beleza nenhuma. Está apenas vivendo. O homem adulto, disciplinado em seus atos, usando dos meios convencionais de expressão que a escola lhe deu, não tem a espontaneidade, nem a alegria das crianças. Sua vida é, em parte, artificial.

Sob um ponto de vista mais amplo, a arte é uma *experiência contínua*, um ensaio permanente do homem em busca de novas interpretações da natureza. O homem experimenta as suas possibilidades, os seus recursos. Se ele fica adstrito a fórmulas preestabelecidas, desapareceu a experiência; desapareceu a alegria da própria criação; desapareceu a arte. Estabeleceu-se, soberana, a rotina.

A arte moderna é o caminho natural das manifestações estéticas. Quanta gente a compara com a arte das crianças ! Um ponto de partida comum poderá conduzir a esplêndidos resultados. O indivíduo se desenvolverá dentro da liberdade de criação, bem diverso dos que pretendem condicionar esse desenvolvimento a soluções estan-dardizadas.

Uma das qualidades que a sociedade contemporânea mais preza no homem é a capacidade de imaginação. A arte "policiada" não estimula a imaginação, mas, ao contrário, a atrofia. A arte moderna é um convite permanente à análise de suas inovações, nas suas formas aparentes ou nos seus processos subjetivos. *É um apelo contínuo à inteligência.*

Nos períodos de estagnação social, talvez os modelos acadêmicos sejam proveitosos.

Num mundo em mudança, porém, a arte moderna é a única realidade viva a considerar. Deixemos de lado tanto

NÃO !

que se torne possível a formação de personalidades equilibradas.

Não confundamos a alegria de criar, na arte, com a livre expressão de tendências e impulsos. Nesse caso, toda manifestação de comportamento infantil ou do homem primitivo seria arte... A psicologia genética claramente nos mostra que, já na evolução normal do indivíduo, já na dos grupos sociais, as fases de criação livre e com significação puramente individual (jogo espontâneo, pensamento autístico da criança, dança e canto selvagem) são logo seguidas por outras, dominadas por natural procura de disciplina coletiva. As expressões de arte, para que cumpram seu fim normal, não escapam, quer no indivíduo, quer no grupo, às mesmas linhas de evolução.

Não nos deixemos levar também pela importância que a experiência da chamada "arte moderna" possa representar como documento das condições de vida neste atormentado período que a humanidade atravessa; nem também pelo que ela possa significar na evolução geral dos processos e técnicas. Esta é outra questão, inteiramente fora do tema restrito aqui proposto.

Quaisquer que sejam os resultados dessa experiência, e que já tocou, no dizer de reputados críticos, o limite de mais funda depressão, o certo é que suas expressões têm exaltado o individual, em desfavor do social. As tendências, que está agora agudamente apresentando (pintura "socializante", poesia "socializante", ou seja a reação pelos temas, em favor dos desvairos de técnica, para reconquista do interesse do grande público) parece ainda uma

SIM !

conceito e preconceito que nos afligem. Vamos esquecer, um pouco, a palavra *beleza*. E cuidemos de encontrar uma arte que saia de nós espontânea, como a arte infantil, e que se não disvirtue com o convencimento dos adultos. Cuidemos de dar às crianças uma arte que lhes proporcione prazer, sem fazer da arte instrumento de disciplina.

Procuremos conciliar, o mais possível, a arte com a vida, pois ela nada mais é, hoje como sempre, do que experiências humanas, experiências, experiências e nada mais...

NÃO !

vez comprovar a ineficácia da "marginalidade", como atitude de criação na arte (2).

Seja como fôr, a chamada "arte moderna", entendida como expressão "marginal", não educa. Não educa ao "consumidor" da arte, ao que a contemple. Não educa à criança, ou ao jovem, que em seus processos se exercite, pois do ponto de vista da disciplina espiritual representa "regressão", ou "fixação" em estádios inferiores de evolução, natural ou intencionalmente frustrada.

(2) Descrevendo o tipo estético, SPRAN-GER acentua que, em toda a criação artística, há três momentos: o do elemento impressionador; o da expressão concreta e o da união harmônica desses momentos, em uma forma adequada. As naturezas impressionistas, expressivistas ou clássicas, resultam da preponderância de um destes momentos. O A. poderia ter chamado também ao terceiro momento o da *resolução social* entre os dois anteriores. O desprezo por ele é que infunde à chamada "arte moderna" a sua "marginalidade".

MOVIMENTO GERAL DO ENSINO NO PERÍODO DE 1932 A 1942

Desde o ano de 1932, vem o Serviço de Estatística da Educação e Saúde procedendo a levantamentos anuais da situação do ensino em todo o país, com a colaboração da administração dos Estados e dos Territórios. Colhidos os resultados, são eles coordenados e submetidos a confrontos gerais, nesse órgão do Ministério da Educação, para que sejam divulgados, em publicações analíticas, muito completas.

Estão editados os volumes referentes aos anos de 1932 a 1937, inclusive, e publicados os dados gerais relativos aos anos subseqüentes, até 1942. Embora os dados referentes a esse último exercício e ao de 1941 ainda estejam sujeitos a pequena revisão, já se torna possível, proceder ao estudo geral do movimento do ensino, no período de 1932 a 1942.

VARIAÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES

Sol) a denominação de *unidades escolares*, totalizam-se os núcleos mais diferenciados de ensino, grandes ou pequenas escolas, e de qualquer natureza, modalidade ou destino do ensino. Seu número dá-nos, em princípio, idéia da expansão, ou retração, da *rede escolar* do país. Dizemos *em principio*, por isso que, totalizando grandes e pequenas unidades, esse número, para segura compreensão do que exprime, deverá ser cotejado com outros, referentes ao total de professores e de alunos. Escolas primárias *isoladas*, que se reúnem num *grupo escolar*, por exemplo, deixam de figurar, na estatística, como várias unidades, para que se representem por uma só.

O número de unidades escolares não dá, assim, a *capacidade* da rede escolar; indica-nos, porém, o maior ou menor *alcance* dessa rede, pois que, normalmente, novas escolas se abrem para servirem a novos núcleos

de população. A variação do número de unidades permite, por isso, a estimativa do que poderíamos chamar de *área escolarizada* do país. (1)

A variação do número de unidades escolares no período de 1932-1942, foi a seguinte:

	<i>Em 1932</i>	<i>Em 1942</i>
Unidades escolares	29.948	49.007
Números índices	100	164

O *crescimento absoluto*, no período, foi de 19.059, com a média anual de 1.905 novas escolas; ou 158. por mês; ou ainda mais de cinco por dia. O *crescimento relativo* exprime-se pela taxa de 64%, no período, ou taxa média anual de 6,4%.

Em igual período anterior (1923-1933) a variação do número de escolas foi de 22.922 para 32.430, o que exprime aumento absoluto de 9.508 unidades, em todo o período, ou aumento médio anual de 950. O aumento relativo foi, então, de 41%, em todo o período, e a média anual, 4,1%.

Estes dados demonstram que, no período de 1932-1942, o número de escolas cresceu mais que em igual período anterior. Neste, o acréscimo percentual obtido foi, como se viu, de 4,1%, e no período de 1932 a 1942, foi de 6, 4%, ou cerca de vez e meia o anterior.

Admitido que o número de unidades escolares indique, de modo geral, a *arca escolarizada*, e que o alcance de cada escola seja o de um círculo de 3 km de raio. ou 28,3 km², teremos que, em 1923, essa área era apenas de 648.692 km², ou, inferior a um décimo da de todo o território nacional. Em 1932. a área escolarizada cobria 847.528 km², ou, praticamente, um décimo de todo o território. Em 1942, o alcance teórico da rede escolar atingia 1.386.898 km². ou um sexto da área total do país,

Certo é que a *possível escolarização* não poderá nunca coincidir com a área geográfica de um país, maximé em países como o nosso de extensas regiões ainda sem povoamento, e outras, de muito baixa

(!) Normalmente, um sistema escolar se expande, primeiro, em *área* e, depois, ganha em *capacidade*. Exemplo típico está no movimento estatístico do Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1937, esse Estado possuía 902 unidades de ensino primário, das quais 170 grupos escolares e 732 escolas isoladas, com 300.237 alunos. Em 1942, o número de unidades baixava para 807, por agrupamento de escolas isoladas. Nesse ano, os grupos escolares já se elevavam a 518, regredindo, em consequência, o total das escolas isoladas para 360. A matrícula, no entanto, elevava-se a 396.227.

densidade demográfica. A *área escolarizável* do Brasil atual pode ser estimada em cerca de 2 milhões de km².

VARIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES SEGUNDO OS GRAUS E RAMOS DO ENSINO

Os índices de expansão da rede escolar, como acima se expôs, são de sentido muito geral — pouco precisos, portanto. Importa verificar, desde logo, para melhor compreensão, como a variação do número de escolas se terá dado dentro de cada *grau*, e, ainda, dentro de cada *ramo do ensino*.

Das 29.948 unidades, existentes no ano de 1932, nada menos de 27.662, ou 92,3% do total, pertenciam ao grau primário; e apenas 2.286 escolas, ou 7,7%, ao nível médio e superior. Em 1942, das 49.007 unidades existentes. 42.975, ou 89,7%, ministravam ensino primário; e 5.032, ou já mais de 10%, ministravam ensino médio e superior.

No quadro a seguir, indica-se a variação registrada em cada grau. ou ramo de ensino, e que demonstra o vigoroso crescimento do número de escolas de ensino *ulterior ao primário* — fato de que não será preciso salientar a importância social.

VARIAÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES			
<i>Graus e ramos</i>	<i>Em 1932</i>	<i>Em 1942</i>	<i>Aumen- to rela- tivo</i>
Ensino Primário	27.662	43.975	59%
Ensino Secundário	394	893	127%
Ensino Superior	190	233	23%
Ensino Industrial	108	169	56%
Ensino Comercial	401	631	57%
Ensino Artístico	213	623	194%
Ensino Normal	258	526	104%
Ensino Doméstico	184	726	295%
Outros ensinos	538	1.228	128%
* Total	29.948	49.007	64%

É evidente que a rede escolar do país, ainda há dez anos, só apresentava oportunidades de educação em nível acima dos estudos primários apenas a uma limitadíssima parcela da população. No movimento escolar de 1932 a 1942, revela-se grande expansão do ensino médio, ou de 2.º grau. O número de estabelecimentos de ensino secundário dobrou; triplicou o de escolas de ensino artístico; o de unidades de ensino doméstico quadruplicou; aumentaram seu número, em mais de metade, os de ensino industrial e comercial.

Nesse fato, como também no agrupamento de escolas primárias, encontra-se a explicação de ter sido, na segunda metade do período, relativamente menor o crescimento do número de unidades escolares. Com efeito, de 1932 a 1937, o número de escolas cresceu em 42%; desse ano para 1942, cresceu apenas em 22%.

Esta questão é mais claramente apreendida, quando se examinam os dados do movimento de matrícula, e os de sua distribuição pelos vários graus e ramos do ensino.

VARIAÇÃO DO NÚMERO DE PROFESSORES

Em 1932, os professores de todos os graus e ramos, eram 76.025; em 1942, esse total subia para 122.871. Houve, assim, crescimento relativo de 62%, taxa essa inferior em 2% à correspondente à do aumento do número de escolas.

C) aumento relativo do número de escolas e de professores, nos diferentes graus ou ramos de ensino, não demonstra, aliás, proporção idêntica. Em determinados ramos, como o secundário, comercial ou artístico, por exemplo, mantido, na sua maior parte, por entidades privadas, o mesmo professor pode servir em duas ou mais escolas; por outro lado, novas escolas abrem-se com professorado só necessário às primeiras classes de ensino.

O crescimento do professorado, em cada grau ou ramo de ensino, é indicado a seguir:

<i>Graus e ramos</i>	<i>Em 1932</i>	<i>Em 1942</i>	<i>Aumen- to rela- tivo</i>
Ensino Primário	56.320	85.577	52%
Ensino Secundário	5.173	13.371	158%
Ensino Superior	2.838	4.126	45%
Ensino Industrial	877	1.516	73%
Ensino Comercial	3.186	4.893	54%
Ensino Artístico	928	1.498	62%
Ensino Normal	3.056	4.638	52%
Ensino Doméstico	890	2.223	150%
Outros ensinos	2.757	5.029	82%
Total geral	76.025	122.871	62%

Em relação ao total geral, os professores dos vários ramos de ensino assim se representavam em 1942: primário, 74% ; secundário, 7% ; superior, 4%; industrial, 1%; comercial, 4%; artístico, 1%; normal, 4%; doméstico, 1% ; outros ensinos, 4% .

VARIAÇÃO DA MATRÍCULA GERAL

O crescimento da matrícula no período de 1932-1942 deu-se em maior proporção que o do número de escolas e professores, Em 1932, os alunos das escolas de todos os graus e ramos eram 2.274.213. Em 1942, eram 3.834.515, com aumento absoluto de 1.560.302 escolares, e o relativo de 69%.

O crescimento absoluto médio anual foi de 156.030 alunos; o relativo, de 6,9%. Os maiores aumentos relativos foram observados entre 1033 e 1034, com 10%, ; entre 1935 e 1936, com 9%; e entre 1937 e 1938, com 10%.

No decurso de 1932 a 1937, o aumento relativo foi de 43%; no de 1937 a 1942, foi de 26%. Os aumentos absolutos, nos mesmos períodos, foram de 976.083 e 584.219 alunos, respectivamente.

É de observar, porém, que, tanto quanto em relação à variação do número das unidades escolares, o crescimento relativo de alunos, em escolas de ensino *ulterior ao primário*, manteve seu ritmo na segunda

metade do período, ou, ainda, o acelerou. É o que poderá ser verificado nos quadros analíticos, que adiante se publicam. Assim, se o número de alunos no ensino secundário cresceu em 120% até 1937, cresceu, desse ano para 1942, em 130,%. O mesmo fato se observa quanto ao ensino doméstico, ao comercial e aos compreendidos na rubrica "outros ensinos".

De modo geral, pode-se dizer que o crescimento nos anos de 1932 a 1937 se deu especialmente por expansão da rede escolar primária. De 1937 a 1942 deu-se, notadamente, nos ramos de ensino ulterior ao primário.

Este fato é observado, aliás, na evolução dos sistemas escolares de todos os países, e suas razões são fáceis de compreender. O ensino primário normalmente se expande antes que os outros graus e ramos, pois, para eles, representa a base, como que o polígono de sustentação da obra educacional, em geral. Por sua vez, aumentadas as oportunidades de educação para os jovens, por natural solicitação, tenderá a crescer novamente o ensino primário, por memor deserção escolar, dos primeiros para os últimos anos do curso.

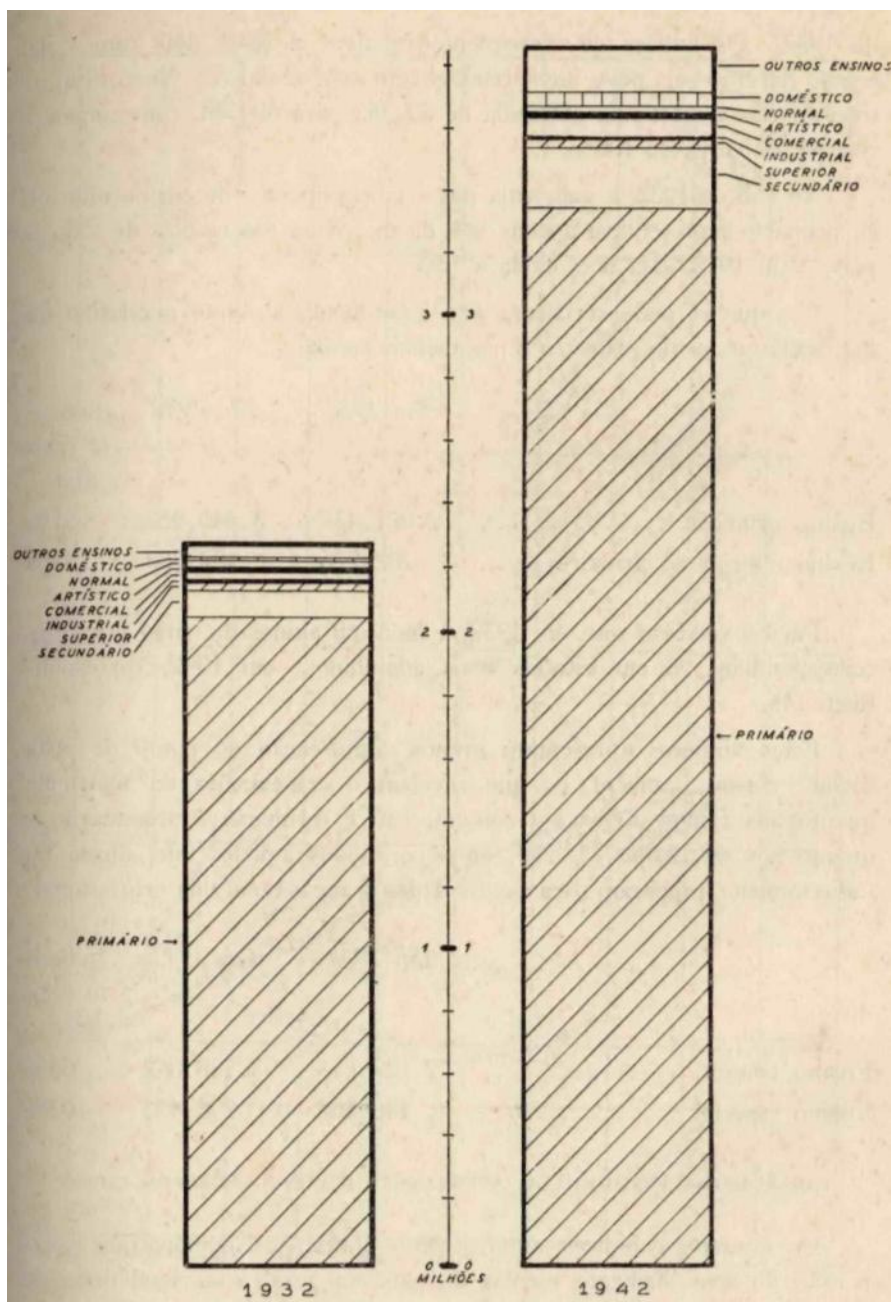
Os números a seguir permitem o confronto do crescimento de matrícula, nos vários graus e ramos de ensino, no período de 1932 a 1942.

VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

<i>Graus e ramos</i>	<i>Em 1932</i>	<i>Em 1942</i>	<i>Aumen- to rela- tivo</i>
Ensino Primário	2.071.437	3.340.952	61%
Ensino Secundário	56.208	197.130	250%
Ensino Superior	21.526	18.036	16%
Ensino Industrial	14.638	15.106	3%
Ensino Comercial	19.268	57.120	196%
Ensino Artístico	7.132	13.127	84%
Ensino Normal	27.243	31.470	16%
Ensino Doméstico	15.714	45.448	189%
Outros ensinos	41.047	116.126	283%

Total geral	2.274.213	3.834.515,	69%

É de notar que mais perfeita discriminação entre os vários tipos de ensino industrial e de ensino doméstico, só foi feita a partir do ano



Situação da matrícula geral, nos vários ramos e graus de ensino, no ano de 1932 e no de 1942. Observa-se não só o aumento relativo geral obtido no período, que foi de 69%, como também o aumento relativo do ensino ulterior ao primário, que foi de 138%.

de 1937. Os Índices de crescimento relativos a esses dois ramos de ensino deverão ser, pois, interpretados com essa ressalva. No conjunto, tiveram eles a matrícula acrescida de 30.352 para 60.554, com aumento relativo de cerca de 100%.

Nó ano de 1932, a matrícula nos estabelecimentos de ensino ulterior ao primário representava apenas 9% da matrícula das escolas de todo o país. Em 1942, essa taxa subia a 13%.

É o que se pode verificar, pelo crescimento absoluto e relativo da matrícula no ensino primário e nas demais escolas:

	<i>Em 1932</i>	<i>Em 1942</i>	<i>Aumen- to rela- tivo</i>
Ensino primário	2.071.437	3.340.952	61%
Ensino ulterior ao primário ...	202.776	483.563	138%

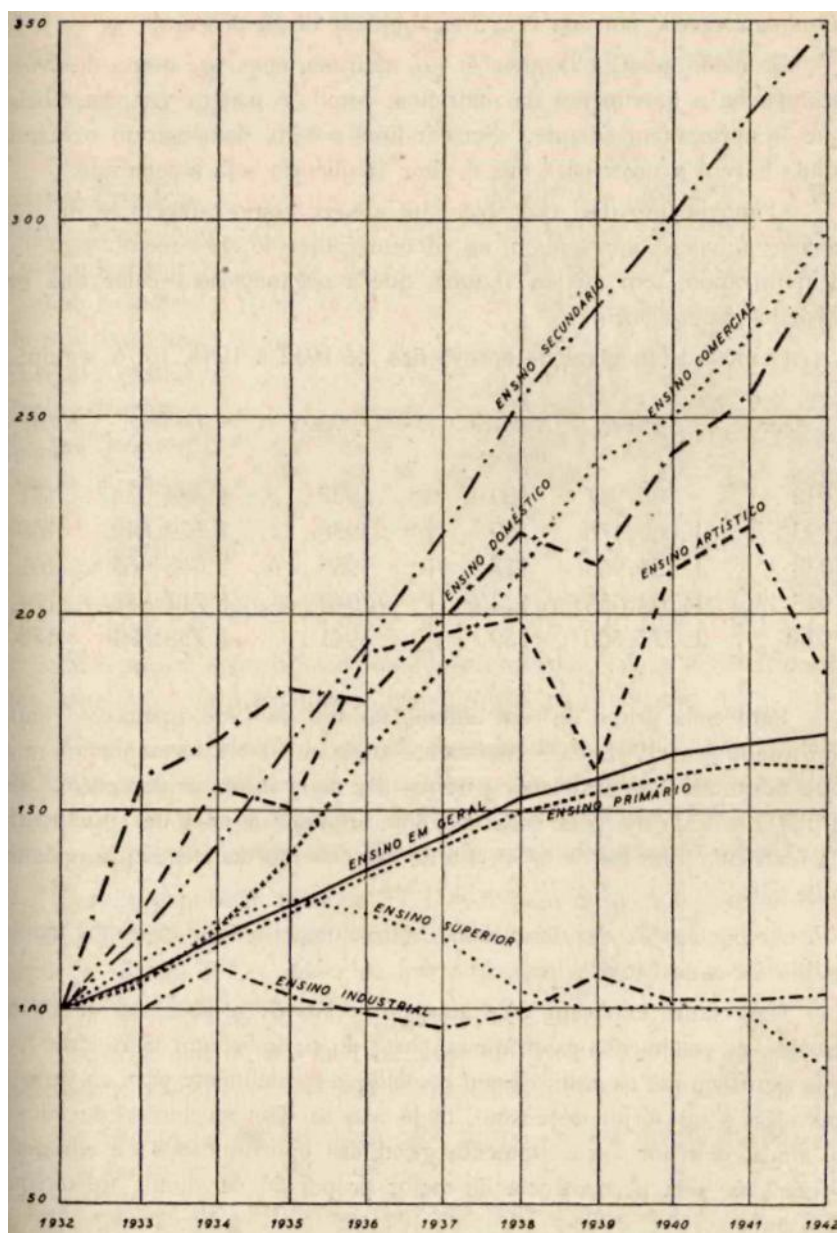
Fácil é verificar que, em 1932, a cada mil alunos de curso primário, correspondiam 98 em estudos mais adiantados; em 1942, correspondiam 145.

Estes números apresentam grande significação do ponto de vista social. Assim, também, os que revelam o crescimento da matrícula quanto aos ramos do *ensino comum*, isto é, primário e secundário,¹ e quanto aos de *ensino especial*, ou sejam todos aqueles que, direta ou indiretamente, preparam para as atividades práticas ou a vida profissional:

	<i>Em 1932</i>	<i>Em 1942</i>	<i>Aumen- to rela- tivo</i>
Ensino comum	2.127.645	3.538.082	66%
Ensino especial	146.568	296.433	102%

VARIAÇÃO DA FREQUÊNCIA, APROVAÇÕES E CONCLUSÕES DE CURSO

Os números e índices, anteriormente transcritos, demonstram a expansão do aparelhamento escolar do país em geral, e as tendências de crescimento reveladas nos vários graus e ramos de ensino. De modo geral, o número de escolas significa a *oferta* de oportunidades de educação; o movimento de matrícula, a *procura* do ensino, verificada em



Crescimento relativo da matrícula geral nos vários graus e ramos do ensino no período de 1932 a 1942; os valores estão representados em números índices, tendo por base o ano de 1932.

maior proporção do que aquela. A inspeção dos índices da *frequência de alunos* revela, por sua vez, a estabilidade dessa procura.

De modo geral, a frequência (só apurada, aliás, até o ano de 1941) acompanha o movimento da matrícula, como se poderá ver nas tabelas que se apresentam adiante. Seus índices porém, demonstram o quanto ainda haverá a fazer para que melhor frequência seja assegurada.

O movimento das *aprovações de alunos*, como também, o de *conclusões de curso*, apresentam, no entanto, ritmo de crescimento vigoroso, demonstrando, sem dúvida alguma, que a organização escolar está ganhando em eficiência.

O movimento geral de aprovações, de 1932 a 1941, foi o seguinte:

<i>Anos</i>	<i>Aprovaç.</i>	<i>Número índices</i>	<i>Anos</i>	<i>Aprovaç.</i>	<i>Números índices</i>
1932	985.987	100	1937 ..	. 1.488.034	151
1933	1.069.176	109	1938 ..	. 1.579.849	160
1934	1.154.965	117	1939 ..	. 1.666.665	169
1935	1.202.656	122	1940 ..	. 1.712.858	174
1936	1.372.506	139	1941 ..	. 1.758.891	178

Para cada grupo de cem alunos, no ano de 1932, apenas 43 eram aprovados; em 1941, esse coeficiente subia a 46. O crescimento relativo do número de aprovações, nesses dez anos transcorridos entre 1932 a 1941, se exprime pela taxa de 78%, superior à taxa de crescimento da matrícula, que foi de 67%, é a do crescimento da frequência, que foi o de 65%.

As conclusões de curso ofereceram aumento relativo ainda maior, e que foi a de 146%.

Dois fatos explicam este aumento relativo: a abertura de novas escolas, especialmente na primeira parte do período aqui considerado, o que significa que os alunos eram recebidos especialmente para as primeiras classes ou séries de ensino, onde não se dão conclusões de curso; e, ainda, o maior aproveitamento geral das oportunidades de educação oferecidas, pela permanência de maior proporção de alunos até o final dos cursos.

Como se poderá ver pelos números a seguir, o aumento relativo das conclusões de curso apresenta-se muito variável, de um para outro grau de ensino, e de um para outro ramo.

<i>Graus e ramos</i>	<i>Em 1932</i>	<i>Em 1942</i>	<i>Aumen- to rela- tivo</i>
Ensino Primário	121.379	267.072	120%
Ensino Secundário	5.827	24.258	316%
Ensino Superior	3.058	5.883	92%
Ensino Industrial	303	2.426	80%
Ensino Comercial	3.371	10.098	199%
Ensino Artístico	613	2.112	245%
Ensino Normal	5.825	9.326	60%
Ensino Doméstico	1.913	12.713	565%
Outros ensinos	6.156	31.103	405%
Total geral	148.445	364.941	146%

O CRESCIMENTO DO ENSINO E O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Para segura apreciação do movimento escolar, faz-se necessário, por fim, cotejá-lo com o movimento demográfico geral do país.

Tendo-se em vista os dados do recenseamento nacional de 1920 e os de 1940, pode-se calcular, de modo seguro, a população total em 30 de dezembro de 1931, base para o cotejo da matrícula em 1932; e, assim, também, a população total de 1941, base para o cotejo do ano subsequente.

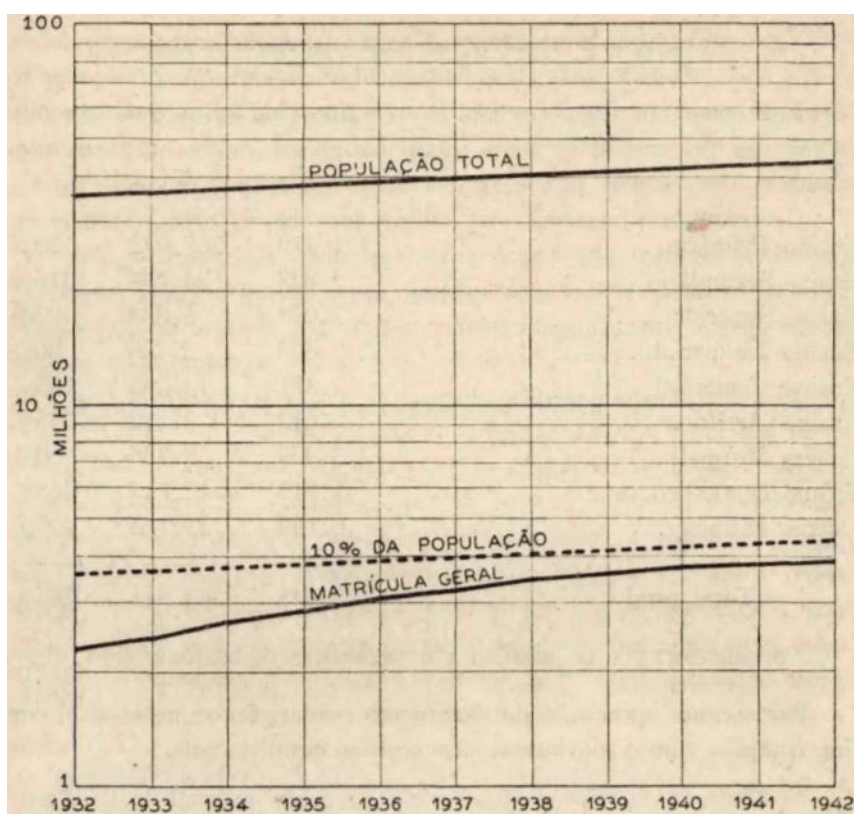
Para a população total de 35.475.398, ao abrir-se o ano letivo de 1932, obteve-se a matrícula de 2.274.213 alunos. Para a população total de 42.396.385, à época de matrícula, em 1942, obtinha-se o montante de 3.834.515 alunos.

Segue-se que, no ano de 1932, possuía o país 641 alunos por dez mil habitantes; e que, em 1942, esse índice subia a 904.

O número de escolas, para cada grupo de dez mil habitantes, em 1932, era o de 8; em 1942, o de 11.

O número de professores, por dez mil habitantes, em 1932, era o de 21. Em 1942, subia a 29.

A matrícula, ainda por grupos de dez mil habitantes, assim variou, no mesmo período, em cada grau ou ramo de ensino:



Crescimento da população total e da matrícula geral em todas as escolas do país, no período de 1932 a 1942. Está representado também o contingente de 10% da população, para facilidade de confronto (Escala logarítmica).

ALUNOS POR DEZ MIL HABITANTES

<i>Graus e ramos</i>	<i>Em 1932</i>	<i>Em 1942</i>
Ensino Primário	584	788
Ensino Secundário	16	46
Ensino Superior	6	4
Ensino Industrial	4	4
Ensino Comercial	5	13
Ensino Artístico	2	3
Ensino Normal	8	7
Ensino Doméstico	4	11
Outros ensinos	11	27
 Em geral	 641	 904

É de notar que o decréscimo observado em relação ao ensino superior se deu em virtude de providências de melhor organização e fiscalização do ensino livre; e que o observado em relação ao ensino normal é devido ao fato de haverem sido reorganizadas numerosas escolas normais, com separação dos estudos propedêuticos, ou propriamente secundários.

De fato, o Decreto-lei n. 421. de 11 de maio de 1938, impôs novas e rigorosas condições para que as escolas superiores, mantidas por entidades particulares, pudessem continuar o seu funcionamento. Essas exigências dizem respeito aos edifícios escolares e instalações didáticas, á gestão administrativa e especialmente financeira, á organização didática e à capacidade moral e técnica do corpo docente. As escolas que não puderam satisfazer a essas condições foram fechadas.

Em relação às escolas normais, todas apresentavam cursos de 4 e 5 anos, neles incluídos estudos de cultura geral e de preparação pedagógica; os alunos de todas as séries de ensino figuravam assim como do ensino normal. Em 1932, no Distrito Federal e, depois, em vários listados, foram separados os estudos de formação geral do; de *preparação pedagógica*, desenvolvidos, estes, geralmente, em duas séries. Como apenas os alunos destas duas séries passaram a ser computados como de "ensino normal", houve, assim, acréscimo relativamente pequeno. E' de notar, porém, que o ensino normal teve o número de unidades acrescidas de 258 para 526, e que o número de conclusões de curso, em 1942, foi de 60% mais que em 1932.

As tabelas analíticas, que se publicam a seguir, permitem numerosos outros confrontos, sempre úteis ao estudo objetivo das realidades do ensino no país.

Quadro I — ENSINO EM GERAL — Movimento do ensino em todos os graus e ramos, no período de 1932 a 1942

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQÜÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Unidades	Números Índices	Número	Números Índices	Matrícula	Números Índices	Freqüência	Números Índices	Conclusões	Números Índices
1932.....	29 948	100	76 025	100	2 274 213	100	1 605 879	100	148 445	100
1933.....	32 430	108	79 745	105	2 466 092	108	1 628 656	101	179 625	125
1934.....	33 952	113	84 729	111	2 676 756	118	1 829 024	114	194 285	131
1935.....	36 662	122	91 542	120	2 862 616	126	1 984 434	124	202 192	136
1936.....	39 110	131	96 167	126	3 063 522	135	2 114 349	132	226 203	152
1937.....	42 627	142	103 090	136	3 250 296	143	2 269 681	142	263 506	178
1938.....	43 803	146	107 489	141	3 477 828	153	2 373 870	148	286 448	193
1939.....	44 538	149	109 682	144	3 588 732	158	2 474 301	154	297 524	200
1940.....	46 233	154	114 589	151	3 718 357	164	2 579 035	161	318 918	215
1941.....	47 601	159	118 228	156	3 791 500	167	2 651 165	165	327 117	220
1942.....	49 007	164	122 871	162	3 834 515	169	—	—	364 941	246

Quadro II — ENSINO PRIMÁRIO — Movimento geral no período de 1932 a 1942

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQÜÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSOS	
	Unidades	Números Índices	Número	Números Índices	Matrícula	Números Índices	Freqüência	Números Índices	conclusões	Números Índices
1932.....	27 662	100	56 320	100	2 071 437	100	1 422 631	100	121 379	100
1933.....	29 553	107	57 645	102	2 221 904	107	1 411 595	99	139 596	115
1934.....	30 733	111	60 186	107	2 408 446	116	1 602 837	113	148 493	122
1935.....	33 251	120	65 708	117	2 574 751	124	1 744 414	123	154 581	127
1936.....	35 561	129	68 896	122	2 749 090	133	1 850 842	130	172 514	142
1937.....	38 829	140	74 527	132	2 910 441	141	1 983 048	139	203 345	168
1938.....	39 649	143	77 206	137	3 108 176	150	2 072 562	145	218 983	180
1939.....	40 419	146	77 971	138	3 205 685	155	2 153 883	151	225 917	186
1940.....	41 677	151	80 917	144	3 302 957	159	2 238 079	157	240 556	198
1941.....	42 794	155	82 907	147	3 350 737	162	2 291 146	161	242 825	200
1942.....	43 975	159	85 577	152	3 340 952	161	2 312 741	162	267 072	220

(Dados do Serviço de Estatística da Educação e Saúde)

Quadro III — O ENSINO SECUNDÁRIO — Movimento geral no período de 1932 a 1942

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQUÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Unidades	Números índices	Número	Números índices	Matrícula	Números índices	Frequência	Números índices	Conclusões	números índices
1932.....	394	100	5 173	100	56 208	100	51 244	100	5 827	100
1933.....	417	105	5 864	113	66 420	118	60 586	118	8 080	139
1934.....	474	120	6 819	132	79 055	141	70 177	137	9 269	159
1935.....	520	132	7 496	145	93 829	167	82 631	161	8 092	139
1936.....	552	140	8 136	157	107 649	192	94 621	185	10 562	181
1937.....	629	160	9 276	179	123 590	220	108 462	212	12 716	218
1938.....	717	182	10 292	199	143 280	255	122 297	239	16 330	280
1939.....	782	198	11 136	215	155 588	277	135 208	264	18 795	323
1940.....	812	206	11 877	230	168 957	301	145 462	284	18 966	325
1941.....	868	220	12 733	246	183 869	327	157 632	308	20 690	355
1942.....	893	227	13 371	258	197 130	350	—	—	24 258	416

Quadro IV - ENSINO SUPERIOR — Movimento geral no período de 1932 a 1934

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQUÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Unidades	Números índices	Número	Números índices	Matrícula	Números índices	Frequência	Números índices	Conclusões	Números índices
1932.....	190	100	2 838	100	21 526	100	20 071	100	3 058	100
1933.....	248	131	3 220	113	24 166	112	22 062	110	3 497	114
1934.....	251	132	3 657	129	26 263	122	23 484	117	3 041	99
1935.....	248	131	3 898	137	27 501	128	23 760	118	4 125	135
1936.....	217	114	3 760	132	26 732	124	23 353	116	4 341	142
1937.....	217	114	3 506	124	25 461	118	27 996	109	4 361	143
1938.....	213	112	3 454	122	22 300	104	19 824	99	4 822	158
1939.....	254	134	3 989	141	21 235	99	18 663	93	4 870	159
1940.....	234	123	4 005	141	21 691	101	20 263	101	5 272	172
1941.....	235	124	4 108	145	21 089	98	19 955	99	5 552	182
1942.....	233	123	4 125	145	18 036	84	—	—	5 883	192

(Dados do Serviço de Estatística da Educação e Saúde)

Quadro V - ENSINO INDUSTRIAL — Movimento geral no período de 1932 a 1942

	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQUÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Unidades	Números Índices	Número	Números Índices	Matrícula	Números Índices	Frequência	Números Índices	Conclusões	Números Índices
1932.....	108	100	877	100	14 638	100	11 709	100	303	100
1933.....	133	123	919	105	14 653	100	11 114	95	825	272
1934.....	137	127	1 028	117	16 186	111	11 505	98	1 412	486
1935.....	143	132	974	111	15 634	103	10 691	91	1 187	392
1936.....	154	143	1 034	118	14 541	99	11 136	95	1 368	451
1937.....	157	145	1 123	128	13 928	95	10 812	92	1 459	482
1938.....	153	142	1 207	138	14 540	99	10 676	91	1 580	521
1939.....	148	137	1 353	154	15 747	108	12 061	103	1 727	570
1940.....	160	148	1 339	153	14 904	102	11 153	95	1 984	655
1941.....	164	152	1 400	160	14 903	102	11 138	95	2 149	739
1942.....	169	156	1 516	173	15 106	103	—	—	2 426	801

Quadro VI ----- ENSINO COMERCIAL — Movimento geral no período de 1932 a 1943

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQUÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Unidades	Números Índices	Número	Números Índices	Matrícula	Números Índices	Frequência	Números Índices	Conclusões	Números Índices
1932.....	401	100	3 186	100	19 268	100	16 758	100	3 371	100
1933.....	416	104	3 234	102	20 343	106	17 705	106	3 816	113
1934.....	466	116	3 594	113	23 084	120	19 350	115	4 632	137
1935.....	512	128	3 811	120	26 569	138	22 959	137	4 419	131
1936.....	534	133	4 016	126	31 665	164	26 916	161	5 746	170
1937.....	543	135	4 099	129	35 678	185	30 080	179	7 139	212
1938.....	564	141	4 222	133	40 537	210	33 546	209	8 161	242
1939.....	559	139	4 262	134	45 932	238	37 799	226	9 373	278
1940.....	602	150	4 564	143	48 086	250	40 379	241	9 222	274
1941.....	625	156	4 733	149	52 020	270	43 506	260	10 003	297
1942.....	631	157	4 893	154	57 120	296	—	—	10 098	309

(Dados do Serviço de Estatística da Educação e Saúde.

Quadra VII — ENSINO ARTÍSTICO Movimento geral no período de 1932 a 1942

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQUÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Unidades	Números Índices	Número	Números Índices	Matrícula	Números Índices	Frequência	Números Índices	Conclusões	Números Índices
1932.....	213	100	928	100	7 132	100	6 591	100	613	100
1933.....	325	153	877	95	8 834	124	7 825	119	1 753	286
1934.....	409	192	1 019	110	11 130	156	9 706	147	3 310	540
1935.....	459	215	1 081	116	10 740	151	9 523	144	3 204	523
1936.....	512	240	1 298	140	13 570	190	11 443	174	3 579	584
1937.....	532	250	1 223	132	13 936	195	11 771	179	3 583	585
1938.....	610	286	1 349	145	14 161	199	11 633	176	3 180	519
1939.....	547	257	1 296	140	11 507	161	9 541	145	2 781	454
1940.....	568	267	1 442	155	15 046	211	12 315	187	2 835	462
1941.....	594	279	1 511	163	15 862	222	12 884	195	2 887	469
1942.....	626	294	1 498	162	13 127	184	—	—	2 112	345

Quadro VIII — ENSINO NORMAL - -Movimento geral no período de 1932 a 1942

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQUÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Unidades	Números Índices	Número	Números Índices	Matrícula	Números Índices	Frequência	Números Índices	Conclusões	Números Índices
1932.....	258	100	3 056	100	27 243	100	25 246	100	5 825	100
1933.....	328	127	3 765	123	32 664	120	29 883	118	7 182	123
1934.....	366	142	3 803	124	30 877	113	28 028	111	7 250	125
1935.....	373	145	3 785	124	28 316	104	25 699	102	7 572	130
1936.....	425	165	4 103	134	29 937	110	26 693	106	8 137	140
1937.....	445	172	4 242	139	30 603	112	27 268	108	7 756	133
1938.....	451	175	4 031	132	29 443	108	26 551	105	8 226	141
1939.....	382	148	3 725	122	26 748	98	24 263	96	7 949	136
1940.....	473	183	4 223	138	28 473	104	25 355	100	8 671	149
1941.....	494	191	4 314	141	28 250	103	25 055	99	8 934	153
1942.....	526	204	4 638	152	31 470	116	—	—	9 326	160

(Dados do Serviço de Estatística da Educação e Saúde)

Quadro IX — ENSINO DOMÉSTICO — Movimento geral no período de 1932 a 1942

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQUÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Unidades	Números índices	Número	Números índices	Matrícula	Números índices	Frequência	Números índices	Conclusões	Números índices
1932.....	184	100	890	100	15 714	100	13 755	100	1 913	100
1933.....	332	180	1 245	140	24 677	157	21 557	157	6 948	363
1934.....	416	226	1 353	152	26 411	168	21 150	154	6 623	346
1935.....	462	251	1 320	148	28 397	181	21 930	159	7 351	384
1936.....	440	239	1 396	157	27 936	178	21 901	159	6 504	340
1937.....	491	267	1 624	182	31 183	198	24 700	180	7 251	379
1938.....	561	305	1 888	212	34 796	221	27 034	197	8 661	453
1939.....	567	308	1 910	215	33 369	212	26 385	192	8 077	422
1940.....	647	352	2 056	231	37 884	241	26 216	191	9 490	496
1941.....	695	378	2 189	246	40 122	255	27 364	199	10 118	529
1942.....	726	395	2 223	250	45 448	289	—	—	12 713	665

Quadro X — OUTROS ENSINOS — Movimento geral no período de 1932 a 1942

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA GERAL		FREQUÊNCIA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Unidades	Números índices	Número	Números índices	Matrícula	Números índices	Frequência	Números índices	Conclusões	Números índices
1932.....	538	100	2 757	100	41 047	100	39 108	100	6 156	100
1933.....	678	126	2 976	108	52 391	128	46 329	118	7 928	129
1934.....	700	196	3 270	119	55 304	135	42 787	109	10 195	166
1935.....	694	129	3 469	126	57 479	140	42 827	110	11 661	189
1936.....	715	133	3 528	128	62 402	152	47 444	121	13 452	219
1937.....	784	146	3 470	126	65 476	160	51 544	132	15 896	258
1938.....	885	164	3 840	139	70 586	172	52 747	135	16 505	268
1939.....	830	154	4 040	147	72 921	178	56498	144	18 035	293
1940.....	1 040	193	4 166	151	80 359	198	59 813	153	21 922	356
1941.....	1 132	210	4 333	157	84 648	206	62 485	160	23 959	389
1942.....	1 228	228	5 029	182	116 126	283	—	—	31 103	505

(Dados do Serviço de Estatística da Educação e Saúde) Secção de Inquéritos e Pesquisas do I. N. E. P. — Confere,

X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro deliberou, em 1908, a realização de congressos brasileiros de geografia.

O I Congresso instalou-se na capital <h República, em 7 de setembro de 1909, sob a presidência do Marquês de Paranaguá. Foram apresentados 108 trabalhos que se achata publicados em anais constantes de 12 volumes. A esse tempo, realizou-se a exposição cartográfica com 231 mapas.

Realizaram-se sucessivamente os II, III, IV, V, VI, VII e VIII Congressos em São Paulo. (1910); Curitiba. (1911); Recife. (1915); Salvador. (1916); Pelo Horizonte, (1919); João Pessoa, (1922) e Vitória. (1926).

Em 1939, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística resolveram reiniciar a série dos congressos, adotando o caráter migratório de realizações trienais, intercaladamente, no norte, centro e sul do país. Assim, foi realizado em 1940 o IX Congresso, em Florianópolis, e, nesse, ficou deliberada a realização do X Congresso a instala-se em Belém do Pará, em 1943. As dificuldades de transporte e outras conseqüentes do estado de guerra determinaram a realização, nesta capital, do X Congresso, o que se deu de 7 a 16 de setembro, sob o patrocínio do Ministério da Educação e da Prefeitura do Distrito Federal.

A comissão organizadora central do Congresso era constituída do Professor Fernando Antônio Raja Gabaglia, presidente; General Emílio Sousa Doca, vice-presidente; Engenheiro Cristóvão Leite de Castro, Secretário geral; Cônsul Murilo Basto. 1.º secretário; Professor Geraldo Sampaio de Sousa. 2.º secretário; Professor Carlos Domingues, tesoureiro; General Francisco de Paula Cidade, Comandante Antônio Alves Câmara Júnior, Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Professores José Gabriel Lemos Brito e Pierre Monbeig, Doutores M. A. Teixeira de Freitas, Aníbal Alves Basto, Rui Girmarães de Almeida, vogais.

Instalado o Congresso, foi eleito presidente o Embaixador José Carlos Macedo Soares; vice-presidentes, Almirante Raul Tavares, Almirante Dodsworth Martins, e Coronel Hélio Macedo Soares da Silva; e secretário geral, Engenheiro Cristóvão Leite de Castro.

Foram apresentados cerca de trezentos trabalhos que se distribuíram por dez comissões técnicas. Dentre estas, a IX comissão — Metodologia geográfica e ensino da geografia — recebeu 15 monografias sobre assuntos relativos ao ensino da geografia e a assuntos afins. Fizeram parte dessa comissão os professores Fernando Antônio Raja Gabaglia, Carlos Miguel Delagado de Carvalho. Honório Silvestre. Mário da Veiga Cabral, Elzio Bahiense, Carlos Marie Cantão, Aristo Espinheira, José Veríssimo da Costa Pereira, Odilon Portinho, Luis Rego, Otelo dos lieis. Geraldo Sampaio de Sousa, Jorge Zarur. Ernani Machado, João Capistrano Raja Gabaglia, Francisco de Sousa Brasil. Afonso Várzea. Coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, Coronel Jonas de Moraes Correia Filho, Coronel Dulcídio do Espírito Santo Cardoso. Doutores Abgar Renault. Carlos Drumond de Andrade. Rui Guimarães de Almeida, Otacílio Pereira, João Sampaio e Heloísa Almeida Araújo.

A comissão recomendou ao voto do plenário e à comissão especial encarregada de conferir o prêmio José Boiteaux o trabalho do professor Carlos Maria Cantão, intitulado "Programa-tipo de excursões geográficas para fins didáticos".

Os membros da IX comissão técnica juntamente com outros professores de geografia apresentaram ao plenário a seguinte moção:

"Os professores de Geógrafa, servindo-se da oportunidade oferecida pela reunião, no Rio de Janeiro, do X Congresso Brasileiro de Geografia, manifestaram, de público, o seu pensamento no tocante aos rumos em que desejam ver orientado o ensino da disciplina que constitui a sua especialização e labuta diária.

A hora dolorosa que a Humanidade atravessa, quando mais necessário se fazem a união nacional e o completo aproveitamento das riquezas e valores humanos de cada país, impõe-se, de modo acentuado, o estudo da terra e suas fontes econômicas. A análise das questões peculiares a cada região brasileira ; o exame das relações entre o meio e o homem; o conhecimento das deficiências, das possibilidades e da obra já realizada concorrerão para fortalecer a consciência nacional, encaminhando o aluno de hoje, que será o administrador de amanhã, para soluções racionais dos problemas que interessam de perto à própria existência da Nação.

O ensino deve ser objetivo, servindo -se de todos os meios modernos. como sejam o livro, a revista, a projeção fixa, o cinema, a amostra, a experimentação, mas antes de tudo deve agitar idéias, dando ao aluno oportunidade para discussões e, na medida do possível, verificação "in loco" das questões propostas. Faz-se mister, pois. a instituição de gabinetes e laboratórios de Geografia em todos os estabelecimentos de ensino-; a vista às repartições que realizam obra geográfica; excursões de professores e alunos; o intercâmbio cultural intenso entre as várias unidades do território brasileiro, através da correspondência, da remessa de fotografias, amostras e publicações; a criação de bolsas de estudo e a organização de clubes e de museus de Geografia.

Que se faça a geografia de campo e que as autoridades públicas, as instituições culturais e as empresas privadas facilitem aos professores os meios necessários à realização desta obra educativa altamente patriótica!

A inteligência Fevelada pelo nosso homem no solucionar os seus problemas orgulha as gerações atuais, enaltece o valor dos nossos ascendentes e desperta a confiança num futuro maior.

A terra brasileira — imensa em superfície, com população reduzida e irregularmente distribuída, dotada de grandes riquezas potenciais, mas, ainda, em grande parte por explorar, exige muito esforço e dedicação. O exemplo e a experiência adquirida por outros povos em problemas idênticos nem sempre podem aplicar-se ao nosso país.

A Geografia, mostrando a epopéia do trabalho humano já efetuado no Brasil e os obstáculos criados pelo clima, hidrografia, vegetação e outros elementos, aperta os laços espirituais e fortalece a unidade nacional. Cabe ao professor fazer de sua cátedra uma fonte de nacionalismo sadio.

O Brasil, colocado entre a América do Norte, as partes meridional e ocidental da América do Sul e a África, através da qual se comunica com a Europa, a Ásia e a Oceania, ocupa posição de primeira ordem para o intercâmbio comercial numa época em que a aviação encurta distâncias, aproxima povos e suprime escalas. Com enormes rios navegáveis que entrelaçam o país com outras Repúblicas sul-americanas, vizinho de sete nações independentes e três colônias européias, tem enorme responsabilidade nos destinos da América e na manutenção da paz no Hemisfério Ocidental. As suas gerações precisam conhecer melhor a geografia dos países americanos para continuarem e cada vez mais fortalecerem a obra de fraternidade iniciada pelos antepassados e desenvolvida tão galhardamente pelos governantes atuais.

O conhecimento do esforço desenvolvido, dos sofrimentos quotidianos e das vitórias alcançadas pelo trabalho honesto desperta simpatia e solidariedade, sobretudo em povos que não têm tradição guerreira.

O intercâmbio comercial que se pode incrementar, em consequência da divulgação dos aspectos econômicos e culturais das nações americanas, beneficia a todas e as aproxima. O que faltar a uma será fornecido pelo excesso de outras, mantendo sempre o respeito ao Direito, tradição herdada e zelosamente fortalecida por todas as Nações deste Hemisfério. A cooperação dos nossos povos e o maior intercâmbio cultural hão de aumentar o prestígio das Américas e indiretamente contribuir para evitar as guerras e os sofrimentos da Humanidade.

Cabe ao professor de geografia uma parcela considerável na orientação do pensamento que há de nortear as gerações futuras para um mundo mais feliz, no qual o mútuo conhecimento dos povos e a compreensão das possibilidades de cada um, com melhor aproveitamento das suas condições geográficas, serão fator essencial.

Os programas do ensino Geográfico deverão focalizar o estudo físico como base da Geografia Humana, mas dar-se-á à parte econômica um maior desenvolvimento. Convirá que o ensino se torne menos preso ao que se poderia chamar europeísmo, o que, pela própria formação dos professores e pela origem dos compêndios, durante muito tempo dominou as atividades na matéria.

Os professores presentes ao X Congresso Brasileiro de Geografia confiam que os seus colegas de todo o Brasil e os poderes públicos apoiem as idéias e realizem as iniciativas nesta Moção preconizadas, expressão de desinteressado espírito patriótico e fervoroso sentimento de fraternidade humana.

Sala de Reunião da 9.^a Comissão do X Congresso Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1944 — Raja Gabaglia, Presidente da 9.^a Comissão; Carlos Marie Cantão, Relator; Otelo Reis, Heloísa de Almeida Araújo. Luís Rego, delegado do Maranhão; Geraldo Sampaio de Sousa, Otacílio A. Pereira, Armando João Sampaio de Sousa Brasil. Honório Silvestre, Rui Guimarães de Almeida, Mário da Veiga Cabral. Odilon Nogueira de Matos, Elzio Bahiense, Afonso Várzea, preferindo no final do 3.^o parágrafo a expressão "Clubes e Mostruários de Geografia", e Joaquim Ramalho".

O X Congresso realizou uma Exposição de Geografia e Cartografia, de que a Seção Didática, organizada pelo Professor Geraldo Sampaio, e sob o patrocínio da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefei-

tura do Distrito Federal obteve grau de brilho. Essa Seção compreendia quatro partes: Livros didáticos; Mapas, Atlas e Cartas geográficas; Instrumentos e modelos geográficos; Trabalhos realizados por alunos das escolas do Rio de Janeiro.

Na sessão plenária de 15 de setembro compareceu o Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação, que foi saudado pelo Dr. José Augusto Bezerra de Meneses em nome dos congressistas. Agradecendo o Ministro Capanema reportou-se ao papel relevante do ensino da geo-grafia para a formação cultural e moral da juventude, ressaltando a sua posição no plano de estudos das escolas dos diferentes graus.

Foi a seguinte a saudação do Dr. José Augusto:

"Cumpro, Sr. Embaixador Macedo Soares, com o maior agrado, a determinação de V. Ex. para que apresente ao Sr. Ministro Gustavo Capanema as saudações do X Congresso Brasileiro de Geografia, ao mesmo tempo que traduzo o regozijo de todos os congressistas por ver, ainda que por poucos momentos, presente aos nossos trabalhos o eminente titular da pasta da educação.

S. Ex. veio hoje e mais uma vez testemunhar o seu apreço por tudo quanto diz respeito à nossa vida cultural (e aqui estamos reunidos para objetivos estritamente de cultura), e animar-nos e encorajar-nos para que, no setor, que nos congrega, continuemos a trabalhar tendo como alvo a disseminação cada vez maior dos estudos geográficos em nosso país, dando-lhes a feição científica que os caracterizam na época presente e por toda a parte.

Sr. Ministro: A humanidade está atravessando de 1939 para cá a fase talvez mais angustiada de toda a sua existência.

Nações de grande desenvolvimento científico e técnico utilizaram o imenso acervo de conhecimentos adquiridos e acumulados, não para servir idéias de paz, de fraternidade e de progresso, que devem ser o objetivo de toda a vida social organizada, mas para a louca tentativa de dominação política e de escravização econômica, para a execução da qual não escolheram meios nem processos, por mais condenáveis que aparecessem aos olhos de todo o mundo civilizado.

Por felicidade, as forças do bem, ao servir ao simples aceno de uma voz providencial, e a princípio isolada, a voz de Churchill, se congregaram e reuniram, o Brasil entre elas, e eis que em breve, ao que tudo indica, a humanidade retomará a sua marcha ascendente em busca de um mundo melhor e de uma vida mais feliz.

Estamos às vésperas da paz, e a tarefa dos que vão reconstruir o mundo, sobre as ruínas que a guerra espalhou, será de relevância intraduzível.

Cumpra refazer tudo que foi destruído, e cabe dar a nova construção contornos que não permitam a repetição do catalisma e possibilitem aos seres humanos conviverem pacificamente, num espírito de cooperação e fraternidade que exclua o advento de novas convulsões guerreiras.

A missão principal nessa obra de revisão dos valores sociais e políticos vai caber aos educadores.

A êles o papel mais relevante: do desempenho que lhe souberam dar é que vai resultar a felicidade ou infortúnio do mundo que se avizinha.

Daí, Sr. Gustavo Capanema a importância para nós brasileiros do Ministério que V. Ex. superintende tão brilhantemente.

Dos planos de ação do seu Ministério, dos programas traçados e a executar, dos rumos a seguir, é que decorrerá todo o futuro do Brasil.

Bem sabemos que V. Ex. está à altura da situação.

Duas qualidades essenciais lhe sobram: um acendrado espírito público. um desejo incontido de servir ao Brasil, e uma incessante e inquieta preocupação de descobrir as fórmulas certas e seguras que devem dar aos brasileiros a educação que lhes convém.

São justamente os requisitos indispensáveis ao homem de Estado, ao condutor dos destinos sociais.

Graças a essas qualidades primaciais muito já tem feito V. Ex., Sr. Capanema, procurando nas leis de ensino industrial, nas de ensino ginasial e universitário, nas de ensino primário, na organização geral da administração escolar, em muitas outras aparelhar o país dos instrumentos que necessita para se colocar culturalmente na situação eminente que lhe cabe no concêrto dos povos civilizados.

O que já foi feito é considerável, direi mesmo é muitíssimo, mas ainda resta o que fazer, e V. Ex. o fará da melhor maneira e em perfeita harmonia e consonância com a necessidade do país e com os imperativos dos espíritos da época que vamos viver.

Em um Congresso de Geografia, é dever falar especialmente do que se refere ao ramo de ensino da ciência por cujo amor estamos aqui congregados.

Se não é ela, a geografia, que tudo determinou, é irrecusável que lhe cabe papel precípuo na determinação dos fatos históricos.

Dê-se modo, cumpre dar-lhe o relêvo que lhe cabe e a importância que merece nos planos de ensino que se sucederão à guerra prestes a concluir-se.

No Brasil muito já foi feito em bem de racional ensino da geografia, e V. Ex. mesmo muito já realizou deste ponto de vista, mas estou certo de que na elaboração pedagógica a vir inevitavelmente após a guerra novas conquistas serão alcançadas nesse setor do ensino, para que se preparem gerações novas à altura de um mundo novo e redimido.

Senhor Ministro: os membros do X Congresso Brasileiro de Geografia muito se honram com a presença de V. Ex. e agradecem o encorajamento que essa presença representa para os que se dedicam ao estudo dos problemas geográficos do Brasil".

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, por determinação do Ministro da Educação, fêz-se representar na Comissão Organizadora Central do Congresso, e na Comissão de Metodologia Geográfica e Ensino da Geografia, pelo técnico de educação Rui Guimarães de Almeida.

BIBLIOGRAFIA PEDAGÓGICA BRASILEIRA (1941 e 1942)

- Associação Brasileira de Educação —
Instruindo e divulgando (*Comunicados de Imprensa*). Vol. I, Rio de Janeiro, 1941. Serviço Gráf. do Inst. Brasileiro de Geografia e Estatística, 372 págs.
- Coletânea de duzentos pequenos estudos, organizados para divulgação de conhecimentos técnicos, e de informação, sobre o ensino no país.*
- ALMEIDA, Rui Guimarães de — Função educativa da assistência social na justiça de menores. In *Formação*. Rio de Janeiro, 1941, ano IV, número 31, fevereiro, pág. 56 a 63.
- Conferência no curso de serviço social do Hospital da Cruz Vermelha do Rio de Janeiro.*
- Assis, Ariosto Pacheco de — A evasão escolar no ensino primário brasileiro. In *Rev. Bras. de Estatística*, Rio de Janeiro, 1941, ano II, n.º 5, janeiro-março, pãõ. 1.39 a 149.
- Justificação do processo de calado adotado em estudos relativos ao assunto.*
- BACKHEUSER, Everardo — Ensaio de biotipologia educacional. *Porto Alegre*. 1941. *Liv. do Globo*. 297 págs.
- Apresentação geral das doutrinas de biotipologia e ensaio de sua aplicação à organização de classes escolares, para o que o A. apresenta modelo de ficha original.*
- CALDEIRA, Nelson Mendes — Estudo sobre a rádio-difusão em São Paulo. In *Bol. do Depart. Estadual de Estatística, São Paulo*, 1941. n.º 11. novembro, págs. 81 a 114.
- Descrição dos serviços de rádio-difusão no Estado de São Paulo, com observações relativas á educação popular pelo rádio.*
- CÂMARA, Helder (Pe.) — A experimentação pedagógica e o ante-pro-jeto de lei sobre a formação do magistério primário. In *Formação*. Rio de Janeiro, 1941, ano II, número 30, janeiro, pág. 7 a 27.
- Observações sobre os cuidados necessários a uma boa experimentação pedagógica.*
- CAMPOS, Ernesto de Souza — Instituições culturais e de educação superior. *Rio de Janeiro*. 1941. *Imp. Nacional*. 728 págs.
- O A., professor da Universidade de São Paulo, a que já se devem vários estudos sobre a história do ensino superior no Brasil, traça neste volume o*

histórico dos museus, bibliotecas, instituições científicas culturais, e associações de fins de cultura técnica. Em apêndice, apresenta a relação das instituições culturais brasileiras e a de publicações periódicas científicas.

CASTRO, Iolanda Alvares — Cinema educativo. *Rio de Janeiro*. 1941. Rodrigues & Cia. 17 págs.

Problemas de organização e administração de um serviço de cinema educativo.

COSTA, Sizenando — A escola rural. *Rio de Janeiro*. 1941. Serv. Gráf. do Inst. Bras. de Geog. e Estatística. 115 págs.

Demonstração de como se deve organizar uma escola regional, nos moldes de uma comunidade total de vida e de trabalho, seguida de organização prática quanto ao ensino de técnicas agrícolas.

CUNHA E MELO, Osmar de — Menores transviados. *Rio de Janeiro*. 1941. Imp. Nacional. 201 págs.

Inquérito estatístico sobre as causas da delinqüência juvenil, através do movimento do Juízo de Menores do Rio de Janeiro.

DEPARTAMENTO Estadual de Estatística do Estado de Sergipe — Estatística do Ensino Primário Geral. — Aracaju. 1941. Lev. Regina. 124 págs.

Movimento do ensino nos anos 1932 a 1940.

DOCUMENTÁRIO da I Conferência Nacional de Educação. In *Formação*.

Rio de Janeiro. 1941. Ano IV. Número 41, dezembro, pág. 18 a 113.

Documentos legislativos referentes à I Conferência Nacional de Educação, promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, de 3 a 9 de novembro de 1941 ; discurso inaugural do Ministro Gustavo Capanema; resoluções e moções aprovadas.

FARIA, Ernesto — O latim e a cultura contemporânea. *Rio de Janeiro*. 1941. F. Bríguet & Cia. 358 págs.

A questão do latim e as modernas diretrizes do ensino do latim; o latim na escola secundária; a texto latino e a edição escolar; normas para o estudo gramatical; a preparação do professor de latim.

FERRAZ, João de Souza — *Noções de Psicologia da Criança*. 2.^a edição. São Paulo. 1941. Liv. Acadêmica. 237 págs.

Apresentação de problemas e doutrinas psicológicas, com aplicações à educação.

FREITAS, M. A. Teixeira de — Ainda a evasão escolar no ensino primário. In *Rev. Brás. do Estatística*. *Rio de Janeiro*. 1941. ano II. n.º 7. julho-setembro. pág. 553 a 642.

Réplica à apreciação crítica, feita pelo Prof. Lourenço Filho a uma comunicação do autor à Sociedade Brasileira de Estatística, com relação à deserção de alunos nas escolas primárias brasileiras.

FREITAS, Olímpia Lemos — Homogeneização de classes primárias. In

Bol. do Serv. Social dos Menores, São Paulo. 1941. vol. I, n.º 2, dezembro. pág. 53 a 72.

Relatório dr experiências relativas à organização de classes de ensino primário no Instituto Modelo de Menores, em São Paulo.

GRANDE, Humberto — A pedagogia no Estado Novo. Rio de Janeiro. 1941. Gráf. Guarani Ltda. 105 págs.

Ensaio de política educacional.

IBIAPINA, J. de Motos — A verdade sobre o ensino secundário. In Cultura Política. Rio de Janeiro. 1941. Ano I, n.º 2, abril. pág. 54 o 64.

Estudo sobre as deficiências do ensino secundário, atribuídos pelo autor especialmente à falha de seleção do professorado, ao efetivo muito numeroso das classes de ensino e à inadequação dos programas.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a educação. (Elucidaria apresentado á I Conferência Nacional de Educação). Rio de Janeiro. 1941. Serv. Gráf. do Inst. Bras. de Geog. e Estatística. I vol. 847 págs. II vol. 382 págs.

Na organização e desenvolvimento de numerosos serviços Públicos, no país, vem tendo o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística, instituição pa-ra-estatal, poderosa e eficaz influência, a qual se tem exercido por levantamentos c inquéritos estatísticos sistemáticos, por publicações de geografia c estatística, cursos de conferên-

cias e campanhas tendentes á racionalização e normalização dos serviços. Os dois volumes desta publicação, com mais de mil páginas, documentam a ação construtiva do I.B.G.E., no domínio da educação brasileira. O I vol. contém uma coletânea de estudos, de valor atual e histórico, de diferentes autores vivos e mortos; o II vol. trata da normalização das estatísticas educacionais, do problema da ortografia. do ensino da geografia e da educação cívica, além de outros assuntos. Ambos os volumes trazem sinopses estatísticas do movimento do ensino, nos anos de 1932 a 1938.

Educação e estatística — Rio de Janeiro. 1941. Serv. Gráf. do Inst. firas, de Geog. e Estatística. 48 págs.

Documentário oferecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia c Estatística aos professores-alunos do curso de ferias, levado a efeito, no Rio de Janeiro, pelo Associação Brasileira de Educação, em maio de 1941.

Repertório Estatístico do Brasil — Situação cultural. N. I. Rio de Janeiro. 1941. Serv. Gráf. do Insl. Bros. de Geografia e Estatística.

Dados estatísticos referentes ao ensino brasileiro em geral, até o ano de 1938; movimento de bibliotecas, museus, arquivos públicos, institutos técnico-cien-tíficos, imprensa periódica, congressos, culto e diversões pú-cas.

- INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos — Oportunidades de educação na capital do país. *Rio de Janeiro*. 1941. *Imp. Nacional*. 258 páginas.
- Catálogo sistemático dos cursos oferecidos pelas escolas do Rio de Janeiro, públicas e particulares, seguido de vários índices analíticos, para fins da orientação educacional.*
- Organização do ensino primário e normal. VIII — Estado de Pernambuco. *Rio de Janeiro*. 1941. *Imp. Nacional*. 42 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Organização do ensino primário e normal. X — Estado de Sergipe. *Rio de Janeiro*. 1941. *Imp. Nacional*. 36 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Organização do ensino primário e normal. XI — Estado da Bahia. *Rio de Janeiro*. 1941. *Serv. Gráf. do I.B.G.E.* 50 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Organização do ensino primário e normal. XII — Estado do Espírito Santo. *Rio de Janeiro*. 1941. *Serv. Gráf. do I.B.G.E.*, 43 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Administração dos serviços de educação — *Rio de Janeiro*. 1941. *Serv. Gráf. do I.B.G.E.* 127 págs.
- Descrição e análise da organização administrativa dos serviços educacionais em cada Estado brasileiro, no Distrito Federal e Território do Acre; pessoal empregado; remuneração.*
- Situação geral do ensino primário — *Rio de Janeiro*. 1941. *Serv. Gráf. do I.B.G. E.* 143 págs.
- O ensino primário brasileiro, já no seu crescimento nos últimos anos, já na sua organização, já ainda no seu rendimento, é apresentado num capítulo de introdução, o que se seguem outros de estudo especial referente à situação em cada Estado brasileiro.*
- KATZENSTEIN, Betti e Freitas, Beatriz — Algo do que as crianças gostam de ler. *In Rev. do Arquivo Municipal. São Paulo*. 1941, ano VII, vol. 77, junho-julho, página 5 a 94.
- Análise das preferências de leitura, num e noutro sexo, entre leitores de 7 a 18 anos de idade, segundo fichas de inquéritos adotadas na Biblioteca In-fantil do Departamento de Cultura de São Paulo.*
- LACERDA, Virgínia Cortes de — O ensino da Literatura. *In Formação. Rio de Janeiro*. 1941, ano IV, número 31, fevereiro, págs. 27 a 39.
- Princípios metodológicos aplicados ao ensino da literatura.*
- LEITE, Augusto da Costa — Saudades e lembranças do Caraça. *São Paulo*. 1941. *Rev. dos Tribunais*. 276 páginas.
- Do Colégio Caraça, estabelecimento tradicional de ensino secundário no Império, traça o A. interessante histórico, sob a forma de reminiscências de um*

- estudante com observações muito vivas sobre a pedagogia do fim do século passado.*
- LEMME, Paschoal — A superstição da educação institucionalizada. In *Formação. Rio de Janeiro*. 1941. ano IV. n.º 31. fevereiro, pág. 13 a 26.
- Comentários o propósito de trechos referentes à educação do livro "My early life", de Winston Churchill.*
- LEITE, João Barbosa (Major) — Atividades da Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação Física. *Rio de Janeiro*. 1941. ano I. n.º 3. dezembro, páginas 7 a 60.
- Relatório apresentado ao Ministro da Educação, referente às atividades da Divisão, de 1937 a novembro de 1940, pelo seu diretor.*
- Limites dos campos de ação do professor de Educação Física, do médico especializado, do técnico desportivo, do treinador e massagista. In *Boletim de Educação Física. Rio de Janeiro*. 1941. ano I, n.º 1, junho. pág. 65 a 68.
- Discussão dos problemas da formação de técnicos e médicos especializados em educação física.*
- LIMA, Azevedo — O problema do prédio escolar no Distrito Federal. In *Cultura Política. Rio de Janeiro*. ano I. n.º 5. julho. pág. 77 a 103.
- Estudo sobre a situação dos prédios escolares na capital brasileira sob os aspectos econômico, social e de higiene pedagógica.*
- LOURENÇO FILHO, M. B. — A educação, problema nacional. In *Brasil 1940-1941. Rio de Janeiro*. 1941. *Ministério das Relações Exteriores*. págs. 55 a 66.
- Proposição dos problemas atuais da educação brasileira, sob o ponto de vista das tendências históricas, da situação política atual, da organização-técnica necessária e dos recursos.*
- Educação e educação física. In *Estudos e Conferências. Rio de Janeiro*. 1941. n.º 14, dezembro, página 5 a 22.
- Confronto entre o conceito da educação, em geral, e o de educação física, à luz da evolução histórica desta última e de seus fundamentos científicos na atualidade.*
- A Escola Ativa. Direta. *Cruzeiro*. 1941. *Coleção Instituto Cruzeiro*. 24 págs.
- Apreciação geral da experimentação pedagógica realizada no Instituto Cruzeiro, na mesma cidade brasileira, pelo educador Álvaro Neiva.*
- A evasão escolar no ensino primário brasileiro. In *Rev. Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro*. 1941. Ano II. n.º 7. julho-setembro, página 539 a 552.
- Apreciação crítica de uma comunicação do Dr. M. A. Teixeira de Freitas, relativa à deserção dos alunos no ensino primário brasileiro, apresentada à Sociedade Brasileira de Estatística, em novembro de 1940.*
- A discussão nos trabalhos de seminário. In *Rev. do Serv. Público*.

- Rio de Janeiro. 1941. ano IV, número 2, novembro, pág. 168 a 177.
- Análise das atitudes psicológicas dos que discutem, em reunião de estudo.*
- Congressos e conferências de educação. In Formação. Rio de Janeiro. 1941. ano IV. dezembro, pág. 5 a 17.
- Resenha histórica das reuniões de educadores e administradores de ensino no Brasil, a partir de 1883, data em que se cogitou da primeira reunião do gênero, com caráter nacional.*
- LYRA, João — Raça, educação e desporto. In Estudos e Conferências. Rio de Janeiro. 1941. n.º 14. dezembro. pág. 41 a 68.
- Aspectos sociais e sanitários das práticas desportivas.*
- MAIA, Jacyr — Estatística e experimentação pedagógica. In Formação. ano IV. n.º 36. Rio de Janeiro. 1941. julho. pág. 6 a 17.
- Discussão dos conceitos de dados significativos e dados representativos na observação de fatos sociais e, particularmente, pedagógicos.*
- MARINHO, Inezil Pena — A Organização da Educação Física no Brasil. In Boletim de Educação Física. Rio de Janeiro. 1941. ano I. pág. 9 a 33.
- Legislação e descrição da situação da educação física no país.*
- Qualidades do professor de educação física. In Boletim de Educação Física. Rio de Janeiro. 1941. ano I. n.º 1. pág. 37 a 51.
- Problemas relativos à formação do professor de educação física e situação atual da questão no país.*
- Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário, quanto à Educação Física. In Boletim de Educação Física. Rio de Janeiro. 1941. ano I. n.º 1. página 53 a 64.
- Legislação relativa as instalações para educação física nas escolas secundárias brasileiras.*
- Inspeção da Educação Física. In Boletim de Educação Física. Rio de Janeiro. 1941. ano I. n.º 1. página 125 a 138.
- Visão geral do problema, nas escolas brasileiras de ensino secundário.*
- MENDES, Figueiredo — Acerca do problema da sub-nutrição na idade escolar e da possibilidade de enfrentá-lo com a instituição de refeições supletivas. In Arquivos de Higiene. Rio de Janeiro. 1941. ano II. n.º 1. junho. pág. 75 a 156.
- Estudo sobre a dieta adequada aos escolares de 7 a 14 anos de idade, segundo a necessidade energética e a de alimentos plásticos, e providências possíveis, na escola, para compensá-la, quando deficiente no lar.*
- MIRANDA, Nicanor — Atividade gímnica e atividade lúdica. In Rev. do Arquivo Municipal. São Paulo. 1941. ano VIU. vol. 78. agosto-setembro. pág. 259 a 308.
- Exposição de educação comparada, relativa à posição que apresentam os exercícios gímn-*

- ticos e a atividade lúdica, no desenvolvimento da educação física.*
- MOREIRA, J. Roberto — Do caráter empírico das aplicações pedagógicas. In *Estudos Educacionais do Inst. de Educação. Florianópolis. 1941. ano 1. n.º 1. agosto, pág. 17 a 27. Considerações sobre a necessidade das aplicações científicas à educação.*
- MINISTÉRIO da Educação e Saúde — Sistema de Remuneração e Registro dos Professores particulares. Serv. de Documentação. *Rio de Janeiro. 1941. Imp. Nacional. 25 páginas.*
- Legislação referente ao assunto .*
- Organização da Faculdade Nacional de Filosofia. Serv. de Documentação. *Rio de Janeiro. 1941. Imp. Nac. 37 págs.*
- Legislação referente à organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil.*
- 1.ª Conferência Nacional de Educação e 1.ª Conferência Nacional de Saúde. *Rio de Janeiro. 1941. Serv. de Documentação. 40 págs.*
- Exposição de motivos apresentada ao Presidente da República com o decreto que convocou as mencionadas conferências; decretos e portaria, referentes ao assunto; questionários sobre a situação educacional e cultural do país.*
- MINISTÉRIO da Justiça e Negócios Interiores — Curso de Formação e Aperfeiçoamento Profissional da
- Imprensa Nacional. *Rio de Janeiro. 1941. Imp. Nacional. 20 págs.*
- Orientação geral e programas dos vários cursos mantidos.*
- MOACIR, Primitivo — A Instrução e a República. *Publicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro. 1941. Imp. Nacional.*
- Vol. I — Reformas Benjamin Constant (1889 a 1892) 258 págs. Vol. II — Código Benjamin Lobo (1892 a 1899) 240 págs. Vol. III — Código Epiácio Pessoa (1900 a 1910) 250 págs.*
- A educação brasileira já devia ao A. magníficos estudos à sua história no período imperial; a esses junta ele uma nova coleção sobre o desenvolvimento da educação a partir da proclamação da república, obra que se estenderá por sete volumes.*
- OLIVEIRA FILHO, Manuel Pais de — Alimentação nos estabelecimentos de ensino secundário. In *Formação, Rio de Janeiro. 1941. ano IV. número 40. novembro, págs. 52 a 64.*
- Classificação de alimentos e indicações práticas para a situação dos escolares.*
- PEREIRA, Maria de Lourdes Sá — Panorama da educação na América do Sul. In *Formação, Rio de Janeiro. 1941. ano IV. n.º 40. novembro. pág. 19 a 38.*
- Estudo geral do desenvolvimento educativo nos vários países sul-americanos, e especialmente no Brasil.*

- PEREGRINO JÚNIOR — O papel da educação física na formação do homem moderno. *In Estudos e Conferências. Rio de Janeiro. 1941. n.º 14. dezembro, pág. 79 a 90.*
- Importância da educação física moderna na formação da mentalidade popular.*
- PINHEIRO, Maria Esolina — Técnica de Serviço Social. *Métodos — Inquéritos — Pesquisas. Rio de Janeiro. 1941. Serviço de Divulgação da P.D.F. (S/n.º p.).*
- Curso de Serviço Social da Rádio Difusora do Distrito Federal.*
- PINTO, Adriano — Bethencourt da Silva, e a política educacional no Brasil. *Rio de Janeiro. 1941. 40 págs.*
- PINTO, Zaíra — A estatística do ensino primário segundo o convênio de 1931. *In Rev. Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro. 1941. ano II. n.º 7. julho-setembro. pág. 657 a 666.*
- Estudo sobre a extensão e vitalidade da rede escolar do ensino primário brasileiro.*
- PREFEITURA do Distrito federal — Programa para o primeiro ano do curso de formação de professores primários do Instituto de Educação. *Rio de Janeiro. 1941. Secretaria Geral de Educação e Cultura. 28 págs.*
- Indicação da matéria e bibliografia com referência a cada disciplina do curso.*
- Programas mínimos, divididos em períodos letivos da 1.ª à 5.ª serie. *C.P.E. Rio de Janeiro. 1941. Imp. Nacional. 70 págs.*
- Plano de trabalho para determinação das possibilidades dos educandos dos estabelecimentos públicos de ensino primário do Distrito Federal, em face dos vigentes programas mínimos.*
- RAMOS, Artur — Antropologia e educação física. *In Estudos e Conferências. Rio de Janeiro. 1941. n.º 14. dezembro, pág. 69 a 78.*
- Relações dos estudos de educação física com os da antropologia cultural.*
- REIS, Sólon Borges dos — Algumas considerações sobre programas escolares. *São Carlos. 1941. Tip. Vera Cruz. 55 págs.*
- Ensaio sobre a necessidade dos programas escolares e princípios relativos à sua organização nas escolas primárias.*
- RICARDO, Aristides — Sociologia Aplicada. (*Ensaio*). *São Paulo. 1941. Liv. Martins. 237 págs.*
- Alguns capítulos são dedicados aos problemas da criança abandonada, dos menores delinquentes e da educação dos anormais.*
- RODRIGUES, Milton da Silva — Distribuições de idades na escola secundária. *Rio de Janeiro. In Rev. Brasileira de Estatística, ano II. n.º 5. janeiro-março. pág. 3 a 13.*
- Estudo documentado sobre a freqüência das idades dos alunos nas escolas secundárias brasileiras.*
- ROLIM, Inácio (Major) — O papel das entidades desportivas na formação

da juventude brasileira. In Estudos e Conferência. Rio de Janeiro, número 14. dezembro, pág. 91 a 101.

Importância das atividades desportivas na organização da instituição denominada Juventude Brasileira.

SANTANA, Juventina P. — Alguns aspectos da orientação na escolha de profissões. In. Boletim do Serviço Social de Menores. São Paulo. 1941. vol. 1. n.º 2. dezembro. página 39 a 52.

Observações recolhidas pela autora no Serviço de Orientação Profissional e Educacional. mantido pelo antigo Instituto de Educação de São Paulo, de 1932 a 1937.

SECRETARIA dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo — A situação educacional e cultural dos Estados: Contribuição de São Paulo. São Paulo. 1941. 137 págs.

Resposta a um questionário organizado pelo Ministério da Educação e Saúde, para servir aos trabalhos da I Conferência Nacional de Educação, reunida no Rio de Janeiro, em dezembro de 1941.

SECRETARIA Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal — Relatório referente ao ano de 1940. Rio de Janeiro. 1941. Of. Gráf. da Secret. Geral de Educ. e Cultura. 64 págs.

Relatório apresentado pelo secretário Dr. José Pio Borges de Castro.

SECRETARIA de Obras Públicas Viação e Agricultura do Estado do Paraná.

O ensino agrícola primário no Governo do Exmo. Sr. Manoel Ribas. (1932-1940). Curitiba. 1941. Dep. de Agricultura do Estado. 100 págs.

Relatório sobre as atividades das escolas de trabalhadores rurais e escolas de pesca, mantidas pelo Estado do Paraná.

SECRETARIA de Educação e Saúde Pública do Estado de Minas Gerais — Programa em experiência. (Ensino Primário), 2.ª ed. Belo Horizonte. 1941. Imp. Oficial. 297 páginas.

Orientação didática das escolas primárias do Estado de Minas Gerais.

SILVEIRA, Juraci — Saúde: Contribuição pedagógica ao estudo do problema. In Formação. Rio de Janeiro. 1941. ano IV. n.º 38. setembro. pág. 52 a 647

Importância da saúde, nos objetivos da educação primária. Tese ao I Congresso Nacional de Saúde Escolar, reunido em São Paulo.

SOARES, Manuel Monteiro — Legislação e Organização da Educação Física nos estabelecimentos de ensino da Prefeitura do Distrito Federal. In Boletim de Educação Física. Rio de Janeiro. 1941. ano I. n.º 2. setembro. pág. 11 a 28.

Exposição referente à organização da educação física nas escolas primárias, e escolas técnico-secundárias do Rio de Janeiro.

STREHLNECK, Olga — Estudo comparativo de seis cartilhas em uso nas

escolas paulistas. In *Rev. do Arquivo. São Paulo*. 1941. vol. LXXIV, fevereiro, pág. 83 a 216.

Análise da freqüência de pa-lavras empregadas em livros para o ensino inicial da leitura.

"TERRA, Alcimar — A formação profissional dos mestres de alunos excepcionais. *Rio de Janeiro. In Formação. Rio de Janeiro*. 1941. ano IV. n.º 39. outubro, pág. 58 a 66.

O A. demonstra a necessidade de preparação especializada para os professores de crianças excepcionais.

TUMMINELLI, Mary M. E. Higgins — Ensino Secundário Fundamental. In

Rev. Brasileira de Estatística. *Rio de Janeiro*. 1941. ano II. n.º 7. julho-setembro. 666 a 670 págs. *Análise do movimento de matrícula, freqüência e conclusões de curso, no 1.º ciclo das escolas secundárias brasileiras.*

VENÂNCIO FILHO, Francisco — A educação e seu aparelhamento moderno. *São Paulo*. 1941. Cia. Editora Nacional. 222 págs.

Ensaio diversos sobre brinquedos, cinema, rádio, fonógrafo, viagens, excursões, museus e livros.

VIEIRA, Dorival Teixeira — Concepção de justiça na criança. In *Boletim do Serviço Social dos Menores. São Paulo*. 1941. vol. I. n.º 2. dezembro. pág. 15 a 38.

Pesquisa realizada entre menores abandonados e delinqüentes, recolhidos ao estabelecimen-

to de reforma no Estado de São Paulo.

Würth, Tiago M. — Juventude Brasileira. *Canoas. Rio Grande do Sul*. 1941. Edição do Instituto Pesta-lozzi. 26 págs.

Coletânea de artigos sobre os problemas da educação na juventude.

ANO DE 1942

ALMEIDA, João Carlos de — O ensino primário e a execução do convênio de estatísticas educacionais. I.B.G. E., Departamento Estadual de Estatística de Sergipe. 80 págs.

Reajustamento do aparelho escolar brasileiro; estudo da situação do sistema escolar para analfabetos, em idade não escolar.

ALVIM, Mariana A. V. — Parques infantis, como centro de assistência social ao pré-escolar. In *Cultura Política. Rio de Janeiro*. 1942, ano II. n.º 13 maio. pág. 32 a 49.

Estudo sobre a criança na idade pré-escolar, no Brasil e no estrangeiro.

ANAIS do 1.º Congresso Nacional de Saúde Escolar, (V. *Addenda*).

ANDRADE, A. Pereira de — Disciplina em bases psicológicas. *Rio de Janeiro*. 1942. Fed. das escolas evangélicas do Brasil. 17 págs.

Estudo das condições do comportamento infantil e juvenil na escola.

- ANDRADE, *Noemi Bomfim de, e ABU-MERHY, Miguel E.* — Pesquisas sobre o índice de nutrição dos escolares do 3. distrito médico-pedagógico do Distrito Federal. *Cultura Política. Rio de Janeiro.* 1942. ano II. n.º 11. janeiro, pág. 65 a 80.
- Importância do índice de nutrição, como verificação do desenvolvimento da criança e expressão de saúde; necessidade de padronização dos processos de antropometria; valor dos exames odonto-pediátricos.*
- BACKHEUSER, *Evcardo* — O "meio" em pedagogia. In *Formação. Rio de Janeiro.* 1942. ano V. n.º 50. setembro, pág. 11 o 22.
- Como influem na formação do indivíduo os fatores geopsíquicos, geopolíticos e sociais.*
- BACKHEUSER, *Evcardo* — A educação primária como fator d?, unidade nacional. In *Cultura Política. Rio de Janeiro.* 1942. Ano II. n.º 15. maio. pág. 64 a 71.
- Comentários sobre a evolução da política educacional brasileira.*
- BARBOSA, *Nair Durão* — Educação para uma civilização em mudança. In *Formação,* ano V. n.º 55 novembro. pág. 23 a 40.
- Análise e comentário das idéias principais contidas, na obra de Kilpatrick "Educação para uma civilização em mudança".*
- BT *Tio. Joaquim de Campos* — O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação. *São Paulo.* 1942. S/Édit. 652 págs.
- Decretos, leis e decretos-leis, portarias e circulares que, direta ou indiretamente dispõem sobre o ensino secundário no-Brasil, no período 1931 a 1941.*
- O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação com a Reforma Ca-panema e seus regulamento. *Suplemento nº 1. São Paulo.* 1942. S/Édit. 104 págs.
- Decretos-leis, portarias e circulares referentes à reforma de ensino de abril de 1942.*
- CÂMARA, *Heldcr (Pe.)* — Investigação sobre o vocabulário infantil. In *Formação. Rio de Janeiro.* 1942. ano V. n.º 49. agosto, pág. 7 a 20.
- Comentário sobre a pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, relativa ao vocabulário infantil.*
- Carneiro, *Araken* — Introdução à filosofia portuguesa. *Ceará.* 1942. *Tip. Minerva.* 59 págs.
- Notícia histórica dos processos educacionais; análise das modernas correntes da psicologia.*
- COSTA, *Dante* — A infância e a recreação. *Rio de Janeiro.* 1942. *Imp. Nac.* 42 págs.
- Valor social da criança, vantagens da recreação bem dirigida, e os meios de promover essa recreação.*

- Estado do Rio de Janeiro — Mil crianças em colônias de férias. *Rio de Janeiro*. 1942. *Papelaria Moderna*. 30 fls.
- Documentação fotográfica das colônias de férias no Estado do Rio de Janeiro.*
- FEIJÓ, Débora — O rendimento do trabalho escolar. O problema das medidas. In *Revista de Educação*. Pernambuco, vol. III. 1.º semestre de 1942. págs. 31 a 48.
- Condições da escola, do meio social e do aluno que influem para maior rendimento do ensino. Providências do governo do Estado de Pernambuco nesse sentido.*
- FORTES, M. Amélia — Classes especiais para débeis mentais. In *Boletim do Serviço Social dos Menores*. São Paulo. 1942. vol. II. n.º 3. dezembro. pág. 27 a 40.
- Apresentação do trabalho realizado com uma classe de débeis mentais, num dos grupos escolares de São Paulo; processos aplicados à educação dos débeis mentais e estudo de casos individuais.*
- GÓIS FILHO, Joaquim Faria — Rendimento escolar. In *Formação*. Rio de Janeiro. 1942. ano V. n.º 49. agosto, pág. 31 o 48.
- Conceito e importância do rendimento escolar. A homogeneização das turmas e a supervisão, influenciando no rendimento escolar.*
- INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos — Organização do ensino primário e normal. XII. *Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 1942. *Imp. Nacional*. 52 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Organização do ensino primário e normal. XIV. *Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro. 1942. *Imp. Nacional*. 81 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Organização do ensino primário e normal. XV. *Estado do Paraná*. Rio de Janeiro. 1942. *Imp. Nacional*. 38 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Organização do ensino primário e normal. XVI. *Estado de Santa Catarina*. Rio de Janeiro. 1942. *Imp. Nacional*. 60 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Organização do ensino primário e normal. XVII. *Estado de Mato Grosso*. Rio de Janeiro. 1942. *Imp. Nacional*. 37 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Organização do ensino primário e normal. XIX. *Estado de Minas*. Rio de Janeiro. 1942. *Imp. Nacional*. 40 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*
- Organização do ensino primário e normal. XVIII. *Estado de Goiás*. Gerais. Rio de Janeiro. 1942. *Imp. Nacional*. 40 págs.
- Súmula da legislação vigente e sinopse estatística.*

- Subsídios para a história da educação brasileira. I ano de 1940. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 68 págs.
Ementário dos atos e fatos de maior importância ocorridos na vida educacional em todo o país.
- Subsídios para a história da educação brasileira. II. Ano de 1941. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 117 págs.
Ementário dos atos e fatos de maior importância ocorridos na vida educacional em todo o país.
- Investigação sobre o vocabulário infantil. I. Vocabulário das crianças, de 7 a 8 anos (1.º ano primário) . Lista preliminar. Rio de Janeiro. Serv. Gráf. do I.B.G.E. 33 págs.
Lista de palavras, para servir como referência para ampla pesquisa sobre o vocabulário usual das crianças brasileiras.
- O ensino no Brasil no quinquênio 1936-1940. Rio de Janeiro. Serv. Gráf. do I.B.G.E. 82 págs.
Análise do movimento do ensino brasileiro no período referido; escolas; alunos; conclusões de curso; professorado; despesas com a educação; providências governamentais.
- INSTITUTO Nacional de Geografia e Estatística
— Geografia e educação. Rio de Janeiro. Serv. Gráf. do I.B.G.E. 160 págs.
Coletânea de estudos publicados na Revista Brasileira de Geografia — editado pelo I.B. G.E., como contribuição ao Congresso Brasileiro de Educação. reunido em Goiânia, em julho de 1942.
- JONES Artur — A educação dos líderes (Trad. de Pascoal Leme, Tomás Newlands e Maria de Lourdes Sá Pereira). São Paulo. 1942. Cia. Editora Nacional. 257 págs.
Conceituação do líder; como reconhecê-lo na escola; como orientar sua educação.
- LEITE, Gervásio — Aspectos matogros-senses. do ensino rural. Cuiabá. 1942. Escolas Profissionais sa-lesianas, 25 págs.
Aspectos do ensino primário rural no Brasil, situação do professor no campo.
- LOURENÇO FILHO, M. B. — A educação nacional. In " Os grandes problemas nacionais", vol. I. Rio de Janeiro. 1942. Dep. de Imprensa e Propaganda, págs. 45 a 66.
Educação, problema político social: fatores que, na evolução política e social brasileira, têm influído nesse problema; situação atual, o estado nacional e a educação.
- A psicologia do serviço da organização. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 25 págs.
Histórico e estudo atual dos problemas da organização de trabalho e dos subsídios da psicologia.
- MARINHO. Inezil Pena — A influência da educação física na formação e correção do caráter. Rio de Janeiro. 1942. Tip. B. de Sousa. 28 páginas.

- Ensáio sobre a influência que podem ter os exercícios físicos na educação do caráter e da vontade.*
- Educação Física — Estatística. 3.^a edição. Rio de Janeiro. 1942. Tip. Batista de Sousa. 28 págs.
- Informações sobre o histórico e a situação atual do ensino de educação física no Brasil.*
- Educação física e sociologia (*Obra social de educação física — Ensáio*) Rio de Janeiro. 1942. Tip. Batista de Sousa. 40 págs.
- O valor da educação física, no trabalho de assistência social, na correção de desajustamento e na solução de problemas sociais.*
- MINISTÉRIO da Educação e Saúde — Anais. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro. 1942. Ind. do Livro. 6 fase. de janeiro a junho. 4, 133, 186, 119, 184, 134, 126 págs.
- Repositório dos documentos legislativos e noticiário das atividades do Ministério da Educação e Saúde.*
- MINISTÉRIO da Educação e Saúde — No quinquênio 1937-1942. Cultura Política. ano II. n.º 21. novembro. pág. 21 a 38.
- Relato das realizações do Ministério da Educação e Saúde no período referido.*
- MOACIR, Primitivo — A instrução primária e secundária, no município da corte, na regência e na maioridade. (*Separata dos anais do III Congresso de História Nacional*. Vol. V. pág. 505 a 564. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional.
- Sumário histórico da educação brasileira no período de 1831 a 1840.*
- A instrução e a república — 4.^o volume. (*Reformas Rivadávia e Carlos Maximiliano*) Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 361 págs.
- Legislação e decisões do governo relativos à educação brasileira no período de 1911 a 1924.*
- A instrução e a república — 6.^o volume. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 193 págs.
- Ensino técnico-industrial (1892-1929) e Ensino Comercial (1892-1928).*
- A instrução e a república — 7.^o volume. Rio de Janeiro. 1942. Imp. Nacional. 129 págs.
- Ensino agrônomo (1892-1929).*
- OLIVEIRA, Olinto de — A casa da criança (*Coleção D.N.C. — 72*). Rio de Janeiro. 1942. Imprensa Nacional. 10 págs.
- Plano de instituição social de proteção à infância com seções tais como creche, escola maternal, jardim de infância, etc.*
- OLIVEIRA, Valdemar de — Pontos de vista. Recife. 1942. Tip. da Tribuna. 122 págs.
- Estudo sobre ensino, educação física, saúde pública e problemas médicos.*
- PASSOS, Alexandre — O Centenário do Ginásio da Bahia. Rio de Janeiro. 1942. "J. do Comércio". 13 págs.

- Artigo publicado no "Jornal do Comercio" do Rio de Janeiro em 24 de outubro de 1937.
- PINHEIRO, Maria Esolina — Samarita-nismo. Objetivos e atividades da Cruz Vermelha. *Rio de Janeiro*. 1942. *Tip. Batista de Sousa*. 9 páginas.
- Pequeno manual para uso nos cursos de enfermagem e de serviço social.*
- O Serviço Social Rural no quadro dos instrumentos de penetração cultural e de expansão das obras de assistência social. *A Escola e a Cruz Vermelha Juvenil*. (Rio de Janeiro). 1942. (Graf. Guarani Limitada). 15 págs.
- Teses apresentadas no VII Congresso Brasileiro de Educação.*
- RIBEIRO, Adalberto — Como trabalha o I.N.E.P. (Sep. da Revista do Serviço Público, ano V. vol. III n.º 3. set.). *Rio de Janeiro*. 1942. *Imp. Nacional*. 46 págs.
- Exposição da organização e funcionamento do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão técnico central do Ministério da Educação.*
- O Instituto Nacional de Surdos-Mudos (Sep. da Revista do Serviço Público. *Rio de Janeiro*. 1942. Ano IV. n.º 2. novembro).
- Notícia histórica sobre o estabelecimento; exposição dos trabalhos realizados e métodos empregados.*
- O Instituto Benjamin Constant e os nossos cegos. *Sep. da Revista do Serviço Público, ano V. volume II*. n.º 2. agosto). *Rio de Janeiro*. 1942. *Imp. Nacional*. 22 págs.
- Resumo histórico; organização e funcionamento do instituto referido, cujo objetivo é a educação dos cegos.*
- ROMERO, Nelson — A nova orientação do ensino secundário e as tradições da cultura brasileira. *In Formação Rio de Janeiro*. 1942. ano V. n.º 43. julho. pág. 11 a 22.
- Ensino clássico e ensino científico; a tradição brasileira, a favor do ensino clássico; o latim na Reforma Capanema.*
- SÁ, Carlos — Higiene escolar. *Rio de Janeiro*. 1942. *Imp, Nacional*. 52 págs.
- Conceito e objetivos da higiene escolar; condições do prédio escolar; trabalho escolar; meios de promover as melhores condições de saúde para a criança; organização de serviço de higiene escolar.*
- SÃO-PAYO, Maria do Carmo Vidigal — Histórico da escola primária do Brasil, inclusive no Distrito Federal. *In Formação. Rio de Janeiro*. 1942. Ano V. n.º 51. outubro, página 2? a 42.
- Sumário histórico e situação atual do ensino público primário no Distrito Federal.*
- SANTOS, Teobaldo Miranda — Filosofia da educação. Os grandes problemas da pedagogia moderna. *Rio de Janeiro*. 1942. *Ed. Boffoni*. 231 páginas.
- Resumo de aulas de filosofia da educação, em que os problemas filosóficos são analisa-*

dos no ponto de vista do realismo cristão.

SCHMIDT, Isabel Junqueira — Orientação educacional. *{Biblioteca Vida e Educação, vol. 3}*. Porto Alegre. 1942. Ed. Liv. Globo. 135 págs.

Orientação educacional — seus objetivos e aspectos, sua importância na Reforma Capa-nema. O aspecto profissional da orientação.

SILVA, Alexandre Passos da — Observações ao Plano Nacional de Educação. *Rio de Janeiro*. 1942. "Jornal do Comércio". 14 págs.

Sugestões para o Plano Nacional de Educação.

SILVEIRA, Juraci — A orientação do ensino e as missões educacionais. *In* Formação. Ano V. n.º 51. outubro. págs. 7 a 22.

Plano de orientação do ensino nas escolas rurais, através de missões educacionais, com objetivo de elevar o rendimento do ensino e impedir a evasão escolar.

SOARES, A. — A escola técnica, Sorocaba. 1942. S/Edit. 275 págs.

Relatório de trabalhos de uma escola dirigida pelo autor, na cidade de Sorocaba.

SOUSA, J. Coelho de — Denúncia. *Porto Alegre*. 1942. Ed. Thurman. 118 páginas.

Documentação sobre o trabalho de infiltração nazista nas escolas do Estado do Rio Grande do Sul, e das providências do governo do mesmo Estado para extirpá-lo.

VIEIRA, Dorival Teixeira — Completamente de histórias como processo auxiliar para o estudo dos ajustamentos da criança. *In* Boletim do Serviço Social dos Menores. São Paulo. 1942. dezembro. pág. 48 o 82.

Pesquisa realizada no serviço social de menores do Estado de São Paulo: aplicação da prova de "completamento de histórias", de M. Thomas, para estudo, individual e em grupo, de adolescentes desajustados.

VIEIRA, Oldegar — A Juventude Brasileira e o Escotismo. *In* Cultura Política. 1942. Ano II. n.º 19. setembro, pág. 76 a 84.

Defesa do escotismo e aproveitamento de sua "experiência" pela Juventude Brasileira.

WASHBURNE, Carleton — Que é Educação Nova? *In* Formação. *Rio de Janeiro*. 1942. ano V. n.º 49. agosto. pág. 21 o 29.

Objetivos e resultados da educação renovada.

ZARZUR, Jorge — A geografia no curso secundário. *In* Geografia e Educação. *Rio de Janeiro*. 1942. I.B.G.E. pág. 1 a 32.

Evolução do ensino de geografia; objetivos, processos e programas de ensino de geografia nos diversos países e no Brasil.

ADDENDA

ANAIS DO 1.º CONGRESSO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR. *Cidade de São Paulo*. 21-27 de Abril de 1941. São Paulo. 1942.

- Rev. dos Tribunais), *pág.* 873. *Trabalhos que constam desta publicação :*
- MELO, *Francisco Figueira de (Dr.)* — Organização e Orientação dos Serviços de Saúde Escolar, *págs.* 72 a 103.
- Estudo sobre Serviço de Saúde Escolar do Estado de São Paulo.*
- LINTZ, *Alcides (Dr.)* — Exame Médico-pedagógico Periódico, *pág.* 104 a 112.
- A importância do exame médico-pedagógico periódico para o rendimento escolar; apresentação de algumas cifras sobre o assunto, dos trabalhos efetuadas pela Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal,*
- ALENCAR, *J. Eduardo de (Dr.)* e LIMA, *Hider C. (Dr.)* — Contribuição para a Organização de um Serviço de Saúde Escolar no Ceará. *pág.* 113 o 121.
- Plano de um Serviço de Saúde Escolar.*
- ESPÍRITO, *Polí M. (Dr.)* — Os Serviços de Higiene Escolar no Rio Grande do Sul. *págs.* 122 a 139. *Histórico da higiene escolar no Rio Grande do Sul; organização atual.*
- PASSY, *Silvestre (Dr.)* — Organização e Orientação dos Serviços de Saúde Escolar, *pág.* 140 a 148.
- O Serviço de Saúde Escolar no Estado de São Paulo; necessidade de ampliação de quadros e aparelhamento para atuação eficaz em todo o Estado.*
- SAMPAIO, *Eustáquio Leite Bittencourt (Dr.)* e TEIXEIRA JÚNIOR, *Pedro Martins (Dr.)* — Da organização do Exame Médico-pedagógico, em um Serviço de Higiene Escolar para 25.000 alunos *págs.* 149 a 155.
- As atividades do Inspetor Médico-Escolar; o pessoal necessário à inspeção médico-pedagógico para 25.000 alunos.*
- RICARDO, *Aristides* — Organização e Orientação do Serviço de Saúde Escolar, *págs.* 156 a 173.
- Plano de organização do serviço de saúde escolar; competência dos Departamentos de Educação e de Saúde do Estado de São Paulo.*
- ARAÚJO, *Amélia de (Prof.ª)* — Organização e Orientação dos Serviços de Saúde Escolar, *págs.* 175 a 178.
- Causas do baixo nível sanitário dos escolares; necessidade da educação sanitária e de assistência médica e Odontológica.*
- FREIRE, *Paulo Melo (Dr.)* — Contribuição para a Organização dos Serviços de Higiene Escolar no Interior do Estado, *págs.* 179 a 182.
- Plano de organização dos Serviços de Higiene Escolar, como parte das atividades dos Centros de Saúde do interior do Estado de São Paulo.*
- OLIVIERI, *Enrique M. (Dr.)* — Organización de la Medicina Escolar en la República Argentina, *págs.* 183 a 195.
- O Serviço de Saúde Escolar da cidade de Buenos Aires; plano de organização desse Ser-*

- ivço apresentado pelo A. ao Conselho Nacional de Educação.*
- GUZMAN, Leonardo (Dr.) — Serviço Médico Escolar, em Chile. págs. 196 o 203.
Histórico: desenvolvimento; organização atual.
- CRIZ, Noêmia Saraiva de Matos — A Higiene e a Escola Rural. págs. 211 a 216.
O problema da educação e saneamento da zona rural.
- NETO, Francisco Faria (Prof.) — A Saúde do Escolar nos Meios Rurais. págs. 217 a 222.
Necessidade da organização de um Serviço de Saúde Rural sob a dependência do Departamento de Saúde de São Paulo.
- CANDELÁRIA, Jaime (Dr.) — A Saúde Escolar nos Meios Urbanos e Rurais. págs. 223 a 231.
Como conseguir, com economia para o Estado, uma eficaz e permanente assistência médi-dico-sanitária a todos os escolares.
- CORREIA, Francisco Eugênia Brand — Prédio Escolar e Ambiente Educacional. págs. 245 a 253.
A construção adequada do edifício escolar como poderoso auxílio aos trabalhos educativos em geral.
- ARCO E FLEXA, Wenceslau de — Assistência ao Escolar, págs. 255 a 261.
Plano de organização das instituições peri-escolares.
- CÉSAR, Vicente — Ficha Dentária de Tratamento e de Identificação dos Escolares págs. 262 a 265.
Necessidade da ficha dentária do escolar.
- SOMMENWEND, Paulo (Prof.) — Instituições Peri-Escolares. págs. 266 a 269.
O ensino agrícola na escola primária.
- SAMPAIO, Pedro César (Dr.) — Centro de Saúde Infantil com finalidade eugênica, anexo às Escolas Normais, págs. 270 a 271.
O Centro de Saúde Infantil anexo às Escolas Normais, como campo de aprendizagem para o professor moderno.
- NEVES, Maria Pereira das (Prof.^a) — Caixas Escolares, págs. 272 a 274.
Valor educativo e social da caixa escolar; fundos para a caixa escolar.
- TRATAMENTO dos Despejos do Prédio Escolar Onde Não Haja Rede de Esgotos, págs. 276 a 278.
Trabalho apresentado pela Sociedade I. M. H. D. F. F. Lida. São Paulo.
- TOHA, Rafael Lausac (Dr.) — Instituições Peri-Escolares de Odontopediatria. págs. 279 a 281.
Importância para a saúde escolar da assistência Odontológica, por profissionais idôneos, às crianças que freqüentam a escola.
- DEPARTAMENTO de Saúde Escolar — O Laboratório no Serviço Escolar, páginas 282 a 284.

- Contribuição do Laboratório do Centro Médico Pedagógico Osvaldo Cruz, a cargo do Dr. Nelson de Olheira Mendes.*
- FREIRE, *Nestor (Prof.)* — Condições de Saúde Física e Mental para o exercício do magistério, *pág.* 287 a 290.
- Necessidade do exame médico pedagógico para ingresso no magistério.*
- CAMARGO, *Osvaldo (Dr.)* — A Incidência das Doenças Mentais no Magistério. *págs.* 291 a 292.
- Relação entre profissão e doenças mentais; investigações em torno de 41 professores que sofreram das faculdades mentais.*
- CASTRO, *Mendes de (Dr.)* — A aposentadoria do professor primário. *págs.* 293 a 294.
- Julga o A. conveniente a aposentadoria do professor, independente de exame médico, após 25 anos de exercício efetivo.*
- ARRUDA, *Joi (Dr.)* — Sobre os distúrbios mentais, entre os professores públicos, *págs.* 295 a 299.
- Estudo estatístico.*
- FRANÇA, *Hilarião* — Leis protetoras do professor, *págs.* 300 a 304.
- Estudo do Decreto-lei número 2.028, de 22-2-940, que regulamenta o trabalho dos professores particulares, necessidade de sua modificação.*
- PAULA E SILVA, *Oscavo (Prof. Dr.)* — Razões para a aposentadoria, *páginas* 305 a 309.
- O A. defende a lese da aposentadoria econômica do educador são, em função de sua eficiência.*
- PARREIRAS, *Dicio (Dr.)* — Mortalidade e morbidade do pré-escolar, no Rio de Janeiro, *págs.* 320 a 321.
- Apresentação de alguns dados estatísticos.*
- MOURA, *Samuel Augusto Leão de (Dr.)* — Condições de saúde dos escolares de Santos, *págs.* 326 o 329.
- A incidência da verminose entre os alunos das escolas primárias oficiais.*
- TOLEDO, *Renato de (Dr.)* — Algumas considerações sobre a prevenção e tratamento da miopia, *págs.* 330 a 335.
- Miopia como causa de retardamento nos estudos. Prevenção da miopia. Condições de iluminação nas escolas de São Paulo.*
- PRADO, *Durval (Dr.)* — A escola como elemento educacional na luta de prevenção da cegueira, *págs.* 336 a 339.
- Profilaxia do tracoma; a miopia; profilaxia da cegueira nos acidentes de trabalho nas escolas profissionais; classes para amblíopes.*
- FARIAS, *Natalício de* — Higiene individual, engenharia sanitária, nutrição, diagnóstico precoce pelos exames sistemáticos e periódicos do aparelho da visão. *págs.* 341 a 344.
- Plano de serviço no Distrito Federal para exame visual dos escolares.*

- PENA, Mauro (Dr.) e CARRIÇO, Homero (Dr.) — Freqüência das sinusites entre os escolares, págs. 348 a 350.
Estudo de fichas de crianças do Rio de Janeiro examinadas no Centro Médico-Pedagógico Osvaldo Cruz.
- OLIVA, Roberto (Dr.) — Importância da respiração nasal na criança, páginas 351 a 354.
A defesa da saúde pelo muco e cílios nasais. Correlação do nariz e dos pulmões.
- LIMA, Crus (Dr.) — O papel da medicina escolar na assistência aos cardiopatas. págs. 358 a 360.
Aspecto médico, pedagógico e social das afecções cardíaco-vasculares.
- PUPO JÚNIOR, Trajano (Dr.) — Portadores de Bacilo Diftérico nos meios escolares, págs. 366 a 367.
Investigação dos portadores de bacilo diftérico nas escolas primárias de Itapetininga.
- MATA, Oscar Teixeira da (Pr.) — O papel do médico escolar no combate à coqueluche, págs. 368 a 372.
A vacinação contra a coqueluche nas escolas.
- CARVALHO, I. Dantes de (Dr.) e ABRANCHES, I. E. (Dr.) — A cirurgia buco-dentária nos escolares. O valor da apicetomia, págs. 373 a 375.
A contribuição do serviço dentário escolar para a saúde da juventude.
- Assunção Ladair e SEVIANO, Carmo — A importância da Radiografia nos serviços de assistência dentária, escolar. págs. 379 a 382.
O valor do Departamento Radiológico da Inspetoria Geral do Serviço Dentária escolar do listado de São Paulo.
- CASTRO, Laércio (Dr.) — A assistência dentária nos Asilos. págs. 383 a 385.
Observações em tomo da estomatite de l'incetil.
- ZKMHÍON, Antônio (Dr.) — Psicologia Odontológica escolar. págs. 386 a 390.
A moderna técnica dentária escolar. Como deve ser o ensino dentário escolar.
- FERREIRA, Clemente (Dr.) — Incidência da tuberculose no meio escolar. págs. 392 a 397.
A preservação escolar contra a tuberculose.
- FERREIRA, José Martins (Dr.) — Provas de Píergia à tuberculina nos parques infantis de São Paulo. páginas 404 a 406.
Profilaxia sistemática da tuberculose nos parques infantis: resenecanienlo loráico dos escolares; notificação compulsória dos portadores da tuberculose.
- Gikovate, Febus (Dr.) — Diretrizes da luteia, antituberculosa nas escolas, páginas 407 a 410.
Meios de profilaxia da tuberculose na escola.
- PINTO, Sebastião de Almeida (Dr.) — Morbilidade e mortalidade no meio

- escolar. Incidência da tuberculose nos meios escolares. págs. 411 a 414.
- Cifras sobre diagnóstico da tuberculose entre escolares.*
- COVELO JÚNIOR, Miguel (Dr.) — Considerações em torno do problema da profilaxia da tuberculose na infância escolar. págs. 415 a 418.
- Índice da tuberculização da infância escolar na cidade de São Paulo. Distribuição das percentagens por bairros.*
- TORRES, Dionísio Gonzales (Prof. Dr.) — da assistência endocrinológica. págs. 421 a 425.
- Importância das glândulas de secreção interna na patologia da idade escolar; assistência aos endocrinopatas médico-escolares.*
- LOBO, José Inácio (Dr.) e VÉLEZ, Mário (Dr.) — Hipogonadismo e problemas da conduta entre escolares rio sexo masculino, págs. 429 a 434.
- Possíveis relações entre e hipogonadismo e problemas da conduta e de aproveitamento escolar, observadas entre alunos das escolas primárias de São Paulo.*
- CASTRO, Maria Antonieta de — A educação sanitária nas escolas. págs. 448 a 455.
- O trabalho das educadoras sanitárias escolares de São Paulo.*
- CASTRO, Maria Antonieta de — Implantação de hábitos na escola primária. págs. 457 a 458.
- As atividades nas escolas paulistas para formação dos bons hábitos entre os alunos.*
- CASTRO, Bento Ribeiro de (Dr.) — A educação sanitária nas escolas, páginas 460 a 462.
- Os trabalhos de educação sanitária realizado no Distrito Federal nos últimos 5 lastros.*
- GÓIS, J. Paria (Dr.) — A saúde, função primária da educação e do educador. págs. 463 a 465.
- A saúde como aspecto da educação integral.*
- GOMES, Alfredo (Prof.) A saúde e sua educação, págs. 467 o 470.
- Objetivos da educação da saúde. Preparo do professorado para execução de programas de educação da saúde.*
- ARAÚJO, Zenmde Vilalva de (Prof.^a) — O professorado e a educação da saúde pág. 472 a 474.
- A educação sanitária como base para valorização do homem no Brasil. Formação do professor para melhores resultados na educação da saúde.*
- Mourão, Francisco Alves (Prof.) — Educação Sanitária, pág. 476 a 478.
- A formação de hábitos sadios.*
- Ippolito, Ernestina (Prof.^a) — A educação sanitária escolar, pág. 479 a 481.
- Relação entre a escola e o domicílio na educação da saúde.*
- HELENE, Otávio (Dr.) — Implantação de hábitos sadios, pág. 484 a 486.

- A formação dos bons hábitos para a higiene bucal.*
- COSTA SOBRINHO., J. (Dr.) A educação sanitária nas escolas. *pág.* 487 a 489.
- O grau de salubridade da região e o estado sanitário da população coma critério para localização de escolas.*
- SCACIOTA, Celeste — O aspecto social do trabalho da educadora sanitária, escolar. *pág.* 493 a 495.
- A função social da educadora sanitária.*
- BERRETTA, Antônio (Prof.) A educação sanitária nas escolas. Ligação entre o lar e a escola. A educação sexual, *pág.* 496 a 499.
- Necessidade da educação sexual nas escolas secundárias e da criação compulsória de associações de pais e mestres.*
- DIAS E ALMEIDA, Benedito Sotero (Prof.) — Relações entre a família e a escola, *pág.* 500 o 501.
- Influência da escola sobre o lar.*
- CASTRO, Maria Antonieta de — A puericultura nas escolas de São Paulo. *pág.* 502 a 508.
- Necessidade do ensino obrigatório de puericultura em todas as escolas do país.*
- ORSI, Wirma — Ligação entre o lar e o cirurgião-dentista escolar, *página* 509 a 510.
- A educação dos pais para melhores resultados no serviço médico-dentário escolar.*
- BARROS FILHO, Jorge Morais (Dr.) — Puericultura educacional no Instituto Profissional Feminino de São Paulo. *pág.* 514 a 518.
- O movimento do Dispensaria de Puericultura do mencionado Instituto. Puericultura educacional, como cadeira obrigatória para moças no ensino secundário.*
- ZERNER, Rebeca — O aspecto prático do estágio das normalistas junto aos dispensários de puericultura, *página* 519 a 521.
- Necessidade do ensino de puericultura como cadeira independente nas escolas normais.*
- ENSINO (O) da Puericultura — Por várias alunas da Escola Normal. (São Paulo) *pág.* 522 a 523.
- A importância do ensino de puericultura nas escolas secundárias.*
- SUCUPIRA, Sílvia de Araripe (Dr.) — Os Dispensários de Puericultura Educacionais, *pág.* 525 a 529.
- A ignorância como causa da mortalidade infantil. A educação das mães nos dispensários de puericultura.*
- SILVA, Leontina (Prof.^a) — Plano de ensino de puericultura para o 4.º ano primário, *pág.* 530 a 531.
- Programa, horário e método para o ensino de puericultura no 4.º ano primário.*
- AVANCINI, hino (Prof.) — A educação sanitária nas escolas (*cap.* V). *pág.* 533 o 534.
- Necessidade de ligação entre o lar e a escola.*

- Rudolfer, *Noemi da Silveira (Dra.)* — O Serviço de Psicologia Aplicada da Diretoria Gera! do Ensino. *página 544 a 548.*
Problemas psicológicos da educação. Necessidade dos serviços de psicologia educacional.
- BARBOSA, *Nair Durão (Prof.)* — Estudo sobre repelentes, *pág., 554 a 555.*
Exposição de trabalhos realizados no Centro de Pesquisas da P.D.F. para verificação das causas de repetência dos escolares.
- AZEVEDO, *Francisco Lopes de (Prof.)*
— O problema dos repetentes. *páginas 556 a 562.*
A repetência dos escolares nos 1.ºm graus de ensino em São Paulo.
- ANDRADE, *Polidoro Ribeiro de (Prof.)*
— O problema dos repetentes nas escolas primárias, *pág. 563 a 568.*
Fatores pedagógicos, sociais, médicos, psicológicos.
- CAMARGO, *Lázaro Ferras de (Prof.)* — Os repetentes nas escolas primárias. *pág. 569 a 573.*
Organização do ensino primário comum em São Paulo. Dados estatísticos sobre promoções e repetência. Causas da repetência.
- MOURA, *Abncr de (Prof.)* — Alguns fatores da má escolaridade, *página 547 a 577.*
Causas sociais, biológicas e técnicas da má escolaridade.
- MARCONDES, *Durval (Pr.)* — Contribuição para o estudo do problema dos repetentes na escola primária. *pág. 579 a 586.*
Condições físicas, psíquicas e sociais.
- GOMES FILHO, *Venancio (Prof.)* — O problema, dos repetentes nas escolas primárias (*Cap. II*). *pág. 589 a 592.*
Saúde e rendimento escolar.
- QUESTÃO (A) *dos repetentes nas escolas primárias.* Por professoras do grupo escolar Cerâmica São Caetano de São Paulo. *pág. 593 a 594.*
influências do meio social no problema da repetência.
- OLIVEIRA, *Albino Melo de (Prof.)* — O problema dos repetentes na escola primária, *pág. 595 a 597.*
Fatores psico-pedagógicos.
- PENTEADO, *José P. Sampaio (Prof.)* — O problema dos repetentes nas escolas primárias, *pág. 508 a 602.*
Fatores pedagógicos, sociais, médicos e psicológicos.
- PAULA E SILVA, *Francisco de (Prof.)* — O problema dos repetentes na escola primária, *pág. 607 a 610.*
Fatores pedagógicos, sociais, médicos e psicológicos.
- MENDONÇA, *João (Dr.)* — O problema dos repetentes nas escolas primárias. *pág. 614 a 618.*
Os fatores familiares.
- MARCONDES, *Durval (Dr.)* e ARRUDA, *José (Dr.)* — Avaliação dos resultados obtidos na Clínica de Orienta-

- ção Infantil de São Paulo. *página 623 a 625.*
O reajustamento psíquico da criança-problema ao meio.
- OLIVEIRA, Xavier de (Dr.) — Um Psi-cotipo misto-ambitímico. *pag. 620 a 628.*
Importancia da classificação dos tipos psíquicas na Neurop-siquiatria e na higiene mental do educando.
- BITTENCOURT, Raul (Dr.) — Psiquiatria infantil e saúde escolar, *pági-na 629 a 633.*
Substituição do conceito de aluno rebelde, anti-social por escolar neurótico.
- OLINTO, Plínio (Prof. Dr.) — Higiene mental nos meios escolares, *página 634 a 637.*
A profilaxia mental infantil pela educação.
- AMARAL, Corolina César do — Educação dos anormais, *pág. 641 a 643.*
Deficientes físicos; a escola do Pavilhão Fernandinho Si-monsen da Santa Casa de São Paulo.
- JULIANI, Carmela (Dra.) — Considerações sobre a profilaxia do raquitismo. *pág. 654 a 657.*
Alimentação e nutrição dos escolares.
- CASTRO, Mendes de (Dr.) — A pelegra e a alimentação dos escolares, *pá-gina 658 a 661.*
Apresentação de um caso da doença, deficiência da alimentação do escolar e papel supletivo da merenda escolar.
- CINTRA, Antônio Barros de Ulhôa (Dr.) — Alimentação dos escolares. *pág. 664 a 666.*
Racionalização alimentar na vida escolar.
- AMARAL, F. Pompeu do (Dr.) — A educação alimentar promovida pela Superintendência do Ensino Profissional. *pág. 675 a 679.*
Os cursos de dietética organizados em São Paulo.
- GIKOVATE, Febus (Dr.) A alimentação dos escolares em face do horário das aulas. *pág. 680 a 682.*
Inquérito entre alunos do curso secundário para o estudo de horários de aulas em relação à alimentação.
- CAMPOS, Heli de Almeida (Prof.º) e CAMPOS, Eunice de Sousa — Alimentação e nutrição dos escolares. *pág. 686 a 688.*
Conseqüência da subnutrição: sopa escolar.
- AVÍLA, Bastos de (Dr.) — O índice A. C. H. na joeiragem rápida de estelares subnutridos, *pág. 689 a 694.*
Verificação do estado de nutrição de 3.000 escolares no Distrito Federal.
- COSTA, Dante (Dr.) — As 13 normas da alimentação do escolar, *pág. 695 a 696.*
Apresentação de preceitos de higiene alimentar.
- SANTOS, Vicente dos (Prof.) — Alimentação e nutrição dos escolares. *pág. 697 a 698.*

- Educação alimentar; sopa escolar; conseqüência da subnutrição.*
- MOREIRA Godoy (Dr.) — Efeitos nocivos da escola sobre o desenvolvimento físico das crianças e como combatê-los. *pág. 712 a 719.*
- Efeitos das posturas viciosas dos escolares sobre a coluna vertebral. Papel da ginástica e des recreios no desenvolvimento do escolar.*
- GoOVEIA, Ruth (Prof.) — Os jogos infantis e a correção de defeitos físicos, *pág. 720 a 728.*
- Importância do jogo na vida infantil; causas que perturbam o desenvolvimento normal e a boa atitude; defeitos remediáveis e sua correção pelos jogos infantis.*
- PEREGRINO JÚNIOR (Dr.) — Fichamento biométrico da criança brasileira. *pág. 729 a 736.*
- As vantagens das fichas pelo sistema antropométrico de Engelbach.*
- ALCANTARA, Glete de — Valor da ginástica, corretiva em parques infantis. *pág. 737 a 740.*
- Vícios de atitude: correção e prevenção desses vícios em parques infantis.*
- VARGAS, Lutero (Dr.) — Projeto de um pavilhão de ortopedia para o Centro Médico Pedagógico do Distrito Federal, *pág. 741 a 744.*
- Orientação do prédio a ser construído.*
- CARDIM, Gomes (Dr.) — O desenvolvimento da criança e o programa de exercício, *pág. 748 a 758.*
- Objetivos da educação física: influência do exercício sobre o organismo humano; regularização do crescimento, a educação física na atualidade.*
- CASTRO, Mendes de (Dr.) — Classes de saúde — Colônias de férias. *pág. 759 a 762.*
- Meios de regeneração dos débeis físicos.*
- PINTO, Sebastião (Dr.) — Bases científicas para a restauração biológica dos débeis físicos, *pág. 763 a 767.*
- Colônias de férias, escolas ao ar livre, "playgrounds" e jogos infantis.*
- CLOZEL, José (Prof.) — Plano para instalação de colônias escolares. *pág. 768 a 773.*
- Plano de construção de colônias escolares para o Estado de São Paulo.*
- IPPOLITO, Noêmia — A educação higiênica nos parques infantis de São Paulo. *pág. 774 a 778.*
- Ação social e educativa dos parques infantis.*
- HALLER, Judite e MACEDO, Jovino Guedes de — Alguns resultados de uma pesquisa de jogos infantis, *página 779 a 787.*
- Estudo de um grupo de 5.219 escolares por meio de questionário.*
- ALMEIDA, A. Alves de — Localização das colônias de férias em função da topografia e geologia locais, *página 788 a 790.*

- As melhores regiões paulistas para localização de colônias de férias.*
- CRAMER, Carmo (Dr.) — As colônias de férias mantidas pela Superintendência do Ensino Profissional. *página 791 a 796.*
- Seleção dos colonianos; alojamentos, educação física, alimentação e atividades sociais e recreativas.*
- FRANCO, Angélica — A formação de hábitos higiênicos nos parques infantis de São Paulo. *pág. 797 a 800.*
- Objetivos da educação física e da saúde da infância. O papel dos parques infantis.*
- FRANCAROLI, Lenira — As bibliotecas infantis e a higiene mental da infância. *pág. 801 a 805.*
- A influência da leitura sobre a mentalidade infantil, função educativa da biblioteca.*
- FERREIRA, José Martins (Dr.) — Cardiopatias entre as crianças dos parques infantis de São Paulo. Profilaxia do reumatismo, *págs. 806 a 908.*
- Papel do médico no campo de educação física. Cardiopatias e sua causa principal, reumatismo. Profilaxia do reumatismo. Apresentação de observações.*
- GOMES, Cilda A. Moreira — A alimentação das crianças dos parques infantis de São Paulo. *pág. 810 a 815.*
- Estudo realizado no Parque Infantil da Lapa.*
- Araujo, Alceu Maynard — Serão as porquês infantis de São Paulo uma instituição incompleta? *pág. 816 a 819.*
- Necessidade de prolongamento da ação educativa e social dos clubes de menores operários.*
- CARNEIRO, Alc니라 Mendes — A dramatização no programa de atividades dos parques infantis de São Paulo. *Pág. 820 a 822.*
- A dramatização como base de cultura social; sua eficácia para o desenvolvimento da personalidade.*
- REIS, JOÃO de Deus Bueno dos (Dr.) — Peso, estatura e capacidade vital em crianças dos parques infantis de São Paulo. *pág. 823 a 830.*
- Medidas de 8.979 indivíduos examinados nos parques infantis.*
- SANTANA, Juvenlina P. (Prof.^a) — Alguns aspectos da orientação na escolha de profissões, *pág. 837, a 844.*
- Finalidade da orientação profissional. Razões de escolha da profissão. Mentalidade profissional.*

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE JULHO

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

3 — E' publicada a Portaria n.º 281, do 14-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial de Mogi-mirim, Estado de São Paulo.

3 — li' publicada a Portaria n.º 282, de 14-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio Iratiense, com sede em Irati. Es-tado do Paraná.

3 — E' publicada a Portaria n.º 283, de 14-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Técnica de Comércio de Entre Rios, Estado do Rio de Janeiro.

3 — E' publicada a Portaria n.º 2X4, de 14-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio Rio Branco, com sede na capital do Estado de São Paulo.

3 — E' publicada a Portaria n.º 291, de 14-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio do Instituto Santa Rosa, com sede em Belém, Estado do Pará.

6 — E' publicada a Portaria n.º 6.709, de 2X-6-44, do Ministro da Guerra, que

aprova as instruções para o concurso de admissão à Escola Militar de Resende, em 1945.

7 — E' publicado o Decreto n.º 15.397, de 27-4-44, que autoriza o Ginásio da Escola Normal Peixoto Go-mide, com sede em Itapetininga, Estado de São Paulo, a funcionar como colégio.

7 — E' publicado o Decreto-lei n.º 6.660, de 5-7-44, que altera a redação do art. 2.º do Decreto-lei n.º 2.985, de 21-12-40, que dispõe sobre a remuneração dos cargos de professor catedrático, professor, professor substituto e assistente dos estabelecimentos federais de ensino secundário e superior, e sobre a gratificação por tempo de serviço que lhes cabe.

10 — E' publicado o Decreto n.º 16.020, de 7-7-44, que altera um dispositiva do regulamento da Escola Técnica do Exército.

11 — São publicadas as instruções liara o funcionamento do curso avulso de aperfeiçoamento de inspeção sanitária e indústria de laticínios, de acordo com o Decreto n.º 8.741, de 11-2-42.

12 — E' publicada a Portaria n.º 539, de 10-7-44, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do Curso Avulso de Horticultura, subordinado à Diretoria dos (ursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

15 — E' publicado o Decreto-lei n.º 6.679, de 13-7-44, que dispõe sobre exames de licença e concursos de habilitação para matrícula nos estabelecimentos de ensino superior no ano de 1945.

15 — E' publicado o Decreto-lei n.º 6.689, de 13-7-44, que dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde.

15 — E' publicado o Decreto n.º 11.299, de 13-1-43, que dispõe sobre a equiparação da Escola Profissional Henrique Lage, com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e que passa a ter a denominação de Escola Industrial Henrique Lage.

15 — E' publicado o Decreto n.º 11.312, de 13-1-43, que dispõe sobre a equiparação da Escola Profissional Feminina Aurelino Leal, com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e que passa a ter a denominação de Escola Industrial Aurelino Leal.

15 — E' publicado o Decreto n.º 11.316, de 13-1-43, que dispõe sobre a equiparação da Escola Profissional Nilo Peçanha, com sede em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e que passa a ter a denominação de Escola Industrial Nilo Peçanha.

15 -- E' publicado o Decreto n.º 16.078, de 13-7-44, que aprova o Regulamento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-lei n.º 6.689, de 13-7-44.

15 — E' publicada a Circular n.º 1, do Diretor da Divisão do Ensino Comercial, que dispõe sobre a extinção do curso propedêutico de comércio e sobre o funcionamento do curso comercial básico, criado em substituição àquele.

19 — E' publicada a Portaria n.º 301, de 26-6-44, do Ministro da Educação,

que concede inspeção preliminar aos cursos básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio San-tanense, com sede em Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

19 — E' publicada a Portaria n.º 302, de 26-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio de Or-lândia, com sede em Or-lândia, Estado de São Paulo.

19 — E' publicada a Portaria n.º 303, de 26-6-44, do Ministro da Educação, que cassa, a pedido, a inspeção preliminar concedida ao curso técnico de secretário da Escola Técnica de Comércio N. S. das Neves, com sede em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

19 — E' publicada a Portaria n.º 304, de 26-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio Padre Anchieta, com sede em Jundiaí, Estado de São Paulo.

19 — E' publicada a Portaria n.º 305, de 27-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio Barão de Mauá, com sede em São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

19 — E' publicada a Portaria n.º 306, de 27-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso técnico de secretariado da Escola Técnica de Comércio Visconde de São Leopoldo, com sede na capital do Estado de São Paulo.

19 — E' publicada a Portaria n.º 307, de 27-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de

contabilidade da Escola Técnica de Comércio de Pádua, com sede em Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

19 — É publicada a Portaria n.º 308, de 27-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial do Instituto Francisco Peres, com sede em Bicas, Estado de Minas Gerais.

20 — E' publicada a Portaria n.º 360, de 26-6-44, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio Izabela Hendrix, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

22 — E' publicada a Portaria n.º 6.750, de 10-7-44, do Ministro da Guerra, que aprova as instruções para o Concurso de Admissão às Escolas Preparatórias, no ano de 1945.

24 — É publicada a Portaria n.º 186, de 21-7-44, do Ministro da Aeronáutica, que dispõe sobre o julgamento e classificação final dos cadetes do atual 3.º ano da Escola de Aeronáutica.

26 — E' publicado o Aviso n.º 2.001, de 24-7-44, do Ministro da Guerra, que autoriza o funcionamento, na Companhia Extranumerária da Escola Militar do Realengo, de um Curso de Candidatos a Sargentos, nas mesmas condições previstas para os corpos de tropas.

29 — E' publicada a Portaria n.º 357, de 28-7-44, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, que consolida as Portarias n.ºs 621, de 25-11-43, 11, de 12-1-44, e 75, de 3-2-44, referentes à concessão das Bolsas de Estudos instituídas pelo Decreto-lei n.º 4.029, de 19-1-42.

29 — E' publicado o despacho de 17-7-44, do Diretor da Divisão de Ensino Comercial, que aprova a mudança de denominação do Instituto de Ensino Comercial do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre para " Escola Técnica de Comércio do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre".

29 — E' publicado o despacho de 17-7-44, do Diretor da Divisão de Ensino Comercial, que aprova a mudança de denominação da Academia de Comércio do Rio de Janeiro para " Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes".

II — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

1 — E' publicado o Decreto n.º 1.067, de 30-6-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de 5.000 cruzeiros à Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre.

2 >— E' publicado o Decreto-lei n.º 1.006, de 1-7-44, do Estado de Pernambuco, que abre crédito especial de 100.000 cruzeiros para aquisição de material escolar pelo Departamento de Assistência às Cooperativas.

2 — E' publicado o Decreto n.º 1.827, de 1-7-44, do Estado do Rio de Janeiro, que cria uma escola primária em Ponta da Cidade, município de Angra dos Reis.

3 — O Governo do Estado do Rio de Janeiro abre um crédito de 20.000 cruzeiros para as "Missões Culturais Fluminenses".

4 — E' publicado o Decreto-lei n.º 14.060, de 30-6-44, do Estado de São Paulo, que regulamenta os Cursos de Transmissão da Força Policial elo Estado.

4 — E' publicado o Decreto n.º 1.068, de 3-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que incorpora ao grupo escolar de Fontoura Xavier, cm Soledade a escola isolada da mesma localidade.

5 — E publicada a Resolução n.º 771, da Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Espírito Santo, que institui uma comissão para elaborar o anteprojeto do regimento de promoções do magistério primário estadual.

6 — E' publicado o Decreto-lei n.º 1.005, de 5-7-44, do Estado de Pernambuco, que designa um representante estadual para a Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia e para a Reunião do X Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se no Rio de Janeiro nos meses de agosto e setembro, respectivamente.

6 — E' publicado, pelo Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, o programa mínimo para o ensino nas escolas primárias estaduais e municipais.

7 — E' publicado o Decreto n.º 460, de 6-7-44, do Estado da Paraíba, que transfere a escola primária de Volta Grande, município de Picuí, para a Fazenda Pocinhos, no mesmo município.

7 — E' publicado o Decreto n.º 1.837, de 6-7-44, do Estado do Rio de Janeiro, que extingue um cargo de regente da cadeira de física do ensino secundário.

7 — E' publicado o Decreto-lei n.º 571, de 6-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que abre um crédito especial de 431.852 cruzeiros para o Asilo Colônia Itapoã.

7 — E' publicado o Decreto-lei n.º 572, de 6-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que suprime cargos do quadro da extinta Assembléia Legislativa e cria outros no da Secretaria de Educação e Cultura.

7 — E' publicado o Decreto n.º 1.074, de 6-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de 15.000 cruzeiros à Federação Rio Grandense de Escoteiros.

8 — O Interventor Federal no Maranhão assina decreto que autoriza a doação de dois milhões de cruzeiros à Fundação que se constitui para manter uma faculdade de direito, uma faculdade de farmácia e odontologia, além de outros cursos de ensino superior em São Luís.

8 — E' publicado o Decreto-lei n.º 445, de 6-7-44, do Estado de Sergipe, que autoriza a concessão aos profes-sôres primários, em serviço em zona de difícil acesso ou insalubre, de uma gratificação mensal correspondente a um terço dos vencimentos.

8 — E' publicado o Decreto-lei n.º 574, de 7-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que altera a denominação de cargos no quadro do Departamento de Educação Primária e Normal da Secretaria de Educação e Cultura.

10 — A Interventoria Federal de Santa Catarina determina à Diretoria de Obras Públicas que se iniciem as construções dos prédios dos grupos escolares de Jaguaruna, Nova Trento, Araquari, Videira e Coqueiros.

12 — O Governo de Minas Gerais concede regalias de 2.º grau à Escola Normal anexa ao Ginásio " Além Paraíba", em Além Paraíba, e à Escola Normal " Santa Catarina ", cm Juiz de Fora.

12 — E' publicado o Decreto-lei n.º 573, de 11-7-44, do listado do Rio Grande do Sul, que extingue e cria cargos na Secretaria de Educação e Cultura, reduz dotação orçamentária e abre créditos especiais.

13 — E' publicado o Decreto-lei n.º 1.202, de 12-7-44, do Estado de Pernambuco, que abre crédito especial de 18.000 cruzeiros para despesas com pesquisas de folclore de interesse para a educação.

13 — E' publicado o Decreto n.º 1.845, de 12-7-44, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública e desapropria os imóveis situados na Vila de Macabu, distrito de Macaé, destinados à ampliação da área da Colônia Agrícola e Educacional.

13 — E' publicado o Decreto de 12-7-44, do Estado de Minas Gerais, que cria um grupo escolar na Vila de Joai-ma, município de Jequitinhonha,

13 — E' publicada a Portaria de 12-7-44, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre as atribuições da Assistência Técnica do Ensino Rural.

14 — São transformadas em escolas reunidas "Áurea Barros", as escolas isoladas do bairro do Tirol, de Natal (Rio Grande do Norte).

14 — E' publicado o Decreto n.º 466, de 14-7-44, do Estado da Paraíba, que transforma em escolas reunidas "Jeanne D'Arc", as cadeiras primárias mistas de Bayeux, município de Santa Rita.

14 — E' publicado o Decreto n.º 14.073, de 13-7-44, do listado de São Paulo, que declara, de utilidade pública terras situadas no município de Rio Preto, para a Escola Prática de Agricultura.

14 — E' publicada a Resolução n.º 130, de 13-7-44, do Estado de São Paulo, que institui uma comissão provisória encarregada de examinar a atual legislação do magistério secundário, normal, profissional e primário, com o fim de propor medidas necessárias para sua adaptação aos dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo.

14 — E' publicado o Decreto n.º 3.014, de 12-7-44, do Estado de Santa Catarina, que dá denominação aos grupos escolares em construção em Araran-guá e na vila de Lontras, município de Lontras, de "Castro Alves", e "Regente Feijó", respectivamente.

14 — E' publicado o Decreto-lei n.º 1.115, de 13-7-44, do Estado de Minas Gerais, que cria grupos escolares em Uberaba e Uberlândia.

14 — O Governo do Estado de Minas Gerais autoriza a ampliação do prédio do grupo escolar de Patrocínio.

15 — São transferidas para o grupo escolar

15 — São transformadas em grupo escolar "Ferreira Pinto" as escolas reunidas de Apodi (Rio Grande do Norte).

15 — E' publicado o Decreto n.º 1.847, de 14-6-44, do Estado do Rio de Janeiro, que aprova o regulamento do serviço de inspeção técnica e administrativa das unidades de ensino pré-primário e primário mantidas pelo listado, municípios ou particulares.

17 — E' publicado o Decreto n.º 1.078, de 14-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria uma escola isolada de 1.º estágio em "Mina de

" 30 de Setembro " as escolas iso

Sousa Negra", município de Encruzilhada.

17 — E' publicado o Decreto n.º 1.080, de 14-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que dá a denominação de "Artur da Silva Ferreira", ao grupo escolar de Boca da Serra, município de Bom Jesus.

17 — E' publicado o Decreto n.º 1.079, de 14-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que dá a denominação de "Antônio Machado Rosa", e "Adelaide Sá Brito", respectivamente, aos grupos escolares de São Salvador e de Estrada dos Pinheiros, município de Montenegro.

17 — E' publicada a Portaria n.º 4.756, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, que baixa instruções relativas à execução do art. 2.º do Decreto n.º 574, de 7-7-44.

18 — E' publicada a Ordem de Serviço n.º 17, de 17-7-44, do Diretor do Departamento de Educação Nacionalista, da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, que torna públicas as instruções regulamentares para o III Campeonato Intercolegial de Desportos.

18 — E' publicado o regulamento aprovado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para o Segundo Campeonato Colegial de Educação Física.

18 — E' publicado o Decreto n.º 780, de 17-7-44, do Estado de Santa Catarina, que concede à Cruzada Nacional de Educação de Santa Catarina a subvenção anual de Cr\$ 2.000,00.

V) — E' publicado o Decreto n.º 1.849, de 18-7-44, do Estado do Rio de Janeiro, que declara de utilidade pública e desapropria o imóvel situado na ci-

dade de Niterói, destinado à ampliação da área do Estádio "Caio Martins".

19 — O Governo de Minas Gerais concede equiparação, com regalias de 1.º grau, à Escola Normal "Imaculada Conceição" em Governador Valadares.

21 — E' publicado o Decreto n.º 1.852, de 20-7-44, do Estado do Rio de Janeiro, que aprova o Regulamento Interno da Escola de Enfermagem.

22 — E' publicada a Portaria n.º 186, de 21-7-44, da Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Espírito Santo, que estabelece programa de canto de hinos e canções nas escolas.

22 — E' publicado o Decreto n.º 1.861, de 21-7-44, do Estado do Rio de Janeiro, que extingue um cargo excedente da classe C da carreira de mestre de costura.

22 — E' publicada a Portaria n.º 25, de 1-7-44, do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que estabelece os tipos de programa mínimo e suplementar para as escolas primárias do Estado.

22 — E' publicado o ato do Governo do Estado do Paraná que nomeia 50 professores normalistas para regerem classes em grupos escolares e escolas no interior do Estado.

23 — E' publicado o Decreto n.º 1.862, de 22-7-44, do Estado do Rio de Janeiro, que cria em Barra Grande, município de Parati, uma escola pública primária.

24 — E' publicado o Decreto-lei n.º 232, de 19-2-44, do Estado do Paraná, que cria o Departamento Estadual da Criança, subordinado à Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública.

25 — E' publicado o comunicado do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, com apresentação do programa do curso pré-normal do Estado.

25 — E' publicado o Decreto n.º 3.016, de 18-7-44, do Estado de Santa Catarina, que estabelece o novo modelo de uniforme para a seção feminina dos Institutos de Educação do Estado.

26 — E' publicado o Decreto n.º 14.084, de 25-7-44, do Estado de São Paulo, que dá a denominação de " Professor Pascoal Grecco" ao grupo escolar de Tiaquaruçu, em Iguape.

26 — E' localizada uma escola mista, rural de 2.º estágio, no bairro de Sabatina, em Iguape (São Paulo).

27 — E' publicado o Decreto-lei n.º 14.086, de 26-7-44, do Estado de São Paulo, que autoriza a Prefeitura de Lindóia a conceder auxílios a Caixas Escolares e à Assistência Dentária Escolar.

27 — E' publicado o Decreto-lei n.º 14.089, de 26-7-44, do Estado de São Paulo, que cria uma Comissão Municipal de Biblioteca na Prefeitura Sanitária de Campos de Jordão.

27 — E' publicado o Decreto-lei n.º 14.090, de 26-7-44, do Estado de São Paulo, que cria uma Comissão Municipal de Biblioteca na Prefeitura Sanitária de São José dos Campos.

27 — E' publicado o Decreto-lei n.º 14.092, **de 26-7-44**, do Estado de São Paulo, que autoriza a Prefeitura Sanitária de São José dos Campos a conceder auxílios a caixas escolares e a estabelecimentos de ensino.

28 — E' publicado o Decreto-lei n.º 14.095, de 27-7-44, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a criação de uma biblioteca municipal na Prefeitura

da Estância Hidromineral de Lindóia, e dá outras providências.

28 — E' publicado o Decreto-lei n.º 14.096, de 27-7-44, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre desapropriação da área de terreno no município de Piracicaba, necessária à ampliação das instalações da Escola Superior de Agricultura " Luís de Queiroz".

28 — E' publicado o Decreto-lei n.º 14.097, de 27-7-44, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a aquisição do prédio e respectivo terreno, por doação, onde funciona o grupo escolar de Santa América, Município de Lins.

29 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro concede subvenção à escola diurna de Valão do Lage, Município de Bom Jesus do Itabapoana.

29 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro transfere a escola de Leitão da Cunha, Município de Trajano de Moraes, para Bom Jesus, no mesmo município.

29 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro transfere a escola de São Romão, em Cambuci, para a Fazenda dos Quartéis, no mesmo município.

29 — E' publicado o Decreto-lei n.º 233, do Estado do Paraná, que estipula em Cr\$ 360,00 a anuidade a ser cobrada dos estudantes do 2.º ciclo ginasial em todos os colégios mantidos pelo Estado.

29 — E' publicado o Decreto n.º **1.093, de 28-7-44**, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de 4.000 cruzeiros ao Teatro do Estudante.

29 — E' publicado o Decreto n.º 1.094, de 28-7-44, do Estado do Rio

Grande do Sul, que concede auxílio de 20.000 cruzeiros à Casa do Estudante.

30 — São registradas no Departamento de Educação do Estado da Paraíba a escola particular " Pedro Américo", a escola paroquial "Santo Antônio " e a escola particular " 19 de Abril ", da cidade de Alagoa Grande.

30 — E' publicado o Decreto n.º 1.873, de 9-7-44, do Estado do Rio de Janeiro, que cria uma escola primária em São Sebastião de Boa Vista no Município de Itaperuna.

31 — E' publicado o Decreto-lei n.º 586, de 31-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede um auxílio de 250.000 cruzeiros ao Instituto de Belas Artes de Porto Alegre.

31 — E' publicado o Decreto n.º 1.095, de 29-7-44, do Estado do Rio Grande do Sul, que concede auxílio de 15.000 cruzeiros ao Instituto de Educação.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO .. MUNICIPAL

4 — E' assinada pelo prefeito municipal de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e o representante da Obra Salesiana, a escritura de doação de um terreno destinado à construção da " Casa do Pequeno Operário".

13 — E' publicado o Decreto-lei n.º 40, de 31-12-43, da Prefeitura Municipal de São João do Piauí, (Piauí), que ratifica o Convênio de Ensino Primário, firmado entre o Governo estadual e as municipalidades.

13 — A Prefeitura Municipal de Cambuci (Rio de Janeiro) envia ao Departamento das Municipalidades o projeto de regulamentação do ensino municipal subvencionado.

14 — A Prefeitura da cidade do Salvador (Bahia) institui, em colaboração com a União de Estudantes da Bahia, concurso de monografias referentes àquela cidade.

15 — E' publicado o Decreto-lei n.º 2, de 1-3-44, da Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes (Piauí), que dispõe sobre a transferência da escola de Barro Vermelho para Pintadas, no primeiro semestre de 1945.

18 — E' publicado o Decreto-lei n.º 4, de 1-4-44, da Prefeitura Municipal de Beneditinos (Piauí), que abre o crédito especial de Cr\$ 1.200,00 para compra de livros destinados à biblioteca "Benjamin Batista".

20 — E' publicado o Decreto-lei n.º 38, de 2-6-44, da Prefeitura de Pira-curucu (Piauí), que dispõe sobre a mudança de nome do Ginásio Municipal.

21 — A Prefeitura Municipal de São Luís (Maranhão) propõe-se a doar, em bônus de guerra, a importância de Cr\$ 100.000,00 e um prédio com respectivo terreno no valor de Cr\$ 45.000,00 à Fundação que se constitui para manter uma faculdade de direito e uma escola de farmácia e odontologia e outros cursos de ensino superior.

27 — E' publicado o Decreto-lei n.º 11, de 8-5-44, da Prefeitura Municipal de Gilbués (Piauí), que anula a verba do atual orçamento, consignada à educação pública, no valor de 8.000 cruzeiros.

29 — E' publicado o Decreto-lei n.º 18, de 5-6-44, da Prefeitura Municipal de Petrolândia (Piauí), que abre o crédito especial de Cr\$ 1.500,00 para despesas com a escola "D. Maria do Carmo Melo", de Todos os Santos, no corrente exercício.

IV — NOTICIÁRIO

1— E' inaugurado em Uberaba (Minas Gerais) o grupo escolar " Minas Gerais", criado pelo governo estadual.

1 — Chega a Porto Alegre uma caravana de estudantes de Ciências Políticas e Econômicas da cidade de Pelotas (Rio Grande do Sul).

2 — E' instalada a escola primária particular "José de Alencar" em Salvador (Bahia).

2 — E' fundada a Associação Fluminense dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Comercial e Primário. com sede em Niterói.

3 — Sob os auspícios do Governo do Estado, instala-se a primeira cooperativa de estudantes no Pará.

3 — E' lançada a pedra fundamental do novo prédio para o Instituto de Educação de Natal (Rio Grande do Norte).

3 - - E' inaugurado o Curso de Didática da Faculdade de Filosofia de Recife (Pernambuco).

3 — Parte de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), uma caravana de alunos de Veterinária da Universidade de Porto Alegre, em visita de estudos ao Uruguai e à Argentina.

3 — Chega a Porto Alegre (Rio Grande do Sul) uma caravana de estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo.

5 — Instala-se na Escola Normal Oficial de Recife (Pernambuco) o curso de diretores de grupos escolares da capital.

5 — Noticia-se a criação de uma agremiação desportiva universitária em Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

S — Segue para o Rio de Janeiro uma delegação de estudantes, alunos da Es-

cola de Comércio de Porto Alegre (Rio Grande do Sul").

7 — Noticia-se que foi criada uma fundação que manterá escolas de ensino superior no Maranhão.

7 — Noticia-se que estão sendo elaboradas na Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul os projetos das construções dos edifícios escolares em 24 municípios.

8 — Noticia-se que será editada brevemente em Manaus (Amazonas) a cartilha em língua portuguesa e tupacana para o ensino dos indígenas do Rio Negro.

S — A. L. B. A. inaugura em bairro operário de Rosário (Maranhão) uma escola de alfabetização.

8 — Encontra-se em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), em viagem de estudos, uma turma de alunos da Escola Normal "N. S. Medianeira", de Bento Gonçalves.

9 — Em Teresina (Piauí), instala-se o patronato "D. Barreto", fundado por membros da Congregação das Irmãs Missionárias.

9 — Anuncia-se para o dia 5 de agosto, no Rio de Janeiro, a abertura do 1.º Congresso Nacional de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário.

9 — Noticia-se que está sendo instalada em Bauru (São Paulo) a Escola Prática de Agricultura "Gustavo Ca-panema".

9 — Inaugura-se na cidade de Lapa (Paraná) o Ginásio "General Carneiro".

9 — Viaja para Montevidéu e Buenos Aires uma caravana de alunos da Faculdade de Direito de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

9 — Noticia-se que foi criado o Círculo de Pais e Mestres no grupo escolar "Felipe dos Santos" da cidade de Alfredo Chaves (Rio Grande do Sul).

10 — Noticia-se que em Corrente (Piauí) foi inaugurado um serviço de merenda escolar no Instituto Batista Industrial.

10 — Viaja para os Estados do Rio e São Paulo uma caravana de bacharelados da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Rio Grande do Sul, em viagem de intercâmbio cultural.

10 — Viaja para o Rio de Janeiro a 2.^a delegação da União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul, com destino ao VII Congresso Nacional de Estudantes.

11 — Noticia-se que vão ser inaugurados 3 prédios onde funcionarão os grupos escolares de São Pantaleão, Remédios e Parque Urbano Santos, bairros de São Luís (Maranhão).

11 — A Faculdade Nacional de Filosofia inaugura vários Cursos de Extensão Universitária.

11 — Realiza-se a sessão de fundação do Sindicato Estadual dos Diretores de Estabelecimentos de Ensino Oficializados do Estado do Rio de Janeiro.

12 — Noticia-se que vai ser organizada uma fundação que irá manter a Universidade Técnica do Oeste, a ser criada em Uberlândia (Minas Gerais).

12 — Noticia-se que o Governo de São Paulo vai dispende 30 milhões de cruzeiros na remodelação da Escola de Agricultura "Luís de Queiroz".

12 — É inaugurada a Escola Noturna "Saldanha Marinho", de Livramento (Rio Grande do Sul).

13 — Noticia-se a instalação, em Teresina (Piauí), de um curso de puericultura no Colégio Estadual do Piauí.

13 — Noticia-se que foi reaberta a Escola de Teatro da Prefeitura do Distrito Federal, recentemente reorganizada.

14 — Noticia-se que o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizou a aquisição de imóveis para ampliação da Colônia Agrícola e Estadual de Macaé.

14 — Instala-se em São Paulo a Academia de Ciências Econômicas.

14 — Noticia-se que está sendo construído em Belo Horizonte (Minas Gerais) o "Lar dos Meninos", constituído de 15 blocos residenciais, para abrigo dos menores abandonados.

14 — Realiza-se no Colégio "Júlio de Castilhos", em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), a cerimônia de comemoração do 44.^o aniversário de sua fundação.

17 — Têm início no Instituto Brasil-Estados Unidos na cidade do Rio de Janeiro as aulas do 1.^o curso da Escola Livre de Estudos Superiores.

17 — Inicia-se na Escola Superior de Agricultura de Viçosa (Minas Gerais) a 16.^a Semana do Fazendeiro.

18 — Realiza-se em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), na Casa do Pequeno Jornaleiro, solenidade comemorativa de seu 1.^o aniversário de fundação.

20 — Instala-se no Rio de Janeiro o VII Congresso Nacional de Estudantes.

20 — Noticia-se que o Governo do Estado do Rio de Janeiro irá custear a instrução secundária dos 50 melhores

alunos da 5.^a série das escolas primárias fluminenses.

20 — Noticia-se que os cursos gratuitos instituídos pela Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo já contam com 300 alunos matriculados.

20 — Noticia-se que a Prefeitura Municipal de Uruaçu (Goiás) criou várias escolas rurais.

21 — Instala-se em Belo Horizonte (Minas Gerais), promovida pela Associação dos Professores Primários e sob o patrocínio da Secretaria de Educação, um curso de extensão cultural para o magistério primário.

22 — Falece em Belo Horizonte (Minas Gerais) o Dr. Cipriano de Carvalho, professor jubilado da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais.

23 — Noticia-se que o Governo do Estado de São Paulo doou um terreno na capital paulista ao Grêmio Politécnico para construção do prédio da escola noturna "Paula Sousa", mantida pela associação da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

25 — Noticia-se que o Departamento de Saúde do Estado do Amazonas vai dar início à distribuição de vitaminas entre os escolares da cidade de Manaus.

25 — Noticia-se que o Interventor Federal em Alagoas determinou a construção de um prédio para um grupo escolar na cidade de Marechal Floriano.

26 — Noticia-se que estão matriculadas nas escolas primárias públicas do Distrito Federal 130.000 crianças e que 100.000 freqüentam escolas particulares.

26 — Falece na cidade do Rio de Janeiro o prof. Clóvis Beviláqua.

26 — Noticia-se que no grupo escolar "Gregório de Mendonça", de Santo Antônio (Rio Grande do Sul), foi inaugurada a sopa escolar.

27 — A Legião Brasileira oferece à Escola Profissional Guedes Alcoforado, em Recife (Pernambuco) material para trabalhos manuais no valor de seis mil cruzeiros.

28 — Noticia-se que vai ser construído um prédio para grupo escolar em Ibituruna, Município de Parreiras (Minas Gerais).

28 — Noticia-se que o Governo do Estado de Minas Gerais resolveu construir em ampla área, em bairro novo de Belo Horizonte, o bloco de edifícios e demais dependências da Universidade de Minas Gerais.

29 — O Sr. Luís Machado faz doação à Secretaria de Educação e Saúde do Espírito Santo, de um prédio, na Fazenda das Flores, Município de Castelo, para funcionamento da escola local.

29 — Instala-se no grupo escolar "Graça Guardiã", em Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo) o serviço de "sopa escolar".

29 — E' criado, na localidade de Lagoa, na Fazenda Monte Alegre, município de Tibagi (Paraná), o grupo escolar "11 de Julho".

30 — Encerra-se o VII Congresso de Estudantes, reunido no Rio de Janeiro.

30 — E' assinada a escritura de doação, pela Companhia de Terrenos Qui-tandinha ao Estado do Rio de Janeiro de um terreno para construção de um grupo escolar em Quitandinha, Petrópolis.

INFORMAÇÃO DO PAÍS

DEPARTAMENTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Embaixador Leão Veloso, Ministro das Relações Exteriores, interino, encaminhou à Comissão Preparatória e Con-sultiva de Após Guerra, que funcionará no Itamarati. para estudo, a seguinte Resolução que lhe foi enviada pela Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual :

" A Comissão Brasileira de Cooperação considerando que é sua finalidade primordial a compreensão e o entendimento entre os povos através os homens de pensamento e de cultura em todas as pátrias;

considerando que tem sido preocupação constante desta instituição, na realização de tais objetivos, ajustes entre diversos países visando a revisão de com-pêndios escolares, de livros de geografia, e história etc.;

considerando que, em tal sentido, possuímos, há quase um decênio, uma comissão composta de intelectuais e professores. ocupados na revisão dos nossos livros didáticos, sobretudo de história, no tocante à apreciação de fatos ligados às relações com os demais Estados, especialmente da América do Sul;

considerando que há vários anos o Governo brasileiro vem assinando com as Nações Americanas tratados culturais, alguns deles já agora em plena vigência;

considerando que, em 1941, o art. 2.º da recomendação n.º 28 da Segunda Conferência Americana de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual, reunida em Havana, resolveu a intensi-

ficação do Intercâmbio entre estudantes e professores no Continente;

considerando que tal política internacional está plenamente acorde aos designios de soluções pacíficas, proclamadas universalmente com exemplos edificantes na maioria dos países americanos, haja vista os " Pactos de Mayo", entre Argentina e Chile, " Tacna e Arica" entre Chile e Peru, Leticia, entre Peru e Colômbia, Tratado de Petrópolis, entre Brasil e Bolívia, Condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, entre Brasil e Uruguai, para não falar nas trinta convenções de arbitragem realizadas até hoje, entre o nosso governo e os governos estrangeiros;

considerando que medida alguma, no sentido de congraçamento universal, será mais eficiente do que a formação de uma consciência internacional de povos de boa vontade, preparada na educação sã da infância e da juventude;

considerando que foi acima de tudo a escola quem, envenenando o espírito das crianças e dos adolescentes dos dois sexos nesses períodos da vida de tamanha plasticidade, na Itália fascista e na Alemanha nazista, conseguiu disvirtuar de tal modo a consciência desses dois povos a ponto de torná-los os provocadores desta guerra mundial;

considerando que medida alguma seria mais definitiva para o estudo e a solução de todos os problemas internacionais decorrentes do intercâmbio intelectual do que a instituição de um Departamento Internacional de Educação;

considerando que uma organização internacional para tratar de tal problema é uma aspiração secular, como se pode patentear lendo entre outros documentos, a preposição do Abade de Saint-Pierre em

1729, as considerações de Marc Antoine Julien em 1817 e os esforços de inúmeros educadores e intelectuais, ao terminar a guerra de 1914-1918;

considerando que, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, peritos em educação, pensadores, filósofos e comissões de professores e homens de Governo, neste momento, ao estudarem os problemas de após guerra se estão inquietando com a educação das gerações futuras e trabalhos sugestivos estão sendo publicados e submetidos à crítica dos competentes;

considerando que a Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual não poderia permanecer à margem e silenciosa em se tratando do exame de problemas de importância tamanha para o futuro do mundo;

resolve propor aos órgãos competentes a criação de um Departamento Internacional de Educação, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho, para funcionar como parte integrante da entidade internacional permanente, a ser estabelecida após o advento da paz ".

ESPIRITO SANTO

O governo do Estado estabeleceu o "Dia do Professor", a ser anualmente comemorado, na capital e em todos os municípios, a 8 de setembro. No corrente ano, vários decretos foram assinados, nessa data, reestruturando a carreira do magistério, com melhores níveis de remuneração, e estabelecendo a aposentadoria dos professores com 25 anos de serviço público. No Teatro Carlos Gomes, de Vitória, realizou-se uma brilhante reunião cívica, havendo o professor Lourenço Filho, para isso especialmente convidado, proferido uma conferência sobre "A missão social do professor ".

MARANHÃO

O Sr. Luís Rego, diretor de Instrução Pública no Estado do Maranhão, fez as seguintes declarações à imprensa:

" Reconhecendo na educação popular o meio mais pronto e mais seguro para o progresso do Estado, o Governo do Maranhão, dentro das possibilidades do seu erário, tem dado aparelhagem mais ampla e mais moderna ao ensino e provocado constante renovação cultural do pessoal técnico. Assim, procuro comparar a situação do ensino em 1936, com a presente.

O orçamento da instrução pública, em 1936, era de Cr\$ 2.041.680,00 enquanto o de 1944 é de Cr\$ 4.087.740,00. A esta quantia deve ser juntada a de Cr\$ 2.172.950,00, correspondente a créditos suplementares, já concedidos até agosto, verificando-se assim que ao ensino estão reservados, neste ano, Cr\$ 6.260.690,00.

Em 1936 existiam 421 unidades escolares, enquanto no começo de 1944 esse número estava elevado para 866. O corpo docente primário que naquele ano era de 716 professores, em 1943 atingia a 1.231. Atualmente, só no magistério primário público há 1.051 professores.

A matrícula geral de 29.174 subiu a 46.244; a frequência média, de 13.066 passou a 29.678 e as aprovações de 5.369 alcançaram, em 1943, 17.738.

Em 1944, o total de escolas pertencentes ao sistema estadual de educação é o seguinte:

Grupos Escolares	40
Escolas de Curso Elementar	770
Escolas de Curso Complementar ..	60
Total	870

Estas medidas também expressam o carinho da administração maranhense à causa educacional:

-- Levantamento do Palácio da Educação, construção de quatro Jardins de Infância, em São Luís e de três grandes Grupos Escolares;

Construção de 20 Grupos Escolares no interior do Estado;

_ Aprovação da construção de uma Escola Primária Modelo na capital orçada em 2.300.000 cruzeiros;

— Início da construção de uma Escola Normal Rural, em Caxias;

— Crédito para o levantamento de uma Colônia de Férias, em Ribamar, e para o preparo de um "play-ground" em Beiramar;

— Providências para o preparo de uma piscina ao lado do Palácio da Educação;

— Aquisição de gabinetes e de mobiliário no sul do país, e ultimamente o preparo, pela Escola Técnica, de 2.300 carteiras;

— Reorganização do Instituto de Educação do Maranhão, nos moldes do Instituto de Educação do Distrito Federal;

— Cursos de especialização de administração escolar, de educação física, de trabalhos manuais e de canto orfeônico a vários elementos do magistério, realizados no Rio de Janeiro e em Minas Gerais;

— Realização de três Cursos de Férias, de renovação cultural destinados, principalmente ao professorado do interior;

— Cursos intensivos de canto orfeônico e de trabalhos manuais;

— O professorado leigo, ainda existente no interior, foi submetido a provas de habilitação;

— Foi organizado, na capital, o serviço de orientadores de administração escolar, de matérias e social;

— Aumentado o número de Inspectores; dada nova divisão às zonas das Inspeções do Ensino;

— O professorado primário foi dividido em classes, dando-se-lhe maior remuneração, e o seu número aumentado para 1.051;

— Foi assinado o Convênio Estadual do Ensino Primário com as Prefeituras, pelo qual todas as escolas municipais passaram para o sistema estadual de educação ;

— Foram organizados novos programas para as escolas primárias e estabelecidas mais eficientes normas para verificação de rendimento escolar, a cargo da Seção Técnica;

— A ação socializadora da escola vem sendo realizada por intermédio das organizações de alunos, como o Pelotão do Dever e da Saúde, o Clube Literário, o Clube de Leitura, os Clubes Agrícolas, as Cooperativas. Funcionam normalmente o Círculo de Pais e Mestres, organização de ligação da escola com o lar, e o Clube Pedagógico, instituição dos professores ;

— O gosto pela leitura é estimulado com o aumento de bons livros para a Biblioteca do Palácio da Educação e a organização de 46 Bibliotecas Infantis, nas escolas do interior; desenvolve-se a cultura artística pela realização semanal da Hora da Juventude, pela PRJ-9, e o civismo, pela comemoração, em sessões, concentrações e formaturas, das grandes datas nacionais e dos exemplares vultos da Pátria;

— O ensino particular é incentivado, por subvenções concedidas pelo Estado;

— Foram estabelecidas normas para o controle do cumprimento de programa e dos horários escolares; o assentamento do pessoal teve forma moderna e adotaram-se processos de verificação do rendimento de cada professor, o que vem provocando natural interesse ao alcance de melhor classificação;

— Realizaram-se concursos de matérias, com o fim de desenvolver e premiar os mais capazes;

— Foi estabelecida merenda escolar não só às crianças das escolas da capital, como do interior; o cinema educativo é feito semanalmente com filmes exemplares;

— Às escolares primárias foi dada organização de unidades de curso elementar e unidades de curso complementar;

— Foi organizado o Serviço de Educação Física com elementos formados na

Escola Nacional de Educação Física e Desportos".

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

O governo territorial está procedendo a pronta reestruturação do sistema escolar. No mês de junho foi realizado um curso de aperfeiçoamento para o professorado; estão sendo organizadas cooperativas escolares e clubes agrícolas, em várias escolas; foi iniciada a construção de novo edifício para o grupo escolar de Macapá. O Dr. Otávio Mendonça, diretor do Departamento de Educação, está dando as providências preliminares para a execução de um programa de educação, coordenado com o de fomento da produção e colonização, segundo um plano geral traçado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

COLÔMBIA

Noticia-se o desenvolvimento dos trabalhos da "Cooperativa de Educação", fundada em abril de 1943. Essa organização destina-se a fomentar a educação técnica, o barateamento progressivo do custo do ensino, e a adoção de medidas que elevem o nível geral da educação do país. É uma sociedade particular, e tem sua sede em Bogotá.

ESTADOS UNIDOS

A fim de servir como livro de texto para os estudantes de português nos Estados Unidos, foi publicado em 1943, pela Longmans, Green & Co., de Nova York,

o romance "Iracema", de José de Alencar. Até então só existia, para o ensino de português nas escolas superiores, o livro "Portuguese Conversation", publicado pela D. G. Heath & Co.

Essa edição de "Iracema", preparada pelo Dr. Daniel da Cruz, acha-se acompanhada de exercícios e vocabulários para uso dos estudantes, deixando, entretanto, de trazer notas explicativas que facilitem a compreensão integral da narrativa.

Foi igualmente publicado em Boston, pela D. G. Heath & Co., para a leitura do português, um volume intitulado "Contos e Anedotas Brasileiros", organizado pelo Professor Henry Hare

Carter, da Northwestern University. Inspirou a publicação desse volume o fato óbvio de ser o desenvolvimento do estudo da língua portuguesa nos Estados Unidos devido ao crescente interesse que há nesse país pelo Brasil. Essa edição, composta, de contos, anedotas, e lendas brasileiras, despertou grande interesse e curiosidade entre os meios interessados, apesar de não ser um trabalho perfeito no gênero. Do ponto de vista pedagógico certa parte do material apresentado pode ser questionado, sobretudo quanto às anedotas, tendo, entretanto, sido recebido como oportuna adição à ainda muito escassa lista de literatura brasileira ao alcance do público americano.

Inclui esse volume três contos de Machado de Assis, entre os quais "O Apólogo", bem como trabalhos de Humberto de Campos, Silvio Romero, Coelho Neto, Ribeiro Couto, Lindolfo Gomes, Basílio de Magalhães, Nunes de Andrade e Cornélio Pires. "O Boi Aruá", do Sr. Luiz Jardim, também consta do livro, assim como "Coração de Dona Iaiá", de J. C. Cavalcanti Borges. Apenas duas exceções foram feitas para autores portugueses: "Última corrida de Touros em Salvaterra", de Rebelo da Silva, e "A pior de Rosa".

MÉXICO

O Ministério da Educação Pública do México está providenciando no sentido de que todas as escolas rurais do país, em número de 11.718, possuam terrenos para o exercício de atividades agrícolas. Atualmente, 7.443 dessas escolas já dispõem de terrenos para esse fim; e suas culturas e pequena criação já produziram cerca de meio milhão de pesos. De acordo com o projeto de regulamento que o Ministério da Educação estuda com a cooperação do Minis-

tério da Agricultura, 50% do valor da produção serão destinados a obras de assistência ao escolar; 25%, ao fomento da produção local; e os restantes 25% como gratificação ao professor.

PERU

De acordo com a Lei Orgânica da Educação, vigente na República do Peru, e que dispõe que os estudantes das escolas normais participem ativamente da campanha nacional contra o analfabetismo, o Ministério da Educação do mesmo país determinou que as escolas normais rurais das regiões da Serra estabeleçam cursos noturnos para adolescentes e adultos analfabetos. Esses cursos serão regidos pelos alunos dos últimos anos dos referidos institutos de formação do magistério.

SUÉCIA

O primeiro curso de português de importância na Suécia foi inaugurado na Universidade Popular de Estocolmo, presentes os ministros do Brasil, secretário geral do Ministério das Relações Exteriores em Estocolmo e chefe do Departamento de Imprensa do mesmo Ministério. O curso é denominado "a língua de amanhã", e atraiu grande interesse. Entre os alunos acham-se muitos homens de negócios e técnicos que têm a intenção de visitar o Brasil.

URUGUAI

A Federação das Associações de Magistério, no Uruguai, deu à publicidade informações sobre a deserção escolar nas escolas urbanas do país. Do 1.º para o 6.º ano do curso dessas escolas, conforme as estatísticas de 1937-1942, a deserção atingiu percentagem superior a 72%. Nas escolas da capital essa taxa foi de 58% e, no restante do país, de 80%.

BIBLIOGRAFIA

THE EDUCATION OF THE ADOLESCENT, Report of the Consultative Committee, Board, of Education, Londres, 1943, H. M. Stationery Office, 338 p.

Sob a presidência de W. H. Dadow, constituiu o " Board of Education ", que, na Inglaterra, representa a repartição central de estudos da educação, uma comissão de vinte membros para a pesquisa dos problemas educacionais referentes a adolescentes. A referida comissão começou a trabalhar em maio de 1924, e publicou o seu relatório em co-meços de 1927. O interesse despertado pela reforma do ensino, que, nos últimos tempos, vem agitando a opinião inglesa, levou aquele órgão a reeditar agora o volume, e que, na verdade, ainda apresenta grande atualidade.

O trabalho está dividido em dez substanciais capítulos, que versam os seguintes assuntos: O início do ensino primário e complementar na Inglaterra; Evolução das idéias do Código de 1862 para a lei de " educação comum" de 1870; O desenvolvimento do ensino complementar primário, de 1870 a 1900; O desenvolvimento do ensino secundário até 1918; A situação atual; Os programas; A preparação dos professores; A admissão dos alunos; A extensão dos cursos; A questão do exame final; Problemas administrativos. Em apêndice, apresentam-se ainda várias notas sobre a orientação do ensino.

As conclusões e recomendações finais, apresentadas pela Comissão, podem ser assim resumidas:

a) A necessidade de oferecer-se educação aos jovens de 11 a 15 anos, que não estejam frequentando escolas secundárias, no sentido estrito do termo, não é problema sentido apenas na Inglaterra, mas em todos países, e deve ser considerado tanto nos seus aspectos de organização educacional, quanto nos aspectos da vida social, em geral, e, particularmente, no que diga respeito à organização do trabalho;

b) A experiência inglesa, quanto ao ensino complementar e industrial, leva à conclusão de que é de capital importância assegurar oportunidades de educação aos jovens de 11 a 14 e, se possível, de 11 a 15 anos;

c) A educação primária deve ser encarada como terminada entre 11 e 12 anos; a educação de 2.º grau deverá iniciar-se, então, até 16 anos, e oferecer os mais variados tipos, para que atenda as necessidades reais dos alunos;

d) Seria recomendável que a educação de 2.º grau compreendesse, ao menos, os seguintes tipos: escolas secundárias, dos moldes já existentes; escolas de quatro anos de curso, com ensino de caráter prático, nos dois últimos anos, à semelhança das atuais escolas centrais; escolas de um novo tipo, para os jovens que não apresentem os requisitos de admissão a essas escolas; classes ou cursos

especiais, ainda para aqueles que não possam seguir com proveito os cursos dantes mencionados;

e) As "humanidades" não constituem privilégio da educação que se dê apenas pelos livros, mas, sim, daquela que realmente ponha os alunos em contato com os mais largos interesses da humanidade; as escolas referidas deverão dar ensino prático e ensino cultural, como aliás, muitas escolas industriais já o vem fazendo, com a introdução de disciplinas dantes só tratadas nas escolas chamadas "secundárias";

f) É recomendável que a educação até 11 a 12 anos seja chamada "primária", e, que, daí por diante, tome o nome geral de "secundária", nos seus vários tipos;

g) Os estudos nas novas escolas secundárias propostas deverão ser de três a quatro anos; deverão incluir as disciplinas do atual curso das *Grammar Schools*, abrindo espaço, no entanto, para os trabalhos manuais e atividades educativas semelhantes; nos dois últimos anos, embora não de propriamente ensino profissional, deverão relacionar todo o trabalho educativo com os interesses dominantes no ambiente social e industrial em que vivem os alunos;

h) Especial atenção deverá ser dada ao estudo das aptidões e capacidades dos alunos, para exame da possibilidade de ulteriores estudos e orientação para o trabalho;

i) Aos alunos que demonstrem especiais capacidades, deverá ser facilitada a transferência de um para outro tipo das escolas do grau secundário;

j) A qualificação dos professores para as escolas de qualquer tipo deverá ser a das atuais escolas secundárias, pois não representam elas espécie inferior do gênero "educação do 2.º grau"; assim,

também, quanto aos diretores e às instalações de ensino;

l) A admissão nas escolas deverá ser feita à vista de provas escritas e orais, e de testes psicológicos;

m) A obrigatoriedade escolar deverá ser fixada até a idade de 15 anos, encorajando-se ainda os alunos que possam prosseguir nos estudos, além dessa idade, em classes especiais;

n) Devem ser expedidos certificados ao final dos cursos, segundo normas bem ajustadas à variedade dos tipos de ensino.

O relatório observa que a discriminação existente entre a educação secundária, propriamente dita, educação complementar e técnica, está perdendo a sua rigidez, e acentua que as barreiras entre elas existentes são de todo artificiais, pelo que é de esperar que sejam completamente abolidas.

Os planos para a reforma atual da educação inglesa, endossam todos esses pontos de vista defendidos pela Comissão, procurando elevar a obrigatoriedade até 16 anos, e estender o ensino de segundo grau a todos os jovens ingleses.

É de notar que as novas leis orgânicas de ensino em nosso país, manifestam tendências sensivelmente semelhantes. O ensino comercial, industrial e técnico é considerado "ensino do segundo grau"; o ensino do ginásio está relacionado com o dos cursos técnicos; quer nas escolas comerciais, quer nas industriais, cuida-se da formação cultural geral tanto quanto da cultura especializada.

A transformação da educação do adolescente, no sentido de sua democratização e de sua orientação prática para o trabalho, é enfim fato universal, em nossos dias.

RAUL BRIQUET, *Palestras e conferências* — São Paulo, 1944, Livraria Atlas, 265 pág.

Professor na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, e na Escola Livre de Sociologia e Política, da mesma capital, onde rege a cadeira de "Educação Nacional", o A. versa com a mesma mestria problemas biológicos de ensino médico, de psicologia, sociologia ou história da educação. O volume documenta esses vários aspectos de sua vasta e variada cultura. Nele se reúnem palestras e conferências sobre figuras da medicina (Franco da Rocha, Luís Pereira Barreto, Adolfo Lutz, Lemos Torres); sobre o ensino da leitura, da medicina, da sociologia; ensaios sobre temas da psicologia (adolescência, vestíário, sonho, timidez); e, ainda, bem feitos estudos sobre a história da instrução no Brasil.

Abordando o ensino inicial da leitura, admite o princípio *da evolução do todo*, que cresce e se individualiza. "Vista e identificada a palavra, em dada situação, opera-se a transposição de uma para outra situação, para o todo maior. Ao aprender muitas palavras, a criança cotejará de contínuo as situações respectivas. Não se trata de repetição de palavras isoladas senão da mesma palavra, em sentenças diferentes e em situação diversa". "Os sons são pronunciados antes de conhecidas as letras, que a criança aprende sem saber o alfabeto; este só é necessário para a escrita".

No ensaio sobre o "método no estudo", distingue três aspectos: *material*, *lógico* e *psicológico*. O primeiro compreende a organização, classificação e arquivamento de fichas de bibliografia e de estudo. O segundo diz respeito à escolha das obras a serem estudadas, ao programa de trabalho segundo a capaci-

dade intelectual do estudante, à análise de cada parte, aos trechos notáveis pela forma, às falácias ou erros de raciocínio. O aspecto psicológico é resumido em três regras: evitar o cansaço mental; concentrar a atenção; interromper o trabalho tão somente em ponto de onde se possa prosseguir sem refazer a matéria já tratada.

Na memória escrita sobre o ensino médico, defende a docência livre ampla; a limitação de matrícula; a criação da cadeira de bio-química; a franquia dos hospitais aos estudantes; "internato", de um ano obrigatório, para os futuros médicos; a adoção de métodos de ensino que desenvolvam a iniciativa e o espírito científico ao invés de erudição verbal.

Ao tratar das tendências da sociologia contemporânea, o A. procura demonstrar que a mentalidade do indivíduo é produto do meio social, e que só depois de conhecidos os efeitos dos fatores sociais sobre ele é que poderá ser conhecida. Assim, a psicologia social deverá preceder à individual. Defende, como bases científicas dos estudos sociológicos, a biologia, a psicologia e a antropologia social, mas não posterga a ação, que deva ter, nesses estudos o "ideal ético", posto como objetivo da obra de reconstrução social, na qual sobressairá sempre a ação educativa. E, então, escreve: "Quem diz educação diz sublimação de instintos e impulsos. Sem educação não há construção estável, que resista às rajadas do egoísmo e da ambição, e rompa a muralha de preconceitos que travam e deformam. Sem educação são frustradas as reformas e renovações político-sociais. Os cataclismos revolucionários invertem a ordem dos fatores, na sucessão governativa, mas não alteram, de modo decisivo e permanente, a estrutura da sociedade humana. A pedra de toque da

visão política dos governantes está na forma por que encaram e solucionam o problema educacional. A reconstrução social começa na escola, e a sociologia contemporânea deve e pode colaborar no advento de um mundo menos imperfeito".

ISAIAS ALVES, *Dados de Psicologia da Criança (Nota prévia)* 1944, Rio de Janeiro. 32 p.

Conferência proferida na Faculdade Nacional de Filosofia, e em que o A. comunica em nota prévia, o plano geral e a técnica que seguiu, na observação do comportamento de uma criança de poucos meses até cinco anos e cinco meses, e de duas outras crianças, de três e de seis anos respectivamente. "As anotações, explica, foram tomadas em horas seguidas, durante semanas e meses, sem forma pre-estabelecida: protocolavam-se as manifestações espontâneas da criança, que não era obrigada a estações controladas e só indiretamente induzida a atos normais da vida diária. Cada observação do comportamento ocasional era escrupulosamente registrada, numerada, datada, em cadernos de bolso, apropriados ao uso constante, inesperado e pronto. Neles se inscreveram as reações, as iniciativas, as expressões mímicas e verbais, os atos da vida nutritiva, sensitiva, volitiva, afetiva ou intelectual".

"Nosso trabalho (esclarece ainda o A) não visou, entretanto, classificação individual ou seleção de grupo, nem pretendeu estabelecer uma escala. Não é uma experimentação por testes, simples ou complexos, em ambiente controlado. Participa das qualidades de biografia, de observação acidental e de observação sistemática, contendo vários registros de reações cronometricamente medidas".

Desse modo, foram feitas 36.616 notas, que o A. agora está classificando

segundo o seguinte esquema: 1. Reações instintivas e imitativas; 2. Sensações, emoções, influência motora; 3. Atenção e interesse com reação mímica; 4. Reações volitivas, iniciativa, interesse; 5. Atitudes sociais e anti-sociais; 6. Atitudes afetivas e estéticas; 7. Atitudes intelectuais; 8. Memória e associação; 9. Atitudes de aprendizagem; 10. Expressão por canto e música, dança e gesto; 11. Linguagem verbal; 12. Personalidade e escrita; 14. Sonho; 15. Noção de número; 16. Noção de presença, e ausência; 17. Doença, vacina, novos dentes, cansaço; 18. interesse por dinheiro.

Ao finalizar a comunicação, são apresentadas algumas conclusões de ordem geral, entre as quais as seguintes: " 1. O comportamento infantil recolhido na investigação agora brevemente comunicada, encerra elementos suficientes para avaliação de sua capacidade e da regularidade do seu desenvolvimento, tomando por base as modernas escalas nacionais e estrangeiras. 2. O conhecimento da riqueza verbal e da capacidade de compreensão demonstrada aos 18 meses deve criar uma atitude muito prudente dos adultos, de sorte que se não prejudique o desenvolvimento construtivo da personalidade, no curso normal de seu comportamento. 3. Os desenhos recolhidos em períodos posteriores aos 3 anos parecem dar confirmação de certos princípios psicanalíticos. 4. A realização de observações desta natureza é o melhor meio de estudo da psicologia da criança, nas escolas normais e nos cursos de pedagogia da Faculdade de Filosofia, para orientação dos futuros mestres e pais, a quem não deve escapar que a personalidade da criança começa a manifestar-se e a deformar-se, por complexos, em fase muito próxima dos dois anos.

ATRAVÉS DAS REVISTAS E JORNAIS

ENSINO E DEMOCRACIA

No noticiário de rotina do Ministério da Educação tivemos, há pouco, uma portaria do Sr. Capanema, que dispõe sobre os concursos de habilitação para matrícula aos cursos do ensino superior em 1945. À primeira vista, é um documento de menor importância, fixando apenas normas imediatas para uma operação escolar anualmente repetida. Mas, se atentarmos melhor nas suas disposições, veremos que essa portaria não somente contém matéria nova, como até serve para definir e acentuar um espírito novo, dominante na educação brasileira de hoje, e que, antes de mais nada, se caracteriza pela sua feição nitidamente democrática.

O concurso de habilitação é, como se sabe, o nome dado ao antigo exame vestibular, ou seja a prova a que se submetem os estudantes no limiar da escola superior. Depois de largos e penosos estudos na escola secundária, é o aluno exposto à prova de fogo de um pormenorizado exame sobre as matérias estudadas, não sendo raro o caso paradoxal de, vitorioso até então, sofrer ele derrota eliminatória nessa oportunidade.

Tornou-se esse exame uma atividade de caráter lotérico, decidindo do rumo futuro do candidato pelas leis arbitrarias do acaso, pois só o acaso lhe regulava o funcionamento. Candidatos à matrícula no curso de medicina, suficientemente habilitados nas matérias de preparação

básica, eram rejeitados por não ter maiores conhecimentos de desenho, do mesmo modo que candidatos ao curso de direito, dispondo de bom cabedal de noções no campo da filosofia e do latim, tinham as portas fechadas porque não eram doutos em higiene.

Essa feição inquietante do concurso de habilitação resultava diretamente da concepção de que só devia haver um canal para o ingresso nas escolas de grau superior, e que esse canal era o ensino secundário. Nenhuma outra modalidade de ensino habilitaria os estudantes à matrícula neste ou naquele instituto de ensino superior, pois que tal matrícula ficava condicionada à prestação de exames de um conjunto de matérias ministradas exclusivamente nas escolas secundárias. Quem se matriculasse, por inclinação pessoal ou imposição econômica, numa escola comercial, jamais poderia utilizar os ensinamentos nela adquiridos, como credencial para ingresso em escola de padrão superior. O aluno da escola industrial estaria sempre inapto para a realização de outro curso de nível mais elevado, a menos que se resignasse a repetir a odisséia da preparação escolar, ingressando na primeira série do ginásio. Em resumo: o Estado, com semelhante concepção do ensino, fomentava a criação de castas de doutores, recrutados na minoria privilegiada que passava pelas escolas secundárias, pondo de lado o número tão considerável de estudantes dis-

tribuídos em outros campos do panorama escolar.

Reagindo contra essa orientação aristocrática, o governo estabeleceu, em sucessivas leis orgânicas, referentes ao ensino secundário, industrial e comercial, o princípio de que não há compartimentos estanques no ensino. Da escola primária, ou de primeiro grau, podem os jovens passar uma grande variedade de escolas de segundo grau: escolas comerciais, industriais, agrícolas, e ainda os ginásios. E finalmente, articulam-se essas escolas de segundo grau com as de terceiro, ou superior, de forma que, partindo das mais diversas direções, chegará o estudante aos tipos mais elevados de especialização profissional, através de currículos escolares adequados e perfeitamente articulados entre si.

A portaria ora baixada pelo Sr. Capanema reflete esse critério. E assim se exigirá apenas, para os candidatos a bacharel em direito, o conhecimento particularizado de três matérias: português, latim e inglês ou francês. A um candidato a engenheiro, se pedirá tão somente que conheça mais a fundo matemática, física e química. Ao candidato a médico, que esteja perfeitamente em dia com biologia, física e química. Destarte, o vestibular é realmente uma prova de seleção, e o critério seletivo consiste em apontar, dentre os candidatos, quais os que revelem maior pendor para este ou aquele curso, através da preparação especializada com que se apresente. Liberta-se o aluno, interessado em determinado curso, do pesadelo de apresentar à banca julgadora uma visão enciclopédica dos conhecimentos exigidos para a matrícula em todos os cursos possíveis. Não se rebaixa o nível intelectual das escolas superiores, pois a experiência tem demonstrado que o melhor aluno será sempre aquele que leva para a escola superior, não uma memória repleta, mas uma for-

mação mental e o conhecimento mais cuidado das matérias básicas do curso visado. Não se facilita o ensino, no sentido pejorativo da palavra, mas no sentido honesto de simplificar o processo de seleção e dar-lhe uma eficiência que o método antigo não comportava.

Mas o que se salienta na providência que comentamos é, como ficou dito acima, o seu tom democrático. Ela traduz o arejado espírito que animou a reforma do ensino secundário em 1942. Esse espírito transparece de outros textos legais sobre o ensino, publicados posteriormente, e dá-nos a certeza alentadora de que se irá democratizando gradativamente a educação brasileira. Combatendo a sua feição de mandarinato intelectual tornando-a acessível às camadas sociais mais modestas, dando-lhe, enfim, uma orientação e uma essência realmente populares, o Ministério da Educação trilha um caminho certo, e nele deve prosseguir (*"Correio da Manhã", Rio*).

O APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO INDUSTRIAL

O serviço de aprendizagem industrial mantido pela Confederação Nacional da Indústria ampliou-se bastante agora, por meio das bolsas de estudo, e vai instalar dentro em breve a Escola Central de Indústria Têxtil, que será dirigida ou orientada por técnicos brasileiros, depois de concluírem o estágio de um ano em institutos tecnológicos de Massachusetts, Filadélfia e Carolina do Norte.

A preferência pela indústria têxtil, nessa primeira iniciativa de assimilação do progresso estrangeiro, explica-se com duas razões: a indústria têxtil é a mais extensa do país, e é também aquela cujas contribuições para o serviço de aprendizagem, pelo motivo de serem maiores, justificam a despesa que impõem à escola. Faltam-lhe principalmen-

te os operários qualificados e contra-mestres. que a aprendizagem vai criando, mas. é óbvio, sem ainda corresponder às perspectivas abertas no Brasil a esse ramo de nosso trabalho.

Além disso, a indústria têxtil adiantou-se por tal modo nos Estados Unidos, continuando a nossa em face dela tão obsoleta, que nada poderíamos fazer nesse gênero de ensino técnico fora da experiência ali adquirida.

Mais tarde, o serviço de aprendizagem empreendera certamente novos estágios para técnicos de outras especialidades, já de resto aqui ensinadas nos cursos do Arsenal de Marinha, para operários mecânicos ; da Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro (Light), para eletricitistas; do Instituto Nacional de Tecnologia, para trabalhadores da construção civil; da Escola Técnica Mackenzie, de São Paulo, para laboratoristas; e da Fábrica Bangu até mesmo para operários têxteis.

A industrialização do Brasil condiciona-se a muitos fatores no plano da economia e da finança. Não o digo porque isto seja obscuro, como se eu estivesse a descobrir a pólvora, senão porque tais fatores ainda suscitam, em algumas circunstâncias, a controvérsia de certos especialistas e administradores. Mas há um ponto certo, exato, indiscutível, onde seria absurda qualquer dúvida: não teremos essa industrialização por nossa mera vontade; haveremos de organizá-la com o pessoal qualificado.

O ensino profissional era um velho tema de iniciados, pertencia ao lóminio (quase valeria melhor dizer ao privilégio) dos autores de programas. Tornou-se prático, acessível, compreensível, quando a própria lei da necessidade o foi criando nas fábricas, usinas e estabelecimentos industriais. A idéia de entregá-lo à Confederação Nacional da Indústria, não só para custeá-lo como para

administrá-lo, venceu todos os maras-mos e indecisões, estimulando, desenvolvendo e ao mesmo tempo disciplinando os cursos particulares.

O serviço de aprendizagem, assim montado, apresenta cifras impressionantes. Em dois anos apenas de funcionamento, conseguiu instalar, do Ceará ao Rio Grande do Sul, quarenta escolas, acrescidas de mais dez mantidas pelos próprios estabelecimentos interessados, em Pernambuco, no Distrito Federal, no Estado do Rio, em São Paulo, em Minas, e que, por as terem formado, mediante o chamado acordo de isenção, não pagam as contribuições relativas ao custeio do serviço.

Calcula-se que no fim do próximo ano estejam prontos, espalhados em diversas regiões do país, cerca de quarenta edifícios próprios, destinados a escolas de aprendizagem industrial. Em relação a esta matéria, edifício próprio não quer dizer o prédio puro e simples, mas provido em conveniente proporção dos instrumentos necessários ao ensino. É um pequeno mundo que se contrói em cada um deles, um modelo de vida profissional, o rumo de vários destinos

Evidentemente, o milagre dessa organização foi possível em consequência de já estarem muitos estabelecimentos industriais premidos pela carência de pessoal qualificado. O serviço de aprendizagem não passou de repente a pesar-lhes apenas como encargo nas respectivas despesas: acudiu-lhes na resolução de um problema a que eles, dedicando embora cuidado, não podiam reservar senão uma parte pequena de seu tempo, indispensável aos zelos da produção Mas foi sobretudo a autonomia da instituição o que lhe assegurou com tanta rapidez o bom êxito. O governo traçou-lhe os caminhos, inspirando-se nos conselhos e pareceres das próprias indús-

trias interessadas, e deixou o serviço entregue a si mesmo.

O serviço tem apresentado rendimento. Seja isto a prova contrária a uma doutrina, quando o Estado se atribui o direito amplo de tudo administrar, o fato auspicioso é um só e incontestável: há motivo para confiar na industrialização do Brasil, por estar-se ela preparando com o ensino das profissões, nascendo, como deve, de baixo para cima.

Os beneficiários das primeiras bolsas de estudo concedidas pelo serviço de aprendizagem da Confederação Nacional da Indústria para irem realizar um estágio nos Estados Unidos são mais do que enviados: são na realidade coletores de energia. Pagarão com o rendimento das noções adquiridas o custeio de sua estada naquele grande país. Não devemos regatear meios a todos quantos desejem e possam empregar-se no mesmo esforço. — COSTA REGO. — ("*Correio da Manhã*", Rio).

CONGRESSO DE DIRETORES DE ENSINO

Promovido pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Rio de Janeiro o I Congresso Nacional de Diretores de institutos de instrução desse gênero instalou na Capital da República os seus trabalhos.

O certame que ora se realiza conta com o apoio dos Ministérios da Educação e do Trabalho e os seus objetivos incluem a sindicalização das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pelos estabelecimentos de ensino; o estudo da legislação social relacionada com as instituições privadas responsáveis pela educação nacional; o estudo do problema de formação do corpo docente; a articulação do ensino primário com o comercial e finalmente a articulação deste com o secundário e o superior.

O ato inaugural do Congresso foi presidido pelo ministro Capanema, que depois de se referir à importância do conclave ali reunido, passou a presidência da reunião ao representante do Chefe do Governo, comandante Artur Orlando de Gusmão. Estiveram presentes, como integrantes da mesa que dirigia os trabalhos, D. Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro; cel. Jonas Corrêa, secretário da Educação e Cultura, do Distrito Federal; Abgar Renalt, diretor do Departamento Nacional de Educação; representante dos ministros do Exterior e do Trabalho, do prefeito e do inspetor geral dos Tiros de Guerra.

Na grandiosa obra de preparação cultural e cívica que o país vem desenvolvendo e que abrange todos os setores do território brasileiro, a quota que cabe aos institutos particulares é das mais importantes. Pode-se mesmo dizer que os estabelecimentos particulares disputam aos oficiais o primeiro lugar nessa admirável tarefa, sendo verdadeiramente relevante o empenho com que as escolas de iniciativa privada se desdobram em atividades úteis ao aperfeiçoamento do preparo intelectual do povo.

A entrosagem dos institutos particulares dentro de um mesmo e vasto programa de ação se impõe, a fim de que os esforços se coliguem e produzam os melhores resultados. Estes já são altamente satisfatórios. Mas certamente se tornarão ainda mais completos se as escolas não se subordinarem apenas ao que a lei prescreve, movendo-se, pelo contrário, com maior elasticidade, através um concurso de perspectivas e realizações do alcance que se vai emprestar às medidas ora em estudo.

O estudo da legislação social, do problema da formação do corpo docente e da articulação dos cursos primários com o comercial e com o secundário e superior, não só reflete uma necessidade de

ordem técnica, como concretiza o estabelecimento de vínculos mercê dos quais o estágio nas diferentes categorias de ensino se torna harmônico e eficiente. — (*"A Noite"*, São Paulo).

A PROPÓSITO DE ESCOLAS

Entre algumas das boas coisas da reforma chamada Francisco de Campos, a atual conservou a que diz respeito às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. E, conservando-a, foi salvo o espírito da organização universitária que na vigência daquela reforma existiu mais no papel do que na realidade.

É inegável que de todas as reformas decretadas no período republicano foi a do Sr. Francisco de Campos, pela extensão do seu plano de atividades e pela articulação dos seus diferentes ciclos, a que melhores esperanças trouxe consigo. Mas não sei que vício lhe era congênito ou que sopro de perturbação acompanhou a prática dos seus dispositivos. O certo é que nunca no Brasil foi mais mesquinho o rendimento escolar do que ao tempo daquela reforma. Nunca foram maiores as facilidades de promoção de ano a ano. Nunca a mocidade brasileira sentiu mais frouxa a consciência do seu dever.

Eu quero crer que o grande mal da reforma Francisco de Campos — mal que a do Sr. Gustavo Capanema recebeu como herança — foi a excessiva centralização do seu sistema administrativo. O seu rígido formalismo, a sua técnica burocrática, o seu inútil papelório. Tudo visando o que os pedagogos um tanto enfaticamente chamam a unidade nacional pela escola. Entretanto, se esses pedagogos considerassem um pouco mais demonstradamente que a unidade do Brasil resulta da variedade de suas províncias ou que o processo histórico da sua formação dependeu menos de condições políticas

ou administrativas do que mesmo de condições mais estáveis, ligadas ao seu complexo antro-po-geográfico, é possível que as reformas já não insistissem no artifício das leis estreitamente centralizadoras.

Foi Alberto Torres quem observou que a política de centralização do império nunca chegou a cobrir totalmente a órbita da sua intenção. Por isso é que a ordem da lei jamais coincidiu com a ordem dos fatos — esta mais ampla, mais variada e mais rica do que a outra. Os termos da observação do autor da "Organização Nacional" ainda se ajustam bem ao Brasil dos nossos dias. Não será com uma legislação que procura organizar o ensino à maneira de uma imensa rede ferroviária de igual bitola que teremos assegurada a velha tradição da unidade brasileira. Uma unidade do todo que supõe, todavia, a pluralidade das partes.

De fato, não se irá admitir que o governo central se desinteresse por problema intimamente relacionado com a vida nacional, como é o da preparação e valorização do homem. Mas um sistema educacional que fosse mais plástico e mais flexível — tanto quanto possível descentralizado — viria promover no melhor sentido aquela preparação e valorização. Um ponto, por exemplo, em que o Sr. Francisco de Campos e o Sr. Gustavo Capanema coincidiram nas duas últimas reformas é o da equiparação dos estabelecimentos secundários e sua consequente fiscalização. Trata-se de uma padronização em todo o país das mesmas condições e das mesmas normas de ensino.

Dentro do conceito da centralização tudo fazia acreditar na conveniência dessa cadeia de escolas uniformemente dispostas por todos os recantos imediatamente dependentes dos órgãos centrais

de direção. Mas o que a experiência vem mostrando é exatamente o contrário. Nada mais prejudicial à própria dignidade da missão de ensinar e de educar do que esse sistema de organização e administração escolar. Antes, os ginásios e os colégios tivessem mais liberdade; o ritmo da sua atividade marcado mais folgadoamente. E mesmo uma fiscalização permanente é sempre uma fiscalização que tende a se burocratizar, zelando menos pela pureza do ensino do que pelos atos exteriores — pelos prazos certos, pelos mapas estatísticos, pelos relatórios. O essencial numa escola, que é ensinar e aprender, isto escapa à vigilância dos fiscais. Em lugar dessa preocupação fiscalizadora do movimento diário das escolas, seria preferível que se cuidassem dos exames finais. Ah! os exames finais. Há muito tempo que eles desapareceram do Brasil. Seria preferível que os órgãos centrais zelassem por ato supremo na vida do estudante. Que fossem mobilizadas todas as suas energias no fim de cada ano para que os exames voltassem à sua importância perdida.

A questão do mestre ocupou a atenção dos dois últimos reformadores do ensino. Preliminarmente, ficou estabelecido um registro oficial como condição para o exercício do magistério. O registro é, entretanto, uma exigência provisória. As duas últimas reformas criaram as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, preenchendo um vazio secular na organização do ensino nacional. Num prazo não fixado, o exercício do magistério teria de caber aos diplomados por essas faculdades. Não há dúvida que o Sr. Gustavo Capanema aproveitou da reforma anterior a melhor das suas inovações. As escolas superiores do país sempre se destinaram a formar profissionais — profissionais da magistratura, da medicina, da engenharia. Era sensível a au-

sência de escolas que preparassem profissionais do ensino. O caráter de especialização técnica das velhas escolas superiores certamente que não era compatível com essa especialização do magistério. Não é por outra razão que nunca tivemos professores devidamente preparados para a sua missão. Mas bacharéis, médicos e engenheiros — autodidatas na profissão do ensino.

As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras vêm agora colocar o professor no seu lugar adequado. É preciso, entretanto, que essas faculdades sejam organizadas à altura do destino para que foram criadas. Os diplomas que elas terão de expedir não devem servir apenas para substituir a formalidade do antigo registro. Uma formalidade a substituir outra formalidade. É muito mais nefasto o professor que se prepara mal ou incompletamente do que o médico ou o engenheiro da mesma categoria. A ação destes não vai além do objeto próximo, enquanto que o daquele se estende indefinidamente, corrompendo ou deformando gerações inteiras.

Maiores deverão ser, por isso, os cuidados com a organização das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras — cuidados com os seus corpos docentes, com as suas instalações, os seus laboratórios, as suas bibliotecas, os seus seminários. E como as despesas com escolas de tal importância estão acima das possibilidades de particulares, seria de toda oportunidade que os governos, o federal ou os estaduais, tomassem a si a responsabilidade da sua criação e manutenção. É claro que as fundações que dispusessem dos mesmos recursos teriam igualmente a liberdade de abri-las.

Seria, todavia, um erro que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras fossem organizadas no Brasil tendo como único objetivo preparar profissionais para o magistério secundário. Talvez

seja esta a menor das suas preocupações. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras ocupam, dentro do conjunto universitário de qualquer país, a posição que as demais faculdades não poderiam ocupar sem o desvirtuamento do caráter rigorosamente profissional dessas faculdades. Mais do que as outras faculdades, as de Filosofia, Ciências e Letras devem chamar a si a iniciativa da investigação científica, aproveitando as vocações mais decididas para a especulação e o estudo desinteressados. Ainda mais: a iniciativa de transmitir a cultura:

Ortega y Gasset define precisamente o que é essa missão de transmitir a cultura, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Não basta que haja indivíduos especializados no seu ofício — o de julgar, o de curar, o de construir, o de fabricar. É preciso que haja igualmente homens cultos, isto é, homens capazes de apreender "a síntese das idéias" que em cada tempo orientam o sentido mesmo da vida. A estes cabe verdadeiramente a função mais alta da comunidade — a função que o autor da "Rebelião" das massas" denomina de mando — a de "influir vitalmente segundo a altura dos tempos".

Sem essa responsabilidade de promover e até de criar a investigação científica e dessa outra de transmitir a cada nova geração a cultura compatível com a sua vida e o seu tempo, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não terão cumprido a sua missão. Formar professores secundários é de todos os objetivos dessas faculdades o menor talvez; mas nem por isso o menos considerável. ■— SYLVIO RABELO. — ("O Jornal", Rio).

RECENSEAMENTO UNIVERSITÁRIO EM PORTO ALEGRE

Em reunião ontem realizada na sala da Reitoria da Universidade de Porto

Alegre, com a presença do Reitor interino, Dr. Egídio Hervé e dos representantes da Feupa e de todos os diretórios acadêmicos foi definitivamente marcada a data de 15 de setembro próximo para o Recenseamento Universitário que será o primeiro entre nós realizado.

O amplo e original questionário organizado pela turma do 2.º ano do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, depois de aprovado integralmente pelos professores daquela Escola, aos quais foi submetido especialmente pelos de Biologia, de Psicologia, de Sociologia e de Estatística Educacional, foi sancionado pela Reitoria da Universidade e afinal levado ao conhecimento dos órgãos acadêmicos que, para efeito do indispensável sigilo, se encarregarão da distribuição e coleta, velando convenientemente para que de nenhum modo possam, para qualquer fim, serem identificados posteriormente os informantes.

Desse modo procura-se-á obter dados absolutamente verídicos sobre todas as ocorrências da vida escolar de nossos atuais acadêmicos, que poderão provar sua situação econômica, sua atuação social e suas tendências e aspirações.

A crítica do material recolhido, na apuração e análise será feita pelos alunos da Cadeira de Estatística Educacional do Curso de Pedagogia, em aulas práticas sobre um dos pontos de seu programa — o que dispõem! os referidos alunos — que realizaram já interessante inquérito sociológico e, pela primeira vez no Rio Grande do Sul, o tratamento estatístico e análise de vários dados bio-métricos dos alunos de nossos colégios masculinos e femininos — os habilitam inteiramente para o trabalho mais sério e extenso que se propõem realizar e que servirá de base de estudo para muitas questões de interesse imediato e direto dos estudantes e da Universidade.

Indagações até aqui sem respostas precisas, como as que se referem às condições do estudante que trabalha, aos locais de moradia dos universitários»; à sua situação familiar; aos recursos de que podem dispor para a aquisição de maior cultura que a ministrada pelos cursos técnicos que freqüentam, etc, serão respondidas cabalmente pelo censo que será lançado já na próxima semana e de cujo êxito muito se espera.

Aos estudantes ora ausentes da capital, por qualquer motivo, o questionário será remetido pelo correio, sob registro. graças aos bons ofícios da Diretoria de Estatística Educacional da Secretaria da Educação que emprestará à apuração do censo os meios técnicos de que dispõe.

Tudo assim se encontra previsto para assegurar à original operação censitária ótimo e integral resultado) (*"Diário de Notícias"*, Porto Alegre).

UM MESTRE

Quando cheguei ao quinto ano do curso seriado do Ginásio Pernambucano era o " número único" da turma. Fui então aluno de Ulisses Pernambucano na cadeira de Psicologia e Lógica. Ainda me lembro do jeito meio irônico com que ele se dirigia ao rapazola que o en-frentava sozinho, perdido na vasta sala, bastante intimidado. Nem por ser a matéria facultativa nem pela circunstância de contar apenas com um vago aluno, deixava o professor Ulisses Pernambucano de cuidar das suas lições, fiel à sua alta compreensão dos deveres de mestre ilustre que ele foi como poucos em Pernambuco. As suas lições me impressionavam pela precisão e clareza, entravam pela cabeça a dentro, irresistivelmente. E me proporcionavam ainda o prazer, que era um pouco uma vingança. do compará-las com as

mente espessas e asfixiantes do professor de História Natural.

Depois do Ginásio foi a melancolia da Faculdade de Direito; perdi de vista o professor Ulisses Pernambucano. Afinal, cai no jornalismo e voltei a encontrar-me com ele. De longe, é verdade, em caráter profissional, acompanhando e comentando iniciativas suas. A Liga de Higiene Mental, por exemplo, me deu muito assunto; um deles, bem me recordo, foi o combate ao noticiário sensacionalista de crimes; a supressão de notícias de suicídios, outro.

Não tenho qualidade para discutir a obra de médico de Ulisses Pernambucano. Sei pelos contemporâneos de curso secundário que estudaram medicina, que ele era na sua cátedra — e com entusiasmo maior, é natural — o mesmo mestre luminoso que eu admirara no Ginásio. Sei também que a sua obra de médico e organizador, no terreno da sua especialidade, foi alguma coisa de notável, alguma coisa que deu a Pernambuco um grande relevo dentro e fora do Brasil. Até os leigos, como eu, não ignoram que existe no Recife uma escola de psiquiatria, nascida do esforço de Ulisses Pernambucano. Só os valores de exceção e os mestres que levam para o magistério o ardor das vocações profundas e sinceras podem continuar-se em discípulos e escolas.

Gilberto Freyre já salientou em Ulisses Pernambucano o espírito de cientista social que o animava. Não foi ele um desses doutores que se fecham em gabinetes herméticos e se entrincheiram em rumas de livros secos, esquecidos de que o mundo existe. Tinha olhos para ver o mundo e os homens, os homens que não eram apenas doentes da sua especialidade. Mais do que isso impelia-o à lição um impulso de solidariedade humana, voltado no sentido de atenuar erros do mundo e

dos homens. O Instituto de Pesquisas Sociais, que ele planejou ao fim de sua vida, seria mais do que um centro de estudos um instrumento de correção de injustiças e erros, os erros e injustiças terríveis de que anda cheio aquele meu recanto do nordeste.

Ulisses Pernambucano morreu moço e longe de sua terra. Injustiças e perseguições contribuíram para encurtar a sua vida tão útil. Pernambuco deve-lhe uma reparação. E a oportunidade acaba de surgir com a iniciativa, segundo leio neste jornal, de expandir a Liga de Higiene Mental do Recife num organismo mais amplo, que será a Fundação Ulisses Pernambucano, reunindo todas as organizações particulares que ele deixou e realizando o programa do Instituto de Pesquisas Sociais do Nordeste.

Não sei de iniciativa mais simpática e digna de apoio, tanto pela nobreza do espírito de justiça que a inspirou como pela largueza do plano de trabalho que se propôs. À frente dela estão os amigos de Ulisses Pernambucano e à frente de todos está com certeza Gilberto Freyre, cuja influência esclarecida logo se percebe no programa de ação de que tenho conhecimento. Digna do apoio não só dos homens de Pernambuco; e do nordeste, mas de todos os que no Brasil tenham o espírito bastante aguçado para compreender o valor de uma iniciativa de tão generosas finalidades.

Estudar com rigor científico e de maneira a poder influir praticamente problemas de educação de anormais e super-normais, de condições de trabalho, de alimentação e saúde das populações rurais e urbanas, invocando o seu patrocínio, acredito que é o melhor meio de honrar a memória de Ulisses Pernambucano, que passou a vida toda preocupado com essas questões, não apenas com a curiosidade inócua de um puro estu-

dioso distanciado da vida, e sim com a objetividade de um cientista social que aspira corrigi-la. — RENATO VIEIRA DE MELO. — ("*O Jornal*", Rio).

OS NOVOS TERRITÓRIOS E A TAREFA DE EDUCAR

As comunicações que estamos recebendo dos nossos correspondentes nos novos territórios federais do norte — Guaporé, Rio Branco e Amapá — e que relatam as solenidades com que foi comemorada a data máxima da nacionalidade, destacam-se por um característico original: o seu sentido essencialmente educativo.

Realmente, na descrição de todos os programas, encontra-se a preocupação de esclarecer o espírito dos jovens, traduzida em numerosas preleções que foram pronunciadas pelos educadores e intelectuais de cada região.

A recente visita, por dois dos nossos companheiros de redação aos longínquos rincões que o Presidente Getúlio Vargas transformou recentemente em unidades autônomas, permite-nos avaliar a relevância dessa política que constitui preocupação permanente dos governadores dos cinco novos territórios.

A situação geográfica das referidas regiões, colocadas nas zonas fronteiriças do país, impõe a necessidade de um programa educacional baseado na revelação da realidade nacional, pois, além de se destinar à formação espiritual dos núcleos populacionais, tem ainda a missão de ensinar e esclarecer. Cada brasileiro deve, desde a infância, aprender o que é o Brasil.

Nada mais louvável, portanto, que essa tendência, evidente em todos os atos de seus dinâmicos administradores, e que terá uma influência decisiva na formação intelectual da nova geração desse Brasil distante, que o progresso e o desenvolvi-

mento econômico e cultural em breves tempos integrarão no mesmo ritmo em que funcionam as outras entidades da Federação. — (*"A Manhã"*, Rio).

ENSINO PRIMÁRIO

O decreto-lei assinado pelo chefe do Estado, há poucos dias criando o adicional de 5% sobre as taxas do imposto de consumo que incidem sobre bebidas, para formar a receita de Fundo Nacional de Ensino Primário, constitui mais uma etapa do plano de combate ao analfabetismo traçado pelo governo da República.

Concretizou-se esse plano há três anos, no Convênio de Ensino Primário, celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação, e os Estados pelos respectivos interventores. Como base de tal convênio, ficou então assentada a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, com a arrecadação de tributos destinados especialmente para esse fim, bem como as contribuições dos governos estaduais e municipais e doações particulares.

Os recursos obtidos de todas essas fontes são aplicados na difusão do ensino primário, mediante a abertura de novas escolas, o fornecimento de material didático, a assistência aos alunos e outros meios aconselháveis para a alfabetização intensiva dos brasileiros. E, não obstante as dificuldades decorrentes da situação de guerra, o Convênio do Ensino Primário está sendo executado em todo o país, com a celebração de outros tantos entre as administrações estaduais e municipais de diversas unidades federadas.

O decreto-lei em causa não envolve portanto, uma medida isolada ou desconexa, para efeitos imediatos ou transitórios, mas cujo único resultado, afinal, fosse o aumento do imposto de consumo. Longe disso, é o desdobramento de uma

grande campanha, pela primeira vez organizada no país, por iniciativa do poder central e com a cooperação dos seus mandatários nos Estados e municípios, visando ao extermínio do inimigo n.º 1 do Brasil que é o analfabetismo.

Já um publicista escreveu em outras palavras, que o nosso maior problema econômico é a desalfabetização das massas. Mais do que isso, porém, é também o nosso maior problema político e social. Sem resolvê-lo integralmente, isto é, sem educação difundida por todas as camadas do povo brasileiro e em todos os cantos do território nacional, não seremos jamais um país de posição definida em face do mundo, exercendo um papel medíocre no concerto das nações civilizadas.

Por isso, todas as despesas com a propagação do ensino primário são de caráter eminentemente reprodutivo, porque se destinam a formar gerações criadoras de riqueza, de progresso e de prosperidade. E é de louvar a orientação econômico-social com que o governo da República agiu, indo buscar os recursos necessários para a constituição do Fundo do Ensino Primário numa forma de taxa defensiva da sociedade e do trabalho, porque recai sobre um artigo de consumo que alimenta um dos piores vícios da humanidade.

De fato, agravar as taxas sobre bebidas, para multiplicar o número de escolas, é uma solução que beneficia duplamente a coletividade, pois que restringe, ao mesmo tempo, os flagelos do alcoolismo e do analfabetismo. Paguem mais os que intoxicam em favor dos que se educam, porque assim se castigam devidamente o hábito nocivo a que se escravizam, concorrendo para a libertação dos espíritos chumbados à ignorância. — (*"Diário de Notícias"*, Porto Alegre).

Atos oficiais:

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 6.785 — DE 11 DE
AGOSTO DE 1944 (publ. no *D. O.*
de 16-8-1944)

*Cria os recursos para o Fundo Nacional
do Ensino Primário e dá outras
providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o adicional de cinco por cento (5%) sobre as taxas do Imposto de Consumo que incidem sobre bebidas (art. 4.º, § 2.º, do Decreto-lei n.º 739 de 24 de setembro de 1938), para constituir receita do Fundo Nacional do Ensino Primário, instituído pelo Decreto-lei n.º 4.958. de 14 de novembro de 1942.

Art. 2.º A arrecadação do adicional ora criado terá início a partir de 1 de janeiro de 1945 e far-se-á de acordo com as instruções que forem expedidas pela Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional.

Art. 3.º No fim de cada trimestre o Ministério da Educação e Saúde requisitará ao da Fazenda a entrega, a conta da dotação própria, do produto arrecadado.

Parágrafo único. No mês adicional de cada exercício serão ajustadas as diferenças que houver entre a arrecadação e as entregas, abrindo-se, nesse período, quando fôr o caso, o crédito suplementar necessário para regularização da despesa.

Art. 4.º A dotação orçamentária que fôr inscrita no orçamento da despesa do Ministério da Educação e Saúde, com base na estimativa da receita correspondente, será automaticamente distribuída ao Tesouro Nacional.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro. 11 de agosto de 1944. 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
*Paulo Lira. Gustavo
Capanema.*

DECRETO N.º 16.448 — de 24 DE
AGOSTO DE 1944 (publ. no *O. O.*
DE 26-8-1944)

*Cria a série funcional de Estudante Estagiário,
fixa os respectivos níveis de salário e dá
outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra *a*, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a série funcional de Estudante Estagiário com os níveis mínimo e máximo de salário fixados, respectivamente, nas referências VII e XI.

Parágrafo único. Os extranumerários mensalistas desta série funcional ficam sujeitos ao regime de dezoito (18) horas semanais de trabalho, no mínimo.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolonio Salles.

Gustavo Capanema.

PORTARIA MINISTERIAL N.º 384, DE 16 DE AGOSTO DE 1944 (publ. no *D. O.* de 17-8-1944)

Dispõe sobre os exames de licença ginásial no corrente ano escolar

O Ministro de Estado da Educação e Saúde resolve:

Art. 1.º Conceder-se-á o certificado de licença ginásial, findo o corrente ano escolar, aos alunos matriculados na quarta série do curso ginásial, uma vez que a concluam com observância do regime dos exames de suficiência, relativo às três primeiras séries.

Art. 2.º Os alunos que não conseguirem habilitação, nos termos do artigo anterior, serão considerados repetentes da última série do curso ginásial.

Rio de Janeiro 16 de agosto de 1944.
Gustavo Capanema.

PORTARIA MINISTERIAL N.º 385, DE 16 DE AGOSTO DE 1944 (publ. no *D. O.* de 17-8-1944)

Dispõe sobre os exames de licença clássica e de licença científica no co-rente ano escolar

O Ministro de Estado da Educação e Saúde resolve:

Art. 1.º Conceder-se-á o certificado de licença clássica ou o certificado de licença científica, findo o corrente ano escolar aos alunos matriculados na terceira série, respectivamente do curso

clássico ou do curso científico, uma vez que a concluam com observância do regime dos exames de suficiência, relativo às duas primeiras séries.

Art. 2.º Os alunos que não conseguirem habilitação, nos termos do artigo anterior, serão considerados repetentes da última série do respectivo curso.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1944. —
Gustavo Capanema.

PORTARIA MINISTERIAL N.º 386, DE 16 DE AGOSTO DE 1944 (publ. no *D. O.* de 19-8-1944)

Dispõe sobre os concursos de habilitação, para matrícula nos cursos do ensino superior, no ano escolar de 1945.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2.º do Decreto-lei número 6.679, de 13 de julho de 1944, resolve:

Art. 1. Os concursos de habilitação, no ano escolar de 1945, versarão sobre as disciplinas de português, latim, inglês ou francês, para matrícula inicial nos seguintes cursos: *a)* curso de bacharelado em direito; *b)* curso de filosofia; *c)* curso de letras clássicas; *d)* curso de letras neo-latinas; *e)* curso de letras anglo-germânicas; *f)* curso de pedagogia.

Art. 2. Os concursos de habilitação, no ano escolar de 1945, versarão sobre as disciplinas de português, inglês ou francês, história do Brasil e geografia do Brasil, para matrícula inicial nos seguintes cursos: *a)* curso de geografia e história *b)* curso de ciências sociais; *c)* curso superior de administração e finanças.

Art. 3. Os concursos de habilitação, no ano escolar de 1945, versarão sobre as disciplinas de física, química e bio-

logia, para matrícula inicial nos seguintes cursos; a) curso médico; b) curso de odontologia; c) curso de farmácia; d) curso de agronomia; e) curso de veterinária f) curso de história natural.

Art. 4. Os concursos de habilitação, no ano escolar de 1945, versarão sobre as disciplinas de matemática, física e química, para matrícula inicial nos seguintes cursos: a) curso de engenheiros civis; b) curso de engenheiros eletricitistas; c) curso de engenheiros industriais; d) curso de geógrafos; e) curso de engenheiro de minas e civil; f) curso de arquitetura; g) curso de química industrial; h) curso de matemática; i) curso de física; j) curso de química.

Art. 5. Além dos casos especiais admitidos pela lei, poderão inscrever-se em concurso de habilitação, para matrícula em qualquer modalidade de curso do ensino superior, os candidatos que satisfizerem uma das seguintes condições:

a) ser portador do certificado de licença clássica;

b) ser portador do certificado de licença científica.

c) ter concluído qualquer das modalidades do antigo curso complementar nos termos do parágrafo único do art. 1 e da primeira parte do art. 2º do Decreto-lei n.º 6.247, de 5 de fevereiro de 1944.

Art. 6. Os programas e respectivas instruções para os concursos de habilitação de que tratam os artigos anteriores serão expedidos por portaria do Ministro da Educação.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1944. — *Gustavo Capanema*.

PORTARIA MINISTERIAL N.º 387, DE 17 DE AGOSTO DE 1944 (publ. no D. O. de 25-8-1944)

Dispõe sobre os exames de licença ginasial para os candidatos de que trata o art. 91 da lei orgânica do ensino secundário, na próxima época.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde resolve:

Art. 1.º Os exames de licença ginasial, para os candidatos de que trata o art. 91 da lei orgânica do ensino secundário, processar-se-ão, na próxima época, de acordo com o disposto nos arts. 55, 56, 59, 60, 61 e 64 e no parágrafo único do art. 62 da mesma lei orgânica do ensino secundário.

Art. 2.º Os candidatos aos exames de licença ginasial, nos termos do artigo anterior, deverão prestá-los, no decurso dos meses de dezembro e de janeiro, em estabelecimento de ensino secundário federal ou equiparado.

Art. 3.º Serão nulos os exames de licença ginasial processados contra o disposto no artigo anterior, ou que desobedeçam a qualquer dos dispositivos citados no art. 1.º desta portaria ministerial.

Art. 4.º Os programas para os exames de licença ginasial, de que trata a presente portaria ministerial, são os anexos.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1944. — *Gustavo Capanema*.

PROGRAMAS PARA OS EXAMES LICENÇA. GINASIAL DE QUE TRATA A PORTARIA MINISTERIAL N.º 387, DE 17 DE AGOSTO DE 1944.

I. Programa de Português

1. A prova escrita de português constará de uma redação de cerca de trinta linhas, e da análise sintática de

um período composto por coordenação e subordinação, de análise fácil. A redação valerá seis pontos e a análise

2. A prova oral de português constará de leitura de um trecho sorteado e de explicação e análise do mesmo, do ponto de vista gramatical e lite-

3. As provas (escrita e oral) de português obedecerão ao seguinte programa :

I. Vocábulo, sílaba, número de sílabas dos vocábulos, acento tônico. Constituição das sílabas. Qualidades físicas do som. Vogais e consoantes. Ditongos. Tritongos. Noção de ênclise e da próclise. Ação da ênclise e da próclise.

II. O vocativo. Interjeições e locuções interjectivas. Formação de palavras: composição, derivação. Graus de significação do substantivo, do adjetivo e do advérbio.

III. Oração. Sujeito e predicado. Oração sem sujeito. Substantivo, adjetivo, artigos numerais. Gênero e número. Concordância nominal.

IV. Verbo: números, pessoas, tempos e modos. Verbos regulares e irregulares.

V. Pronomes; advérbios. Coordenação. Conjunção coordenativa.

VI. Preposições. Noções de subordinação. Análise léxica e sintática.

VII. Predicado verbal, predicação nominal. O predicativo. Aposição.

VIII. Conjunções coordenativas. Período composto por coordenação. Sintaxe ideológica e afetiva.

IX. Conjunções subordinativas. Emprego do verbo *haver*, e da partícula *se* em função passivadora.

X. O período composto por subordinação. Emprego de modos e tempos na oração subordinada.

II. Programa de Latim

1. A prova escrita de latim constará de uma tradução de cerca de dez versos de Ovídio, sendo facultado o uso do dicionário; e de uma análise morfológica e sintática de palavras extraídas do trecho dado para a tradução. A tradução valerá seis pontos e a análise quatro.

2. A prova oral de latim constará de leitura e tradução de um pequeno trecho de César, sendo facultado o uso do dicionário, e da análise do mesmo, do ponto de vista gramatical e literário.

Serão, indiferentemente, aceitas na leitura a pronúncia reconstituída e a tradicional.

3. As provas (escrita e oral) de latim obedecerão ao seguinte programa :

I. As cinco declinações de substantivos (inclusive irregularidades).

II. A declinação dos adjetivos e seus graus de comparação. Advérbios de modo derivados de adjetivos.

III. A declinação dos pronomes. Significação precisa e emprego dos demonstrativos. O relativo e os indefinitos. Advérbios de lugar derivados de pronomes.

IV. Os numerais: cardinais, ordinais, distributivos e advérbios numerais.

V. A conjugação: verbos regulares, irregulares e defectivos.

VI. Formação de palavras: composição e derivação.

VII. Período coordenado. Concordância do verbo com o sujeito, do adjetivo epíteto e do predicativo.

VIII. Palavras invariáveis. Sintaxe dos casos e das preposições.

IX. Período subordinado. Conectivos de subordinação. Orações substantivas, adjetivas e circunstanciais.

X. Breves noções de literatura latina : os principais escritores das épocas de Cícero e de Augusto.

III c IV. Programas de Francês e de Inglês

1. As provas escritas de francês e de inglês, nas quais é vedado o uso de dicionário, constarão de: *a*) uma tradução e uma versão, cada qual de dez linhas no mínimo (valor seis) ; *b*) um ditado e exercício de gramática (valor quatro).

2. As provas orais de francês e de inglês constarão da leitura de um trecho sorteado e da explicação e análise do mesmo do ponto de vista gramatical e literário. Deverá ser cuidadosamente levada em conta a pronúncia do examinando .

3. As provas (escrita e oral) dessas disciplinas obedecerão aos seguintes programas:

A) FRANCÊS

Composição e leitura I. A escola e a vida escolar. II. A família e a vida doméstica.

III. A cidade e a vida urbana.

IV. A indústria e o comércio.

V. Os divertimentos e os desportos. VI.

O campo e a vida campestre. VII. Os

animais e as plantas. VIII. A vida

nos países de língua francesa. IX.

Paisagens dos países de língua francesa.

X. Fatos representativos da civilização francesa.

Gramática: I. Substantivos. II.

Artigos. III. Adjetivos. IV.

Pronomes. V. Verbos auxiliares.

Verbos transitivos e intransitivos. Verbos pronominais. Vozes dos

verbos. VI. Verbos regulares e

verbos irregulares. VII. Particípios

presente e passado.

VIII. Advérbios. IX.

Preposições. X.

Conjunções.

B) INGLÊS

Composição leitura: I.

A vida escolar. II. A vida doméstica.

III. A vida social.

IV. A cidade e a vida urbana.

V. O campo e a vida campestre.

VI. A indústria e o comércio.

VII. As profissões.

VIII. Paisagens dos países de língua inglesa. IX. A vida nos países de

língua

inglesa. X. Fatos representativos da civilização inglesa e americana.

Gramática: I.

Substantivo: número, gênero e caso. II.

Artigo.

III. Adjetivo: formação e classificação. IV. Adjetivo: colocação e graus

de comparação. V. Pronome:

classificação. VI. Verbo: classificação

e conjugação. Formas contratas. VII.

Advérbios: formação e classificação.

VIII. Advérbios: colocação e graus de comparação.

IX. Preposição: classificação, colocação e uso idiomático. X.

Conjunção: classificação e uso.

V. Programa de Matemática

1. A prova escrita de matemática será organizada do seguinte modo: sorteados dois pontos de álgebra e dois de geometria do programa abaixo, será formulada uma questão teórica sobre um

desse pontos e uma questão prática sobre cada um dos outros..

A prova oral versará sobre dois pontos sorteados, sendo um de algema e outro de geometria, e consistirá em interrogatório pelo qual se verifique a assimilação das noções básicas, por parte do estudante, bem como a sua capacidade de raciocínio dedutivo.

3. As provas (escrita e oral) de matemática obedecerão ao seguinte programa :

A) ALGEBRA

I. Adição, subtração e multiplicação de polinômios. Casos simples de fatoração.

II. Resolução de equações e de problemas do 1.º grau com uma incógnita.

III. Resolução de sistemas de duas equações e de problemas do 1.º grau com duas incógnitas.

IV. Raiz m-ésima de um número; valor aritmético de um radical. Cálculo aritmético dos radicais.

V. Resolução das equações do 2.º grau. Relação entre os coeficientes e as raízes. Composição da equação dadas as raízes.

B) GEOMETRIA

VI. Soma dos ângulos de um triângulo e de um polígono. Propriedades dos paralelogramos e do trapézio.

VII. Semelhança. Triângulos semelhantes. Relações métricas no triângulo retângulo.

VIII. Polígonos regulares. Cálculo do lado e do apótema do quadrado, do hexágono regular e do triângulo equilátero .

IX. Medição da circunferência. Comprimento de um arco do círculo. Razão da circunferência para o diâmetro. Expressões do comprimento da circunferência e de um arco.

X. Áreas das principais figuras planas. Relações métricas entre as áreas; áreas de polígonos semelhantes. Teorema de Pitágoras.

VI. Programa de Ciências Naturais

A prova oral de ciências naturais constará de argüição e demonstrações práticas, ambas obrigatórias, sobre assuntos do seguinte programa:

I. O corpo humano: divisões e porções; desenvolvimento e crescimento. Higiene do corpo. A matéria: estados de agregação; mudanças de estado. Propriedades gerais do ar.

II. Digestão, tubo digestivo e glândulas anexas. Composição e caracterização das substâncias. Os seres vivos em geral: animais e vegetais. A defesa da flora. Pressão da água.

III. Respiração e aparelho respiratório. A energia: movimento, forças. Estudo da raiz. Propriedades gerais da água.

IV. O sangue e a circulação: aparelho circulatório. Interação das substâncias; fenômenos químicos. Pressão atmosférica; navegação aérea.

V. A excreção; aparelho urinário. Estudo da luz. Estudo da semente. O solo e seu aproveitamento. Higiene rural.

VI. A vida de relação: órgãos dos movimentos. Estudo do som. Estudo da folha. Higiene urbana.

VII. Os sentidos e a formação. Estudo do magnetismo. Estudo da flor. Os hábitos mentais sadios.

VIII. Coordenação das funções: o sistema nervoso e as glândulas endócrimas. Estudo do calor. Higiene da habitação e do vestuário.

IX. Raças humanas e caracteres raciais. Estudo da eletricidade. Reprodução e disseminação dos vegetais. A defesa da fauna.

*

X. Alimentação, alimentos e seu valor biológico; higiene alimentar. Estudo do fruto. Classificação dos animais. Caracteres gerais das diversas classes de animais.

VII. *Programa de História Geral e do Brasil*

A prova oral de história geral e do Brasil constará de arguição sobre a matéria do seguinte programa:

A) HISTÓRIA GERAL

I. Os primeiros tempos. Esparta e Atenas; Tebas. A Macedônia; Alexandre.

II. A fundação de Roma. A Realeza: A República: as lutas internas; as conquistas romanas. Júlio César. O Império: vultos e episódios principais. Cristianismo: origem, propagação, triunfo.

III. Os povos bárbaros. As grandes invasões. Os Francos; Carlos Magno.

IV. As Cruzadas: causas. As grandes Cruzadas: São Luís. As principais conseqüências.

V. Princípio dos tempos modernos. As invenções. Os descobrimentos marítimos. Idéia do Renascimento.

VI. A Reforma. O movimento inicial: Lutero. Propagação: Calvino; Henrique VIII. A reação católica. Santo Inácio de Loyola. As lutas religiosas: as guerras de religião; Felipe II de Espanha e Isabel da Inglaterra.

VII. O novo mundo. Os indígenas americanos. A conquista e a colonização. A escravidão negra.

VIII. Independência dos Estados Unidos da América. A Revolução Francesa. Napoleão. Independência das nações latinas da América.

IX. França: Luís Filipe; o Segundo Império; a Terceira República. A unidade alemã. A unidade italiana. A era

vitoriana. Portugal: vultos e episódios principais.

X. Estados Unidos da América: a doutrina de Monroe: a Guerra de Secessão. As nações latinas da América; principais vultos e episódios.

B) HISTÓRIA DO BRASIL

XI. Os primórdios da colonização: as primeiras expedições; as capitanias hereditárias; o governo geral; início da catequese; as primeiras cidades; manifestações iniciais da vida econômica.

XII. A expansão geográfica: os centros iniciais da vida colonial; conquista das regiões setentrionais; as entradas e as bandeiras; os tratados de limites.

XIII. Defesa do território: as incursões francesas; as incursões inglesas; as invasões holandesas.

XIV. O sentimento nacional: formação do sentimento nativista; as primeiras lutas: Emboadas e Mascates; os movimentos revolucionários: a revolta de 1720, a Inconfidência Mineira, a revolução republicana de 1817.

XV. A Independência: D. João VI no Brasil; a regência de D. Pedro; José Bonifácio; o grito do Ipiranga.

XVI. A política externa do segundo reinado: ação contra Oribe, contra Rosas e contra Aguirre; a questão Christie, a Guerra do Paraguai; suas causas, principais vultos e episódios.

XVII. A Abolição: a escravidão negra; o tráfico dos escravos; a campanha abolicionista; seu triunfo.

XVIII. O advento da República: a propaganda republicana; a questão militar; a proclamação da República; o Governo Provisório; a Constituição de 1891.

XIX. A primeira República: os governos republicanos; principais vultos e episódios da política interna; a política exterior; Rio Branco; as maiores rea-

lizações administrativas; desenvolvimento econômico e cultural.

XX. A segunda República: da Revolução de Outubro ao Estado Novo; Getúlio Vargas; sentido da política interna; organização da unidade e da defesa nacional; os rumos da política exterior; os grandes empreendimentos administrativos; progresso geral do país.

VIII. *Programa de Geografia Geral e do Brasil*

A prova oral de geografia geral e do Brasil constará de arguição sobre matéria do seguinte programa:

A) GEOGRAFIA GERAL

I. A crosta terrestre. Os continentes, os oceanos e mares, os litorais. A atmosfera e os climas. Águas correntes e lagos.

II. População; raças. Nações. Cidades. Migrações e colonização. Línguas e religiões: as atividades culturais. A habitação e a alimentação.

III. Os meios de transporte. Os meios de comunicação.

IV. Evolução da vida agrícola. A produção vegetal. A produção animal.

V. Histórico da indústria e do comércio. A produção industrial. O comércio interno e internacional. Os principais centros industriais e comerciais do mundo.

VI. A América: Estrutura física. Regiões naturais; divisões políticas. Populações e raças. Línguas e religiões. Cidades principais. A vida cultural. Recursos econômicos.

VII. A Europa: Estrutura física. Regiões naturais; divisões políticas. Populações e raças. Línguas e religiões. Cidades principais. A vida cultural. Recursos econômicos.

VIII. A África: Estrutura física. Regiões naturais; divisões políticas. Populações e raças. Línguas e religiões. Cidades principais. A vida cultural. Recursos econômicos.

IX. A Ásia e a Australásia: Estrutura física. Regiões naturais; divisões políticas. Populações e raças. Línguas e religiões. Cidades principais. A vida cultural. Recursos econômicos.

X. A Oceania: Estrutura física. Regiões naturais; divisões políticas. Populações e raças. Línguas e religiões. Cidades principais. A vida cultural. Recursos econômicos.

B) GEOGRAFIA DO BRASIL

XI. A população brasileira: raças; línguas e religiões; distribuição e densidade da população; as fronteiras; imigração; colonização; a habitação e alimentação.

XII. Organização política e administrativa: a organização constitucional; a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios; os serviços públicos.

XIII. O sistema de viação: os transportes; estradas de rodagem, estradas de ferro, navegação marítima e fluvial, a aviação; as comunicações; correios, telégrafos, telefone, rádio.

XIV. A produção agrícola: solos agrícolas; os principais produtos de origem vegetal; criação de animais; produtos de origem animal; defesa da produção agrícola.

XV. A indústria e o comércio: evolução industrial e comercial do país; as principais indústrias nacionais; o comércio interno e o comércio exterior.

XVI. A região norte: descrição física: povoamento; população; divisões; cidades; a vida cultural; recursos econômicos.

XVII. A região nordeste: descrição física, povoamento; população; divisões;

idades; a vida cultural; recursos econômicos.

XVIII. A região leste: descrição física, povoamento; população; divisões; cidades; a vida cultural; recursos econômicos.

XIX. A região sul: descrição física; povoamento; população; divisões; cidades; a vida cultural; recursos econômicos.

XX. A região Centro-Oeste: descrição física; povoamento; população; divisões; cidades; a vida cultural; recursos econômicos.

IX. Programa de Desenho

1. A prova gráfica de desenho, que deverá ter a duração de duas horas, constará da resolução de duas questões: uma sobre desenho do natural e outra sobre . desenho geométrico elementar e decorativo.

2. A questão sobre desenho do natural constará da cópia de um ou mais dos seguintes sólidos geométricos, tendo a base sobre uma prancheta: cubo; prisma reto de base quadrada; prisma reto de base hexagonal; pirâmide reta de base quadrangular; pirâmide reta de base hexagonal regular; paralelepípedo retângulo; cone reto; tronco de cone; cilindro; esfera. A cópia constará de: o) marcação a lápis dos contornos do modelo, sendo previamente fixadas as proporções do desenho; b) indicação sumária, a claro-escuro, das sombras própria e projetada observadas no mesmo modelo. Esta questão valerá cinco pontos.

3. A questão sobre desenho geométrico e decorativo constará da execução,

a lápis e com auxílio dos instrumentos necessários, de um tema decorativo (barra ou faixa), tendo por base um motivo adequado escolhido dentre os da relação seguinte: triângulo; quadrado; círculo; espiral; entrelaçados; rosáceos; estrelado; grega clássica; folha de forma simples; flor de forma simples. Esta questão valerá cinco pontos.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1944.

— (a) *Gustavo Capanema*.

PORTARIA MINISTERIAL N.º 388, DE 18 DE AGOSTO DE 1944 (publ. no *D.O.* de 19-8-1944)

Dispõe sobre o Salão Nacional de Belas Artes, em 1944

O Ministro de Estado da Educação e Saúde resolve:

Art. 1.º O Salão Nacional de Belas Artes, no ano de 1944, realizar-se-á de 1 a 31 de outubro.

Art. 2.º A Comissão Organizadora de Salão Nacional de Belas Artes em 1944 será constituída pelos Srs. Alvim Menge, Edgard Parreiras, Ângelo Bruhums, Hugo Adami, Paulo Barreto e Alfredo Herculano, cabendo aos três primeiros organizar a Divisão Geral, e aos três últimos organizar a Divisão de Arte Moderna.

Art. 3.º O Diretor do Museu Nacional de Belas Artes baixará as necessárias instruções para a instalação e o funcionamento do Salão Nacional de Belas Artes em 1944.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1944.

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

DECRETO-LEI N. 14.135, DE 17
AGOSTO DE 1944 (publ. no *D. O.*
do Estado de São Paulo era 18-8-44).

*Dá nova organização ao ensino profissional
da pesca*

O INTERVENTOR FEDERAL NO
ESTADO DE SÃO PAULO, usando da
atribuição que lhe confere o art. 6.º n. V, do
decreto-lei federal n. 1.202. de 8, de abril de
1939.

DECRETA:

Art. 1.º O Instituto de Pesca Marítima da
Divisão de Proteção e Produção de Peixes e
Animais Silvestres, do Departamento da
Produção Animal da Secretaria da Agricultura,
Indústria e Comércio, ficará diretamente
subordinado à Diretoria da mesma Divisão e
será destinado a ministrar o ensino profissional
da pesca marítima, através dos seguintes
estabelecimentos criados por este decreto-
lei:

- a) Escola Técnica de Santos;
- b) Escola Industrial de Cananéia;
- c) Escola Industrial de São Se-
bastião ;
- d) Escola Artesanal de Iguape;
- e) Escola Artesanal de Ubatuba.

Parágrafo único. A orientação técnica.
administrativa e escolar, dos estabelecimentos
discriminados neste artigo, ficará subordinada
à direção do Instituto de Pesca Marítima.

Art. 2.º O ensino ministrado na Escola
Técnica e nas Escolas Industriais obedecerá às
normas de organização e de regime
estabelecidas nos decretos-leis federais ns.
4.073. de 30 de janeiro de 1942, 4.119, de 21
de fevereiro de 1942 e decreto federal número
8.673. de 3 de fevereiro de 1942.

Art. 3.º A Escola Técnica de Santos se
destina a ministrar os seguintes cursos
ordinários abrangidos nas ordens do primeiro e
do segundo ciclos, do ensino industrial:

- 1.º -- curso industrial de pesca do ensino
industrial básico.
- 2.º — cursos de mestría de pesca e mestría
de motores de pesca do ensino de mestría;
- 3.º — curso de indústria da pesca do ensino
técnico.

Parágrafo único. Além destes cursos
ordinários será ministrado um curso
extraordinário de carpintaria naval.

Art. 4.º — As Escolas Industriais de
Cananéia e São Sebastião se destinam a
ministrar:

- 1.º — curso industrial de pesca do ensino
industrial básico.
- 2.º — cursos avulsos de formação primária e
aprendizagem de carpintaria, mecânica,
industrialização e prática rural.

Art. 5.º — As Escolas Artesanais de Iguape e
Ubatuba se destinam a ministrar cursos
avulsos de aprendizagem prática de pesca,
carpintaria, mecânica. industrialização e prática
rural.

Art. 6.º — O ensino ministrado nas Escolas
do Instituto de Pesca Marítima será gratuito.

Art. 7.º O Governo expedirá o regulamento
das Escolas Técnicas e Industriais, e promoverá
a sua equiparação aos estabelecimentos federais
congêneres .

Art. 8.º — Ficam extintos, no quadro do
pessoal do Instituto de Pesca Marítima, os
seguintes cargos:

- a) Chefe de Seção;
- b) Assistente adjunto;
- c) Assistente auxiliar.

Art. 9.º — Ficam transferidos para a Seção de Defesa da Fauna Continental, os seguintes cargos:

- a) Assistente;
- b) Sub-assistente.

Art. 10 — O quadro do pessoal do Instituto de Pesca Marítima fica constituído dos seguintes cargos, com os vencimentos anuais constantes da tabela anexa:

- 1 Diretor
- 1 Técnico de Pesca Marítima
- 1 Sub-Inspetor
- 1 Dentista
- 1 Conservador

Parágrafo único. Dos cargos referidos neste artigo são considerados:

1 — isolado, de provimento em comissão, por pessoa que possua conhecimentos especializados do ensino industrial da pesca, o de diretor;

2 — isolados, de provimento efetivo, independentemente de curso.

- a) técnico de pesca marítima;
- b) dentista;

3 — de carreira, de provimento efetivo,

- a) sub-inspetor;
- b) conservador.

Art. 11 — A direção da Escola Técnica será exercida diretamente pelo Diretor do Instituto de Pesca Marítima e a das Escolas Industriais e Artesanais, a ele subordinadas, será desempenhada por um Administrador.

Parágrafo único. A função de Administrador será exercida por proposta do Diretor do Instituto por um extranumerário mensalista ou por um funcionário do quadro da Divisão, com direito à gratificação de 20 % (vinte por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 12 — Fica criada a função gratificada de Secretário, que será desempenhada por funcionário do quadro da Divisão, proposto pelo Diretor e designado pelo Superintendente, mediante a gratificação de 20 % (vinte por cento) sobre os seus vencimentos.

Art. 13 — O Instituto terá o pessoal extranumerário que fôr necessário ao seu funcionamento, a ser admitido na forma da legislação vigente.

Art. 14 — Para a execução do presente decreto-lei fica a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio autorizada a dispender por conta do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n. 13.983, de 16 de maio de 1944, a importância de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) destinada à remodelação e ampliação das atuais instalações e aparelhamentos do Instituto de Pesca Marítima em Santos, e à aquisição de terras, construção e aparelhamento das Escolas-Industriais de Ca-nanéia e São Sebastião e das Escolas Artesanais de Iguape e Ubatuba.

Art. 15 — As despesas com a nomeação ou admissão do pessoal extranumerário necessário ao funcionamento das Escolas correrão por conta das verbas atribuídas ao Departamento da Produção Animal.

Art. 16 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 17 de agosto de 1944. *Fernando Costa, José de Melo Moraes.*